UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PRISIONEIRAS DE UMA MESMA HISTÓRIA:
O amor materno atrás das grades

Rosalice Lopes

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, para concorrer ao
título de Doutor pelo curso de Pós-Graduação
em Psicologia – Área de concentração:
Psicologia Social e do Trabalho.

São Paulo
2004

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

PRISIONEIRAS DE UMA MESMA HISTÓRIA:
O amor materno atrás das grades

Rosalice Lopes

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, para concorrer ao
título de Doutor pelo curso de Pós-Graduação
em Psicologia – Área de concentração:
Psicologia Social e do Trabalho.

Orientadora Prof^a Dr^a. Ecléa Bosi.

São Paulo
2004

Data da Defesa: 23/09/2004

BANCA EXAMINADORA

Ecléa Bosi (orientadora – PST –IPUSP)

Ronilda Ribeiro (PSA – IPUSP)

Marilene Proença (PSA- IPUSP)

Margarida Calligaris Mamamede (UNICSUL)

Maria V.P. Hossepian S. Lima

Ao *Mestre Sathia Sai* pela inspiração constante.
A *Liqueta*, minha mãe pelo amor que me dedicou.
Aos meus filhos, *Armando, Roberta, Aluísio,*
Aurélio e Beatriz com quem tenho aprendido as
lições pessoais sobre o que é *ser mãe*.
A todas as *mães presas* que me ensinaram grandes
lições sobre o *amor materno*.
Sem a experiência com eles, as reflexões que aqui
apresento não seriam possíveis.

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Ecléa Bosi, pela disponibilidade, confiança e tranquilidade que manifestou ao longo de todo o percurso. Sem ela esse trabalho não seria possível.

À Secretaria da Administração Penitenciária, pela autorização da pesquisa.

À diretoria e funcionários da Penitenciária Feminina do Tatuapé, pela atenção e apoio.

Aos alunos do Centro de Estatística Aplicada da Universidade de São Paulo, pela tabulação e análise dos dados da pesquisa quantitativa.

Aos alunos do Curso de Psicologia do Centro Universitário de Santo André, pela oportunidade de aprendizado.

Aos meus filhos, pela paciência.

Ao Paulo, pelo aprendizado do silêncio.

Às amigas Marlene e Rosimeire, pelo trabalho de transcrição das entrevistas realizadas.

Ao amigo Djalma, pelo estímulo na fase final do trabalho.

À professora Girlene que fez a revisão dos textos.

Aos amigos Armando e Francisco que me permitiram concretizar a experiência de ser mãe.

À dona Emma, pelos diálogos sobre a difícil arte da maternidade.

A Rosines, pelo carinho e estímulo.

Às amigas Karen San e Lú que me permitem reviver os vinte e os trinta...

Ao pequeno Victor minha descoberta mais recente.

À vida que me permite experimentar mais uma realização.

Essa pesquisa foi financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

SUMÁRIO

	p.
RESUMO	
ABSTRACT	
APROXIMAÇÃO DO TEMA.....	1
INTRODUÇÃO.....	4
1 AS MULHERES: PRISIONEIRAS DE SEU SEXO.....	10
2 A PUNIÇÃO DE MULHERES: QUESTÕES DECORRENTES DO GÊNERO.....	19
3 A PRISÃO DE MULHERES: UM ESPAÇO DIFERENTE?.....	33
4 A MULHER COMO MÃE, O AMOR MATERNO E AS MÃES PRESAS.....	51
5 A PENITENCIÁRIA FEMININA DO TATUAPÉ: UMA DESCRIÇÃO DA ESTRUTURA E DA DINÂMICA A PARTIR DO OLHAR DO PESQUISADOR.....	74
6 ALGUNS DADOS QUANTITATIVOS SOBRE MÃES PRESAS.....	86
7 MÉTODO.....	92
7.1 Coleta de dados.....	92
7.2 Amostra.....	94
7.3 Procedimentos.....	95
7.4 Critérios de Apresentação dos dados.....	96
7.5 Critérios para a Análise dos Dados.....	96
7.6 Categorias de Análise.....	97
8 APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....	98
8.1 A construção do lugar da mãe: as mães presas e suas mães.....	98
8.2 O sonho – desejo de ser mãe.....	102
8.3 Representações sobre o amor materno.....	105
8.4 As transformações advindas da maternidade: de mulher à mãe.....	108
8.5 Imagens maternas: como os filhos podem ser representados elas mães presas.....	110
8.6 A construção do amor materno.....	111
8.7 A maternidade na prisão: o confronto com as mudanças.....	116
8.8 Relação mãe filho na prisão: formas possíveis.....	120
8.9 A prisão: experiências de mulheres.....	125
9 ANÁLISE DOS DADOS.....	128
10 CONCLUSÃO.....	147
ANEXOS.....	155
ANEXO A Pesquisa de Caracterização das Unidades Prisionais de São Paulo.....	156
ANEXO B Roteiro Básico das Entrevistas Individuais.....	192
REFERÊNCIAS.....	194
APÊNDICES	
APÊNDICE A Folheto Convite Distribuído às mães presas	
APÊNDICE B Exemplares de Cartas de filhos de mães presas	
APÊNDICE C Fotos da Penitenciária Feminina do Tatuapé	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Síntese Mães entrevistadas – Dados Gerais / Tipo de Contato.....	94
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ONU – Organização das Nações Unidas

CEDAW – Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres

LEP – Lei de Execução Penal

CNPCP – Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária

FEBEM – Fundação

FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso

DNR – Diretoria do Núcleo de Reabilitação

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional

CEA – Centro de Estatística Aplicada da Universidade de São Paulo

RESUMO

LOPES, R. *Prisioneiras de uma mesma história: O amor materno atrás das grades*. 2004. 235p. Tese de Doutorado - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

O estudo enfoca o *amor materno* em mães presas da Penitenciária Feminina do Tatuapé – São Paulo, no período de 2001 a 2003. A partir dos relatos de 30 mães entrevistadas e com referência nas áreas de Psicologia, Direito, Sociologia, História e Filosofia, identificou-se que o discurso sobre o amor materno é uma *construção social de gênero* com matizes de inteligibilidade específicos. O amor materno descrito por essas mães evidencia, de um lado, valores de caráter mais arcaico e universal na cultura humana, os quais conferem à experiência amorosa qualidades sobre-humanas de onipotência, imortalidade e indivisibilidade. De outro lado, exprime valores tipicamente burgueses – o sonho da maternidade, o amor romântico, o ideal de família, filho como dom e a mãe modelar – presentes na cultura ocidental a partir dos séculos XVIII e XIX. A manifestação do amor dessas mães por seus filhos sofre a influência de suas experiências concretas enquanto filhas e da relação que puderam – ou não – construir com seus filhos antes do encarceramento. Mães presas que viveram pouco tempo com suas próprias mães ou com seus filhos tendem a manifestar um *maior grau de idealização* das qualidades amorosas da mãe e do amor materno. Mães que puderam experimentar o amor materno de forma consistente deixam evidente que ele é *construído na relação presencial* com o filho. As prisões não foram pensadas para abrigar mulheres e refletem, em suas práticas, valores androcêntricos. A *forma atual* como essa instituição media os contatos entre as mães presas e seus filhos indica a *presença de estereótipos e preconceitos* e pode ser considerada como um *obstáculo à manutenção da relação amorosa*. O estudo aponta que se faz necessário adotar medidas corretivas no sistema prisional, de modo a garantir o direito às mães de exercerem sua maternidade, e sugere alternativas para essa situação, tendo em vista, sobretudo, que a *proximidade com os filhos é fator de saúde mental e estímulo no processo de reinserção social*.

Palavras-chave: prisões femininas, mães presas, amor materno, gênero.

ABSTRACT

LOPES, R. Prisoners from the same history: maternal love behind the jail. 2004. 235 p. Tese de Doutorado - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, São Paulo.

This study emphasizes the maternal love in women which are prisoned in a Feminine Jail in Tatuapé – São Paulo, in the period from 2001 to 2003. From 30 interviewed mothers' tellings and with reference to the areas of Psychology, Laws, Sociology, History and Philosophy, it is identified that the speech about the maternal love is a *social construction of genre* with peculiarities of specific intelligibility. The maternal love which is described by these mothers evidences, by one side, values of archaic and universal character in the human culture, which confer to loving experience over human qualities of onipotency, immortality and indivisibility. By other side, it expresses values typically belonged to middle-class - dream of the maternity, the romantic love, the ideal of the family, the son as a gift and the model mother - presented in the occidental culture from the 18th century and the 19th centuries. The manifestation of these mothers' love for their children suffers influence from their concrete experiences as daughters and the relationship which have lost - or not - with their sons before the prison. Jailed mothers who have lived little time with their own mothers or sons and have a tendency to show a *greater grade of idealization* of the tender qualities of the mother and the mother love. Mothers who can try the maternal love in a consistent way, they leave evident that this love is *built in a presence relation* with the child. The prisons aren't projected to shield women and they reflect, in their practices, masculine values. The current way as this institution mediates the contacts between the prisoned mothers and their children indicates *the presence of stereotypes and prejudices* and this may be considered as an *obstacle to the maintenance of the love relation*. So, this research indicates that it is necessary to adopt corrective measures in the prison system, so as to guarantee the rights to these mothers in order to exert their maternity, and it suggests alternatives to this situation emphasizing, overalls, that the *proximity with the children is a factor of mental health and stimulation in the process of social reintegration*.

Key word: feminine prisons, jailed mothers, maternal love, genre.

A aproximação do tema

O interesse por mães presas é mais recente em minha vida que o interesse pelas prisões. Dois anos após ter-me formado psicóloga, passei a trabalhar na Casa de Detenção de São Paulo e lá permaneci por quase 13 anos – de 1983 a 1996.

Durante esse tempo atuei em várias unidades e pude presenciar muitos fatos e histórias de dor e solidão.

Muitos foram os momentos em que pude aprender, de forma muito diversa daqueles que vivem livres, os múltiplos sentidos da palavra liberdade. Aprendi inclusive a identificar outros tipos de prisão.

Em 1993, iniciei o mestrado no Instituto de Psicologia da USP, na área de Psicologia Escolar e Desenvolvimento Humano. A dissertação versou sobre práticas disciplinares nas prisões e a pesquisa desenvolveu-se exclusivamente em presídios masculinos.

Em todo o período que atuei, como funcionária, nas prisões, somente por duas vezes adentrei num presídio feminino.

Foram muitas as histórias que ouvi sobre as prisões de mulheres. Tal era a intensidade emocional das pessoas que me contavam essas histórias que me sentia praticamente desestimulada a trabalhar nesses lugares.

As mulheres presas eram apresentadas como verdadeiras bruxas, espectros do feminino destruidor. Mulheres que haviam abandonado a condição passiva e receptiva e tinham literalmente desafiado e se contraposto à lei dos homens.

Mães más que abandonando os filhos, à revelia, conseguiam, estranhamente, sobreviver à culpa. Elas são consideradas por muitos, mulheres abomináveis.

Se não bastasse isso, são freqüentes as informações de casos de assédio sexual por parte das mulheres homossexuais que, nas prisões, assumem um aspecto masculino estereotipado e agressivo.

Confesso que esses motivos foram mais do que suficientes para que eu, na época, mantivesse-me a uma distância respeitosa. Preferia trabalhar nos presídios masculinos e evitava os femininos. Aquela imagem "aterrorizante" das mulheres era algo com que eu não estava ainda disposta a entrar em contato.

Conclui o mestrado em 1998. Em 1999 iniciei o doutorado.

A princípio, minha pesquisa também se voltava para unidades masculinas. O tema escolhido visava ao aprofundamento de um dos aspectos da minha dissertação. Após dois anos, tendo avançado significativamente na pesquisa de campo, conclui que o tema era por demais perigoso.

As atividades desenvolvidas pelos presos – o trabalho encarcerado – e a coordenação dessas atividades apareciam como uma rede de poder fortemente tecida pelo fio da ilegalidade. Internos e funcionários compõem o tecido da corrupção. Uma "máfia" ao estilo brasileiro, onde o trabalho não visa dignificar o homem, mas incentivá-lo a manter-se na delinquência.

Muitos dos meus entrevistados perguntavam o porquê do meu interesse por esse tema tão cheio de complicações e implicações. Sugeriam, sutilmente, que eu procurasse algo mais simples, talvez mais adequado para mulheres, e que não envolvesse tantos interesses.

Percebi, claramente, a ameaça velada e recuei. Eu não era uma pesquisadora ingênua. Pelo menos não no que dizia respeito ao ambiente onde pesquisava. Eu sabia que corria risco ao tornar público o que estava descobrindo.

Meu “eu psicóloga” entrou em choque com meu “eu mulher e mãe”. Não tinha porque colocar em risco minha própria vida e a dos meus cinco filhos. Acabei por desistir do tema.

Fiquei literalmente no limbo por vários meses.

Pensei até em desistir da temática das prisões, tendo essa incerteza perdurada até o momento em que foquei o meu interesse nas mães presas. O tema representava um desafio em vários sentidos, mas resolvi enfrentá-lo.

De início, deparei-me com antigos fantasmas – a suposta maldade dessas mulheres, mães desnaturadas, bruxas trancafiadas etc. Apesar disso tudo, minha determinação não me deixou fraquejar. Coloquei em suspensão os preconceitos – pois confesso que, lá no fundo, não tinha me livrado absolutamente deles – e parti para o campo.

Inicialmente como numa batalha, talvez em virtude dos meus medos; posteriormente, como demonstrarei, apenas como parceira de uma jornada humana.

Conhecia várias pessoas no sistema por de ter nele trabalhado durante tantos anos. Na época da pesquisa tinha algumas amigas trabalhando na Penitenciária Feminina do Tatuapé e para lá me dirigi.

Apresentei minha proposta: pesquisar a experiência das mães encarceradas durante o período de prisão. Assim como quase tudo que representa uma iniciativa voltada para esse tipo de população, via de regra tão desassistida, fui bem recebida.

Restava formalizar a autorização junto à Vara de Execuções Criminais o que também não custou a ocorrer.

O convite às mães presas para participarem do estudo se deu de uma maneira impessoal, porém com alguma formalidade. Eu queria garantir uma participação espontânea das mães.

Como o acesso às mulheres era mediado por uma série de regras de segurança, optei pela distribuição do convite, na forma de um folheto onde me apresentava, dava algumas informações sobre a pesquisa e solicitava às interessadas a devolução do folheto preenchido, caso tivessem interesse em participar, à funcionária da unidade responsável por eles.

Para minha surpresa, muitas mulheres responderam afirmativamente. Pude então iniciar as atividades que perduraram dois anos.

Neste estudo pretendo relatar com o que me deparei: histórias de mulheres, mulheres que cometeram delitos, mulheres-mães que estão presas, mulheres que afirmam amarem seus filhos.

Espero, ao final, contribuir para a conscientização sobre as necessidades reais dessas mulheres e para a mobilização das autoridades responsáveis no sentido de minimizar os efeitos da prisionalização nas relações das mães presas com seus filhos.

Introdução

Este é um estudo sobre mulheres. Mulheres que são mães. Mulheres que ousaram violar a lei. Mulheres que estão encarceradas.

Meu objetivo é trazer à luz não só as concepções singulares que as mães presas têm sobre o amor materno, mas também revelar as possibilidades e impossibilidades da experiência concreta da maternidade na condição de encarceramento.

Atingir essa meta requer uma aproximação de diferentes determinantes históricos, sociais, econômicos, jurídicos e psicológicos que, no meu entendimento, acabam por configurar as particulares manifestações dessas mães que se encontram “por trás das grades.”

A mãe é antes de tudo – e sempre – uma mulher.

Enquanto estudo que privilegia uma questão específica do gênero feminino serão abordados no primeiro capítulo, a partir de uma perspectiva sócio-histórica, aspectos referentes ao lugar da mulher na sociedade. Entendo essa realidade social como um organismo vivo e dinâmico, mas cuja essência é conservadora e está fundamentada em valores androcêntricos e cuja especificidade faz das mulheres prisioneiras do sexo.

Embora tenhamos que admitir a existência de diferenças de ordem biológica entre os sexos, o lugar que a mulher ocupa no mundo foi construído por uma racionalidade que supervalorizou as diferenças e minimizou as igualdades acabando por configurar uma condição social de submissão e exclusão para muitas mulheres que perdura até os dias de hoje. Minhas reflexões nesse capítulo encontram apoio em Laqueur (2001), Beauvoir (1962) e Saffioti (1994).

As mulheres buscam realizar suas necessidades.

Mesmo tendo sido apontadas durante séculos como seres de segunda classe as mulheres fizeram história e produziram importantes mudanças sociais. Embora consideradas intelectualmente inferiores, incapazes de um juízo aguçado e, portanto menos perigosas que os homens, algumas delas, na tentativa de se fazerem ouvidas e reconhecidas, romperam com as normas e valores estabelecidos e, em decorrência de específicas injunções sociais de gênero, se tornaram prisioneiras de um sistema jurídico-penal.

Buscando um controle social genérico, as sociedades, a partir do século XVII, passaram a se preocupar com os desvios femininos e construíram uma racionalidade particular sobre a capacidade feminina de cometer crimes. A necessidade de “readequar as mulheres à norma” levou a razão androcêntrica a aplicar penalidades que, na verdade, as degradavam e desqualificavam ainda mais e deixavam entrever as estruturas e mecanismos que mantinham os privilégios de sexo. Delitos distintos exigiam das autoridades diferentes tipos de providências para o cumprimento efetivo das as penalidades aplicadas às mulheres.

Esses aspectos relativos à punição diferenciada aplicada às mulheres são tratados no segundo capítulo e têm como referências principais estudos realizados pelas criminólogas Graziosi (1999), Fernández (1995) e Smaus (1999). São ainda apresentados dados relativos à legislação penal e programas específicos para mulheres presas.

A mulher delinqüente passou a ocupar as prisões.

As prisões não foram pensadas para mulheres. Criadas a partir de uma racionalidade que via a agressividade como um traço inerente aos homens, as prisões foram projetadas para eles e as mulheres foram "a duras penas" sendo introduzidas nesses espaços. Inicialmente alojadas junto aos homens foi somente no final do século XVIII e início do XIX que o aprisionamento de mulheres passou a apresentar alguns critérios pretensamente científicos, mas que na realidade ocultavam o caráter de expiação moral das criminosas.

Ao longo do século XIX e XX, as unidades prisionais femininas aumentaram em número, no entanto não podemos admitir que elas sejam substancialmente diferentes das primeiras. O princípio que norteou a criação da primeira unidade feminina, ainda pode ser percebido por trás de muitos discursos sociais e jurídicos na atualidade.

Apesar da luta de ardorosas criminólogas feministas na atualidade, as prisões femininas ainda se constituem em espaços de exclusão de “segunda classe.” A racionalidade androcêntrica prevalece por maior que seja a resistência.

O terceiro capítulo, referenciado em estudos da filosofia, psicologia social, sociologia e direito visa elucidar dados relativos à história das prisões femininas que julgo fundamentais no presente estudo. Foucault (1977, 1984, 1996), Rocha (1994), Salla (1999), Bierrenbach (1998), Graziosi (1999) e Arus (1995) são os autores nos quais busquei referência para a elaboração do capítulo.

A mulher presa, como outras, pode ser mãe.

A maternidade é uma questão central na vida das mulheres, uma potencialidade que muitas optam por desenvolver ao longo de suas vidas. Porém, tornar-se mãe nem sempre é um ato de escolha verdadeiramente consciente. Para muitas, a maternidade "acontece" quase como uma decorrência do fato de ser mulher.

Fato é que, quando um filho nasce, desencadeiam-se na mulher uma série de processos psicológicos, em sua maioria decorrentes das relações sociais de gênero e condicionados pela classe social e etnia a que cada mulher, especificamente considerada, pertence.

As distintas inter-relações desses eixos produzem tipos especiais de inteligibilidade que conferem os diferentes coloridos do tecido social. Ser mãe numa comunidade européia não é o mesmo que ser mãe numa comunidade africana, ou mesmo num grande centro urbano do sudeste do Brasil, este seguramente eivado de crônicas contradições.

Os processos psicológicos que marcam a construção social do lugar de mãe são respostas a condicionamentos e expectativas sociais. São, portanto, resultados de um evolver-se da história.

As mães presas continuam a ser mães, independente da condição de encarceramento. No entanto, o exercício da maternidade e, particularmente, a manifestação do “amor materno” torna-se, significativamente, prejudicado uma vez que essas mulheres estão submetidas a uma série de dispositivos jurídico-penais que restringem significativamente seu contato com o mundo exterior e com seus filhos.

O quarto capítulo sem ter a pretensão de esgotar os dados que permitem a compreensão do lugar da mãe na sociedade, ou seja, os determinantes sociais e psicológicos que definem sua função no grupo familiar e como essas diferentes concepções imprimiram nas mulheres o querer verem-se como alguém "que ama seus filhos", apresenta algumas contribuições provenientes da filosofia – Rousseau (1999), da história – Perrot (1991), antropologia – Hrdy (2001), da sociologia – Badinter (1993), da psicologia social – (Bosi, 2002), Moura (1995), Rocha-Coutinho (1994) –, da psicologia profunda – Jung –, e da psicanálise – Chororow (1990), Hilferding (1991) e Winnicot (1993, 1995 e 1999) as quais penso serem relevantes para o entendimento do exercício da maternidade no interior das prisões.

Os quatro primeiros capítulos acima mencionados compõem uma visão multidisciplinar que será a base teórica de minhas análises permitindo assim, o encaminhamento de minhas conclusões e sugestões.

O quinto capítulo traz uma descrição da Penitenciária Feminina do Tatuapé a partir do “olhar do pesquisador”. Esse foi o local onde coletei os dados que permitiram minhas análises e conclusões acerca da experiência da maternidade encarcerada.

O sexto capítulo apresenta dados quantitativos referentes a um estudo inédito de caracterização da população de mães encarceradas que realizei em quatro unidades prisionais do estado de São Paulo em 2001 e está presente neste estudo apenas como dado informativo complementar.

O sétimo capítulo refere-se ao método utilizado na pesquisa. Nele são apresentados informes relativos à coleta de dados, à população que participou do estudo além dos procedimentos e categorias de análise adotados.

O oitavo capítulo apresenta uma seleção dos dados coletados junto às mães encarceradas. A necessidade de organizar uma seleção se deu em virtude de dois fatores. O primeiro foi o volume de informações que reuni em dois anos de contato com as mães presas. O segundo foi que muitas das informações desviavam-se do foco do estudo e, embora de importância, preferi deixá-las reservadas para estudos futuros. Após a seleção, os dados foram agrupados em categorias de análise.

O nono capítulo traz a análise dos dados a qual foi conduzida tomando-se como referência que o grupo analisado é formado por mulheres das camadas pobres da população; que nele se observa a presença de um modelo arquetípico que confere características especiais às construções relativas ao lugar de mãe; que os discursos sobre o amor materno e a maternidade resultam de relações sociais de gênero e são, portanto construções sociais e ainda que o amor materno enquanto atitude e sentimento humanos é construído na experiência concreta entre mãe e filho se transformando ao longo da vida.

O décimo capítulo apresenta minhas conclusões e sugestões. Nele incluo ainda alguns informes sobre trabalhos realizados em penitenciárias da América e Austrália, os quais apresentam algumas tentativas de minimizar os efeitos danosos do encarceramento para as mães e seus filhos. O estudo apresenta ainda na forma de *Anexos e Apêndices* uma série de informações complementares: dados da pesquisa quantitativa, questionários, roteiro das entrevistas, cartas etc, às quais recomendo a leitura.

Este é um estudo de Psicologia Social, com recorte específico de gênero, que busca através de recursos históricos, sociológicos, psicológicos e jurídico-penais buscar a compreensão de uma manifestação afetiva – o amor materno – numa condição social específica, ou seja, o encarceramento.

O interesse para a Psicologia Social, e também para a Psicologia Jurídica é evidente. No entanto, ressalto que o amor materno, enquanto manifestação pessoal é primordial quando se pensa em saúde mental. Enquanto manifestação social, ele ainda é super-valorizado e faz das mães objetos de admiração ou repúdio.

Refletir sobre as condições em que ele pode – ou não – ser praticado na condição de encarceramento e indicar alternativas para melhor atender as mães presas e seus filhos parece-me um compromisso de uma psicologia social que se afirme transformadora.

1 – As mulheres – prisioneiras de seu sexo

Muitas são as relações sociais em que ainda se manifestam, claramente, as desigualdades entre homens e mulheres.

Embora seja impossível negar a existência de setores onde conquistas femininas tenham sido obtidas ao longo do último século – como, por exemplo, nas relações de trabalho – em outros segmentos, a manutenção de um modelo androcêntrico, prevalece. Exemplo contundente dessa situação são as prisões femininas.

Pesquisadoras das áreas jurídica e sociológica, na América do Sul e do Norte, além da Europa, relatam, em seus estudos sobre criminologia e penologia femininas, o descaso na consideração das diferentes necessidades das mulheres presas e denunciam a condição de “invisibilidade” em que elas se encontram no âmbito das políticas públicas voltadas ao setor (FERNANDÉZ, 1995; GRAZIOSI, 1999; SMAUS, 1999; MORENO, 1993; PARENT, 1986; GARCIA, 1998).

As diferentes autoras, independentemente do tipo de estudo realizado, entendem as causas do tratamento diferenciado dispensado às mulheres presas como uma questão de gênero.

Quando se pensa nas “questões femininas”, um primeiro aspecto quase sempre abordado é o que se refere à forma como a sociedade tem lidado com as diferenças entre homens e mulheres.

A assertiva de que homens e mulheres são “naturalmente diferentes” tem perdurado nos discursos dos mais diferentes autores desde a antigüidade.

Laqueur (2001) aponta o percurso histórico da “invenção do sexo” e afirma que as diferenças naturais nem sempre foram parte de um discurso uníssono, tendo transitado do pólo biológico ao político em diferentes épocas e pelas mãos – e idéias – de diferentes autores.

Em seu texto, Laqueur apresenta fatos interessantes sobre a construção do sexo a partir de dois modelos: o do sexo único e o dos dois sexos.

O primeiro deles pode ser encontrado no discurso galeniano, influente anatomista da tradição ocidental.

Galeno pensava as mulheres “como” homens. Para ele, não se encontraria no corpo das mulheres nada que não existisse também no corpo dos homens e que tivesse, ali – no corpo feminino – mudado de posição. Ao invés de serem divididos por duas anatomias diferentes eram ligados por um sexo comum. Dessa forma mulheres eram homens invertidos. Galeno (1968), citado em Laqueur (2001,p.42), utilizou uma comparação significativa para falar das diferenças entre homens e mulheres: os olhos da toupeira e os órgãos genitais femininos.

os olhos da toupeira têm a mesma estrutura dos olhos dos outros animais, só que a toupeira não enxerga. Seus olhos não abrem, “não se projetam, mas continuam ali, imperfeitos.” A genitália da mulher também “não abre” e permanece em uma versão imperfeita do que seria se fosse projetada para fora. Os olhos da toupeira “permanecem como os dos outros animais quando ainda estão no útero”, portanto, seguindo a lógica para uma conclusão, o ventre, a vagina, os ovários e as partes pudendas externas permanecem para sempre como se ainda estivessem dentro do ventre. Espalham-se vertiginosamente dentro de si próprios, a vagina um pênis eternamente precário e por nascer, o ventre um escroto mirrado, e assim por diante.

Para Galeno, a humanidade era mais perfeita que o resto dos outros animais e, no que dizia respeito à humanidade, homens mais perfeitos que as mulheres. A causa dessa diferença seria o excesso de calor, pois o calor, para Galeno, era instrumento da natureza. Assim toupeiras eram mais perfeitas que animais destituídos de olhos e mulheres mais perfeitas que outros animais, mas seus órgãos não expressos, indícios da ausência de calor, marcavam o seu grau de perfeição. Como decorrência, os homens, possuidores de mais calor, seriam mais perfeitos que as mulheres (LAQUEUR, 2001)

Uma outra versão do modelo de sexo único, apresentada por Laqueur é a contraditória posição aristotélica.

Aristóteles, embora profundamente comprometido com a existência de dois sexos radicalmente diferentes e distintos, apresentou à tradição ocidental uma versão mais rígida que a de Galeno do modelo de sexo único.

O filósofo grego insiste na existência de dois sexos: o masculino e o feminino, sendo que a característica distinguível da masculinidade é imaterial. Acabando com as distinções orgânicas, afirma a existência de uma carne a qual pode ser classificada, ordenada e diferenciada, caso seja necessário e em circunstâncias especiais.

O que hoje poderíamos designar como construções sociais de gênero – atividade masculina versus passividade feminina, por exemplo – são, para Aristóteles, verdades naturais.

De outro lado, as diferenças biológicas básicas – pênis-vagina, testículos-ovários, líquido seminal, menstruação – são, para ele, observações contingentes e filosoficamente pouco interessantes.

Para Aristóteles, as categorias sociais – divisão de trabalho e atribuição de papéis – são naturais e estão no mesmo nível explanatório dos fatos físicos ou biológicos.

Embora os corpos masculinos e femininos estejam adaptados aos seus papéis particulares, essas adaptações não são sinais de oposição sexual. A oposição sexual – distinção entre os sexos – diz respeito à diferença na natureza da causa: o macho representava a causa eficiente – a alma –, a fêmea representava a causa material – o corpo. Disso resulta conceber as mulheres como inferiores aos homens, pois a causa material é inferior a causa eficiente (LAQUEUR, 2001).

O modelo do sexo único persistiu nas sociedades por muitos anos. Essa longevidade, em parte, se deve ao fato de que esse modelo liga o sexo ao poder. Num mundo onde o espaço público era predominantemente masculino, o modelo do sexo único prestava-se a confirmar o que já era evidente na cultura mais genérica, ou seja, o fato de que o homem ser a medida de todas as coisas e a mulher, por sua vez, não existir como uma categoria ontologicamente diferente.

Mesmo sendo verdade que nem todos os homens são potentes, poderosos ou dignos e que as mulheres podem ultrapassar os homens nessas mesmas categorias, o padrão do corpo humano e suas representações é o corpo masculino.

Os modelos aristotélico e galeniano do sexo único – em que os pares de oposições ordenadas paternidade/maternidade, macho/fêmea, homem/mulher, cultura/natureza, quente/frio, legítimo/ilegítimo, direito/esquerdo etc., opõem-se a uma carne única que não é inerente a eles próprios, foram parcialmente repudiados a partir do século XVIII, momento no qual passa a predominar o modelo dos dois sexos.

Existem duas explicações para a forma como os dois sexos foram, e continuam a ser, inventados. A primeira é epistemológica e a segunda, política.

A explicação epistemológica apresenta duas articulações. A primeira delas refere-se a uma postura mais francamente céptica no campo das ciências e, portanto, uma aguda divisão entre verdade e a falsidade, entre o possível e o impossível, entre o corpo e o espírito e entre o sexo biológico e o gênero teatral.

A segunda articulação, fundamentada nas colocações de M. Foucault, aponta para o fato de que, a partir do século XVIII, ocorre uma mudança epistemológica, ou seja, “(...) todas as formas complexas onde as semelhanças entre corpos, e entre corpos e o cosmo, confirmavam uma ordem de um mundo hierárquico foram reduzidas a um único plano: a natureza.” (LAQUEUR, 2001,p.191).

As categorias masculina e feminina passam então a representar sexos opostos e incomparáveis e a produção cultural que antes – no modelo do sexo único – fora feita pelo gênero, passava agora a ser determinada pelo sexo.

A explicação política resultou das intermináveis lutas pelo poder e posição na esfera pública já no século XVIII e no XIX pós-revolucionário (entre homens e mulheres e entre feministas e antifeministas).

A partir do momento que uma ordem transcendental preexistente ou costumes antigos passam a ser justificativas pouco razoáveis para as relações sociais, as discussões sobre gênero migram para o sexo biológico.

Embora nenhum discurso político da época possa ser considerado vencedor, os cientistas ofereceram mais do que dados neutros aos ideólogos – Hobbes, Locke, Rousseau – eles descobriram ou comprovaram os aspectos das diferenças sexuais, antes ignoradas. Pode-se considerar que a política do gênero não só interferiu na interpretação dos dados como também em sua produção (LAQUEUR,2001).

No entanto Laqueur, admite que o novo conhecimento científico sobre sexo não vinculou suas descobertas às diferenças sexuais. Para Laqueur (2001, p.193),

(...) a natureza da diferença sexual não é suscetível a exames empíricos. É logicamente independente de fatos biológicos pois, já impregnada na linguagem da ciência, pelo menos quando aplicada a alguma construção culturalmente ressonante de diferença sexual, está a linguagem do gênero. Em outras palavras, tudo menos as declarações mais restritas sobre sexo são, desde o início, carregadas de trabalho cultural feito por essas proposições. (...) Dois sexos incomensuráveis eram e são, tanto os produtos da cultura como era e é o modelo de sexo único.

Embora, atualmente, seja possível perceber com clareza que ambos os modelos – de sexo único e de dois sexos – são produções culturais, a separação entre o que é natural e o que é social, lamentavelmente, ainda não pode ser vista como superada.

Se no passado, essas concepções serviram para legitimar o espaço da mulher como sendo o privado e o do homem, o público: elas podem, ainda hoje, ser identificadas, nas mais distintas relações sociais, algumas vezes de forma velada e em outras manifesta, mas mantendo muitas mulheres numa condição de subjugação.

A partir dos séculos XVII e XVIII, é possível perceber uma compreensão mais ampliada do papel da mulher e seu lugar na sociedade.

Porém, foi somente a partir do século XIX que essas discussões saíram do campo teórico e encontraram fundamentos econômicos e, portanto, mais concretos. A mulher, o Outro do homem, invadiu o mundo do trabalho, em virtude da Revolução Industrial, fazendo com que sua condição de inferioridade passasse a ser revista e refletida. (BEAUVOIR, 1962).

Nos anos 50 do século passado, M.Mead em seu estudo *Sexo e Temperamento*, demonstrou, mais uma vez, a falácia da concepção essencialista das diferenças entre os sexos.

Em seu estudo sobre as tribos Arapesh, Mundugumor e Tchambuli, a autora apontou que diferentes culturas entendem feminilidade e a masculinidade de maneiras distintas e esse entendimento não tem relação com a sexualidade ou a genitalidade. Fica claro em seu estudo que a conduta feminina ou masculina é um produto da cultura.

Na mesma direção das afirmações de M.Mead, encontramos estudos mais recentes salientando que as atividades e os sentimentos humanos não são diretamente organizados pela biologia, todavia resultantes da interação das tendências biológicas com as expectativas culturais – esquemas e símbolos que organizam nossas ações no mundo – e que, portanto, garantem nossa sobrevivência. A implicação imediata dessa forma de entender a diferenciação entre os sexos é que “(...) ser um homem ou uma mulher dependerá das interpretações biológicas associadas a cada modo cultural de vida.” (ROSALDO E LAMPHERE, 1979, p.22)

A compreensão do lugar da mulher na sociedade amplia-se a partir da distinção entre as categorias sexo e gênero.

A categoria sexo tem sido utilizada – mais apropriadamente – para diferenciar homens e mulheres no que diz respeito às determinantes biológicas – diferenças anatômicas, hormonais, reprodutivas – ao passo que a categoria gênero alcança outros níveis, sendo considerada como socialmente construída.

Os estudos das feministas sobre sexo e gênero, nos últimos quinze anos, apresentam diferenças quando abordados por inglesas daqueles efetuados pelas francesas. As primeiras entendem a categoria sexo como pertencente ao plano biológico e gênero à esfera social. As segundas não consideram o sexo como inscrito puramente no plano biológico e preferem a utilização do conceito relações sociais de sexo.

Os estudos das feministas francesas partem da suposição que não existe uma essência feminina distinta de uma essência masculina e não aceitam a naturalização da diferença como faz a sociedade. O que fica evidente nos diferentes estudos sobre gênero é que sua conceituação é múltipla e complexa (SAFFIOTI,1994).

A discussão sobre diferenças entre homens e mulheres remete-se a princípio ao seu oposto, ou seja, à busca da igualdade. Sem negar as diferenças existentes entre homens e mulheres, mas entendendo-as como fruto de uma convivência social mediada pela cultura, a igualdade não deveria ser procurada em outro plano que não o social.

Para Saffioti (1994,p. 272),

Se pensar (ou lutar por) diferença, assim como a igualdade, isoladamente, envolve armadilhas, afirmar a primazia da diferença pode conduzir à absolutização da cultura, hipostasiando-se ela na seguinte fórmula: *a cultura é o destino*. Atribui-se aqui o mesmo valor à igualdade e à diferença, na medida em que não constituem um par dicotômico, mutuamente exclusivo, mas são, cada uma, a condição da outra. (...) Ademais, similaridade e diferenciação são duas dimensões de um mesmo processo, razão pela qual não se pode mencionar uma na ausência da outra.

A rigor, não existem fronteiras para as relações entre os seres humanos, sejam elas de gênero ou de classe, uma vez que elas são constitutivas umas das outras.

As relações de gênero, ao se (re)produzirem são presididas por lógica dialética, ou seja, contraditória. Elas refletem concepções de gênero internalizadas por mulheres e homens. Isso explica porque o machismo não é privilégio de homens, podendo ser observado na maioria das mulheres.

Não é suficiente que cada gênero conheça e pratique o que lhe é atribuído pela sociedade, é imprescindível que cada gênero conheça as responsabilidades e os direitos do outro.

As relações de gênero não derivariam de características inerentes ao macho e à fêmea que se complementam na procriação.

As concepções de gênero inter-relacionam-se de forma dialética dando oportunidade à superação das contradições nelas contidas. Se não consideramos gênero como relação social, contudo como oposições decorrentes de traços distintivos inerentes aos seres, somos incapazes de perceber os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres.

Se gênero diz respeito a relações e a estruturas de poder, as pessoas estariam situadas nos denominados eixos de distribuição/conquista de poder – gênero, etnia e classe social – em virtude das semelhanças que apresentam com determinadas pessoas e as dessemelhanças que possuem em relação a outras.

Assim, por meio de tecnologias de gênero¹ – práticas sociais e culturais – o sujeito é constituído simultaneamente em gênero, etnia e classe social. Promover a discussão das diferenças como uma categoria isolada é o que permite a manutenção dos discursos discriminatório. (SAFFIOTI, 1994).

Reconhecer a ambigüidade do gênero, assim como a mobilidade e a multiplicidade de seu sujeito – constituído simultaneamente por sua etnia e classe social – é admitir a possibilidade de que homens e mulheres, enquanto sujeitos contraditórios, são capazes de desconstruir e reconstruir os atributos relativos ao seu gênero.

A categoria gênero deve ser entendida também de uma perspectiva relacional² a partir da qual se admite que tanto a pessoa quanto o gênero são construídos a partir de um contexto histórico.

Isso implica considerar que nos recorrentes conflitos sociais, o inimigo da mulher não é o homem, enquanto indivíduo, nem tampouco como categoria social: embora

¹ A expressão tecnologia de gênero teria sido usada inicialmente por Lauretis, T -*Technologies of Gender*. Bloomington: Indiana University Press, 1987, tomada por empréstimo de M. Foucault. Saffioti (1992) também se refere a Foucault, M *Historie de la Sexualité: la volonté de savoir*, Paris: Galimard, 1976, quando admite que as relações entre homens e mulheres são permeadas pelo poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força, permitindo a análise dos fenômenos tanto num nível micro como macro. Para Saffioti (1992), os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro que no macro das relações sociais.

² O termo categoria relacional foi usado primeiramente por Butler, J. em *Gender trouble: feminism and subversion of identity*, New York: Routledge, 1990.

possa se personificar num homem qualquer. De uma perspectiva relacional o inimigo a ser enfrentado é “(...) o padrão dominante de relação de gênero.” (SAFFIOTI, 1994,p.276)

Uma decorrência dessa perspectiva relacional é admitir que o gênero normatiza não apenas as relações entre homens e mulheres, mas também as relações homem-homem e mulher-mulher. Assim, por exemplo, a violência praticada por uma mulher contra outra é tão produzida pelo gênero como aquela produzida por um homem contra uma mulher. As estratégias de luta, portanto, vão no sentido contrário ao da singularização do inimigo.

Um último conceito na organização da categoria gênero, para Saffioti, é o de inteligibilidade de gênero³, ou seja, o gênero é de um complexo sistema de significações em que as categorias sexo, gênero e classe social são continuamente produzidas e seus diferentes matizes manifestos nas mais distintas práticas hegemônicas. No entanto, admitida a hipótese de um sujeito que (re)constrói as relações de gênero, nada impediria que outros matizes de inteligibilidade pudessem subverter uma ordem hegemônica qualquer. Um bom exemplo desse fenômeno é o comportamento dos grupos marginais.

No entanto, o grau e a intensidade dessa possível re-construção estão intimamente ligados ao grau de consciência que o sujeito atinge num determinado momento histórico. Isso implica dizer, por exemplo, que mulheres com semelhantes condições sociais, econômicas e culturais não necessariamente terão a mesma percepção ou consciência da situação de dominação/subordinação a que estão de fato submetidas. Elas poderão ou não ter percorrido um caminho que as leve a uma maior conscientização da opressão que vivem e do desejo de transformá-la(BANDEIRA E SIQUEIRA, 1989).

Na verdade, o quadro atual, nas mais diferentes sociedades, ainda situa-se distante das propostas utópicas igualitárias.

Ser mulher não é apenas diferente de ser homem. Essa diferença implica inferioridade, desvalorização e opressão. As mulheres ainda têm um campo de opções reduzido, permanecem como objetos de um processo de dominação-exploração, são verdadeiras prisioneiras de seu sexo.

Uma utopia mais modesta e, por esta razão mais exequível consiste em uma sociedade com gênero, com diferenciação entre homens e mulheres, entretanto sem hierarquias neste eixo de estruturação social.

³ O termo inteligibilidade de gênero também foi introduzido por Butler, J.(1990)

Uma sociedade mais equânime poderia ser considerada aquela sem contradições entre categorias de gênero, etnia e classe social, o que seria distinto de uma ordem societária sem gênero, sem relações interétnicas ou sem classes.

A superação das atuais contradições, eventualmente, daria lugar a outras, mas sempre dando oportunidade à convivência mais humana entre os diferentes (SAFFIOTI,1994).

Lamentavelmente, a diferença ainda tem se mostrado como o lugar privilegiado das relações de poder.

É possível ver esse poder nos discursos/práticas que marcam as relações étnicas, de classe social e gênero, embora, em diferentes momentos históricos, algum deles possa estar em evidência. A denúncia e superação de abusos cometidos fatalmente gerarão outros enfrentamentos.

É necessário salientar, no que se refere especificamente ao gênero, que esse é um eixo a partir do qual o poder é articulado e que essa articulação tem acontecido em detrimento das mulheres.

As mulheres têm sido tratadas como não-sujeitos e continuam submetidas ao poder e à razão masculinos, mesmo reafirmando o ordenamento social em algumas situações, ou destruindo-o em outras, as mulheres são de fato sujeitos que fazem a história.

A história das mulheres foi – e é – marcada por diferentes discursos hegemônicos. Muitas foram as lutas empreendidas por mulheres para obterem o direito ao voto, à educação, a assistência específica a sua saúde e a uma remuneração igual ao homem quando do desempenho da mesma atividade.

Cada mulher, individualmente ou por meio de movimentos sociais, tem buscado romper com o eixo dominação-exploração a fim de alcançar uma condição de maior igualdade em relação ao homem.

Muitas dessas mulheres, após romperem com matizes de inteligibilidade de gênero preestabelecidos, atingiram lugares de reconhecimento e destaque no âmbito público. Outras, num movimento radical de ruptura com o socialmente estabelecido, adicionaram à prisão ideológica a experiência de um aprisionamento real.

As mães presas são duplamente prisioneiras: prisioneiras por serem mulheres e prisioneiras por serem criminosas.

2 – A punição de mulheres – questões decorrentes do gênero

No início do século XIX, a escola positiva do direito penal retomou suas teorizações – que já pareciam esquecidas – sobre a existência de uma peculiaridade do desvio feminino.

O interesse do direito penal dava-se por dois aspectos: primeiro, o controle da esfera da sexualidade como produtora de delitos – adultério, aborto, estupro, sedução ou infanticídio – característicos das mulheres; segundo, a necessidade de se colocar um limite na aplicação das penas ao corpo feminino (GRAZIOSI, 1999).

O jurista Carminagni⁴, citado por Graziosi (1999), que viveu no século XIX, propunha, em relação às mulheres, a hipótese de atenuação, diminuição ou até mesmo a exclusão da imputabilidade, consubstanciando sua proposta com o antigo princípio da *infirmitas sexus*⁵, o impedimento devido ao sexo.

Segundo esse princípio, baseado principalmente nas observações de fisiologistas, a fisiologia das mulheres tinha influência sobre seus intelectos. Recorrendo a observações de uma medula espinhal mais frágil, afirmavam que as mulheres tenderiam a um espírito mais débil e estariam mais inclinadas a se comportar de acordo com sua natureza.

Ser do sexo feminino era uma causa justa para a aplicação de uma pena menor (GRAZIOSI, 1999).

Essas colocações científicas sobre a inferioridade natural da mulher entraram em choque com os debates mais gerais sobre livre arbítrio e imputabilidade.

As primeiras declarações de direito e as reivindicações feministas emergentes, as quais apontavam para uma igualdade frente à lei, não foram suficientes para minimizar os efeitos do princípio *infirmitas sexus*.

O pensamento jurídico, ao aprofundar as questões sobre o corpo feminino, reforçava a idéia de uma natural inferioridade das mulheres impossível de ser negada até

⁴ Carminagni – Elementi di diritto criminale, 1808, tradução italiana do latim de G. Dingli, Nápoles, Stab. Tip. P. Androsio, 1954, in Graziosi, M. *Infirmitas sexus: La mujer en el imaginário penal* (1999, p.58).

⁵ Graziosi (1999) afirma que os juristas do século XIX buscaram as bases de suas afirmações sobre a inferioridade jurídica das mulheres na sabedoria antiga dos jurisconsultos romanos, nos textos de padres ou na literatura canônica. Os termos *infirmitas sexus*, *imbecillitas sexus* ou *fragilitas sexus* eram freqüentemente utilizados para estabelecer a discriminação e produzir o controle dos homens sobre as mulheres.

mesmo pela educação, que representava, já no século XVIII, o grande tema do movimento de emancipação.

O corpo feminino, fisiologicamente mais frágil e emocionalmente mais débil, produzia dúvidas sobre a capacidade feminina de produzir raciocínio, compreensão ou juízos de valor condizentes com as normas e a moral.

A questão básica era saber se as mulheres, em sua capacidade de delinquir eram iguais aos homens, ou se seu comportamento seria – por sua debilidade e imaturidade – comparável aos velhos, aos menores ou aos loucos.

Segundo Graziosi (1999, p.60 – 61), no século XIX,

Ambos paradigmas – el jurídico y el científico – tendrán naturalmente um gran peso en la construcción de um modelo de mujer al qual será considerado normal adecuarse y patológico apartarse, y que perdurará hasta este siglo. (...) El modelo de femineidad que se supone normal, al cual es justo que las mujeres se conformen, es antes que nada un modelo materno: la mujer, en realidad, es madre antes de toda outra cosa, y en la maternidad se expresa y se realiza gran parte del destino femenino. Parece además que como en los “órganos de la maternidad” se gasta gran parte de la energía posible, la fuerza intelectual y la racionalidad de las mujeres deben necesariamente quedar disminuidas.

Essa concepção sobre as mulheres não deixava escapar também aquelas que não tivessem filhos. No caso dessas, supunha-se que a inativação dos órgãos de reprodução produzia estancamentos capazes de influenciar e diminuir a capacidade de raciocínio.

Para além do grau de responsabilidade frente aos atos e a conseqüente capacidade de imputação, fica evidente um princípio geral de que ser do sexo feminino era causa de diferenciação e menos valia, mesmo que hoje não se possa estabelecer com precisão em que grau esse princípio influiu na aplicação das penas pela justiça.

No entanto, o monumental tratado *Práxis y theorica criminalis*⁶ exerceu uma enorme influência sobre o desenvolvimento do direito penal na Itália e na França, durante o século XVIII sustentando a idéia de uma menor punibilidade das mulheres com base em sua menor racionalidade (GRAZIOSI, 1999, p.63).

⁶ Esse tratado é de autoria de Prospero, F. *Práxis et theorica criminalis*, II, I, Quaestio 98, I Veneza, 1604, in Graziosi, M. *Infirmas sexus: La mujer en el imaginario penal* (1999, p.63).

Data do século XIX, um outro trabalho, de grande influência sobre os penalistas italianos. Ernst Spangerberg⁷, embora se interrogando sobre o paradoxo entre uma permanente tutela das mulheres no âmbito direito civil em contraste com sua equiparação ao homem quando se tratava de delitos e penas, afirmava que somente uma hipótese metafísica poderia levar à negação das diferenças entre a alma viril e a feminina. (GRAZIOSI, 1999,p.64).

Após uma exaustiva descrição das diferenças orgânicas e funcionais entre os sexos, Spangerberg (1846) citado por Graziosi (1999, p. 65-6) afirmava:

El resultado de estas observaciones (...) es precisamente que existe una gran diferencia entre la fuerza intelectual del hombre y la de la mujer. Las mujeres (...) son más sensibles a todo lo que es externo; y tienen una “imaginación” más mutable que profunda, “más relámpagos de pensamientos que pensamientos” (...) En ellas las facultades de conocer y de juzgar son más débiles. (...) Los ejemplos influyen mucho más sobre sus juicios que los principios. Carecen por lo tanto de independencia porque el juicio de los otros pesa enormemente sobre ellas. (...) La conclusión es por lo tanto que la imputación debe ser ordinariamente menor en el sexo femenino.

A mulher em relação ao homem era vista àquela época com uma menor capacidade de consciência em relação ao espírito da lei ou o quê se apresentava como regra obrigatória.

Sua compreensão se restringia aos delitos naturais, mas não para aqueles que implicavam uma proibição positiva. Os homens – vistos como capazes de articular as três faculdades do espírito humano: conhecimento, julgamento e desejo – eram os únicos aptos a moderarem seus desejos e capazes de entender a relação entre o querer e a imputabilidade.

Decorrem dessa concepção a aplicação de penas mais benévolas aos crimes que envolviam a honra – infanticídios e abortos provocados – e sua extensão aos delitos por adultério, incesto e similar.

Embora, no final do século XIX, a diferenciação das penas por sexo tenha sido praticamente excluída do discurso jurídico italiano, especialmente pelas mãos de Francesco

⁷ O estudo de Ernst Spangerberg, *Del sesso femminile, considerato relativamente al diritto ed allá legislazione criminale*, foi escrito nos anos 20 do século XIX, e publicado na Itália em uma antologia de escritos alemães preparada por Mori, F. A (1846 -1847) , intitulada *Scritti germanici di diritto criminale*, in Graziosi, M. *Infirmitas sexus:La mujer en el imaginário penal* (1999, p.65).

Carrara⁸, o debate sobre as diferenças permaneceu nos meios científicos sobre a condução da escola de ginecologia positiva e dos estudos de medicina legal, influenciando, só que de modo mais sutil, as decisões nos tribunais.

Muitos juristas, fundados em estudos de eminentes psiquiatras da época, associavam as patologias dos órgãos da maternidade⁹ à origem de uma instabilidade nervosa que poderia conduzir à prática de delitos, decorrendo daí a indicação de critérios distintivos de punibilidade (GRAZIOSI, 1999).

Lombroso¹⁰, partindo da hipótese de que as pessoas são diferentes umas das outras em virtude de suas diferenças antropológicas e que o livre arbítrio não existe, acreditava ser difícil abordar a questão da imputabilidade e das penas. No entanto, no que se refere às mulheres, acreditava na educação como alternativa à punição.

Para Lombroso, o cárcere e as penas aflitivas eram menos necessárias às mulheres, uma vez que ao praticarem delitos – geralmente movidas por paixão ou sugestão – tornavam-se menos terríveis, pois se livravam daquele que as havia sugestionado ou atormentado: o marido ou o amante.

Para esse pensador, devido à grande vaidade das mulheres e ao valor que elas davam ao seu vestuário, seus enfeites e mobílias de suas casas, as penas carcerárias poderiam ser substituídas, quando relacionadas a pequenos furtos ou brigas, por penas que afligissem sua vaidade: cortarem-lhes os cabelos, tirarem-lhes os adornos etc. Quando fossem efetivamente presas, o correto seria impor o trabalho às ociosas sob a ameaça de deixá-las passar fome (GRAZIOSI, 1999)

O discurso jurídico de Ferri¹¹ admitia que o sexo fosse uma circunstância atenuante da pena. A questão era definir em que medida essa diferença sexual poderia ser admitida como causa para minimizar o delito e a imputação. Após definir as causas que diminuía a imputação em genéricas e específicas, estabeleceu fisiologicamente mais frágil e emocionalmente mais débil que o sexo feminino se encaixaria nas específicas ao lado da velhice e da falta de educação.

⁸ Carrara, F. Programma Del corso di diritto criminale – Florença, Cammelli, 1907, in Graziosi, M. *Infirmas sexus*: La mujer en el imaginário penal (1999, p.67).

⁹ Idéia apresentada por Ferri, E. em La donna e la sua imputabilità in rapporto allá psicologia e patologia Del suo apparato genitale, 1913, in Graziosi, M. *Infirmas sexus*: La mujer en el imaginário penal (1999, p.68).

¹⁰ Lombroso, C y Ferrero, G. La donna delinquente. La prostituta e la donna normale. Turin, F.lli Bocca, 1927.

¹¹ Ferri, E., La teórica dell'imputabilità e la negazione Del libero arbitrio, Florença, Barbera, 1878, in Graziosi, M. *Infirmas sexus*: La mujer en el imaginário penal (1999, p.69).

Para Ferri, o sexo feminino era uma causa permanente de diminuição da imputabilidade. Esse autor – embora afirmando certa “imperfeição da biologia” – admitia que a hierarquia entre os sexos observada não só nas outras espécies animais, mas sobretudo na nossa, demonstrava que o sexo feminino apresenta-se em um estado de infância radical que o torna essencialmente inferior ao tipo orgânico correspondente. (GRAZIOSI, 1999)

As idéias de Ferri, e em geral da escola Positiva, sobre a desigualdade entre os sexos e a relevância penal – baseado nas afirmações da antropologia positivista – nega não só a imputabilidade das mulheres, mas também a dos homens.

A imputabilidade passa a ser considerada um pseudo-conceito, fundado em prejuízo do livre arbítrio e substituída pelo conceito de periculosidade.

Essa alteração conceitual serviu para justificar “cientificamente” a diferença de sexo como desigualdade e precisamente como inferioridade da mulher em relação ao homem” e sua decorrência direta foi que as mulheres sendo intelectualmente menos dotadas e incapazes de um juízo apurado seriam, portanto, menos perigosas do que os homens. (GRAZIOSI, 1999, p. 70).

Mantendo as discussões jurídicas com respeito à imputação de penas às mulheres, Puglia¹², penalista do final do século XIX, afirmava que as diferenças orgânicas entre homens e mulheres poderiam produzir nessas uma menor criminalidade, mas isso não era uma justificativa razoável para estabelecer uma menor punibilidade para elas.

De outro lado, o referido autor dedicou-se a justificar como algumas circunstâncias atenuantes, ou que diminuía a responsabilidade penal, não se aplicavam aos homens delinquentes e a estabelecer um critério penal especialmente para as mulheres.

É de autoria de Puglia uma classificação de mulheres delinquentes – criminosas, loucas e ocasionais – cabendo a cada uma um tratamento específico – casa de incorrigíveis, manicômios criminais e penas restritivas de liberdade (GRAZIOSI, 1999).

As contradições no discurso jurídico com relação à aplicação das penas e que poderiam sugerir um duplo sistema punitivo – igualdades e diferenças entre homens e mulheres – se evidenciam quando aparecem na voz de uma expoente do movimento feminino no início do século passado.

¹² Puglia, F. *Le donne delinquenti e la legge penale -La Scuola positiva nella giurisprudencia civile e penale e nella vita sociale*, 1893.

Valéria Benetti¹³ apresentou uma atenta crítica à legislação vigente, não só no que dizia respeito à matéria civil como também à penal.

Para ela, se fazia necessário explicar, da forma mais clara possível, não só as diferenciações microscópicas produzidas nos discursos sociais, como também, todos os pontos nos quais a uma aparente igualdade de direitos corresponderia de fato, uma discriminação em relação à mulher ou o agravamento das responsabilidades que a ela, concretamente eram cabíveis (GRAZIOSI,1999)

Para Benetti, um princípio de equidade deveria corresponder às limitações impostas às mulheres nos direitos civis à exclusão absoluta dos direitos políticos e também limitações nas responsabilidades que implicam uma pena.

Percebe-se uma mudança de foco. De uma concepção androcêntrica – fundada em uma diferença biológica – a discussão por uma pena diferenciada alcança outros campos. A mulher não é vista como alguém que se encontra em uma condição mental de menor racionalidade. Para Benetti (1904) citada por Graziosi (1999, p.74), a mulher vive uma condição histórica de

irresponsabilidad e incapacidad relativa (inducida) por la condición efectiva de dependência en la cual es ubicada respecto del hombre, sea determinando en ella una relativa irresponsabilidad e incapacidad, sea determinando en su psique una verdadera y propia selección de los sentimientos de sumisión, de consentimiento, de obediência incondicionada.

Fica evidente que o discurso sobre as diferenças entre os sexos, na realidade, ocultava – e ainda oculta em muitos sentidos – uma desigualdade social que mantinha – e ainda mantém – a mulher numa condição de subjugação. As diferenças frequentemente apontadas como uma condição de menos valia feminina, uma necessidade de tutela por parte dos homens, produziam uma punibilidade diferenciada para as mulheres e deixavam claro que essa diferenciação nada mais era que um ato piedoso ou cortês.

Embora Benetti tenha apresentado, no início do século, uma reflexão inovadora sobre a imputabilidade feminina, a maioria dos textos criminológicos durante o século XX apresenta o problema da criminalidade como essencialmente masculino, ou seja, “(...) los análisis se hacen desde las perspectivas del hombre y su resultados considerados como

¹³ Benetti, V. *La donna nella legislazione italiana* (1904).

verdades universales válidas para ambos sexos, invisibilizando de este modo, a la mujer.” (FERNÁNDEZ, 1995, p.339).

Somente nas últimas décadas, os estudos avançaram e são convergentes na afirmação de que qualquer análise no âmbito da criminalidade, para ser real, deve considerar as necessidades das mulheres e abordar a problemática de gênero a partir do lugar de subordinadas que elas ocupam nas relações sociais de modo a revelar as estruturas e os mecanismos que mantêm os privilégios de sexo (SMAUS,1999; FERNÁNDEZ,1995).

Desde a mudança de paradigma ocorrida na década de 70 tem-se insistido na opinião segundo a qual a criminalidade e os criminosos não possuem um caráter ontogenético, mas sim construído.

Dessa forma, uma criminologia científica feminista – que visa superar o modelo androcêntrico – deve estar apta a tematizar adequadamente a realidade sexualizada, reconhecer a criminalidade como socialmente construída e perceber os vínculos existentes entre esses diferentes eixos. (SMAUSS,1999).

Considerar a prática de um delito por uma mulher como um desvio de sua tendência biológica e avaliar sua conduta como de menor responsabilidade que a do homem levam a uma imputação penal discriminatória e a um tratamento diferencial, de cunho paternalista, que ficou conhecido como “proteção cavalheiresca”, a qual deve ser superada (PARENT, 1986, p.148).

As mulheres lutam por uma condição de igualdade. Um tratamento cortês e cavalheiresco oculta a verdade de que as questões humanas têm sido, sobremaneira, tratadas como questões relativas ao masculino, excluindo desse discurso as vivências e experiências específicas das mulheres.

Uma igualdade abstrata permite o desaparecimento da diferença, mascara a realidade; a verdadeira igualdade respeita as diferenças entre homens e mulheres, resgata as suas singularidades.

Uma política penal que se diga igualitária deve considerar os direitos humanos – predominantemente entendidos em uma sociedade androcêntrica como direitos masculinos – também como direitos da mulher.

Incluir os direitos da mulher nos direitos humanos pode ser argumentado por alguns como não estratégico, pois se correria o risco de perder um espaço já conquistado,

ou diluiria-se o esforço de promover a defesa de ambos os direitos – das mulheres e dos homens. Porém, se trata sim “(...) de incorporar a la teoria de los derechos humanos las experiencias y necesidades de los dos géneros.” (FERNANDÉZ, 1995, p. 345).

Mais avançada, embora difícil e problemática, é a hipótese de um direito de gênero, que para Graziosi está ligado ao reconhecimento e garantia dos direitos fundamentais que, em certa medida, adquire parte de seu sentido e obrigação normativa em virtude do pertencimento a um tipo específico de gênero (GRAZIOSI, 1999)

Às tematizações sobre igualdade/desigualdade/diversidade entre homens e mulheres, direitos humanos e direitos de gênero, apresentadas até aqui há que se contrapor as ações sociais no âmbito jurídico – manifestadas em leis, convenções, decretos e regras – empreendidas no intuito de garantir às mulheres, quer sejam livres ou prisioneiras, o acesso aos direitos que lhes são devidos.

A história da humanidade registra uma série de movimentos no sentido da busca dos Direitos Humanos. Com enfoques, às vezes, apenas nos direitos civis, outras, nos direitos sociais, os Direitos Humanos foram sendo gradualmente conquistados.

É possível afirmar que na atualidade esses direitos contemplem todos os aspectos de nossa vida. Hoje qualquer pessoa pode votar ou ser votado, todos têm direito ao exercício de uma cidadania plena, direito à moradia, à saúde integral, ao ensino, ao acesso a um trabalho digno e a um salário que corresponda a uma vida com qualidade, o direito ao lazer, a uma vida livre de violências etc.

Em 1948, foi assinada a Declaração Internacional dos Direitos Humanos, porém foi somente trinta e três anos depois que as mulheres adquiriram uma efetiva condição de vencer as discriminações sofridas durante séculos.

A assinatura, em 1981, da Convenção da ONU sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher – CEDAW – e sua ratificação pelo Congresso em 1984, ofereceu às mulheres a oportunidade de lutar por direitos mais específicos de gênero, antes englobado na genérica categoria “humano.”

Segundo Alda (1991) citada por Fernández (1995, p.347), a CEDAW estabeleceu um novo conceito de discriminação, entendida como

Toda distinción exclusión o restriccion basada en el sexo que tenga por objeto o por resultado menoscabar o anular el reconocimiento, goce o ejercicio por parte de la mujer de cualquier derecho humano independientemente de su estado civil, sobre la base de la igualdad del hombre y la mujer, de los derechos humanos y las libertades fundamentales en las esferas políticas, económicas, social, cultural y civil o en cualquier otra esfera.

É certo que, após a assinatura da CEDAW, discriminar mulheres e silenciá-las ao mesmo tempo tornou-se tarefa impraticável.

De todas as partes do mundo diariamente temos notícias da luta de grupos feministas para deter o abuso do poder masculino e vencer a discriminação de mulheres nos mais diferentes setores. A luta pela descriminalização do aborto ou da prática de violência contra as mulheres são exemplos marcantes dessa luta.

A CEDAW representa um marco na conquista de direitos de gênero. Instituída francamente com o objetivo de alterar a condição histórica de submissão da mulher, a convenção aponta criticamente em seu preâmbulo que tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos como outros dispositivos das Nações Unidas, instrumentos sociais que buscam favorecer a igualdade de direitos, discriminam as mulheres.

A aplicação efetiva da CEDAW ainda não pode ser considerada universal. Diferentes países com distintas realidades sócio-econômicas e culturais têm desenvolvido práticas a partir do texto da Convenção.

É possível afirmar que nos países europeus, norte-americanos ou ainda outros considerados de primeiro mundo, a aplicação da CEDAW se processe de forma mais efetiva. No entanto, o mesmo não pode ser dito dos países pobres ou em desenvolvimento como é o caso do Brasil. Nesses ainda se fazem necessárias inúmeras conquistas.

Essa Convenção, que segundo Verucci (1994, p.59) pode ser entendida como uma “(...) Declaração Universal dos Direitos da Mulher”, foi ratificada pelo Brasil em 1984, e recentemente promulgada através do decreto nº 4.377, de 13 de setembro de 2002.

É necessário reconhecer a importância desse dispositivo para as mulheres brasileiras que se têm organizado, de forma expressiva nas últimas décadas, na luta contra as discriminações nos mais diferentes setores da sociedade – saúde, educação, trabalho.

Depois da promulgação da Constituição Brasileira em 1988, pouca legislação foi tão discutida como o novo Código Civil que entrou em vigor no dia 10 de janeiro de 2003.

No novo Código, as mulheres são vistas como cidadãs, sujeitas a direitos e deveres.

Ser sujeito significa, para a mulher, sair da “sombra” do homem, ser reconhecida como representante legal de si mesma e alcançar um lugar de igualdade nas relações de gênero.

Ainda que algumas críticas ainda possam ser feitas ao novo código civil, ele representa uma grande conquista para a mulher brasileira no que diz respeito, especialmente, ao direito de família.

No entanto, por mais distintas em qualidade que possam estar sendo as conquistas das mulheres no âmbito dos direitos civis, é necessário que se reconheça, como já apontavam as autoras anteriormente citadas, que no âmbito do direito penal, as mulheres continuam praticamente invisíveis. No que se refere especificamente à aplicação do texto da CEDAW ao direito penal feminino, ela é ainda inexistente.

Em 1985, foram estabelecidas pela ONU, as Regras Mínimas para o tratamento dos Reclusos. Essas regras apontam como princípio geral a não distinção de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política, origem nacional, fortuna, nascimento ou qualquer outra, apontando a necessidade de se reconhecer os valores morais de grupo a que pertence o recluso.

Não é necessário mencionar os fatos históricos que contrariam o estabelecido nessas regras independentemente das questões relativas a gênero. Porém, se o texto é observado na perspectiva dos direitos da mulher presa, é possível notar que elas são mencionadas apenas algumas vezes, no mais a realidade daquele que está preso é tratada de forma genérica o que significa, já sabemos, tratar as questões das mulheres como questões de homens.

As mulheres, no texto das Regras Mínimas de 1955, deveriam cumprir a pena em presídios diferentes dos homens – se eles ocupassem o mesmo edifício deveria existir uma ala específica para elas – com normas específicas para regular a vigilância, o trânsito e

os contatos das prisioneiras. A vigilância teria de ser sempre exercida por mulheres e o contato com homens, se não pudesse ser evitado, deveria acontecer necessariamente na presença de alguma funcionária.

A saúde da mulher presa é outro ponto abordado pelas Regras Mínimas. Apresentada no texto como uma atenção à maternidade e seus desdobramentos, a assistência à saúde da prisioneira não é mencionada como um direito de assistência à saúde integral da mulher, evidenciando, mais uma vez, que a tônica nos presídios femininos recai sobre a administração da sexualidade da reclusa.

A Lei Brasileira de Execução Penal nº 7210/84 é considerada uma das mais avançadas do mundo com respeito ao assunto que legisla. Nela estão contidos os ditames para promover a classificação e assistência aos condenados, regras de trabalho, direitos e deveres no cumprimento da pena, além de diferentes capítulos que regulamentam as atividades das diferentes instâncias envolvidas no acompanhamento da execução da pena.

É interessante apontar, no entanto que a mulher, no âmbito da lei de execução, praticamente inexistente. Com a leitura do texto penal é possível verificar que, em dois momentos, as particularidades relativas ao gênero são sutilmente omitidas ou ambiguamente lembradas.

O Artigo 3 da Lei indica: “Ao condenado e ao interno serão assegurados todos os direitos não atingidos pela sentença ou pela lei”, e o parágrafo único acrescenta: “Não haverá qualquer distinção de natureza racial, social, religiosa ou política.”

Se de um lado é possível conjecturar que a inexistência da categoria sexo, dentre as outras mencionadas, possa significar um avanço para além das posturas essencialistas, a ausência da palavra gênero pode sugerir um menosprezo para com as diferenças reais entre homens e mulheres e mais, pode implicar formas discriminatórias de atendimento à mulher presa.

A mulher é textualmente citada uma única vez na Lei quando é abordada a assistência educacional.

O Artigo 19 indica: “O ensino profissional será ministrado em nível de iniciação ou de aperfeiçoamento técnico”, e o Parágrafo único acrescenta: “A mulher condenada terá ensino profissional adequado à sua condição.”

Num esforço semântico, verificamos, num primeiro momento, que a palavra *condição* refere-se a modo de ser, estado ou situação. *Condição* também pode se referir à maneira especial de viver resultante de uma situação.

Não é necessário nenhum significado adicional aos expostos para ficar evidente que essa Lei Penal, num estilo rousseauiano, prevê à mulher um direito que é resultado de sua *condição sexual*. É possível entrever o sutil laço oculto da Lei com os ditames jurídicos do passado e, neste sentido afirmar que a Lei brasileira carece de ajuste no que se refere às garantias relativas ao gênero feminino.

Em novembro de 1994, por ação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP¹⁴ – e tendo como referência as Regras Mínimas para Tratamento dos Reclusos da ONU, ficaram estabelecidas as Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil, que continuam válidas até hoje.

As regras brasileiras, no que se refere à mulher, são absolutamente idênticas às formuladas pela ONU, ou seja, não é possível verificar evolução no que diz respeito ao atendimento prestado às mulheres presas e nem alteração na condição de tuteladas do sexo: evitar contato com homens e administrar uma possível gravidez continua a ser a tônica.

Nenhum outro direito específico do gênero feminino é mencionado. Os direitos e deveres das mulheres presas são (re)tomados como direitos da categoria genérica “homem preso.”

É importante destacar, porém, um dispositivo legal que introduziu uma mudança especial nas práticas dos presídios femininos brasileiros. Em 1999, foi oficializada pela Resolução nº 01/99 do CNPCP, o Programa de Visita Íntima para mulheres presas.

A visita íntima é entendida como a recepção do parceiro – nacional ou estrangeiro – no ambiente prisional para um contato íntimo, entendido, num primeiro momento, como relação sexual. Antes garantida, exclusivamente, como direito masculino, a partir dessa resolução o direito ao sexo legalizado foi estendido às mulheres. As unidades

¹⁴ O Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP é o órgão da execução penal que tem entre outras, as funções a de propor diretrizes da política criminal, contribuir na elaboração de planos nacionais na área da execução da pena, promover a avaliação periódica do sistema criminal e estabelecer regras para a arquitetura e construção de estabelecimentos penais.

prisionais passaram a ter a obrigação de assegurar essa visita às interessadas, ao menos uma vez por mês.

A participação no programa, por parte da presa, implica o comparecimento a um curso preparatório que, até onde se sabe, tem a função de orientá-las quanto ao controle de natalidade e prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis.

Se, de um lado, a mulher deixa de praticar sua sexualidade às escondidas, minimizando os riscos de uma gravidez indesejada ou a contaminação por doenças, mediante o uso de preservativos que a unidade prisional tem a responsabilidade de distribuir; de outro, é possível afirmar que a visita íntima para as mulheres presas pode ter significados que vão além da relação sexual.

Estudo realizado no primeiro semestre 2002¹⁵ para se conhecer e verificar os diferentes sentidos do o Programa de Visita Íntima na Penitenciária Feminina do Tatuapé mostrou, dentre outros dados, que a visita íntima é um momento especial em que as mulheres têm a possibilidade de resgatar a intimidade compartilhar segredos, tratar de assuntos relativos às suas vidas, rever relações familiares e planejar o futuro não sendo, portanto, apenas uma oportunidade para a prática sexual.

A visita íntima é entendida pelas mulheres como um momento de resgate do que a prisão retira permanentemente de seus internos, ou seja, a privacidade.

Durante séculos, o aprisionamento de mulheres evidenciou muito mais a tendência ao controle genérico do que a repressão social a um comportamento agressivo.

O fato de praticarem um menor número de delitos foi sempre associado a uma menor agressividade, certamente contribuindo para que o atendimento à mulher presa fosse, quase sempre, entendido como um apêndice daquele dispensado aos homens.

Porém, ainda que de forma discreta, a criminalidade feminina tem crescido ao longo dos últimos 50 anos. Em 1950, 2,26% das mulheres compunham a população carcerária. Esse índice subiu para 3,3% em 1997. Entre as populações masculina e feminina “(...) a taxa de reincidência é menor entre as mulheres, bem como a extensão da pena, o que é um reflexo entre outras coisas da menor gravidade, em geral, dos delitos praticados por mulheres.” (KAHN, 1997, p.12).

¹⁵ Freitas, L.S.; Ijuim, F.; Lazarini, S.A.; Lima, D.B.; Moreira, D.; Rodrigues, S.R.; Salvador, E. *Estudo do Programa de Visita Íntima da Penitenciária Feminina do Tatuapé*, realizado por alunas da disciplina de Psicologia Jurídica do Centro Universitário de Santo André, sob a supervisão de Lopes, R., apresentado no I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, São Paulo, 1999.

No censo penitenciário de 1997, o motivo mais freqüente para a prisão dos homens era o roubo, enquanto que 37% das mulheres foram condenadas por tráfico.

É interessante pensar que esse tipo de delito, em algumas configurações, apresenta-se como uma espécie de “rede familiar” que se estabelece entre várias pessoas de um mesmo bairro, geralmente em favelas da periferia.

No entanto, é um fato que as taxas oficiais de criminalidade refletem apenas os índices de delitos que foram denunciados.

Certamente, tanto homens, como mulheres cometem mais delitos do que se chega a ter conhecimento. Esses delitos não registrados incluem-se no conjunto denominado na área jurídica por cifra negra.

Mesmo considerando todos esses aspectos, as questões relativas ao gênero continuam a apresentar matizes especiais quando se trata do grupo de mulheres presas.

As instituições prisionais, encarnando a manifestação máxima da opressão social contra o divergente, mantêm, há mais de um século, uma rede de poderes na qual a condição de invisibilidade das mulheres é inegável. Refletir sobre essa realidade é de suma importância. Apresento a seguir alguns aspectos históricos relativos à origem da prisão enquanto instituição social e das prisões femininas que penso, orientaram o leitor na compreensão das possibilidades e impossibilidades da prática do amor materno nessas instituições.

3 – A prisão de mulheres – um espaço diferente?

O senso comum produz a redução de todas as pessoas que cumprem pena nas prisões à categoria de "delinqüentes" ou, como é mais usual na cultura brasileira, à condição de "vagabundos."

No entanto, a razão nos leva a admitir que não existe qualquer ontologia do crime ou uma "essência criminosa." As pessoas que se encontram presas possuem entre si pouco em comum, além do fato de serem invariavelmente pobres, jovens, semi-alfabetizados e pertencerem a um mesmo gênero.

O que as torna distintas não é, comumente, nem mais nem menos do que aquilo que nos faz diferentes. Nesse sentido, as prisões são "fábricas de delinqüentes" além de serem, concretamente, um dos fatores criminogênicos mais relevantes (FOUCAULT, 1977, p.253).

Os presídios talvez possam ser entendidos como a face oculta daquilo que se recusa a ver em si mesmo. É difícil adentrar esses espaços e não perceber a estranha lógica produzida em seu interior. A prisão, embora um mundo à parte, faz parte deste mundo, sendo sua mais completa e horrível tradução.

As reações daqueles que entram em contato com o sistema prisional, quer seja trabalhadores, voluntários ou pesquisadores; são, por certo, bem variadas.

Nos que lá trabalham, especialmente os agentes de segurança, grupo que permanece mais tempo concretamente "ao lado" dos homens e mulheres encarcerados, pode-se observar, além do progressivo adoecimento, um certo anestesiamento diante da degradação humana que as prisões promovem.

Para eles, muitas vezes, torna-se "natural" tratar os internos como "seres de outra espécie" e a prisão é encarada como um mal necessário. Se a maldade tem entre nós uma função legitimada, é possível afirmar que aqueles que a sustentam são funcionários do mal (LOPES. R, 1998, p.149).

Mas, as prisões também contam com a presença – nem sempre tão freqüente quanto se gostaria – daqueles que se horrorizam diante da sua existência e, reconhecendo a

humanidade do outro, desenvolvem para com eles uma atitude solidária. Estagiários de diferentes cursos de graduação, pesquisadores, membros de entidades nacionais e internacionais de preservação dos direitos humanos formam sobremaneira esse grupo de “questionadores e denunciadores” do sistema penal vigente.

Não podemos afirmar que a presença dessas pessoas na prisão seja sempre um ato de escolha voluntária, mas, provavelmente é influenciada por um determinado senso moral. Alguns desempenham suas atividades de forma discreta, oferecem acolhimento, apoio e compreensão às dores dos prisioneiros sem nada pedir em troca. Outros, pertencentes sobremaneira a grupos religiosos, são mais vigorosos em sua intervenção e aguardam o momento da conversão do condenado.

Ao pesquisador cabe uma postura distinta. Embora sua convicção ideológica e opção metodológica possam levá-lo a diferentes conclusões, há os que analisam fatos e os que apreendem fenômenos. No entanto, diante de uma realidade como as prisões, há que se ter o compromisso de uma visão crítico-prospectiva, que aponte alternativas para a solução de problemas ou conflitos e proponha alternativas de mudança.

Assim, quando se aborda a questão “prisão” – como em relação a qualquer outro fenômeno social – há que se delimitar a posição que se ocupa nela ou em relação a ela, uma vez que esse lugar diferenciado seleciona a atenção, hierarquiza nossos sentimentos e fixa – ou desvia – o olhar. O lugar que se ocupa configurará as possibilidades de compreensão e captação do real – prisão – em diferentes níveis de significação.

Existem diferentes relatos sobre a história das prisões. A grande maioria aborda fatos sobre o surgimento dessas instituições da perspectiva de quem olha para elas de fora, como um observador ou crítico.

Numa sociedade em que o humano tem sido, há séculos, sinônimo de masculino, o que mais se sabe sobre as prisões foi registrado por estudiosos desse sexo, mas se as prisões foram durante muito tempo “lugares de homens”, isso talvez não cause surpresa.

Neste estudo a questão gênero é primordial, logo, olhar a prisão de uma perspectiva masculina ou feminina faz uma significativa diferença. Não são muitos os

dados sobre prisões de mulheres. As informações se mesclam com a história das prisões masculinas, embora em alguns pontos cruciais se distanciem.

Foucault (1977, 1984, 1986), Rocha(1994) e Salla (1999) são autores que se voltaram ao estudo da instituição prisional centrando suas análises não só nos aspectos históricos relativos à sua origem, mas também à sua função social. No entanto, não manifestaram uma preocupação com a questão *gênero* nas prisões abordando os grupos humanos nelas confinados de forma abrangente.

A inclusão desses autores nesse estudo se deve não só à qualidade de suas contribuições, as quais salientam a história dos oprimidos – e, nesse sentido, tanto homens como mulheres viveram histórias de opressão –, bem como ao fato de que praticamente inexistem trabalhos que contenham a história das prisões de uma perspectiva de gênero, no caso feminino.

As prisões, da forma como as conhecemos hoje, espalharam-se pelo mundo, a partir do século XIX, porém suas origens mais remotas se localizam no século XVI.

Durante esses trezentos anos, a história das prisões esteve marcada por fatos que foram definindo um perfil das populações que, preferencialmente, ocupavam esses espaços.

O surgimento das primeiras prisões se deu em função da necessidade social de substituir as penas mais violentas como os suplícios, banimentos e até a pena de morte, por um tipo considerado mais humano. Àqueles que eram considerados desviantes aplicava-se, a partir de então, a pena de reclusão.

No entanto, esse comportamento desviante foi sendo gradativamente caracterizado, ou seja, as blasfêmias, heresias e a usura foram cedendo lugar aos pequenos furtos e assaltos tal como se conhece atualmente.

Como reflexo de mudanças sociais mais amplas, as prisões surgiram, possivelmente, como uma forma de punição muito mais vinculada à origem sócio-econômica do que ao fato de se terem cometido crimes. (ROCHA, 1994).

As prisões, tendo-se originado e desenvolvido fora do âmbito da justiça penal, aprimoraram-se, de fato, em práticas de aprisionamento e subjugação das populações pobres a regimes de trabalho obrigatório.

Aqueles que foram desapropriados de seus meios de subsistência e que não se adequavam às novas formas de produção que passaram a existir desde o século XVII, formaram, a partir daquela época, o grande contingente de excluídos que, de fato, até hoje, ocupam as prisões. (FOUCAULT, 1977).

A sociedade mercantilista do século XVI já possuía instituições com a finalidade de submeter seus internos a um sistema de trabalho forçado. Os internos nas Casas de Trabalho holandesas não eram outros senão os membros das populações pobres; o que evidencia, já a partir dessa época, a exploração de seu trabalho.

Esses homens, mulheres, adolescentes e crianças viviam confinados de forma permanente, vinculados à produção de bens que eram comercialmente convenientes à sociedade que se desenvolvia.

A Casa dos Rapazes Maus, instituição anexa ao Hospício de São Miguel, em Roma, criada em 1703 por iniciativa do papa Clemente XI, tinha a função de aprisionar e reformar jovens criminosos; entretanto na realidade operava, com sua tecnologia disciplinar, a favor do enquadramento daqueles jovens aos princípios do trabalho e da religião.

A Maison de Force de Gand, fundada em 1775, e planejada previamente por Vilain XIV, destinava-se basicamente ao aprisionamento de mendigos e vadios que deveriam ser submetidos a trabalhos forçados. Vilain afirmava que encarcerar mendigos e vadios oferecia a vantagem de formar uma quantidade de novos operários e baratear os custos da mão-de-obra (ROCHA, 1994).

A mudança social ocorrida no plano econômico, ou seja, um novo direcionamento na aplicação das fortunas, é certamente o motivo determinante na mudança da finalidade do aprisionamento.

A partir do momento em que os grandes capitais são colocados nas mãos da classe popular na forma de matéria-prima, maquinários e instrumentos utilizados nas indústrias, passa a ser necessário proteger a riqueza que fatalmente estava mais exposta.

A partir do século XVIII, os pobres, as pessoas que procuram trabalho e os desempregados, passam a ter um contato físico direto com a riqueza e, portanto, os roubos, a destruição e a pilhagem passam a ocorrer de modo mais freqüente necessitando, pois de punição. (FOUCAULT, 1984,1996).

Uma decorrência interessante desse fato foi a separação, nas populações pobres, entre honestos e desonestos por meio de campanhas de cristianização junto aos operários. Segundo Foucault (1984,p.133)

Foi absolutamente necessário constituir o povo como um sujeito moral, portanto separando-o da delinquência, portanto separando nitidamente o grupo de delinquentes, mostrando-os como perigosos não apenas para os ricos, mas também para os pobres, mostrando-os carregados de todos os vícios e responsáveis pelos maiores perigos. (...) A partir do momento que alguém entrava na prisão se acionava um mecanismo que o tornava infame, e quando saía, não podia fazer nada senão voltar a ser delinquente.

A tecnologia do aprisionamento cresceu de forma espantosa e as prisões de Gloucester, Walnut Street e Auburn, fundadas, respectivamente, em 1777, 1790 e 1819, foram gradativamente tornando-se locais de encarceramento das camadas pobres da população e expressão cristalizada da reabilitação pelo trabalho.

Na primeira instituição, Howard, que propôs sua criação, enfatizava os benefícios que a reforma penal poderia introduzir ao se “(...) utilizar racionalmente o prisioneiro e o asilado que os encarceramentos de exclusão social desperdiçavam.” Essa instituição ficou conhecida por sua disciplina rígida, sua punição cruel e pela imposição de um trabalho, notadamente desumano, aos sentenciados. (ROCHA, 1994, p.81-82)

O que ficou conhecido como *sistema Auburn* introduzia ainda uma outra penalidade. Uma vez que era impossível o isolamento no trabalho coletivo durante o dia, os condenados eram obrigados ao silêncio total. Com isso, Lynds, idealizador desse modelo, pretendia evitar a solidariedade, impedir as resistências, reforçar a idéia do ‘estar só e desamparado’, ou seja, “(...) à mercê do arbítrio de guardas aos quais os detentos deveriam submeter-se incondicionalmente.” (ROCHA, 1994, p.86).

Embora as prisões existissem desde a Antigüidade, foi somente a partir do século XVIII que elas adquiriram uma sistemática diferente, a qual, por sua eficácia, perdura até os dias atuais.

A população pobre prisioneira passa a ser submetida a uma arte de controle do corpo – a disciplina – que visa não só ao aumento de suas habilidades ou de sua sujeição, “(...) mas a formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente” (FOUCAULT, 1977, p.127).

Mesmo que as práticas disciplinares tenham se constituído em esquemas gerais de dominação disseminados em vários âmbitos sociais – família, escolas, hospitais, fábricas – as prisões são, sem dúvida, seus maiores representantes. Utilizando inicialmente a idéia do trabalho penal como um aprendizado para a virtude – especialmente para os pobres (é claro!) – as prisões, após 1840, ao empregar mecanismos estratégicos de controle do tempo e dos movimentos, vigilância, sanção normalizadora e o exame, deixam evidente que, na verdade, nada mais fazem do que não ensinar coisa alguma àqueles que ela segrega.

A classificação, a diferenciação e a segregação, utilizadas pelas prisões, são uma espécie de garantia de que aqueles que lá estão nada poderão fazer ao sair (FOUCAULT, 1977).

No Brasil, a história das prisões não é essencialmente diferente da de outros lugares do mundo e seguiu de perto o modelo adotado pela legislação portuguesa.

Apesar de os modelos de aprisionamento desenvolvidos nas épocas colonial e imperial estivessem em descompasso com os desenvolvidos na Inglaterra, França e América do Norte, ao longo do século XX, os devidos ajustes ao modelo ressocializador foram sendo, gradativa e lentamente, efetuados.

As disposições referentes aos crimes no Brasil, até a adoção do Código Criminal do Império em 1830, estavam contidas no Livro V, das Ordenações Filipinas, as quais definiam a legislação sobre as questões mais diversas: blasfêmia feitiçaria, moeda falsa, sodomia, incesto, adultério, homicídio, injúria, furto, vadiagem, baile de escravos, jogos, ocultamento de criminosos, dentre outros (SALLA, 1999).

As penas previstas poderiam ser a de morte, degredo para as galés, o degredo para regiões da África e Índia, além dos açoites corporais tais como a mutilação das mãos, língua e queimaduras tenazes. Confiscar bens e a aplicação de multa eram também, bastante freqüentes.

Durante os três primeiros séculos da colonização, a prisão era usada como instrumento de ameaça e de exercício do poder arbitrário nas vilas e cidades.

Por volta da segunda metade do século XVIII, os ocupantes das cadeias eram funcionários suspeitos de desvio de dinheiro e índios acusados de desordens ocorridas na cidade. Mais tarde, durante o século XIX, os escravos negros rebeldes também passam a ocupar as prisões (SALLA, 1999).

A cadeia, especialmente em São Paulo, durante muito tempo poderia ser um cômodo, casa alugada ou uma dependência ao lado Câmara, órgão responsável pela execução nas Ordenações.

Em cidades ou vilas com maiores recursos o local destinado aos presos eram as enxovias – prisões que se localizavam na parte de baixo da Casa de Câmara (SALLA, 1999).

Uma prisão mais sólida e segura só surgiu em São Paulo em 1787, no largo de São Gonçalo, retirando do encarceramento seu caráter precário, instável e nômade dos primeiros séculos. A Cadeia de São Gonçalo compreendia, segundo Salla (1999, p.37-38),

Enxovias (prisões, celas, salas ou casas nas quais ficavam os indivíduos isoladamente ou em conjunto) de homens, mulheres, de pretos, cujo acesso se fazia por alçapões abertos no piso superior e pelos quais se descia com o auxílio de “escadas-de-mão”, isto é, móveis; *caza* para preso (sala para encarceramento sem uma função ou tipo especial de pessoa); *sala-livre*, geralmente destinada à gente “qualificada”; *sala-fechada*, algo provavelmente similar às celas fortes; *albuje*, local (cela) onde ficavam detidos os clérigos; *segredo* ou *moxinga* era a cela onde ficavam trancafiados os presos por culpa grave e onde eram geralmente aplicadas torturas (...) sem abertura para o exterior(...). O *oratório* era uma sala (cela) com um altar (onde os condenados à morte passavam seus últimos momentos).

Por volta de 1821, a utilização de presos para serviços públicos, os *galés* como eram conhecidos, era freqüente e visava baratear os custos do erário público. Esse tipo de pena se estendeu por muitos anos e ainda podia ser registrada, cinquenta anos depois.

O Código Criminal de 1830 introduziu a idéia do cumprimento da pena de prisão com trabalho. Em seu Artigo 46, determinava que a pena de prisão com trabalho obrigaria os réus a ocuparam-se, diariamente com o trabalho que lhes fosse destinado no recinto da prisão, de acordo com o seu regulamento da mesma, evidenciando já o espírito retributivo das penas.

A pena de prisão teve um importante papel no mundo moderno. Tendo como modelo inspirador as idéias iluministas, as penas, revestidas de um caráter retributivo e igualitário, vieram substituir as práticas sanguinárias.

A partir do século XIX as penas deixaram de ser corporais e passaram a confiscar dos cidadãos seu maior bem: a liberdade.

Se, na Europa, a pena de prisão foi empregada ao mesmo tempo em que os direitos do cidadão se ampliavam; no Brasil, ela passou a ser usada em uma estrutura social cindida pelo escravismo e pelas diferenças de acesso dos indivíduos à lei.

Marcado por uma história de subjugação e submetimento de outros povos, o Brasil evidenciou – e talvez ainda evidencie – uma profunda cisão entre o discurso e a prática da execução penal.

As transformações se faziam necessárias, o espírito reformador alimentava a mente dos mais sensíveis, no entanto, a lentidão na aplicação das novas propostas mantinha os prisioneiros numa condição de absoluta indignidade.

Acompanhando, no discurso, os países europeus as autoridades brasileiras, já durante o século XIX, voltavam sua atenção para o tratamento dispensado aos encarcerados.

Inúmeros foram os relatórios de autoridades apontando a necessidade de dar um atendimento diferenciado aos sentenciados e os não condenados, além da necessidade da separação por idade, raça e cultura.

Esses relatórios manifestavam as visões preconceituosas que permearam o discurso sobre o encarceramento no Brasil desde os primórdios até hoje, ou seja “(...) a condição diferente na hierarquia social determina a situação igualmente diferenciada sob a qual estarão submetidos os indivíduos no cárcer.” (SALLA, 1999, p.54)

Por volta de 1841, foi proposta a fundação do Sistema Penitenciário com base em três aspectos: a segregação celular noturna, o trabalho e a instrução moral e religiosa. Esse sistema era inspirado no modelo de Gand.

Já a Casa de Correção de São Paulo, inaugurada em 1852, assim como a do Rio de Janeiro inaugurada em 1850¹⁶, tiveram, a partir de outro modelo, o auburniano, a preocupação de organizar o trabalho dos presos de forma a gerar recursos para a amortização dos custos e gerar nos condenados hábitos de moralidade, ordem e reconhecimento da virtude no trabalho. As casas de correção e sua nova proposta visavam à regeneração dos condenados.

¹⁶ Tanto a criação da Casa de Correção de São Paulo, como a do Rio de Janeiro, marcou uma mudança importante na concepção das penas no Brasil. As cadeias de ambas as cidades, alvos de críticas constantes foram substituídas por esses presídios.

Os regulamentos desses dois tipos de instituições previam um nível de organização que o Brasil colônia não conheceu e os primeiros anos do império não conseguiu implantar.

A preocupação com os horários das atividades, as rotinas de trabalho, as penas disciplinares a serem aplicadas aos rebeldes, o vestuário, a alimentação, o atendimento da enfermagem, as práticas religiosas, além da própria organização administrativa da prisão e a qualificação dos funcionários passaram a ser preocupação fundamental. No entanto, essas instituições eram exceções em relação às outras espalhadas pelo país, onde ainda era registrado um tratamento marcado pela desumanidade.

É importante salientar que as mudanças ocorridas no sistema prisional, não só no Brasil como em outros países, acompanhavam de perto os progressos no âmbito da criminologia, ciência que contribuiu significativamente para instituir a segregação das populações pobres como as “coincidentemente” mais criminosas.

No final do século XIX, o discurso em torno do crime e do criminoso apontavam para uma negação sutil do indivíduo genérico, universal, amparado pela lei. Segundo Salla (1999,p.129)

Ao criminoso como cidadão que rompe, de seu livre-arbítrio, o pacto legal, sucede o criminoso portador de uma enfermidade. Os traços biológicos, psicológicos e sociais específicos, particulares a um determinado indivíduo, ganham realce e começaram a fundamentar não só uma teoria sobre o crime e o criminoso, mas também, as formas de atuação de instituições como a polícia e a prisão.

A noção de periculosidade que se instalou a partir dessa concepção de criminoso reforçou as práticas de vigilância e punição apontadas por Foucault (1977) e introduziu a preocupação com a reincidência criminal.

O novo discurso científico do positivismo fez retroceder os princípios relativos à dignidade humana, separando-os em grupos antagonistas: superiores e inferiores, normal e anormal, sadio e doente, além de reforçar a antiga cisão homem – mulher.

No final do século XIX e início do século XX, sob a égide de um novo Código Penal em vigência desde 1890 – cuja característica inovadora era questionável uma vez que filosoficamente era, em muitos sentidos, semelhante ao do Império – a sociedade

republicana se colocava francamente favorável à criação de unidades prisionais que refletissem os avanços políticos e científicos da escola criminológica positiva.

É no início do período republicano que surgiram as primeiras experiências com manicômios e prisões, onde foram produzidas as primeiras “(...) informações científicas sobre os loucos e os criminosos a partir do próprio interior destas instituições.” (SALLA, 1999,p.146).

Como resposta à necessidade de mudanças inicia-se em São Paulo um longo processo de atividades políticas com o intuito de ser criada uma nova penitenciária que atendesse aos ideais de encarceramento dos criminosos. Porém, foi somente em 1911 que ocorreu o lançamento da pedra fundamental para a construção da Penitenciária do Estado, a partir do projeto idealizado por Ramos de Azevedo em 1901.

A inauguração desta unidade prisional só ocorreu em 1920 e foi um marco na história penitenciária brasileira e paulista.

De lá para cá, muitas mudanças se processaram no âmbito do sistema prisional e como resposta a um aumento significativo da criminalidade, nos últimos 50 anos, o número de unidades prisionais cresceu de forma espantosa.

O Brasil conta hoje com 279 penitenciárias; 43 hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico; 25 colônias penais, agrícolas, industriais ou similares; 7 centros de observação criminológica; 43 casas de albergados e 1034 cadeias públicas ou similares.

É impressionante o crescimento das unidades prisionais desde o início do século com destaque especial para São Paulo. Do total de unidades no país, esse estado conta com 110 penitenciárias, 2 hospitais de custódia e tratamento, 1 centro de observação e 2 colônias penais¹⁷.

As prisões, como bem apontaram Foucault (1977,1984,1996) e Rocha (1994), surgiram a partir de uma mudança social mais global e serviram especialmente para encarcerar ao longo dos séculos um grupo social específico. Se bem que a definitiva adoção dessas instituições tenha se dado em momentos distintos nas sociedades modernas, a necessidade de classificação e diferenciação dos criminosos, assim como a visão do trabalho como atividade regeneradora foram as ferramentas mestras em todas elas.

¹⁷ Dados fornecidos pelo Departamento Penitenciário Nacional – junho, 2003.

Para além da descrição dos aspectos históricos de sua origem ou função social, cabe ainda questionar como se processa a (sobre) vivência das pessoas que ocupam os espaços das prisões.

Certamente, diante de tantos objetivos e funções contraditórias as relações cotidianas entre internos e funcionários não deve ser nada fácil.

De um lado, o grupo dos submetidos aos esquemas de controle, vigilância e fiscalização, aqueles que precisam ser “recuperados”; de outro, o grupo dos representantes sociais, aqueles que controlam, vigiam e fiscalizam, e que são, supostamente, considerados os agentes da “recuperação.”

As ciências em geral se preocuparam muito mais com os criminosos e presidiários do que com aqueles que trabalham nas prisões. Ainda se sabe pouco sobre eles além do fato de que, na grande maioria das vezes são membros do mesmo grupo social a que pertencem os condenados. Tão pobres e tão oprimidos como os criminosos, escolheram viver a experiência da honestidade e, provavelmente, acreditaram que o trabalho dignifica.

No Brasil, essa categoria funcional é denominada agente de segurança penitenciária. Suas funções ainda são as mesmas dos seus antepassados carcereiros, ou seja, fiscalizar, vigiar e punir. Esses funcionários tendem a ver os presos como doentes mentais e irrecuperáveis e a descrever a prisão como um outro mundo onde entram pela manhã, mas não sabem se saem à noite.

Vivendo um cotidiano de violência – em meio ao fogo cruzado das expectativas sociais, a demanda dos internos e suas próprias necessidades – acabam por ocupar um lugar ambíguo, mescla de indiferença e convivência. Mas, diante do perigo não vacilam em aplicar a violência psíquica ou física. É raro para eles, após anos de trabalho escapar do adoecimento psíquico (LOPES, 1998).

As prisões, para além dos mecanismos que utiliza em sua perpetuação, podem ser consideradas como verdadeiros campos de guerra em que os afrontamentos cotidianos entre presos e funcionários são inevitáveis, a corrupção é uma estratégia de poder e a delinquência é lamentável e inevitavelmente reproduzida.

É possível afirmar que os administradores do sistema penal brasileiro, na atualidade, não ignoram as incríveis contradições existentes no aprisionamento e tratamento de condenados.

Muitas iniciativas têm sido tomadas no sentido de minimizar os efeitos da prisionização; mas, certamente, ainda está longe o dia das prisões deixarem de ser meros depósitos humanos especialmente de um determinado grupo social, os pobres.

Os fatos apresentados até aqui se referiram às características históricas das prisões ocupadas por uma categoria genérica de prisioneiros.

É possível admitir que, independente do gênero a que pertencia o condenado, a opressão imposta pela prisão afetou todos aqueles que nela permaneceram por anos seguidos, certamente afetando-os de modo distinto. Mulheres e homens são diferentes e, nesse sentido, a história das prisões guarda alguns aspectos particulares quando se trata do aprisionamento de mulheres.

Se para os homens a prisão constituiu-se, desde suas origens mais remotas, como um lugar de execução da pena pelo cometimento de um crime, para as mulheres apresentou não só a função de punir, mas de controle social genérico.

As diferentes concepções sobre a imputabilidade de homens e mulheres – resultante de concepções distintas sobre o “sexo” feminino e masculino – perduraram séculos e, sem dúvida, se refletiram tanto na forma como as penas foram aplicadas às mulheres acusadas, quanto nas condições oferecidas para que elas, efetivamente, cumprissem suas penas.

Registros históricos mostram a preocupação com um tipo diferenciado de tratamento para mulheres presas que, ainda que mencionado, na realidade não ocorria, deixando claro, mais uma vez, a sua condição de invisibilidade.

Essa preocupação, na maioria das vezes, resultava da crença de que a mulher delinqüente era alguém “portador de uma enfermidade diferente.” (GRAZIOSI, 1999, p.84).

Na Espanha do século XVII, recomendava-se às condenadas um regime denominado Galera, nos mesmos moldes do tratamento que se dava aos condenados ao remo nas galeras. Entre os castigos que eram impostos às mulheres existiam: a mordaca para os crimes de blasfêmias, as algemas para as furiosas, os grilhões para impedir que elas se movimentassem e vários aparatos de tortura para aquelas que tentassem fugir (BIERRENBACH, 1998).

Tanto na Itália como na Espanha, entre os séculos XVIII e a primeira metade do século XIX, o internamento de mulheres se dava em decorrência da necessidade de salvaguardar a honra e a saúde do corpo e da alma, ou seja, as punições eram aplicadas sobremaneira como uma tentativa de controle de delitos ligados à esfera da sexualidade.

Quer fossem viúvas ou órfãs com necessidade de refúgio e proteção, quer fossem prostitutas arrependidas ou esposas rebeldes ou ainda vítimas de doenças venéreas as mulheres eram internadas para a correção de seus desvios ou como uma tentativa de que esses desvios potenciais não viessem a se manifestar. (GRAZIOSI, 1999; ARÚS, 1995)

Datam dessa época os primeiros avanços relativos ao tratamento penal como um todo, que apontavam para a necessidade de separar e classificar os condenados do sexo masculino e feminino a partir de critérios pretensamente mais científicos. As diferenças relativas à idade, tipo de delito, tipo de pena e o tipo de conduta na prisão passaram a ser a base de um novo tipo de classificação.

A separação e classificação das mulheres visavam às peculiaridades do sexo feminino e a moralidade sexual. São mencionados nesse período dois grupos distintos de encarceradas: das meretrizes ou mulheres de má fama e daquelas que tivessem cometido outros tipos de delitos.

Muitas mulheres encarceradas eram também mães, porém, a referência ao tipo de atendimento dado àquelas que ficavam grávidas na prisão ou como se dava a relação com os filhos que haviam deixado fora do cárcere é absolutamente ausente.

As mulheres e homens encarcerados deviam permanecer presos em alojamentos diferentes de uma mesma prisão de forma a evitar qualquer contato de natureza sexual. Além disso, havia também a preocupação com possíveis abusos sexuais por parte dos funcionários das prisões levando as autoridades a indicar sempre a presença de funcionárias na prisão.

Nas prisões femininas, o diretor geral era sempre um homem, mas a vigilância e a disciplina eram responsabilidade de uma mulher. A presença de um homem era indicada como de um supervisor. Este deveria ser um homem experimentado, e ter como qualidades a esperteza, a prudência, a austeridade e a severidade, colocando-se de acordo com a responsável sobre cada ato administrativo e/ou disciplinar (GRAZIOSI, 1999).

Um fato relevante no que diz respeito às prisões de mulheres na Europa, a partir do século XVIII, foi a utilização – freqüente, porém não generalizada – de matronas ou irmãs de caridade na direção das prisões. Consideradas como mais experimentadas e bem preparadas, as freiras saberiam conduzir as armadilhas, erros e descuidos femininos (GRAZIOSI, 1999; ARÚS, 1995; MORENO, 1993).

A presença dessas mulheres contribuiu, de modo decisivo, para imprimir às prisões femininas – mesmo em momentos posteriores em que já se admitia uma racionalidade penal mais moderna – o caráter de expiação moral e de regeneração pela pena.

É interessante pensar ainda que essas irmãs de caridade eram símbolos da pureza e castidade inspirados na Virgem Maria, modelo ímpar na constituição do imaginário feminino.

A história do encarceramento de mulheres no Brasil conta com poucos registros, todavia, naqueles disponíveis fica evidente que o sentido da pena, seguia a mesma orientação de outros países, ou seja, o encarceramento de pobres e a reprodução do domínio masculino.

Pouco se sabe do que acontecia com as mulheres encaminhadas a algum tipo de prisão antes do século XIX, mas não é difícil supor que, como os prisioneiros homens, elas devem ter sofrido os mais diferentes tipos de penas aflictivas. Registros mais precisos referem-se ao encarceramento de mulheres em São Paulo.

Em 1810, o governador da capitania de São Paulo considerava danoso o hábito das mulheres ocultarem seus rostos quando circulavam pelas ruas, tendo então proclamado que elas passassem a andar com os rostos descobertos e, ao mesmo tempo, fixado as penalidades em caso de infração. Segundo o Registro Geral da Cidade de São Paulo (1810, p.305-6) citado por Salla (1999, p.35-6) o governador afirmava:

Portanto, pondo em seu inteiro vigor a lei que proíbe ás mulheres semelhantes rebuços novamente ordeno que toda mulher que for achada rebuçada por qualquer maneira que traga a cara coberta (pois a devem trazer inteiramente descoberta) sendo nobre das quaes não espero a contravenção das reaes ordens, seja recolhida por qualquer official militar, ou de justiça a casa decente, e se mandará immediatamente parte para a mandar a sua casa com decencia devida á sua qualidade e pagará vinte mil réis para o Hospital dos Lazaros desta cidade se fôr mulher ordinária, e mulata

ou preta forra pagará oito mil réis da cadeia applicados na mesma forma com oito dias de prisão. As escravas porém não poderão trazer baeta na cabeça, e as que assim forem achadas serão castigadas corporalmente na cadeia a meu arbítrio.

Fica evidente na fala do governador o controle masculino sobre o corpo da mulher. As mulheres não tinham direito de ocultar seus rostos com tecidos, deviam deixá-los expostos à observação, certamente para que seus “desejos e instintos” pudessem ser sondados e avaliados a tempo. Mais interessante era a distinção na aplicação da pena, visivelmente relacionada à origem social da infratora.

O relatório elaborado pela comissão da Câmara de São Paulo sobre a Cadeia da Cidade em 1831, chocou as autoridades uma vez que revelava as péssimas condições em que os condenados cumpriam suas penas. A sugestão da construção de uma nova cadeia compatível com a humanidade era premente.

No que dizia respeito, às mulheres foram apresentadas à época duas sugestões. A primeira referia-se à ampliação do espaço. As mulheres passariam a ocupar duas celas de modo a separar as condenadas das não condenadas. A segunda sugestão demonstrava a preocupação no fornecimento de alimentos e vestuário às mulheres de modo que elas não ficassem inclinadas à prática da prostituição(SALLA,1999).

Da mesma forma que em outros países, aqui no Brasil concebia-se que a guarda de mulheres deveria ficar a cargo de pessoas íntegras, honradas, de vida exemplar e de bons costumes. Embora não fique claro no texto de 1831 que essas pessoas poderiam ser mulheres de reconhecida dignidade, cabe ressaltar que ao longo dos anos que se seguiram, a utilização de irmãs de caridade e de mulheres consideradas firmes e austeras na diretoria de presídios femininos tornou-se a prática usual.

Em 1852, com a criação da Casa de Correção de São Paulo, as mulheres passaram a contar com uma ala especial onde cumpriam suas penas, no entanto, são insuficientes as informações disponíveis sobre essa época e quase nada se sabe sobre como as mulheres presas viviam.

No início de 1940, as mulheres foram transferidas para um Presídio de Mulheres – Penitenciária Feminina da Capital – num prédio que servia de residência para o diretor da Penitenciária, local onde atualmente funciona a Academia Penitenciária (SALLA, 1999).

Ao longo dos anos subseqüentes foram surgindo outras unidades prisionais femininas. Atualmente, existem em São Paulo 11 unidades prisionais para mulheres¹⁸, todas elas subordinadas às Coordenadorias Regionais da Secretaria da Administração Penitenciária. Cabe ressaltar que um número significativo de mulheres ocupa as cadeias públicas do estado.

Muito se discute hoje, em diferentes países, sobre a condição de invisibilidade das mulheres condenadas a penas de prisão. Um dos fatores atribuídos a essa condição é a inexpressiva criminalidade feminina quando comparada à masculina, o que, provavelmente, levou os órgãos de controle social a manifestarem uma maior preocupação com os homens. No entanto, tomando por referência os dados históricos apresentados a causa da invisibilidade é mais séria do que à primeira vista possa parecer.

As mulheres têm sido historicamente relegadas a uma condição de inferioridade e subjugação e em muitos setores da vida pública ainda estão sujeitas ao domínio masculino.

A mulher criminosa é duplamente discriminada, por ser mulher e por ter rompido com o modelo inferiorizado que a sociedade impõe. Quando comete um delito a mulher assume um lugar, aparentemente, reservado ao homem: o lugar de violadora da ordem estabelecida, uma agressora. A mulher que pratica uma ação com forte carga agressiva é temida e repudiada Spangerberg (1846), citado por Graziosi (1999,p.66) exprime bem o que era comum as pessoas comentarem sobre essas mulheres “ (...) uma buena mujer es mejor que um hombre óptimo; uma mujer mala es mil veces más malvada que um hombre pésimo.”

Mulher e agressão não formavam – e ainda não formam – no imaginário social um par aceitável. Dessa forma, qualquer que tenha sido a causa de um comportamento anti-social ou agressivo, manifesto por uma mulher, tendia – e talvez ainda tenda – a ser considerado como um desvio do propósito feminino e não como uma resposta a um dinamismo social excludente.

A resposta social às mulheres que cometeram crimes tem sido de um sutil desprezo, ou seja, por mais que se discuta a necessidade de diferenciação, tudo continua como se essas necessidades não existissem.

¹⁸ Até o início de 2002, só havia em São Paulo 5 unidades prisionais femininas. De lá para cá, foram construídas várias unidades de pequeno e médio porte.

No Brasil, praticamente, inexistem presídios construídos especialmente para mulheres¹⁹ e muitos dos que elas ocupam surgiram após adaptações feitas em prédios destinados a outros fins.

As prisões de mulheres – embora diferentes, em sua dinâmica, das prisões masculinas – foram idealizadas como “prisões de homens” e seguem, em muitos sentidos, o espírito das prisões masculinas. Não existir um presídio “pensado” para mulheres talvez reflita a obscura concepção de que as mulheres criminosas são inferiores que os já inferiorizados homens que cometem crimes. Isso é absolutamente inaceitável.

As mulheres são diferentes dos homens, mas têm direitos humanos iguais. Não é mais possível ignorar e continuar tratando as questões da criminalidade feminina como “questões de homens.” Isso certamente corresponde ao que Fernández (1995) denominou *direito de gênero*. As mulheres criminosas são hoje condenadas pelos mesmos princípios jurídicos que os homens, mas não podem ser, por suas específicas diferenças de gênero, tratadas da mesma forma.

As mudanças sociais ocorridas nos últimos cinquenta anos colocaram as mulheres, de um modo geral, diante de um número significativo de novos dilemas.

Na atualidade, muitas mulheres são chefes de família e arcam com o sustento dos filhos e do companheiro. Outros agrupamentos familiares têm exclusivamente na mulher a responsabilidade para o atendimento de suas necessidades.

Quando uma mulher é presa ocorre um rompimento absoluto da estrutura familiar. Essa desestruturação promove nas mulheres uma série de reações completamente diferentes daquelas observadas em homens nas mesmas condições.

A estigmatização da mulher presa é uma constante: más esposas, mães más, mulheres sem alma. Não é comum pensar que as mulheres possam ser más, no entanto, uma mulher criminosa é vista como alguém portadora de significativa maldade.

No interior das prisões, existem, atualmente, dois tipos de modelo de atendimento às mulheres presas. Um deles se articula em torno dos valores familiares o qual visa reeducar a mulher na domesticidade. As oficinas de costura, crochê, tricô, bordados são bons exemplos dessa tendência. (MORENO,1993).

¹⁹ Os Centros de reabilitação construídos em São Paulo aparentemente seguem uma nova orientação, no entanto não foi possível até o momento realizar uma visita a essas unidades.

O outro, aparentemente mais moderno, visa oferecer à mulher condenada diferentes oportunidades de aprendizado para o mundo do trabalho, numa aparente prática de igualdade de gênero. Nessa direção, registram-se as atividades nas diferentes oficinas – muitas vezes pequenas indústrias – que produzem artigos para festas, componentes eletrônicos, artigos cirúrgicos, hidrômetros, peças e componentes de veículos etc. Porém, esse aprendizado muitas vezes desenvolvido com esforço e riscos não oferece retorno concreto para a vida em sociedade. As mulheres “oficineiras” raramente são empregadas nessas funções quando saem em liberdade.

A exemplo das unidades masculinas, o trabalho ocupa o tempo ocioso e permite a remissão da pena. No caso das mulheres parece ser apenas uma forma disfarçada do modelo de domesticidade.

Muitas são as questões a serem estudadas quando se pensa na condição da mulher presa. Neste estudo, a atenção está voltada para a condição das mães presas, com o intuito de tornar mais (re)conhecidas suas necessidades afetivas e de poder estabelecer uma compreensão sobre a forma particular como a instituição prisional, ao articular um discurso hegemônico sobre a mulher, opera no sentido de criar obstáculos na relação que essas mães encarceradas mantêm com seus filhos, ampliando assim sua situação de exclusão.

Para que se possa entender melhor o discurso das mães, que estão presas, que se possa identificar nele diferentes matizes de inteligibilidade ou esquemas de dominação-opressão, faz-se importante mencionar algumas questões pertinentes à questão da maternidade e do amor materno, categorias fundamentais no presente estudo.

4 – A mulher como mãe, o amor materno e as mães presas.

A figura da mãe já era reverenciada em mitos e ritos desde tempos imemoriais. Deusas grávidas aparecem como símbolos permanentes da fertilidade dos rebanhos e dos seres humanos, símbolos da doação permanente. Associadas aos ciclos de renovação da natureza – Mãe Terra – essas deusas orientavam os homens nas atividades ligadas à agricultura e ao cuidado com os animais.

O mito da deusa grega Deméter²⁰ é um bom exemplo das qualidades maternas de doação de vida e da fertilidade da terra. Sua devoção e apego à filha, Perséfone, pode ser entendida como um exemplo do que uma mãe é capaz por amor a um filho.

Deméter simboliza o universo de sentimentos que acomete uma mãe quando destituída do seu direito à maternidade. Nessas condições torna-se amarga e melancólica, revolta-se contra a autoridade; torna estéril o que antes era criação. Somente a reconsideração de seu lugar na relação com seu filho torna de novo possível o fluir da energia criadora.

Os mitos não são simples alegorias. Para Jung (2000), são expressões simbólicas do drama interno e inconsciente da alma. No caso dos mitos maternos servem para exemplificar a dedicação, o desvelo, a força e a capacidade criativa observadas no comportamento das mães em relação aos seus filhos.

É possível afirmar que a tradição judaico-cristã inaugurou um novo modelo de maternidade, o qual, até os dias de hoje, contribui de forma decisiva na constituição do que

²⁰ Segundo relata Mclean (1998, p 73-5) “ (...) Certo dia, Perséfone folgava nas campinas de Nisa com as filhas de Oceano. Estava na companhia de Atena e de Ártemis, mas sua mãe, Deméter, não estava com elas. Perséfone foi atraída por um magnífico narciso. Enquanto o contemplava, o solo se abriu a seus pés e Hades, o deus do Mundo Inferior, apareceu em sua carruagem, tomou-a nos braços e a levou para ser sua noiva. De muito longe, Deméter ouviu os queixosos gritos da donzela. Uma profunda melancolia tomou conta de seu coração e ela, jogando sobre seus ombros um véu sombrio, voou como ave sobre mares e terras procurando a sua Kore, a sua filha. Por nove dias e noites procurou-a pelo mundo com tochas na mão, mas nenhuma coisa viva pôde lhe dizer o que sucedera com Perséfone. Por fim, Deméter buscou o conselho de Hécate, que também se apercebera do rapto. Esta sugeriu que consultassem o deus-sol, Hélio, que tudo vê. Hélio lhes disse que Hades raptara a filha de Perséfone, tendo recebido para isso a permissão do próprio Zeus. Irrada, Deméter saiu do Olimpo e buscou refúgio no mundo humano. Afastada do reino dos deuses, ela também drenou as energias da terra. Na ausência das energias desta, nada podia crescer, nenhuma semente podia brotar e o gado arava a terra em vão. Ela teria destruído toda a humanidade pela fome. Zeus concluiu que deveria fazer alguma coisa. Enviou Hermes às trevas do Mundo Inferior para tentar persuadir Hades a entregar sua rainha. Hades terminou por concordar em deixar Perséfone retornasse ao mundo Superior, mas a enganou em segredo, pondo-lhe na boca uma semente de romã. Tendo comido dos frutos do Mundo Inferior, Perséfone deveria necessariamente retornar àquele tenebroso reino. Hermes levou-a de volta ao mundo superior em seu carro, e ela voltou à companhia da mãe... Quando ela lhe contou sobre a semente de romã que Hades lhe pusera secretamente na boca, Deméter percebeu que só poderia ficar com a filha durante dois terços do ano. Ela aceitou essa condição como inevitável e permitiu o retorno do fluxo de energia a Terra, deixando que o milho crescesse e amadurecesse e que a Terra fosse fértil.”

podemos entender como o lugar da mãe e especialmente a qualidade do amor que ela pode dedicar a um filho.

Para boa parte da cultura ocidental, Maria é a Mãe exemplar, ela fez da maternidade uma condição sublime e divina, uma experiência capaz de elevar a mulher acima das imperfeições humanas colocando-as mais próximas de uma comunhão com Deus no ato da criação.

O amor da Virgem Maria por seu filho é, sem dúvida, o exemplo máximo de *amor materno*. Qualquer humano, mulher ou homem descreve o amor da mãe pelo filho como incondicional, devotado, capaz de qualquer sacrifício. Esse amor suporta a dor, aceita o limite, perdoa as ofensas e renova-se a cada dia. A mãe Maria fez da mulher-mãe o ser humano digno de admiração. A mãe exemplar desdobra-se em amor, cuida, acalenta e ampara.

A força de penetração desse modelo é tamanha que é possível supor – independentemente de toda a racionalização que possamos estabelecer sobre o amor materno – que, na atualidade, ele tenha sido agregado, na forma de um modelo arquetípico, aos discursos sobre a maternidade.

A conceituação mais conhecida que se tem sobre arquétipos, no âmbito da psicologia, está contida na teoria junguiana a qual apresenta – dentre outras – uma diferenciação, a partir de Freud, do conceito de inconsciente.

Jung (2000) afirma que o inconsciente é formado de duas camadas. A mais superficial denominou inconsciente pessoal. “Este, porém repousa sobre uma camada mais profunda, que já não tem sua origem em experiências ou aquisições pessoais, sendo inata.” (JUNG, 2000, p. 15).

O inconsciente coletivo, a camada mais profunda do inconsciente, é de natureza universal, possuindo conteúdos e modos de comportamentos que se assemelham em diferentes lugares e indivíduos. Para Jung (2000. p.15), esses conteúdos compõem o substrato comum de “ (...) natureza psíquica suprapessoal que existe em cada indivíduo.”

Os conteúdos do inconsciente coletivo foram denominados por Jung de arquétipos. Esses arquétipos podem ser entendidos como imagens primordiais e arcaicas que existem desde tempos remotos. “O arquétipo representa essencialmente um conteúdo inconsciente, o qual se modifica através de sua conscientização e percepção, assumindo

matizes que variam de acordo com a consciência individual na qual se manifesta.” (JUNG, 2000, p.17).

Para Jung (2000,) o conceito de arquétipo pode ser considerado sinônimo de *idéia* no sentido platônico e guarda alguma correlação com o que foi denominado na pesquisa mitológica por *motivo* ou *tema*; com o conceito de *representações coletivas* de Levy-Brühl; com as *categorias de imaginação* no campo das religiões comparadas definidas por Hubert e Mauss e ainda com os conceitos de *pensamentos elementares ou primordiais* de Adolf Bastian.

Jung supõe que o inconsciente coletivo, ao contrário do inconsciente pessoal, não se desenvolve individualmente, mas é herdado. À semelhança da herança biológica, os arquétipos podem ser comparados aos instintos e, portanto, entendidos como fatores impessoais, universais e de caráter mobilizador. Os arquétipos são “(...) imagens inconscientes dos próprios instintos, em outras palavras, representam o modelo básico do comportamento instintivo.” (JUNG, 2000, p.54).

Existiriam tantos arquétipos quantas situações típicas da vida. As inúmeras repetições dessas experiências acabariam por imprimir na constituição psíquica “ (...) não sob a forma de imagens preenchidas de conteúdo, mas precipuamente apenas *formas sem conteúdo*, representando a mera possibilidade de um determinado tipo de percepção e ação.” (JUNG, 2000, p.58).

O arquétipo é um elemento vazio e formal em si, nada mais sendo do que uma *facultas praeformandi*, uma possibilidade dada a priori da forma de sua representação. O que é herdado não são as idéias, mas as formas, as quais sob esse aspecto particular correspondem aos instintos igualmente determinados por sua forma. Provar a essência dos arquétipos em si é uma possibilidade tão remota quanto a de provar a dos instintos, enquanto os mesmos não são postos em ação *in concreto*. (...) a princípio ele pode receber um nome e possui um núcleo de significado invariável, o qual determina sua aparência, apenas a princípio, mas nunca concretamente. O *modo* pelo qual, por exemplo, o arquétipo da mãe sempre aparece empiricamente, nunca pode ser deduzido só dele mesmo, mas depende de outros fatores. (JUNG, 2000, p. 91)

Para Jung (2000), quando algo acontece na vida de um indivíduo que corresponde a um arquétipo, este é ativado e surge uma compulsão que se impõe à

semelhança de uma reação instintiva contra toda a razão e vontade, ou produz um conflito que pode adquirir níveis patológicos como, por exemplo, as neuroses.

O arquétipo materno, para Jung (2000), possui atributos do maternal : a mágica autoridade do feminino, a bondade, o cuidado, a sabedoria, a elevação espiritual além da razão, a nutrição, a fertilidade, o renascimento, o secreto, o oculto, o mundo dos mortos, o devorador, o sedutor, o venenoso, dentre outros, que descrevem qualidades quer seja da mãe amorosa quer seja da mãe terrível.

Jung (2000) afirma que a figura da mãe tal como aparece na psicologia dos povos leva-se a admitir que ela seja, de algum modo, universal. No entanto, sua imagem muda de forma substancial na experiência prática dos indivíduos. Esse fato, para ele, pode conduzir-se a sobrevalorizar o papel da mãe pessoal.

Figura típica de uma psicologia personalista, a mãe pessoal para Jung teria um papel mais limitado. Para ele, não seria apenas da mãe pessoal que proviriam as influências na psique infantil, mas seria, preponderantemente, o arquétipo projetado na mãe que outorgaria a ela um caráter mitológico e com isso lhe conferiria autoridade e até mesmo numinosidade.

Para Jung (2000, p.93),

Os efeitos etiológicos, isto é, traumáticos da mãe devem ser divididos em dois grupos: primeiro os que correspondem à qualidade característica ou atitudes realmente existentes na mãe pessoal. Segundo, os que só aparentemente possuem tais características, uma vez que se trata de projeções de tipo fantasioso (quer dizer, arquetípico) por parte da criança.

Os conceitos junguianos de inconsciente coletivo e arquétipo, desde sua apresentação, já sofreram inúmeras contestações muito embora, ainda hoje, instiguem nosso intelecto. Admitir uma herança social por meio dos arquétipos é algo controvertido. As dificuldades de comprovação científica que a utilização desses conceitos implica torna difícil sua utilização por parte de qualquer pesquisador. Como exemplo a categoria social *mãe*.

Ao adotar uma perspectiva junguiana de análise dessa categoria, deveria-se admitir como possível verdade que o lugar social da mãe surge da confluência entre determinantes de ordem arquetípica – uma forma universalmente estabelecida e válida para

todos os seres humanos – e determinantes de ordem pessoal e social – resultantes de experiências singulares e concretas de cada mulher na sociedade em que vive – que acabariam por conferir a esse lugar matizes especiais.

Se, de outro lado admite-se que o lugar social da mãe é construído a partir das relações concretas entre as mães e seus filhos, fruto do entrelaçamento de suas determinantes psicológicas e sociais – quer sejam étnicas, econômicas e culturais – nega-se o caráter inatista e instintual conferido por Jung aos determinantes sociais arquetípicos.

Como é possível perceber, está-se diante do antigo debate entre o inato e o socialmente construído. Porém, o aspecto mais interessante desse antigo conflito no que se refere especialmente às mães é que, pensadores de diferentes tradições teóricas, em diferentes culturas e distintos momentos históricos utilizaram-se de modelos semelhantes para descrever os atributos relativos ao lugar social das mães. Retomarei essas questões mais adiante.

Atravessando os séculos, registra-se também uma outra interminável discussão: de um lado, a afirmação de que o destino biológico da mulher é ser mãe e que o amor materno, em decorrência, é inato. De outro, a concepção de que o lugar da mulher foi socialmente determinado pelas injunções de uma sociedade fundada na autoridade masculina e que o amor materno, assim sendo, é uma construção social.

A maternidade é, sem dúvida, um atributo do gênero feminino que em sua formação articula-se a determinantes sócio-históricos e étnico-culturais. É verdade que nem todas as mulheres tornam-se mães e que ser mãe e amar os filhos não é a mesma coisa em todas as sociedades e nem o foi em todos os tempos.

É possível considerar o texto *Emilio* de Rousseau como um marco histórico na determinação do lugar feminino no mundo e observar suas repercussões até os dias atuais.

Esse pensador do século XVIII afirmava que o destino das mulheres era ter filhos. A natureza feminina, entendida como dotada de sagacidade para pressentir mistérios e destreza para descobri-los, deveria ser sabiamente educada. Os homens e as mulheres têm diferentes constituições e temperamentos, dessa forma, não devem ter a mesma educação.

Homens e mulheres têm objetivos comuns, mas, cada um a sua maneira. Os primeiros fortes e ativos, as segundas passivas e fracas.

As mulheres foram feitas especialmente para agradar aos homens os quais têm mérito por serem fortes. A mulher agradar ao homem, para Rousseau, é uma lei da natureza, anterior ao amor.

As mulheres não têm, como os homens, a necessidade de serem agradadas e sua existência deve ser condicionada por uma relação de subjugação.

Elas não devem provocar os homens com suas queixas, ao contrário, entende-se que a violência própria da mulher está em seus encantos. Ao ser envolvido pelos encantos femininos, o homem descobre sua própria força e de que forma deverá usá-la.

A relação homem-mulher é francamente admitida por Rousseau como uma relação de sujeição entre o forte e o fraco.

As queixas da mulher com relação à injustiça ou à desigualdade instituída pelo homem são equivocadas. Para o pensador francês, a desigualdade não é obra de um preconceito, mas da razão. (...) “A mulher vale mais como mulher e menos como homem; em toda parte onde faz valer os seus direitos, leva vantagem; em toda parte onde quer usurpar os nossos, permanece inferior a nós.” (ROUSSEAU, 1999, p.501)

Mesmo afirmando que as mulheres deveriam ser livres para pensar e desenvolver a racionalidade, esta era de natureza prática. Aliada à racionalidade masculina voltada aos princípios e às causas, a racionalidade feminina comporia o conjunto necessário ao desenvolvimento da relação harmônica do casal.

A educação da mulher visava tornar-lhe claras suas funções e deveres, acima de tudo deixava evidente o seu lugar. Na relação com um homem, a mulher era vista como um ser possuidor de racionalidade inferior, cuja existência adquiria valor e sentido ao prestar serviços ao outro e não a si mesma. Ela deveria aprender muitas coisas, mas apenas o que lhes convinha saber.

A relação de submissão estrita se manifestava na idéia de que as mulheres não viveriam sem os homens, contudo eles poderiam prescindir delas.

As mulheres, afirmava Rousseau (1999, p.502)

Para que disponham do necessário, para que estejam bem, é preciso que o demos a elas, que queiramos dá-lo a elas, que consideremos que são dignas disso; elas dependem de nossos sentimentos, do valor que damos a seus méritos, da importância que prestamos a seus encantos e a suas virtudes. Pela própria lei da natureza, as mulheres, tanto por si mesmas quanto por seus filhos, estão à mercê do julgamento dos homens. (...) A educação das mulheres

deve ser relativa aos homens. Agradar-lhes, ser-lhes útil, fazer-se amar e honrar por eles educá-los quando jovens, cuidar deles quando grandes, aconselhá-los, consolá-los, tornar suas vidas agradáveis e doces: eis os deveres da mulher em todos os tempos e o que lhes deve ser ensinado desde a infância.

A racionalidade masculina talvez nem precisasse de tantos argumentos para se impor no mundo, mas as idéias de Rousseau, certamente, serviram de excelente justificativa para que o poder masculino se mantivesse atuante e perdurasse na civilização ocidental nos séculos seguintes.

A educação das mulheres deveria desenvolver o gosto pelos trabalhos de seu sexo, a modéstia, o zelo pelo lar e inculcar-lhes que a função básica da mulher era agradar.

Ser dócil sem ser infeliz, ser modesta sem ser bruta, ser astuta sem que isso implicasse abusos. *Sofia* deveria ser uma mestra na arte da submissão resignada, mas, à revelia de Rousseau, manifesta-se também, nos interstícios de suas relações, como mestra da manipulação.

A decorrência mais importante das descrições das qualidades da mulher a partir do pensamento rousseauiano foi o reforço, agora em bases racionais, da cisão no universo feminino: de um lado, as educadas que desempenhavam adequadamente seu papel e dominavam seus instintos e de outro, aquelas levadas por sua natureza astuta que contribuía para a ruína dos valores sociais mais elevados.

Essas idéias atravessaram os séculos seguintes e ainda hoje, para muitos, a mulher ideal pode ser considerada aquela adstrita ao desejo do outro – a pura, a boa esposa, a mãe devotada – e, de outro, a mulher que segue o seu desejo – a libertina, a amante, a mãe má.

Durante a Revolução Francesa, essas idéias ficaram aparentemente adormecidas. Os ideais revolucionários buscaram estabelecer uma nova ordem social proclamando o fim das fronteiras entre o público e o privado, a construção de um homem novo, a mudança do cotidiano por meio de uma nova organização do tempo, do espaço e da memória. No entanto, esse projeto fracassou diante da resistência das pessoas e os costumes se mostraram mais fortes que a lei (PERROT,1991).

No período pós-revolucionário, a definição das relações entre o Estado e a sociedade civil, entre o coletivo e o individual passou a ser o foco de toda a produção teórica na França.

O pensamento político mostrou a preocupação em delimitar fronteiras e organizar os interesses privados e, nesse processo, a família, sendo considerada a célula base da sociedade, foi adquirindo lugar de destaque.

Essa tendência de colocar a família em foco é observada em vários países da Europa no início do século XIX. A domesticidade era também construída na Inglaterra pelos evangélicos e utilitaristas e tem, no panoptismo de Bentham, uma expressão singular do olhar do pai de família aplicado à sociedade civil.

Hegel foi o filósofo que mais aprofundou essa disposição relativa ao público e o privado, analisando as relações entre as três instâncias: o indivíduo, a sociedade civil e o Estado. O eu se definiria na sua corporeidade, mas o indivíduo estaria submetido à família que, organizada em grupos, é um dos círculos primordiais da sociedade civil. As famílias eram consideradas para o Estado a garantia da moralidade natural.

A divisão sexual dos papéis, para Hegel, baseava-se em seus caracteres naturais. Ao homem cabia o lugar na ciência, no trabalho, na luta com o mundo e consigo mesmo, ele possuiria uma vida substancial no Estado. A mulher encontraria seu destino na experiência fundamental, na moralidade objetiva da família. Os filhos seriam, ao mesmo tempo, membros da família e indivíduos em si mesmos (PERROT,1991).

Se Hegel ocupou-se dos grandes arranjos sociais do público e do privado, Kant prendeu-se ao espaço da casa. (...) “O direito doméstico (em Kant) é o triunfo da razão.” (PERROT,1991, p.95).

A casa é o fundamento da moral e da ordem na sociedade. É o centro do âmbito privado, mas um privado que é submetido ao pai, o único capaz de limitar os instintos e controlar a mulher.

A mulher, para Kant, poderia transformar-se em uma pessoa destrutiva e o filho, se influenciado pela mãe, num fraco. Essa mulher, definida na ambigüidade, é o centro da casa e da destruição. (PERROT,1991, p. 95).

Na França, do século XIX, a família era o foco de atenção nas discussões políticas, quer fossem liberais, tradicionalistas ou socialistas. Cada facção, a sua maneira,

questionava lugares e redefinia valores. Do lado daqueles que pediam liberdade irrestrita – as feministas e os comunistas – ou daqueles que sugeriam reformas excepcionais, como o falanstério²¹ de Fourier, não menos importante era o lugar da família (PERROT,1991).

Os ideais familiares não influenciaram apenas a classe burguesa, sendo possível afirmar que as classes pobres, a sua maneira, também se apropriaram das novas definições de lugares e funções para homens e mulheres.

Muitas foram as transformações produzidas, tanto no âmbito econômico como social, com a introdução do casamento civil de tendência endogâmica.

Casar-se com alguém, durante o século XVIII e até o início do XIX, implicava uma negociação financeira realizada por parentes e observada em toda a sociedade. Casamentos fora do grupo só eram tolerados se a aliança ocorresse com alguém de uma classe superior.

O lugar da mulher na família quer fossem das classes pobres ou da burguesia, implicava – mesmo num espaço dominado pelo poder masculino – a possibilidade de trabalho fora do lar.

A mulher fazia parte do sistema produtivo de forma marcante e a relação família-trabalho visava à conservação dos bens. Se elas pertencessem às classes pobres, trabalhavam fora como cozinheiras, lavadeiras e costureiras; se fossem burguesas podiam participar da administração dos negócios ou da contabilidade da empresa (PERROT,1991).

No entanto, ao longo do século XIX, dois fatores alteraram significativamente essa situação. O primeiro deles se processou a partir das classes burguesas com a mudança no habitat social. A burguesia passou a residir nos novos bairros longe das fábricas e dos pobres. As mulheres passaram a ocupar permanentemente o espaço íntimo da casa, dedicando-se à sua administração, e o espaço público passou a ser predominantemente dos homens.

Esse fato fez surgir uma moral doméstica cujos eixos principais foram: a fé contra a razão, a caridade contra o capitalismo e a reprodução biológica como autojustificação.

²¹ Comunidade de produção composta por 1.800 trabalhadores.

Nem mesmo as mulheres das classes populares – que se dividiam entre exaustivas atividades para colaborar com a economia doméstica e as atividades no lar – escaparam dessa experiência.

O segundo fator decorrente do modelo familiar burguês é o surgimento de um novo tipo de contrato matrimonial, o matrimônio por amor. As mulheres passam a defender a livre escolha do parceiro e promovem uma verdadeira revolução sentimental (ROCHA-COUTINHO, 1994).

As relações familiares, então fundadas em laços afetivos e na intimidade, centraram-se na figura da mulher-mãe.

Segundo Rocha-Coutinho (1994, p. 29),

Ela passa a ser a principal responsável pelo bem-estar da criança e do esposo e é importante intermediária entre o pai — cada vez mais ausente em seu trabalho fora de casa — e os filhos, e entre a família e dois novos elementos que surgem, o médico — presença cada vez mais forte nesta sociedade que começa a se preocupar com a saúde — e a escola — que veio substituir a transmissão dos conhecimentos através da aprendizagem direta de uma geração a outra por um novo tipo de educação, baseada num regime disciplinar cada vez mais rigoroso.

O novo conceito de amor entre homens e mulheres, o amor romântico ao lado do amor materno, conferiu uma nova posição às mulheres nos contratos e legitimações entre os gêneros.

As mulheres passaram a viver para o amor em relação aos esposos, aos filhos e a casa. A vida no lar significava uma vida de pureza e distância dos perigos do mundo exterior que cabia aos homens dominar (ROCHA-COUTINHO, 1994; BADINTER, 1985).

A preocupação com a manutenção da pureza nas mulheres instalou, por sua vez, um novo dispositivo burguês de controle dos prazeres, discursos, verdades e poderes sobre a sexualidade.

O corpo feminino gerou a produção de novas técnicas médicas de acompanhamento da gravidez e do parto com a finalidade de produzir crianças sadias – de bom nascimento e bom sangue – e prolongar o tempo de vida das mães e dos filhos.

Mulheres e crianças passaram a ser consideradas “(...) frágeis, delicadas, assexuadas e, portanto, não só mais puras que os homens, como também seres que necessitam da sua proteção.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 30).

A classe médica, os novos sacerdotes no final do século XIX – numa França abalada pelos fantasmas da redução da natalidade e medo da degenerescência – por meio dos ideais eugênicos “(...) sacralizam o casamento ao mesmo tempo como regulador das energias e forma de evitar as perigosas relações dos bordéis, destruidores da raça.” (PERROT, 1991, p.115).

O novo modelo de relação cotidiana, que oscilava entre o público e o privado – especialmente na burguesia – transformou a família numa unidade de consumo e reservou o espaço público para a produção, diferentemente do que acontecia nas sociedades pré-industriais.

Aos homens, ficava reservado o espaço da produção e do poder socialmente reconhecido; às mulheres, o espaço da reprodução, em todas as formas, no interior das famílias.

Responsáveis pela supervisão das atividades domésticas, as mulheres ficaram distantes dos benefícios outorgados pela sociedade capitalista nascente aos outros trabalhadores. A dedicação da mulher ao trabalho doméstico a isolou na unidade familiar, impedindo ou dificultando sua inserção nos espaços públicos.

A família nuclear moderna eleva a mulher à categoria de “rainha do lar”, introduz uma nova concepção sobre a maternidade e recoloca em discussão as idéias sobre uma natureza feminina.

A partir de então, são exaltadas as alegrias da maternidade que passa a ser a atividade mais invejável e desejada por uma mulher. A família centra-se, daí em diante, na figura da mãe e a mulher de audaciosa, astuta e ambiciosa que era, metamorfoseia-se numa criatura modesta e recatada, sem ambições fora do lar.

De forma a garantir a permanência das mulheres no espaço íntimo do lar, diferentes produções teóricas passaram a demarcar-lhes atributos específicos, fundados, sobremaneira, nas suas características sexuais.

A relação com a criança foi entendida como natural à mulher e o amor materno como inato e compartilhado por todas as mulheres. “(...) É assim que características biológicas – a maternidade no corpo feminino – passam a assumir um significado social.” (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 36).

A subordinação da mulher às necessidades do esposo, dos filhos e da casa passou a ser vista como uma tendência instintiva da mulher, uma espécie de dever que configurou um tipo específico de moralidade – o altruísmo materno. A feminilidade e a maternidade formaram um conjunto indissociável. Nem mesmo a psicanálise freudiana escapou de apontar esse caminho para a conquista da feminilidade. Para Freud, tornar-se mulher era sinônimo de se tornar mãe.

Entre as características “naturais” das mulheres destacavam-se a abnegação, a dedicação e a docilidade, todas logicamente necessárias ao desempenho de uma boa maternidade, sendo concomitantemente negadas aquelas relativas à conquista do espaço público.

A demarcação de lugares para homens e mulheres – fundada em diferenças biológicas e no tipo de poder que obtinham a partir desses lugares – foi absorvida pelo discurso oficial para explicar as diferenças sociais e profissionais entre eles. O sentimento de inferioridade nascido dessa relação assimétrica gerou um tipo específico de subjetividade: a passividade feminina em todos os seus matizes (ROCHA-COUTINHO, 1994).

No entanto, por mais contundentes que fossem as idéias sobre as raízes biológicas do amor materno, não podiam esconder fatos históricos ocorridos em épocas anteriores.

Até o século XVIII, o amor materno não era uma preocupação social. As crianças nascidas na aristocracia ou na burguesia – geralmente consideradas um estorvo – eram entregues a amas-de-leite, uma vez que as mães estavam mais interessadas em outros afazeres e desprezavam a amamentação que produzia efeitos estéticos desagradáveis. O amor materno, não tinha até então um valor social e mesmo moral. As mães que amassem seus filhos, e essas, certamente, existiram, despertavam pouco interesse (BADINTER, 1984).

Os resultados dos estudos demográficos franceses informam que até o século XVIII, os índices de mortalidade infantil eram alarmantes. Ao lado das preocupações humanitárias de conservação da vida das crianças, difundidas pelo estado, existia um interesse dos economistas sobre a produção em geral.

A criança torna-se um “(...) valor mercantil.” O homem converte-se numa provisão para o Estado porque produz riquezas e também é uma garantia de seu poderio militar. Como consequência “(...) toda perda humana passa a ser considerada um dano para o Estado.” As crianças estavam morrendo antes que se pudesse extrair delas algum valor, alguma utilidade (BADINTER, 1984, p.153-4).

O ideal burguês de família praticamente generalizou-se nas sociedades ocidentais, da Europa e Américas, ao longo dos séculos XIX e XX. Mesmo admitindo que as mulheres tenham resistido, durante algum tempo, ao lugar que lhes foi determinado e que suas experiências concretas no interior da família tenham sido distintas em diferentes classes sociais, o que se refere, especificamente, ao lugar da mãe e ao amor materno tornou-se uma verdade quase incontestável e continua produzindo inúmeros desdobramentos.

As mães modernas, mulheres que recuperaram seus lugares no espaço público e, portanto, se distanciam do lar e do cuidado dos filhos, sofrem com a culpa, a ansiedade, a vergonha etc em vários momentos de suas relações sociais.

Mais que um re-direcionamento da mulher ao seu lugar natural ou biológico de provedora de vida, as idéias sobre o feminino foram resultado de uma sólida construção iniciada, especialmente, por Rousseau no século XVIII e reforçada, em muitos sentidos, pelas mudanças sociais de ordem econômica – divisão do trabalho por sexos – decorrentes do capitalismo. A mulher-mãe que se sacrifica, que se torna santa pela abnegação e amor dedicados aos cuidados da família, pode ter sido, na realidade, produzida por uma sociedade que precisava justificar o poder do homem sobre a mulher e destinar a ela a função da maternagem.

Segundo Chodorow(1990), a maternação observada nas mulheres ocidentais é o fator de uma reprodução social assimétrica, uma vez que age no sentido de perpetuar, através de gerações, a produção – e reprodução, acredito – de mulheres que irão gerar e criar crianças, que por sua vez, irão reproduzir a divisão do trabalho por sexos.

Ao mesmo tempo em que foi instituído o lugar da mãe boa e santificada – e valorizada pelo cristianismo – instituiu-se o da mãe má, assim considerada aquela mulher que não ama seus filhos.

Essa mulher deveria ser excluída da humanidade, pois perdeu sua especificidade feminina. A maldade pode apresentar nuances: mães que trabalham fora – e

abandonam seus filhos parcialmente – são toleradas se conseguirem superar os conflitos da dupla jornada; mães irresponsáveis e criminosas – que dão os filhos em adoção ou que passam anos nas prisões – são duramente criticadas por delegaram a outros a nobre função que era sua. Não importa o que um filho faça, a mãe quase sempre é culpada por tudo.

Uma questão já elaborada por outras mulheres que se dedicaram ao tema da maternidade permanece: se a maternidade é uma resposta natural da mulher, se o amor e a devoção, a passividade e o masoquismo são atributos femininos quase inquestionáveis, porque foram necessárias tantas teorias para afirmar o amor materno?

Certamente, o amor materno não é natural à mulher, ele é construído, ou não, na relação com os filhos e apresenta uma inteligibilidade específica de acordo com o grupo social e a etnia a que pertence a mulher-mãe e não deveria ser considerado universal. Segundo Badinter (1994, p.22) “O amor materno é apenas um sentimento humano. E como todo sentimento, é incerto, frágil e imperfeito.”

Uma versão antiga e não menos polêmica foi a apresentada por uma psicanalista chamada M. Hilferding²²(1991,p.90) no início do século passado. Segundo essa autora,

não existe amor materno inato. Mas o saber psicanalítico nos obriga a fazer uma distinção; não podemos aceitar essa fórmula como inteiramente válida. Parece que é por meio da interação física entre mãe e o bebê que é suscitado o amor materno. De fato, a criança efetua certas mudanças na vida sexual da mãe.

O interessante nas colocações de Hilferding é a negação do amor inato afirmando que ele surge após o nascimento da criança e é construído na relação com o filho. Embora não fique claro no texto de Hilferding se para ela ser mulher é o mesmo que ser mãe – afirmação que Freud só fez em 1932 – nota-se em suas colocações uma tendência para ver a mulher antes da mãe.

No entanto ainda existem discussões sobre possíveis bases biológicas para o amor materno, muito embora sem desconsiderar possíveis condições que contribuiriam para seu melhor ou pior desenvolvimento na mulher.

Segundo Hrdy (2001, p.335-6),

²² Hilferding, M. foi a primeira psicanalista a fazer, em 1911, uma conferência na Soc. Psicanalítica de Viena. Essa participação foi um marco histórico e sua palestra tinha como tema “Sobre as bases do amor materno.”

O envolvimento de uma mãe com seu bebê – e no caso dos humanos é isso que entendemos por “amor materno” – não é um mito nem um construto cultural. Tal como em outros mamíferos, o envolvimento emocional de uma mãe com seu bebê pode depender de circunstâncias ecológica e historicamente produzidas. Ninguém sabe como funcionam os mecanismos subjacentes. Mas é uma conjectura razoável que tais mecanismos envolvem limiares para responder a sinais infantis. É bem possível que estes sejam endocrinológica e neurologicamente determinados durante a gravidez e antes do parto, tornando a mãe suscetível de ser envolvida, em menor ou maior grau, pelos sinais infantis quando ela toma decisões sobre quanto de si mesma investir em seu bebê.

As colocações de Hrdy são capazes de produzir inquietações tendo em vista a força que tais argumentos, ainda hoje, despertam no imaginário feminino. É um exercício de onipotência ver-se como alguém que contém em sua estrutura bio-psíquica uma inata capacidade de ser continente, responder a necessidades, enfim, amar.

Embora não tenha chamado de amor materno o sentimento da mãe pelo bebê, mas sim de envolvimento, o fato mais relevante é que ela, embora mencionando que esse sentimento pode sofrer influências de condições ecológicas ou históricas, não é construído. Isso parece uma contradição. De outro lado, inúmeras pesquisas mostram hoje como as determinantes sociais são capazes de produzir nos organismos as mais diferentes reações biológicas e psicológicas.

O cuidado materno é essencial para o filho e, nesse campo a psicanálise winnicottiana apontou como a atitude adequada da mãe no primeiro ano de vida é decisiva para o bem-estar do novo ser humano. Seu destaque se faz no comportamento devotado da mãe, embora afirme a importância da presença e participação paterna. A mãe, suficientemente boa²³, é aquela capaz de iniciar o processo de desenvolvimento pessoal e real da criança. (WINNICOTT, 1993,1995,1999).

A mãe para Winnicott (1993) acrescenta às necessidades do filho uma significação que as transforma por meio do *holding*²⁴. A adaptação da mãe às necessidades do filho se inicia pela grande habilidade que tem em reconhecer as necessidades do bebê

²³ Em síntese, segundo Zimerman(2000), a *mãe suficientemente boa* para Winnicott é *provedora* das necessidades básicas do bebê devendo *compreender e descodificar* a arcaica linguagem corporal da criança – distinguir o choro que expressa fome, frio, fraldas com xixi ou coco, dor de ouvido, cólicas, etc. Ao “emprestar seu corpo”, pelo “encaixe”, ela possibilita uma *simbiose adequada*. Por sua *presença contínua*, a mãe vai propiciar ao bebê um senso de continuidade. A mãe deve ser capaz de *conter*, acolhendo as necessidades e angústias de seu filho, emprestando as funções de seu Ego – perceber, pensar, etc – enquanto seu filho ainda não as tem. A mãe deve favorecer a formação no psiquismo da criança de representações valorizadas e admiradas, tanto dele mesmo como dos pais que estão sendo internalizados pela criança. A mãe deveria ainda ser capaz de *frustrar adequadamente*.

²⁴ Winnicott (1993, p. 26-27) afirma que o “(...) *holding* tem muita relação com a capacidade da mãe de identificar-se com seu bebê. Um *holding* adequado é uma porção básica de cuidado, só experimentada nas reações de um *holding* deficiente.”

em virtude de sua capacidade de se identificar com ele. Essa identificação – um período de extrema sensibilidade e imersão no universo do bebê – é de capital importância para o desenvolvimento da criança.

Não é uma tarefa simples “estar” essa mãe descrita por Winnicott. Penso ser possível supor que a devoção exigida dela requer um grau de amadurecimento psíquico muitas vezes ausente quando se opta por ter um filho. Além disso, a chegada de uma criança nem sempre ocorre em condições adequadas. Muitas mulheres têm filhos em meio a uma situação de violência, abandono e carências de ordem material.

É sensato concordar com esse autor que a responsabilidade do lar não é da criança e sim dos pais e que a mãe tem um papel de importância no desenvolvimento infantil, suas afirmações, num certo sentido, são capazes de acentuar nas mulheres o sentimento de culpa por não corresponderem ao que é, socialmente, esperado delas.

Quando a atenção é voltada para as mães e o amor materno, percebe-se que esse terreno é demasiadamente complexo. Encontrar explicações razoáveis para as questões que surgem é, sem dúvida, um grande desafio. Em primeiro lugar, volto às questões relativas à categoria mais genérica *mãe*.

Se bem que as afirmações junguianas sejam controvertidas ao afirmar o caráter herdado e inato do inconsciente coletivo e dos arquétipos e, dentre esses o materno, penso ser possível admitir que exista, universalmente e desde tempos remotos um modelo-referência para categoria *mãe*, ao qual foram designados diferentes atributos, porém num sentido mais restrito.

A palavra “arquétipo” recebeu na teoria junguiana uma conceituação específica. No entanto, não é sensato admitir que essa conceituação seja a única possível e que sua aplicação se restrinja ao campo dessa teoria.

Giles (1993, p.8) define palavra *arqué* como:

(...) O ponto de partida, as origens de algo, primeiro. (...) A substância básica, fundamental, a partir da qual todas as coisas vêm a ser. Usado pela primeira vez em sentido filosófico por Anaximandro. Este considera como: (a) eterno – sem início e sem fim; (b) a fonte de tudo o que é, que foi e que será. (...) O ponto primeiro e originário, a partir do qual algo vem a ser aquilo que é.

Em derivação, a palavra *arquétipo*, do grego *archétypon*, é definida, em diferentes dicionários, como a forma substancial das coisas, o modelo de seres criados, um

modelo original de uma série qualquer, o modelo original de acordo com o qual as réplicas ou cópias são formadas, aquilo que serve de modelo, o exemplar segundo o qual se faz uma obra, um protótipo, um padrão(AULETE, 1968; ABBAGNANO, 1970; CUNHA, 1982; GILES, 1993; JAPIASSÚ E MARCONDES, 1996; BLACKBURN, 1997; AURÉLIO, 2003).

Os dicionários de filosofia destacam ainda a utilização da palavra arquétipo por diferentes filósofos. No âmbito do platonismo, arquétipo pode ser entendido como o modelo das coisas sensíveis e, mais freqüentemente, representa as idéias na mente de Deus. Os arquétipos seriam protótipos ou modelos ideais das coisas. Para Platão, as formas são, pelo menos algumas vezes, arquétipos (ABBAGNANO, 1970; JAPIASSÚ E MARCONDES, 1996; BLACKBURN, 1997).

Em Kant, arquétipo pode significar “(...) o entendimento divino como modelo eterno das criaturas e como causa da realidade de todas as representações humanas do divino.” (JAPIASSÚ E MARCONDES, 1996, p.17).

Locke teria empregado a palavra arquétipo com o sentido único de modelo. Para ele arquétipos são “(...) as forças naturais, as idéias simples ou as idéias complexas que se assumem como modelos para medir a adequação das outras idéias.” (ABBAGNANO, 1970, p.76).

Fica evidente que a utilização da palavra arquétipo por Jung, capturou alguns de seus múltiplos sentidos e aplicou-os ao sistema psicológico que pretendia desenvolver. Jung (2000), em suas elaborações, admite que o significado do termo arquétipo fica mais claro quando se relaciona com mitos, ensinamentos esotéricos ou contos de fada. No entanto, afirma ele, “(...) O assunto se complica, porém, se tentarmos fundamentá-lo *psicologicamente* ” (JUNG, 2000, p. 17).

No que se refere ao campo de abrangência do presente estudo penso ser possível a utilização do termo arquétipo desvinculado do sentido atribuído por Jung e de seu caráter socialmente inato ou herdado.

Dessa forma, admito que os atributos universalmente válidos para as mães tenham sido criados pela humanidade em algum tempo do passado remoto e, como modelos ideais, protótipos ou padrões, venham sendo, desde lá, reproduzidos *nas relações sociais* por meio de práticas e discursos.

Assim, seria possível supor a existência de uma *Mãe arquetípica* – um modelo ideal ou padrão de mãe – presente nas mais diferentes culturas, que embora possa apresentar semelhanças em seus atributos essenciais, demonstra certas especificidades resultantes das relações sociais típicas de cada uma dessas mesmas culturas.

Penso que os atributos essenciais de amorosidade, relativos à *Mãe arquetípica*, permaneceram praticamente inalterados em suas qualidades – devoção, bondade, ternura, cuidado, sabedoria, nutrição – nos mais distintos agrupamentos humanos em virtude da importância social e psicológica que a maternidade tem para a nossa espécie.

De outro lado, algumas culturas, especialmente as orientais, fazem referência ao que Jung (2000) denominou de aspecto terrível da *Mãe arquetípica*. Esses aspectos – sedução, abandono, maldade, destruição – embora possam observados no comportamento cotidiano de muitas mães da cultura ocidental, têm sido muitas vezes desprezados – e porque não dizer negados. Atribuo essa negação à predominância de valores morais androcêntricos que supervalorizam os atributos de amorosidade da *Mãe arquetípica*, como os socialmente adequados para as mães.

No nível das subjetividades,, os atributos amorosos da *Mãe arquetípica* que foram internalizados da cultura são mantidos por processos inconscientes. Quando ativados esses atributos aparecem na vida mental consciente, como descrições idealizadas da figura materna, as quais podem, muitas vezes, ser projetadas na mãe pessoal.

Em segundo lugar, temos as diferentes posições sobre o amor materno. Admiti-lo como natural penso ser um equívoco. Afirmar que ele é construído na relação mãe-filho parece-me mais lógico. No entanto, atenção especial deve ser dada não só à maneira como esse sentimento é construído desde o início da vida do filho com sua mãe, mas também como ele se transforma ao longo dela.

O amor materno enquanto atitude e sentimento humanos é construído na experiência concreta e acontece na forma de um processo que dura toda vida. Entendido como um processo, está sujeito a uma série acontecimentos que podem propiciar seu fortalecimento e manutenção ou seu enfraquecimento e até extinção.

Um aspecto importante no que se refere à manutenção do amor materno é que ela se dá na presença do outro – mãe e filho – e se retro-alimenta dessa presença. Essa presença do outro pode ser entendida como sensorial ou como rememoração com todas as

implicações que resultam de comunicar-se visualmente com o outro, tocá-lo, senti-lo ou ter acesso a ele por um ato de memória, ou seja, pelas lembranças desse contato.

As mulheres são modeladas para a maternidade, engravidam cheias de expectativas e ansiedades sobre o como desempenharão seu papel, reproduzem posturas prescritas como adequadas, mas nada disso de fato é o amor.

Quando uma mulher se torna mãe, ela passa a desempenhar uma série de atividades que – embora pré-definidas nos atributos do papel de mãe e referenciadas em sua experiência anterior e concreta como filha – vão exigir dela uma adaptação ao novo. Ela irá construir *sua* particular experiência como mãe.

Essas atividades exigem dela não só um envolvimento físico, mas também emocional. Ela precisa se adaptar ao filho que a partir do nascimento – e durante muitos anos – irá exigir dela uma série de atenções e cuidados.

É importante ressaltar que a atenção básica possa ser aprendida quando a mulher é mãe pela primeira vez, a cada novo filho uma nova relação deve ser construída, o que exige da mãe um grande esforço de adaptação.

É durante esse processo de adaptação ao outro que o amor pode ser construído. No entanto, o que se observa hoje é que muitas mulheres vivem uma experiência conflitante.

A sociedade não só espera que as mulheres continuem procriando e que façam isso de forma adequada – e adequado é ainda entendido, em muitos grupos sociais, como sinônimo de uma atitude devotada caracterizada por um amor incondicional – mas também que elas cumpram com eficiência seu papel no mundo do trabalho.

No passado, confinadas ao espaço doméstico, as mulheres viviam o destino do amor materno como algo quase sublime e sem os dramas que hoje são tão frequentes. O retorno da mulher ao espaço público trás consigo a necessidade de novos questionamentos sobre as verdades e os limites do amor materno.

Na realidade, os filhos crescem e as obrigações maternas, verdadeiramente, se multiplicam ao longo dos anos. Mesmo para aquelas que ainda atuam, exclusivamente, no espaço doméstico isso é uma verdade.

A atitude devocional e integral que a mãe deve ter para com seus filhos no início da vida pode, por um reforçamento social inadequado, manter-se ao longo dos anos

apenas por uma convenção moral. Um amor que se mantém por uma obrigação ou convenção certamente não é a melhor forma de amor.

De um sentimento que pode ser sinônimo de acolhimento, compreensão e desenvolvimento esse amor pode transformar-se em cobrança, desentendimento e estagnação.

Todas essas considerações sobre o lugar da mulher no mundo e do amor materno são cruciais para qualquer mulher, quer optem ou não por serem mães. No entanto, ganham um colorido especial quando aplicadas aos grupos de mulheres que se tornaram mães, mas que mantêm com seus filhos uma relação que foge aos padrões inculcados socialmente nas mulheres.

As mães que se encontram encarceradas são duplamente discriminadas. Essas mulheres romperam com dois modelos de inteligibilidade de gênero ainda usuais no mundo contemporâneo. O primeiro que admite serem as mulheres mais frágeis e menos perigosas ou agressivas do que os homens; o segundo, que as mães boas são aquelas que cuidam de seus filhos durante anos e não os abandonam.

Em virtude das diferentes significações que o amor materno suscita nas relações sociais, as mulheres-mães encarceradas têm sofrido a ação de inúmeros preconceitos e são taxadas com os mais distintos estereótipos.

Os julgamentos sociais, na média, tenderiam a considerá-las como mulheres e mães de “má qualidade”, exemplos vivos de descaso e desamor. É possível que as atitudes dessas mães sejam interpretadas como um exemplo de mobilização egoísta, fundada mais no atendimento de suas necessidades e um péssimo exemplo de devotamento.

Porém, o relatório do Human Rights Watch (1998, p.145) afirma que para essas mulheres,

Manter contato com suas famílias é uma questão crucial (...). Quase todas elas têm filhos, dentro ou fora da prisão, assim como maridos e companheiros, além de outros parentes e amigos. Essas mulheres têm medo de perder a custódia de seus filhos, de que seus parceiros as abandonem, e de que suas famílias e amigos as esqueçam. Talvez ainda mais do que os detentos, as detentas enfrentam sérios obstáculos para preservar suas conexões sociais.

Mulheres encarceradas são mães como outras. Admitir o contrário é imputar a elas penas adicionais. O que se necessita, na realidade, é conhecer como elas tem exercido

essa maternidade para além dos estereótipos a elas imputados, necessitamos nos aproximar dessas mulheres com simpatia (...) “que é uma afinidade pré-categorial do sujeito com seu objeto, (e) traz em si já uma intuição de ordem superior, que começa com a negação do óbvio e do já visto” (BOSI, 2002,p.116)

Independentemente das causas que levaram as mães encarceradas a cometerem delitos²⁵, a situação de encarceramento, não tem sido, de forma alguma, propiciadora da manutenção dos vínculos entre elas e seus filhos.

Muitas delas têm seus filhos durante a época da prisão e permanecem com eles, em virtude de exigências institucionais, um curtíssimo período de tempo. Outras tiveram os filhos antes de serem presas e puderam conviver com eles durante algum período, mas deixam de manter esse contato também por impedimentos criados pela vida no cárcere.

Ao longo dos anos do cumprimento de suas penas, as mães presas entram em contato com seus filhos durante o curto período das visitas, e esse momento é invariavelmente descrito como um “momento de dor”. Na visita, o contato é superficial e as mães ficam quase sempre divididas entre a concessão de um carinho e o compromisso da orientação.

Os filhos dessas mulheres para chegarem até elas são submetidos aos mais infamantes rituais de fiscalização. As revistas não são feitas apenas nos alimentos levados a compartilhar, os corpos dos visitantes são rastreados até a máxima intimidade dos genitais.

A mensagem subliminar é a de que se a mãe é uma criminosa, o filho também pode ser. Lemgruber (1999,p.49) cita a seguinte fala de uma mãe presa (...) “Sinto muita vergonha do meu filho ter que passar por esse vexame. Ele não tem culpa da mãe estar presa.” A humilhação é o sentimento que permeia a relação entre as mães e seus filhos nas prisões.

A humilhação é uma experiência freqüente nas populações pobres e, como já foi exposto, são os pobres que habitam as prisões. Com relação à humilhação, Moura (1995, p.167) afirma:

A humilhação é uma modalidade de angústia que se dispara a partir do enigma da desigualdade de classes. Angústia que os pobres conhecem bem e que, entre eles, inscreve-se no núcleo de sua submissão. Os pobres sofrem freqüentemente

²⁵ As causas da inserção na criminalidade podem ser atribuídas a fatores da personalidade do agente, porém é amplamente admitida hoje a tese de uma prevalência dos fatores socioeconômicos.

o impacto dos maus tratos. Psicologicamente, sofrem continuamente o impacto de uma mensagem estranha, misteriosa: ‘vocês são inferiores’. E o que é profundamente grave: a mensagem passa a ser esperada, mesmo nas circunstâncias em que, para nós outros, observadores externos, não pareceria razoável esperá-las. Para os pobres, a humilhação ou é uma realidade em ato ou é freqüentemente sentida como uma realidade iminente, sempre a espreitar-lhes, onde quer que esteja, com quem quer que estejam. O sentimento de não possuírem direitos, de parecerem desprezíveis e repugnantes, torna-se-lhes compulsivo: movem-se e falam, quando falam, como seres que ninguém vê.

Concordo com as colocações desse autor, no entanto ressalto que nas prisões os pobres sofrem de uma invisibilidade mais grave. Geralmente os encarcerados são tomados como seres de uma outra espécie, notadamente inferior. Seus movimentos são controlados e vigiados, aquilo que falam não é considerado como sério ou verdadeiro e deles devemos esperar, sempre, as piores coisas.

A prisão é um mundo onde as contradições são vividas de forma assustadoramente intensa, onde viver o presente é um exercício de mortificação. A saída para a maioria é oscilar entre o passado e o futuro. Recordar e sonhar são ações curativas cotidianas que vêm em socorro aos males impingidos pela prisão.

As prisões roubam – embora este possa ser um verbo impróprio para instituições como essas! – muitas coisas de seus internos: a dignidade, a autonomia, a auto-estima e por vezes até a esperança, mas não podem levar deles a capacidade de recordar e sonhar.

Certamente, como todos nós, aqueles que estão nas prisões têm lembranças ruins, mas também tem boas lembranças. Como afirmou Bosi (1994, p.426): “(...) Tal como as plantas, que na estação da seca se imobilizam e brotam nas primeiras chuvas, certas lembranças se renovam e em certos períodos dão uma quantidade inesperada de folhas novas.”

Mães presas recordam e sonham. Recordam o que foram, sonham com o que querem ser. Mas seu momento presente é um momento de dor, dúvida e expectativa.

A mãe presa desenvolve com seus filhos uma relação materna tutelada pela prisão. Elas são em sua maioria, mulheres pobres, humilhadas, excluídas e esquecidas, que mesmo sendo apontadas por muitos como mulheres que fracassaram no desempenho da maternidade, continuam afirmando que amam seus filhos. Segundo Badinter (1993, p. 67),

O amor materno é infinitamente complexo e imperfeito. Longe de ser um instinto, ele é condicionado por tantos fatores independentes da 'boa natureza' ou da 'boa vontade' da mãe que é preciso um pequeno milagre para que este amor seja assim como nos é descrito. Ele depende não só da história pessoal de cada mulher (...), da conveniência da gravidez, de seu desejo de ter a criança, de sua relação com o pai, mas também de outros fatores, sociais, culturais, profissionais, etc.

As colocações da autora acrescentariam que o amor materno depende sobretudo da memória que se tem de todas as vivências passadas em que ele – o amor materno – esteve envolvido, quer como presença, quer como ausência.

5 – A Penitenciária Feminina do Tatuapé – Uma descrição da estrutura e da dinâmica a partir do olhar do pesquisador.

A Penitenciária Feminina do Tatuapé²⁶, uma das quatro unidades da Secretaria da Administração Penitenciária de São Paulo destinadas a mulheres, passou a ser designada por esse nome somente a partir de julho de 1998, quando da última reforma do sistema penitenciário paulista.

Situada na Rua Ulisses Cruz, no bairro do Tatuapé, a penitenciária faz parte de um conjunto arquitetônico que, até 1991, era utilizado, em sua totalidade, pela FEBEM na aplicação de medidas sócio-educativas dirigidas aos adolescentes infratores.

Em 1991, como resultado de mudanças introduzidas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, assim como pela necessidade de ampliação do número de vagas para mulheres condenadas à pena de privação de liberdade, o Decreto nº 34.354, indica a transferência de 11.202,44 m² –sendo 8.227,00 m² de área construída – da Secretaria do Menor para a Secretaria de Segurança Pública e cria a Casa de Detenção Feminina do Tatuapé. O restante da área continua, ainda hoje, sendo usada pela FEBEM.

Na primeira vez que entrei nessa penitenciária notei, de imediato, a diferença com relação às demais unidades prisionais, tanto femininas²⁷ como masculinas.

O estilo da construção dos prédios é muito distinto daqueles usados para encarcerar adultos nas últimas décadas. Criado de início para adolescentes infratores foram necessárias várias adaptações ao edifício de forma a adequá-lo ao uso de mulheres adultas.

É imediatamente visível que a portaria – onde são deixados pertences e onde são entregues os *jumbos*²⁸ – e as edículas destinadas à revista dos parentes e amigos nos dias de visita, são construções mais recentes.

Os altos muros só existem nas áreas que cercam os pavilhões, mas, nem por isso, o aspecto geral é menos hostil e constrangedor. É possível ver e sentir o regime de exclusão desde o momento em que se chega à unidade.

A necessidade de identificação na portaria é uma regra imutável. Regra de segurança e disciplina. Já a necessidade de explicação dos porquês se está ali diminui

²⁶ No Apêndice C são apresentadas algumas fotos da penitenciária tiradas durante o ano de 2001 com autorização da diretoria geral.

²⁷ Exceção feita para a unidade feminina do Butantã que também foi, no passado, utilizada para a internação de adolescentes infratores.

²⁸ Jumbo é um conjunto de provisões que são entregues por familiares às mulheres presas.

significativamente quando, de certa forma, se passa a *fazer* parte da paisagem, ou seja, quando os agentes de segurança se habituaam com sua presença. Isso aconteceu comigo rapidamente. Embora freqüentasse a unidade apenas uma vez por semana, ao final do primeiro mês era imediatamente reconhecida quando chegava.

Os alambrados que separam as áreas externas da penitenciária daquelas da FEBEM, permitem entrever os funcionários e internos que lá e cá transitam.

Fui, várias vezes, testemunha silenciosa do caminhar dos jovens internos da FEBEM pelo pátio externo, enquanto, do lado de cá do alambrado – por onde eu caminhava e olhava – sentenciadas varriam o chão absortas em sua atividade, mas fiscalizadas a distância. Parceiros do silêncio, ocupando pátios contíguos da exclusão, da humilhação e da indiferença.

Aquele que mantém um olhar ativo sobre essa realidade percebe outras semelhanças entre eles: o olhar vazio e arreadio que não busca mais o conhecimento na mesmice cotidiana, mas, que se mobiliza para o novo; as posturas compostas de movimentos restritos e previsíveis e a roupa que é usada, roupa que diferencia quem é funcionário e vigia de quem é interno e vigiado. Tudo lembra o rigor das normas disciplinares.

As prisões criam para os internos um mundo em que a mutilação do eu é quase inevitável, como afirmava Goffman (1974). O abandono da vida que levava fora não implica somente transformar olhares e posturas, porém em adotar comportamentos autômatos cada vez menos espontâneos além de ter de passar anos tendo sua intimidade violada permanentemente por um contato interpessoal forçado.

Todos sabem sem precisar perguntar, quem é de fora, quem é de dentro. Eu me sentia como uma estrangeira – talvez invasora – embora já tendo estado, tantas vezes, em lugares semelhantes. Estava ali sabia bem porquê e sabia mais, sabia que nunca mais seria a mesma.

Numa espécie de subportaria, localizada próxima ao setor de revista, quem vai adentrar a unidade passa por um detector de metais, mas, mais uma vez a diferença: quando se passa a ser (re)conhecido na unidade, o som que eventualmente dispara – e comigo disparava sempre por causa do gravador – já não indicava um risco depois de um mês.

Todos já me identificavam como aquela que conversava com as presas. Se isso, de um lado, facilitava minha entrada; de outro, já era uma indicação de minha aderência ao lugar.

Não posso negar que isso me causava um certo incômodo, pois queria garantir um distanciamento adequado, todavia, como já tinha percebido, as prisões acabam por produzir relações muito típicas: acentuam – pelas práticas disciplinares – as diferenças entre os presos e os funcionários; naturalizam as que se dão entre os funcionários e aqueles que lá desenvolvem alguma atividade.

A Penitenciária do Tatuapé é uma unidade que comporta 550 internas e conta no momento atual com 583²⁹. Ela é formada por seis pavilhões: quatro deles denominados residenciais, um onde estão localizadas oficinas de trabalho, mas contendo celas para o cumprimento de regime de observação e sanções disciplinares e um último composto de oficinas e celas utilizadas para as visitas íntimas, que ocorrem nos dois últimos finais de semana do mês.

Existem vários acessos que levam aos pavilhões, contudo os funcionários e visitantes – advogados, promotores, juízes, pesquisadores – adentram a unidade pelo prédio administrativo, o qual tem dois pavimentos. Em sua parte inferior encontramos uma pequena portaria denominada *setor de inclusão* por onde as mulheres presas entram quando chegam à unidade e por onde entram as visitas familiares nos finais de semana. Esse acesso no pavimento inferior leva diretamente aos corredores internos dos pavilhões.

Do lado externo do prédio, encontra-se um acesso, em forma de rampa, que leva ao pavimento superior onde ficam os setores administrativos propriamente ditos – salas das diretorias, arquivos, setores de atendimento, copa, etc. Tanto em sua parte externa como na interna, observa-se que o prédio é mal conservado, apesar da pintura recente nos corredores internos em tom azul – como no melhor dos mundos que a cor azul sugere.

O que muitos poderiam caracterizar como um escasso investimento em manutenção, me parecia mais fruto do descaso e abandono.

Embora não fosse fácil, era necessário olhar para aquele espaço não como quem vê-por-ver, mas como quem vê buscando um conhecimento e então a prisão se revela como um espaço de (sobre)vivência desprovido, quase que totalmente, de beleza e alegria.

²⁹ Dados da Sec.Adm. Penitenciária em 24/10/2003. Em 1998, o número na mesma unidade era de 370 presas.

O lugar é mesmo muito feio, de uma feiúra impar porque lá tudo é absolutamente impessoal. Corredores longos e vazios, mesas de madeira antiga e sem brilho, cadeiras de estofados desgastados, pilhas de papéis. Apesar do azul das paredes, o clima é de um cinza intenso. Nada que forneça alguma sensação de calor e acolhimento.

A prisão é fria, em todos os aspectos. O vermelho só aparece nos papéis que enfeitam as raras festas ou nos dramáticos momentos de revolta.

O pé-direito da construção é baixo e somente as salas posicionadas na direção do pátio externo possuem iluminação natural. Nos corredores e demais salas a iluminação é ampliada por um sistema de clarabóias protegidas por domo leitoso.

A ventilação, de modo geral, é insuficiente contribuindo para ampliar, nos dias de maior temperatura, o sentimento de opressão, típico das prisões. Para muitas mulheres que passaram sua infância na roça, o frescor do ar matinal é apenas uma distante lembrança.

No centro do primeiro corredor da administração, encontra-se, à esquerda, a chefia de plantão. Neste setor controla-se a movimentação de pessoas entre o prédio administrativo e os pavilhões. Entre dois grandes portões de ferro, um pequeno espaço de circulação denominado apenas por acesso. Por ali passam inúmeras pessoas durante o dia. Um canal estreito, ponto de fortes tensões. É para esse local que afluem as queixas, as solicitações, as mágoas e as revoltas. É esse o ponto final que marca a divisão entre o mundo externo e o mundo das internas.

Nesse local vivi uma das experiências mais marcantes do tempo de pesquisa. Naquele dia, poucas agentes de segurança compunham o grupo de vigilância responsável pelo controle da circulação das sentenciadas, e também o meu. Eu realizava as entrevistas em uma sala da escola que ficava no piso inferior do prédio da administração e para chegar até lá tinha que atravessar alguns portões.

O acesso a essa sala era possível a partir do ponto nevrálgico – o pequeno corredor do acesso. Estávamos lá, pelo menos seis mulheres diferentes, alvoroçadas diante de um portão – canal aberto entre o fora e o dentro – cada uma com uma necessidade diferente. Havia um clima de tensão no ar. É bem verdade que esse clima é uma constante na prisão, mesmo em dias de calmaria, mas naquele dia nada estava calmo ali.

Eu queria me encontrar com as pessoas que tinha agendado e toda aquela confusão estava me deixando muito irritada. Sem pensar muito nos riscos, querendo resolver meu problema e facilitar para as funcionárias, perguntei se não poderia descer sozinha. Ela me olhou um tanto surpresa, talvez querendo se livrar de mais uma ocupação, disse que se eu não tinha problema poderia ir. O que sucedeu a essa fala foi marcante para mim.

Fiquei momentaneamente surpresa com a autorização, mas não tinha coragem de voltar atrás. Ela me entregou um molho de chaves e foi logo dizendo de onde eram, como deveria fechar o portão depois que passasse por ele, que não abrisse para qualquer presa e eu, meio atônita apenas ouvia.

Assim que terminaram as recomendações, a agente deixou-me onde estava e foi resolver outros problemas. Eu fiquei parada por poucos segundos. Olhei para a direção a seguir e dei o primeiro passo. Nunca tinha ficado com *as chaves da cadeia nas mãos*³⁰. Ter as chaves dos portões de uma prisão nas mãos é indicativo de poder, um poder de conceder acesso, abrir e fechar portas, controlar movimentos, diálogos e trocas, um poder historicamente masculino agora também exercido por mulheres.

Na frente do portão, já não sabia qual era a chave correta para abri-lo. A momentânea identificação com a função se revelou improdutiva. As informações foram passadas tão rapidamente que não tive tempo de absorvê-las. Eu tinha que abrir um portão, tinha a chave, mas era uma presa da ignorância e da inexperiência. Instantes de angústia até finalmente abrir o portão. E que alívio quando o fechei atrás de mim! Eu estava literalmente trancada num espaço que não conhecia. Tinha um poder, mas era presa do não-saber.

O que eu sentia era um misto de medo, ansiedade e expectativa. Dirigi-me até a sala da escola e lá fiquei aguardando algum sinal que indicasse a presença de alguma das mulheres com as quais conversaria.

Depois da primeira, uma após outra repetia o mesmo ritual: subia a escada abria o portão, a cumprimentava, trocava olhares com as outras presas que estavam na galeria e, rapidamente, fechava de novo o portão.

³⁰ Esta é uma expressão muito comum entre os trabalhadores das prisões.

Naquele dia, além de pesquisadora fui também agente de segurança e pude sentir o quanto de alienação pode ser produzida nessa atividade autômata. Um automatismo defensivo talvez, pois pude sentir o como é difícil manter a consciência permanentemente atenta nesses gestos de trancar e soltar pessoas. Fiquei nessa dupla atividade por volta de três horas. Ao final, tive que fazer o caminho de volta ao mundo exterior.

Era meio dia, quando atravessei a galeria e cheguei ao portão que me permitiria acesso ao setor administrativo. A galeria estava relativamente tranqüila. Lugar de intensa movimentação de presas durante o período da manhã e da tarde, essa galeria é conhecida como “Rua Direita”, porém, no horário do almoço o movimento diminui. Poucas presas estavam próximas ao portão do acesso e percebi que me olhavam com certa curiosidade.

Ao chegar em frente ao portão, ele estava fechado. Bati algumas vezes, em vão. Parecia estranho não obter resposta para algo aparentemente tão normal. Descobri que na prisão nem tudo é o que parece. Ninguém abria o portão para me “livrar” daquela situação insólita.

O pouco tempo que permaneci ali parada e constrangida pareceu-me uma eternidade. Percebi que minha situação chamava a atenção das presas e eu não sabia o porquê. Bati mais algumas vezes no portão até que uma presa se aproximou e disse: – *“Olha doutora, desse jeito ninguém vai abrir não! Tem que fazer assim....”*. E, usando uma caneta que tinha na mão, ela arranhou a grade da pequena janelinha de observação que existe no alto do portão e, ao fazer esse movimento, produziu um forte ruído.

Rapidamente, para minha surpresa, uma agente abre a janelinha, olha para mim e pergunta: *“Que você quer?”*. *“Entrar”*, respondi. Para minha surpresa ela pergunta: *“Quem é você?”*. Minha resposta foi imediata: *“Psicóloga”*. Ela me olhou um tanto desconfiada, mas outra agente lá do fundo do corredor veio em meu socorro dizendo: *“Deixa a moça entrar, ela é psicóloga mesmo!”*.

Essa experiência me possibilitou, mesmo que por breves momentos, experimentar a mesma dor daquelas mulheres que no interior das prisões se tornam números, apelidos desqualificativos, pessoas sem nome e sem uma identidade reconhecida, mulheres que não são percebidas em sua singularidade, são mais uma na multidão que transita.

Naquele mundo de relações ambíguas não fui reconhecida por aquela que, como eu, estava ali desenvolvendo um trabalho, pois mesmo tendo usado um título, de relativo poder no lugar, para me apresentar, nada em mim me destacava do grupo.

Do lado de lá do portão, eu era apenas mais um rosto, colado à janelinha do portão, pedindo para entrar. Foi forte a emoção de parecer, mesmo que por um breve instante, uma mulher presa, um rosto em meio a tantos outros, alguém, como tantas outras, pedindo qualquer coisa, ou mesmo zombando ao dizer que era psicóloga.

Porém, do lado de cá do portão fui identificada na minha singularidade, fui percebida como alguém que não pertencia ao grupo, mas que, estranhamente, desconhecia o gesto que levaria à abertura do portão. Sem se deter nos porquês de meu comportamento estranho, aquela mulher veio em minha direção e me ajudou. Ao conceder-me a senha de acesso oportunizou-me fazer o caminho de volta.

Esta não foi a única vez que eu andei pela galeria principal do presídio feminino. Em outras oportunidades experimentei aqueles sentimentos confusos, uma mistura, nada homogênea, de medo, ansiedade, expectativa. O coração batendo mais forte, a fala precipitada em perguntas banais buscando aliviar a tensão e o caminhar apressado de quem quer evitar contatos não programados, já que também não havia tempo para isso.

Para quem está livre, vivendo o dinamismo do século XXI, a vida se processa em coordenadas espaço-temporais que não guardam nenhuma relação com aquelas vividas por quem está preso.

Para os cidadãos livres, os espaços são cada vez maiores e o tempo cada vez menor. Quase nunca temos tempo para conversar com amigos, caminhar no fim da tarde ou ler um livro sem compromisso.

Já os encarcerados, por contraste, são aqueles para os quais não há qualquer espaço, suas vidas são vividas em celas diminutas durante anos seguidos. Mas o tempo, embora não pare, parece infinito, assim como infinitas são as dores de vivê-lo atrás das grades.

O fluxo frenético das sentenciadas na galeria principal que reproduz a vida urbana em seu cotidiano, talvez oculte a busca do espaço perdido e o esquecimento do tempo ganho. Porém, a busca de contato, nessas ocasiões, mesmo que breve, sempre revela a básica necessidade humana de comunicação.

Na unidade do Tatuapé existem seis pavilhões que são edificações de dois andares, além do térreo. Nos pavilhões encontram-se, ao mesmo tempo, a *casa*, o *barraco*, a *pedra*³¹, o *lugar de trabalho* onde se obtém o complemento para o sustento da família que está lá fora, o *lugar do castigo* nas celas solitárias, os *pátios* onde são realizadas as festas do dia das mães, do natal e do ano novo.

Nos pavilhões se vive a coletividade forçada. Partilha-se a casa/cela com pessoas inicialmente desconhecidas que, com o passar dos anos, se tornam mais um da família. Num espaço mínimo com ventilação e iluminação precárias, vivem, em média, cinco mulheres³². A primeira vez que entrei nos pavilhões para visitar “a casa” das mulheres presas foi também a primeira em que pude ver alguma beleza na prisão.

Quase todas as celas são decoradas. Uma decoração simples, no estilo casa de boneca. Nelas vi cortinas feitas de barbantes com motivos florais e geométricos as quais separam os pequenos espaços de intimidade absoluta – as camas.

Nas cabeceiras das camas pequenos armários feitos de caixas que são, quase sempre, forradas de papéis coloridos. Neles são guardados os pertences pessoais possíveis na prisão – xampu, sabonete, pasta e escova de dentes, alguma bijuteria, cartas e fotos além de pequenas bonecas feitas pelas próprias presas e que conferem ao espaço uma certa alegria.

Algumas presas costumam decorar as paredes com fotos de ídolos ou santos de devoção, símbolos do imaginário. O que não falta nas celas são os rádios e as televisões. Embora considerados elementos de conexão mais imediata com o meio social, são, na verdade, tristes paliativos contra a opressão e a solidão. Em algumas, cheguei a ver mais de uma TV, que eram colocadas na beirada da cama da dona. Perguntei como faziam quando mais de uma ligava o aparelho e ouvi que isso não era problema, quando não queriam ver o mesmo programa, elas simplesmente “davam um jeito”.

Um outro armário no pequeníssimo corredor da cela ou mesmo uma cama desocupada pode acabar sendo transformada em uma espécie de dispensa coletiva onde são guardados alimentos – geralmente bolachas, pão de forma, enlatados e refrigerantes –

³¹ Pedra é o nome dado à cama de alvenaria onde os presos dormem.

³² Nesta unidade existem celas menores para apenas três mulheres, no entanto, devido à superpopulação, existem celas que hoje abrigam até sete presas.

trazidos pela família ou mesmo comprado por elas. No meio da cela, separando dois grupos de camas, a privada, quase sempre ocultada por uma cortina.

Muitas habitantes das “casas – celas” que visitei me ofereciam biscoitos ou um copo de refrigerante, gentileza tão comum entre as mulheres que se sentem satisfeitas ao receber uma visita em sua moradia.

Algumas me perguntavam se tinha gostado da casa delas, outras comentavam o quanto demoravam em lavar e encerar o piso pintado de vermelho, outras repetiam várias vezes sobre o como eram boas crocheteiras, outras reclamavam da falta de cuidado de algumas na higiene dos banheiros coletivos, mas todas, sem exceção me convidaram para voltar outras vezes.

Quando me lembro do tamanho da cela ainda fico impressionada com a capacidade de adaptação que essas mulheres demonstram. Mesmo que levemos em consideração que num presídio a vida é uma constante experiência de frustração e dor, essas mulheres literalmente extraem da pobreza absoluta de recursos do lugar, a beleza possível e, de si mesmas, a tolerância imprescindível para a convivência inevitável.

Em muitas casas fui recebida por um casal. Uma das presas era apresentada como o marido e a outra como esposa. Enquanto uma se responsabilizava pelo cuidado e conservação da casa, a outra trabalhava em oficinas para garantir as necessidades das duas. Numa reprodução de um casamento burguês, os lugares estavam bem definidos pelas funções que cada uma tinha que desempenhar.

Em outras, embora essa parceria amorosa homossexual não fosse tão francamente exposta, era possível supô-la após algum tempo de conversação. O pudor observado nesses contatos, como descobri mais tarde, referia-se à necessidade de não tornar explícita uma relação movida apenas por interesses circunstanciais.

A parceria amorosa homossexual, embora não oficialmente autorizada, é bastante freqüente nas prisões femininas e os contatos sexuais são mantidos no espaço reservado das casas/cela onde elas residem.

As mulheres heterossexuais atenderam suas necessidades sexuais das formas mais diversas e ocultas até o início de 2002, época em que foi implantado o Programa de Visita Íntima nas prisões femininas.

Ainda que a gravidez possa ser um resultado desses contatos, a unidade do Tatuapé não conta com alojamento para mães e futuros bebês. Quando isso ocorre a gestação se dá na unidade e após o nascimento, mãe e filho(a) são transferidos para alguma outra unidade que tem esse tipo de alojamento específico.

Os pátios são os espaços reservados para os encontros que envolvem um maior número de pessoas. Neles ocorrem as festas, as apresentações de cantores e atores, as práticas de jogos, os encontros familiares nos dias de visita, mesmo local onde são lavadas e estendidas as roupas.

Não existem muitas opções do que fazer nas prisões. A circulação se faz entre os mesmos lugares – oficinas, escola, celas, banheiros, pátios, enfermaria, administração.

Na unidade do Tatuapé, as mulheres podem trabalhar nas oficinas, na administração, em serviços de manutenção ou ainda nas próprias celas. Nem todas têm oportunidade de trabalhar e essa situação gera importantes conflitos. As que não têm apoio da família nem trabalho são as que sofrem os piores tipos de carência material. Para muitas, o trabalho na prisão representa um complemento no orçamento familiar.

Em todos pavilhões, existem oficinas de trabalho no primeiro andar. É possível caminhar por várias delas atravessando os corredores que interligam os diferentes pavilhões, porém o acesso a elas se faz, exclusivamente, nos andares térreos dos pavilhões 2 e 5.

Visitei algumas oficinas de trabalho e pude ver de perto mulheres produzindo desde pratos de papelão, língua-de-sogra e roupas até componentes eletrônicos, alto-falantes para carros, relógios de hidrômetros e telefones. Envolvidas nessas atividades estão pelo menos 40% das internas.

Algumas mulheres – geralmente as que têm um melhor nível de instrução – trabalham nos setores administrativos suprimindo a carência de funcionários, o que é uma constante nas prisões. Outras atuam em serviços de manutenção da unidade – limpeza, distribuição de alimentos, coleta de lixo – ou ainda na enfermaria.

As demais mulheres trabalham em atividades artesanais, sendo que algumas chegam a se organizar num esquema que lembra as cooperativas. Os produtos – tapetes, almofadas, bichos de pelúcia, blusas de tricô e crochê, objetos decorativos, bonecas etc.,

são vendidos não só por elas mesmas, mas também pela Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso – FUNAP.

As prisões se constituem num grande pólo produtor de bens de consumo. Até algum tempo atrás, não havia uma regulamentação para o pagamento dos serviços prestados por essas mulheres, o que só ocorreu em 2002. No entanto, os direitos legais tais como aposentadoria, seguro saúde, fundo de garantia não são extensivos ao trabalhador preso.

Alguns poderiam dizer que se esses direitos não são garantidos a muitos trabalhadores da sociedade por que deveriam ser aos presos? Multiplicam-se as injustiças sociais enquanto, todos os dias, aqueles que instalam suas oficinas nas prisões se livram das despesas de contratação de um trabalhador.

Durante o tempo de pesquisa, tenho pensado que a questão do trabalho nas prisões está longe de ser resolvida, ela envolve um grande número de interesses e movimenta muito dinheiro. Certamente, o suficiente para que as soluções ainda demorem a aparecer.

Um último aspecto importante da unidade do Tatuapé, e que faz parte da história de minhas incursões pela prisão feminina, é o que se refere ao setor de atendimento às presas.

Num corredor estreito, distribuem-se inúmeras salas onde os psicólogos, assistentes sociais e psiquiatras recebem as mulheres para a realização de exames criminológicos ou outro tipo de acompanhamento. Esse é um lugar de múltiplas representações.

Toda a vez que uma mulher é chamada para atendimento na Diretoria do Núcleo de Reabilitação – DNR, uma certa agitação toma conta dela. Pude perceber isso não só a partir do contato com minhas entrevistadas como também pelas rápidas conversas que mantive com várias outras no corredor.

Uma mulher ser chamada para comparecer a essa diretoria pode significar realizar um sonho – ser informada de um resultado favorável num exame ou ficar sabendo que vai realizá-lo –, como também adiar um sonho – a avaliação resultou frustrada e terá que esperar mais seis meses para realizar outra.

Esse é um lugar de poder – os técnicos vão dizer “quem são” as mulheres presas e se elas “podem” ter reconhecido o direito de sair – e as mulheres presas têm uma representação³³ bem próxima do real, pois, o juiz baseará sua decisão nos resultados obtidos nessas avaliações.

As prisões podem ser descritas de diferentes formas a partir de ângulos distintos. Optei por essa objetivando uma descrição o mais fiel possível do que vi e vivi. Apresentei uma visão que traz em grande medida minha aproximação afetiva do cotidiano de uma unidade prisional feminina e das mulheres que convivi durante o tempo de pesquisa.

É possível admitir que outras unidades prisionais femininas apresentem características semelhantes às que descrevi. No entanto, é também possível supor que cada uma delas, ao seu modo, cria um mundo particular para o grupo de mulheres que lá habita e que assim, outros “olhares” podem exprimir fatos que não fui capaz de capturar na pesquisa que realizei.

³³ As recentes mudanças ocorridas na Lei de Execução Penal especialmente as que se referem à utilização de exames para a progressão de regime penal, talvez impliquem, a médio prazo, numa modificação do conteúdo das representações que as mulheres presas manifestam sobre os técnicos.

6 – Alguns dados quantitativos sobre mulheres presas.

Segundo dados do DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional, publicados em junho de 2003, a população carcerária – incluindo homens e mulheres – no Brasil era de 284.989. Destes, 213.215 faziam parte do sistema penitenciário e 71.774 eram presos da polícia. A população de mulheres encarceradas no Brasil era de 12.527 sendo que 7.452 no sistema penal e 5.075 no âmbito da polícia.

Especificamente no Estado de São Paulo, segundo dados da Secretaria de Administração Penitenciária em outubro de 2003³⁴, 2.967 mulheres cumpriam penas nas 12 unidades prisionais – considerando-se as penitenciárias de regime fechado, os semi-abertos – que muitas vezes são contíguos à unidade de regime fechado –, os centros de ressocialização, os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico, o hospital da Penitenciária Feminina da Capital e o Centro de atendimento hospitalar à mulher presa.

O número de vagas no Estado – incluindo as hospitalares – é de 3.093, o que indica um certo equilíbrio entre a oferta e a necessidade de vagas. A distribuição de mulheres por tipo de regime penal no estado é de 2.432 no regime fechado, 386 no semi-aberto, 90 nos hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico e 59 em hospitais do sistema.

A Penitenciária Feminina do Tatuapé, na qual realizei o presente estudo, é de regime penal fechado, tem um total de 550 vagas³⁵ sendo que se encontram presas 583 mulheres.

Com a finalidade de identificar algumas características do grupo de mães presas e verificar com que frequência estabeleciam contatos com seus filhos durante o tempo de permanência na prisão – basicamente por meio de visitas, cartas e telefonemas – realizei, no ano de 2001, em parceria com um grupo de alunos do Centro de Estatística Aplicada – CEA, da Universidade de São Paulo, um breve estudo³⁶ junto a quatro prisões femininas³⁷ que existiam no Estado à época do estudo, sem incluir no mesmo os hospitais de custódia e tratamento psiquiátrico.

³⁴ Dados fornecidos via e-mail pelo setor de Controle de Movimentação de sentenciados da Secretaria da Administração Penitenciária

³⁵ Segundo informações de Bierrenback (1998) o número de vagas na Penitenciária do Tatuapé era de 219, o que faz supor, tendo em vista o número oficial atualizado, que foram construídas mais vagas na unidade.

³⁶ Todos os dados são apresentados no Anexo “A”

³⁷ Esse estudo não será objeto de análise e é apresentado apenas como dado ilustrativo do grupo de mães nas prisões do Estado de São Paulo.

Foi elaborado um questionário contendo perguntas que objetivavam levantar dados sobre:

- a *condição materna* – número de filhos³⁸, idade da primeira gestação e se algum filho havia nascido na prisão,
- a *época da prisão*
- o *tempo de pena*
- os *tipos de contato que mantinham com os filhos na prisão* – visitas e frequência delas, correspondência por cartas e contatos telefônicos
- a *idade* da informante.

A realização desse estudo não contou com recursos financeiros o que implicou restrições na operacionalização da coleta dos dados.

Os questionários foram entregues às mulheres presas que, após o preenchimento, fizeram a devolução.

A distribuição e controle dos questionários ficaram a cargo das Diretorias de Educação das unidades e, nos casos de mulheres analfabetas, foi necessária a ajuda de um professor da FUNAP³⁹ para o seu preenchimento.

Tendo em vista que não foi possível realizar uma coleta de dados com o rigor metodológico adequado, os resultados obtidos devem ser analisados com reserva.

Foram distribuídos ao todo 1.599 questionários, relativos ao número aproximado das sentenciadas que cumpriam pena nas quatro penitenciárias femininas existentes na época: Penitenciária Feminina da Capital, Penitenciária Feminina do Tatuapé, Penitenciária Feminina do Tremembé e Penitenciária Feminina do Butantã – sendo que esta última foi considerada em seus dois regimes o semi-aberto e o fechado.

Obteve-se a devolução de 1.200 questionários, número que corresponde a, aproximadamente, 75% daqueles que foram distribuídos.

Os dados foram armazenados em planilhas, posteriormente, em gráficos e tabelas⁴⁰ para cada uma das penitenciárias. Apresento a seguir alguns resultados obtidos em termos de valores médios.

³⁸ Não foi estabelecida distinção entre filhos naturais e adotivos.

³⁹ FUNAP – Fundação de Amparo ao Trabalhador Preso.

⁴⁰ Anexos A.2 e A.3

Os resultados apontam que a idade média das mães presas concentra-se na faixa dos 32 a 35 anos e o número médio de filhos no grupo é de três. A idade média mínima da primeira gestação é de 18 anos em três das unidades, exceto na Penitenciária de Tremembé, que é de 19 anos.

No grupo de sentenciadas da Penitenciária Feminina da Capital, a primeira prisão ocorreu, em média, aos 26 anos e na Penitenciária Feminina de Tremembé aos trinta anos.

O tempo médio de pena já cumprido nas Penitenciárias do Butantã (ambos os regimes) e do Tatuapé é de aproximadamente 03 anos. Já na Penitenciária da Capital é de quase quatro anos e na Penitenciária do Tremembé de quatro anos e sete meses.

Os dados mostram que na média das unidades, 75% ou mais das mulheres presas possuem filhos e, aproximadamente, 25% dessas mulheres os tiveram durante o cumprimento da pena.

A visita é o modo mais direto de relação entre mães e filhos. Mais da metade das mães, em todas as unidades, recebe visitas dos filhos e está em torno de 34% o índice médio de mães que não as recebem. Das que recebem visitas de seus filhos, temos como maiores índices a Penitenciária Feminina da Capital 67%, de Tremembé 66% do Butantã e Tatuapé 65%.

A frequência das visitas nos permite obter informações sobre a regularidade do contato entre mães e filhos. Com relação a esse quesito, as análises referem-se apenas ao grupo de mães que responderam afirmativamente à pergunta cinco do questionário.

No grupo, nota-se que pelo menos metade das mães, 31%, recebem visitas, no mínimo, uma vez por mês, 20% toda a semana, 27% a cada 15 dias e 16% a cada dois meses.

Os dados mostram que as cartas⁴¹ é um importante meio de comunicação entre mães e filhos. Na Penitenciária do Butantã, em ambos regimes, aproximadamente metade das mães respondem às cartas de seus filhos, sendo que a outra metade não as responde.

⁴¹ O Anexo “D” apresenta a reprodução fiel de duas cartas enviadas a mães presas que participaram da pesquisa, das quais obtive autorização de publicação. Os nomes foram substituídos para que a identidade das pessoas fosse preservada.

Nas outras Penitenciárias, a proporção da troca de cartas aumenta, ficando em 61% na Penitenciária do Tatuapé, 62% na de Tremembé e 70,5% na Penitenciária da Capital.

O telefone é um possível meio de comunicação entre mães e filhos. O estudo mostra diferenças significativas entre as unidades no que diz respeito ao uso desse recurso.

Ao que parece apenas a unidade Feminina do Butantã permitia o uso do telefone à época do estudo. Os dados indicam que 65% das mães do regime semi-aberto e 57% do regime fechado naquela unidade tinham acesso a essa forma de contato. Nas demais penitenciárias, a relação se altera significativamente mostrando que 92% a 100% (em Tremembé) das mães presas nunca falam com seus filhos por telefone.

A reincidência criminal é um fator de manutenção da distância entre mães e filhos. O estudo, embora não tenha se detido nas causas da reincidência, aponta que no grupo, o maior índice de mães reincidentes, 68%, encontrava-se na Penitenciária de Tremembé, embora em todas as demais unidades, as cifras ultrapassem a casa dos 50%.

Os dados obtidos no estudo, mais do que números oferecem a possibilidade de estabelecermos algumas reflexões sobre as condições do grupo de mães presas estudado nos quesitos avaliados. Algumas dessas reflexões resultam do intercruzamento dos dados quantitativos obtidos nessa pesquisa e aqueles que foram coletados durante o tempo de contato direto com as mães presas.

As mulheres que participaram da pesquisa são, em sua maioria, jovens e reincidentes e estão vivendo uma condição de significativo afastamento de seus filhos.

A natureza e frequência observada nos contatos – visitas, cartas ou telefone – certamente não favorecem o fortalecimento da relação entre as mães presas e seus filhos.

As visitas dos familiares – filhos, mães, companheiro – e de amigos, ocorrem uma vez na semana, regularmente aos domingos – na maioria das unidades – iniciando-se por volta das 9 horas da manhã e se estendendo até por volta das 16 horas.

Os visitantes chegam cedo, mas aguardam um tempo considerável para entrar devido às revistas pessoais e dos alimentos que são trazidos para serem compartilhados. Essa medida, adotada por todas as prisões, é considerada por muitos familiares como um ritual de humilhação e motivo para que restrinjam o número de visitas.

Os dados apontam que o índice de mães que não recebe visitas é alto, e mesmo não sendo possível afirmar por este estudo que as mães foram “abandonadas” por seus filhos, é viável supor que um motivo adicional relaciona-se, certamente, ao fato de cumprirem penas em regiões distantes de suas moradias – muitas vezes em outras cidades – e os filhos não terem condições financeiras para visitá-las.

As mães que têm muitos filhos estabelecem um esquema de rodízio de visitas e assim acabam por (re)ver cada um de seus filhos com uma frequência muito baixa.

As cartas sempre serviram para encurtar distâncias, compartilhar emoções vividas e levar aquele que escreve e aquele que lê para uma outra dimensão, um mundo carregado de imagens que cada um colore a sua maneira. As cartas é um meio importante para o contato entre mães e filhos distantes e que não se vêem com a frequência desejada, porém continuam sendo um recurso limitado para aquelas mães que não sabem escrever.

Algumas mulheres analfabetas se valem da gentileza de outras para manterem contatos por cartas. Essas intermediárias tornam-se da família, na medida em que, ao longo do tempo, participam de todas as emoções dessas mães. Outras mães simplesmente desistem e esperam que algum dia, alguém da família apareça.

Os contatos telefônicos podem ser considerados uma boa opção para a aproximação entre mães e filhos, porém, como vimos, apenas uma unidade prisional oferecia essa opção. Na verdade, na época do estudo, a unidade que mostra um grande índice no uso desse meio de comunicação, contava com telefone público que era usado pelas presas, recurso este, que não estava presente nas outras unidades.

O telefone oportuniza um contato em tempo real e pode, muitas vezes, aliviar significativamente o sofrimento dessas mulheres. Em algumas circunstâncias consideradas “especiais” – acidente, doença ou morte de parente próximo – o telefone da unidade pode ser utilizado.

No geral, é possível afirmar que as mães presas precisam empreender um esforço significativo se quiserem manter a relação com seus filhos.

A prisão, por sua natureza excludente, não oferece recursos para que essa relação se mantenha em níveis aceitáveis, ao contrário, cria um número considerável de barreiras, ampliando a dor e o sofrimento, tanto para as mães como para seus filhos.

7- Método

O principal objetivo do presente estudo é conhecer as características do *amor materno* para um grupo de mães que cumpriam pena na Penitenciária Feminina do Tatuapé no período de 2001 a 2003.

Tendo em vista que o amor materno no âmbito do presente estudo é entendido como uma relação construída, tem-se como objetivos secundários identificar quais as principais representações que as mulheres presas têm sobre o lugar social das mães e como a relação entre elas e seus filhos ocorre durante o tempo de aprisionamento.

A partir de suas histórias singulares, busca-se identificar as diferentes características e manifestações do amor materno, assim como os mecanismos que a instituição prisional utiliza para facilitar ou obstaculizar as relações amorosas entre as mães e seus filhos.

É estudo com recorte específico de gênero, de caráter exploratório, ao qual aplicou-se o método da pesquisa qualitativa referenciada em autores da Psicologia, Direito, Sociologia, História e Filosofia e que busca introduzir novos âmbitos de pesquisa ao campo da Psicologia Social.

7.1 – Coleta de Dados

7.1.1 - Antecedentes

O trabalho de pesquisa em instituições prisionais, invariavelmente, esbarra em dificuldades. O acesso a essas instituições é limitado e requer autorização formal de autoridades em exercício na Secretaria da Administração Penitenciária.

Na fase inicial da pesquisa foram visitadas quatro unidades prisionais femininas: do Butantã – SP, da Capital - SP, da cidade de Tremembé no interior do estado de São Paulo e do Tatuapé também na capital de São Paulo.

Os dados analisados no presente estudo referem-se, exclusivamente aos coletados na Penitenciária Feminina do Tatuapé.

As entrevistas individuais, que serviram de base para as análises, foram realizadas a partir do segundo semestre de 2001 e concluídas no segundo semestre de 2003.

Durante o referido período, participei ainda de uma série de atividades na unidade prisional, tais como festas de *Dia das Mães* e *Natal*.

As mães que participaram do estudo foram convidadas por meio de um folheto⁴². A devolução dele manifestava o interesse delas em participar da pesquisa. No folheto, a mãe presa identificava-se pelo nome de modo a ser possível convocá-la para a entrevista.

Embora muitas mães tenham manifestado inicialmente o interesse em colaborar com estudo⁴³, nem todas aquelas que foram chamadas para a entrevista, após entenderem mais claramente do que se tratava, mantiveram seu interesse em participar. Fiz contato com um bom número de interessadas, mais precisamente quarenta e oito, porém somente trinta efetivamente participaram da pesquisa. Das restantes, algumas, quando foram chamadas, já não se encontravam mais na unidade e as demais desistiram sem sequer estabelecer um contato prévio.

7.2 – Amostra

A amostra inclui um total de 30 mães encarceradas na Penitenciária feminina do Tatuapé, subdivididas em dois grupos.

- Grupo 1 – composto de 30 mães.
- Grupo 2 – composto de 05 mães, incluídas no grupo anterior.

7.2.1 – Tabela⁴⁴ do Grupo de entrevistadas

Apresento a seguir um quadro síntese com os dados gerais sobre as mães entrevistadas.

A tabela tem a finalidade de auxiliar na leitura dos dados da pesquisa. Estão contidos no quadro o nome da entrevistada, idade, data da primeira gestação, número de filhos e os dois tipos de abordagem utilizadas nos contatos, ou seja, quais delas pertencem ao Grupo 1, exclusivamente, e quais também participaram do Grupo 2.

⁴² O modelo do convite encontra-se no Anexo C.

⁴³ Ao todo, 61 mães responderam ao convite.

⁴⁴ Interessante notar que as médias observadas para idade, data da primeira gestação e número de filhos no grupo mulheres estudadas, seguem de perto aquelas encontradas no estudo quantitativo realizado em 2001 nas quatro unidades femininas do estado de São Paulo.

Tabela 1 - Síntese Mães entrevistadas – Dados Gerais / Tipo de Contato

	Nome	Idade	Idade da 1ª Gestação	Número de Filhos	Grupo 1	Grupo 2
1	Cibele	38	17	3	X	
2	Vivian	31	26	2	X	
3	Rosimeire	27	19	1	X	
4	Fátima	39	18	9	X	
5	Telma	50	29	4	X	
6	Paula	32	15	2	X	
7	Maria	41	24	4	X	
8	Patrícia	41	19	3	X	
9	Simone	32	17	2	X	
10	Zulmira	30	17	2	X	
11	Márcia	41	20	4	X	
12	Letícia	26	16	4	X	
13	Julia	27	13	3	X	
14	Sonia	26	13	2	X	X
15	Cristina	26	15	2	X	X
16	Vera	41	25	2	X	X
17	Helena	37	15	4	X	X
18	Ana	46	18	8	X	X
19	Tânia	35	17	4	X	
20	Arlete	22	17	2	X	
21	Ângela	21	20	1	X	
22	Isabel	22	18	5	X	
23	Joana	25	15	2	X	
24	Carla	43	18	7	X	
25	Kátia	28	17	5	X	
26	Sandra	35	17	2	X	
27	Eunice	40	22	3	X	
28	Flavia	39	14	3	X	
29	Celeste	35	17	4	X	
30	Nadia	30	18	2	X	
	Média	33,5	18,2	3,3		
	Total				30	5

7.3 – Procedimentos

7.3.1 – Tipo de abordagem nos Grupos

Os encontros com as mães, tanto as do Grupo 1 como as do Grupo 2, foram de caráter individual, com estratégias e objetivos diferenciados, no entanto complementares.

Grupo 1 – As entrevistas individuais tinham como estratégia de aproximação das mães o Roteiro Básico das Entrevistas Individuais, apresentado no Anexo B. As questões versaram, especificamente, sobre o universo da maternidade tal qual vivido pela entrevistada e tiveram o objetivo de levantar dados sobre as representações sobre a maternidade e o amor materno. As mães eram convocadas e, após as apresentações formais, eram explicados os objetivos da pesquisa. Caso a entrevistada mantivesse seu interesse em participar, a entrevista era iniciada.

Grupo 2 – As entrevistas individuais se caracterizaram pelo acompanhamento de um grupo de cinco mães, sem roteiro especificado e tiveram como objetivo principal uma melhor qualificação do olhar do pesquisador sobre as questões relativas ao universo da maternidade encarcerada. Algumas mães foram convidadas a participar desse acompanhamento em virtude de terem manifestado seu interesse em “falar com alguém”⁴⁵ sobre sua relação com os filhos”. Somente cinco mães mantiveram seu propósito.

7.3.2 – Tempo de Duração⁴⁶

Grupo 1 – As entrevistas individuais tiveram a duração média de uma hora e meia, totalizando 45 horas de contato e aconteceram de forma intermitente ao longo dos dois anos de pesquisa.

⁴⁵ É importante ressaltar que esse “alguém”, não significava para elas qualquer pessoa. O fato da entrevistadora ser psicóloga foi para elas significativo, tendo conferido por vezes aos encontros um caráter psicoterapêutico.

⁴⁶ Durante o período de pesquisa ocorreram interrupções relativas às férias de julho e festas de final de ano, além daquelas relativas a impedimentos institucionais, tais como ameaças de rebelião por parte das internas, momentos em que a pesquisadora foi impedida de realizar entrevistas por questões de segurança.

Grupo 2 – As entrevistas individuais tiveram a duração média de uma hora, totalizando 72 horas de contato e aconteceram, quinzenalmente, ao longo do último ano de pesquisa.

7.3.3 – Local de realização das entrevistas

Grupo 1 – Inicialmente, as entrevistas foram realizadas, alternadamente, na sala de aulas da Diretoria de Educação e na Capela da unidade. Posteriormente, passaram a acontecer em alguma das salas da Diretoria do Núcleo de Reabilitação.

Grupo 2 – As entrevistas de acompanhamento aconteceram, exclusivamente, nas salas da Diretoria do Núcleo de Reabilitação.

7.3.4 – Forma de registro das entrevistas

Tanto as entrevistas do Grupo 1 como as do Grupo 2 foram gravadas e transcritas.

7.4 – Critérios de apresentação dos dados da pesquisa

Após sucessivas leituras das entrevistas, os dados coletados nos Grupos 1 e 2 foram agrupados em categorias de análise. Tendo em vista o volume de informações obtidas, procurou-se, na elaboração das categorias, agrupar o maior número de dados relacionados ao tema central da pesquisa. Alguns dados foram desprezados em virtude de não guardarem relação direta com o foco do presente estudo.

Na apresentação dos dados, as mães presas, seus filhos e outras pessoas mencionadas foram identificadas por nomes fictícios de modo a preservar suas identidades.

7.5 – Critérios para Análise dos Dados.

A análise dos dados foi conduzida tomando-se por referência os seguintes critérios:

- 1- Admite-se a existência de uma *Mãe arquetípica* – cujos atributos foram socialmente construídos e reproduzidos até à atualidade por meio de práticas e discursos sociais – que confere características especiais às construções relativas ao lugar da mãe por parte das entrevistadas.
- 2- Entende-se que os discursos sobre a maternidade e o amor materno resultam de relações sociais de gênero e são, portanto, construções sociais.
- 3- O amor materno enquanto atitude e sentimento humanos é construído na experiência concreta entre mãe e filho e se transforma ao longo da vida.

7.6 – Categorias de análise

A partir da seleção e organização dos dados os mesmos foram agrupados nas seguintes categorias de análise:

- 1 – A construção do lugar da mãe: as mães presas e suas mães.*
- 2 – O sonho – desejo de ser mãe.*
- 3 – Representações sobre o amor materno.*
- 4 – As transformações advindas da maternidade: de mulher à mãe.*
- 5 – Imagens maternas: como os filhos podem ser representados pelas mães presas.*
- 6 – A construção do amor materno*
- 7 – A maternidade na prisão: o confronto com as mudanças.*
- 8 – Relação mãe filho na prisão: formas possíveis.*
- 9 – A prisão: experiências de mulheres.*

8 – Apresentação dos Dados

8.1 – A construção do lugar da mãe: as mães presas e suas mães.

Algumas mulheres presas descrevem suas mães como pessoas que representaram um importante papel em suas vidas e pelas quais elas têm muito carinho.

Rosimeire – A minha mãe ela sempre foi uma ótima mãe e eu sempre falo: “Mãe, eu quero ser uma mãe igual a senhora.” Ela fala: “Toda mãe ama o filho. Então, você vai ser assim, você vai amar o seu filho também como eu amo vocês” (...) Eu amo a minha mãe, minha mãe é inesquecível, é uma mãe maravilhosa! Num tenho mais, mas jamais...Eu acho que eu posso esquecer tudo nesse mundo, até esse sofrimento que eu estou passando hoje, mas minha mãe, jamais, jamais mesmo. Minha irmã também, uma super mãe, ela gostou tanto de ser mãe que ela tem oito filhos, minha mãe amou ser mãe, ela tem nove filhos. Eu tenho um porque eu não tenho condições então, eu não vou por filho no mundo.

Paula – (...) A minha mãe? Ah! Ela me ensinava bastante coisa(...) A minha mãe, com todos nós filhos, ela teve muita paciência, com os filhos, com os netos, tudo ela teve muita paciência (...) Com a minha mãe, tudo era muito bonito, com a minha mãe, às vezes, eu num era nem assim, uma filha pra ela, eu era mais amiga dela porque tudo de mim eu contava pra ela, tudo de mim.

Simone – Sempre tive uma relação muito bonita, nós duas. Sempre fomos muito amigas, somos amigas até hoje, sempre fez tudo por mim, sempre, sempre fez tudo, nossa! Eu sou a filha dela querida, né? Apesar de que ela gosta de todas iguais, mas eu... é o xodó dela, porque pra onde ela ia eu tava junto. Todos o lugar que ela ia, porque minha mãe é surda, né? Mas, nós tivemos sempre uma relação bonita, nós duas, sempre unidas. Hoje em dia a companheira dela é a Clara, antes era eu, agora é minha filha (ri). Mas a gente sempre teve uma relação bonita.

Cristina – Apesar que eu só fui morar com ela com 9 anos foi com ela que eu aprendi tudo, ela chega, ela tá caidona eu falo pra ela: “Mãe cê tem que se levantar sabe, cê tem que seguir, eu preciso de você eu necessito, eu to caminhando aqui porque eu tenho a senhora e meus filho lá fora” (...) Porque minha mãe, ela é uma grande mulher pra mim ela é tudo, ela é. Eu vejo ela assim como a melhor mãe do mundo sabe? Ela entra aqui dentro, ela conversa com um, ela dá a mão pra outro. Um ta... num tem condição na família, ela liga pra família, ela vai atrás sabe, mesmo cheia de pobreza. Eu divido minha mãe com aquelas que num tem porque ela é uma mãe fantástica apesar de tudo ela. Ela é tudo.

Ana – A minha vida com a minha mãe, era uma vida muito boa. Nós somos filha, amiga, mãe, amiga, sabe, amiga confidente. Se eu tô com pobreza eu chego pra ela sabe, se ela tá, ela chega pra mim. Se ela vendo que eu tô fazendo uma coisa errada ela chega pra mim: “Filha não é assim, sabe? Muitas cabeçada que eu dei agora depois dos trinta ano foi por eu num escutar ela, entendeu? (...) Então eu penso assim, se eu tivesse escutado ela talvez hoje eu num taria onde eu tô e é uma mãe que sofre muito, entendeu? Porque ela foi uma mãe muito exemplar, é uma mãe muito digna, muito honesta. Ela é o tipo da pessoa, ela num tem leitura mas se ela pega um dinheiro a mais da senhora, ela chega, ela começa a contar nos dedo aí ela chega: “Olha essa moeda aqui é sua eu quero só o que é meu.”

Nádida – A minha mãe sempre foi mãe em todos os sentidos sempre, às vez meu pai batia nela por causa de nós sempre. Uma vez minha mãe apanhou por amor a nós, nós seis os seis filho dela (...) Eu num largo minha mãe por nada desse mundo, nada, aonde eu vou, ela mora comigo na minha casa aonde eu vou é minha mãe junto, não largo minha mãe por nada (...) Se eu

perder a minha mãe eu só vou sobreviver por causa dos meus filhos (...) Se eu não tivesse os meus filhos também eu queria morrer juntinho com a minha mãe. Deus me perdoe que ela tá viva (...) Jamais eu vou criticar minha mãe em nada pra mim ela sempre vai ser uma santa.

Cibele – Minha mãe, a gente nunca se separou, nem depois do casamento, eu acho que nós nos ligamos ainda mais depois que eu me casei. Tinha aquele conflito de mãe e filha antes de casar. Aqueles...não deixa sair, muito presa e depois que eu me casei, que eu me senti assim, que eu levei um susto, foi com 22 anos que eu me assustei, que eu já tinha dois filhos, uma casa, um marido, uma responsabilidade. (...) Eu acho que é aquela coisa que você acorda pra responsabilidade. Não que eu era irresponsável, mas eu acho que isso me fez ligar mais ainda na minha mãe, a pegar um pouco da experiência dela, saber como que é(...) Nós viramos ótimas amigas, e ela me ajudou muito, nunca me deixou, me dava muita força me ajudou muito com meus filhos

Joana – Com a minha mãe? A relação era boa, porque eu só queria ajudar ela, né? Tratava eu bem, dava bastante carinho...eu falava assim: “Mãe, eu quero ajudar a senhora a cuidar dos meus irmãos, que eu num quero que passa necessidade, que passa fome.” E eu ajudava ela vendendo rosa na rua...ajudava ela desse jeito, vendendo rosa...eu vendia bastante, ganhava bastante dinheiro, naquele tempo era cruzeiro, né? Eu ganhava bastante dinheiro vendendo rosa.

Algumas mães presas perderam as suas mães cedo e acabaram sendo criadas por outras pessoas.

Fátima – (...) Eu perdi ela eu já sabia de bastante coisa, já sabia fazer comida, era fogão de lenha, minha mãe fez um banquinho, me ensinou a fazer comida. (...) quando minha mãe morreu eu tinha 7 anos. Perdi minha mãe...um mês e vinte dias perdi meu pai, um ano e dois meses perdi minha vó, mãe do meu pai, tudo assim, em seguida. Fiquei com a minha irmã mais velha. Nós ficamos todos esparramados, uma com parentes, outros no colégio interno, o que já era criado ficou com a família dele. Somos em sete, cinco do segundo casamento e dois do primeiro casamento da minha mãe, foi assim, ficou tudo esparramado.

Tânia – Ah! Eu era nova quando minha mãe morreu, minha mãe morreu muito nova, ela fez uma operação pra num ter mais filhos e, ela começou a ter uns problemas, ela tinha diabetes e num fizeram o exame nela. Então, aquilo ali, ela foi, ficou muda, surda e cega. (...) Mas a minha mãe, ela foi uma excelente mãe (...) Quando ela morreu eu não convivia com ela (...) Eu morava com a minha tia (...) Eu saí da minha casa, eu tinha 11 anos de idade, porque meu pai tentou me estuprar, entendeu? Eu era, sou a filha mais velha, então, ele tentou me estuprar, foi quando eu cheguei a falar pra família e a família falou: "Não!", que era mentira minha, que era coisa da minha mente...Começaram a achar que eu tava inventando aquelas coisas (...) Só que eu falo pra senhora, se eu tivesse minha mãe hoje, eu seria a mulher mais feliz do mundo, eu seria a mulher mais feliz da face da Terra eu seria, mas é que...ela pode ter falecido, mas ela continua viva, aqui dentro ela, ela continua viva, dentro do meu coração ela é...sabe? Ela foi aquela super-mãe, super-mãe mesmo, aquela mãe que era só pros seus filhos, minha mãe só vivia pros filhos dela.

Ângela – Minha mãe faleceu eu tava com 2 anos (...) Logo em seguida meu pai foi preso, logo em seguida (...) Eu fui morar com a minha tia...Quando fez quatro anos que eu estava com ela, ela também chegou a falecer de câncer (...) Aí eu fiquei na mão de um vizinho, fiquei na mão do outro, né? Porque quando a gente num tem família por perto, então a gente depende de um vizinho, de alguém que queira pegar a responsabilidade de cuidar..Mas, também num dava certo porque...sempre...a gente nunca somos tratado igual, porque se a gente mora com os outros que não é da nossa família, sempre tem aquela diferença. Então, eu comecei a me misturar com o pessoal da onde eu morava, que também num era nem um pouco legal, mas mesmo assim eu sabia e acabei indo porque eu quis. Aí eu comecei a vim na Praça...comecei a passar por SOS, abrigo pra menor e assim eu fui vivendo a minha vida.

A relação das mulheres presas com suas mães pode ter sofrido a influência de diversos fatores: a relação da mãe com o pai ou padrasto, doença da mãe, o caráter da mãe ou ainda o fato dela trabalhar fora. Algumas referem que hoje entendem suas mães apesar de seu sofrimento, outras continuam a acusá-las de seu destino.

Patrícia – Vou falar a verdade pra senhora, (a relação com a mãe) num era boa porque meu pai, ele era, ele foi dependente de bebida alcoólica. Minha mãe ela, foi muito espancada, eu via aquilo e (chorando) ela foi até parar em hospital de manicômio, essas coisas ... lugar de louco e, eu acabava ficando com meus irmãos. Ela nunca passou nada pra mim assim, como que é isso, como que é aquilo, mas eu entendo porque, eu creio que ela também não teve isso.

Márcia – Minha mãe, eu num culpo ela de nada. Quando eu era pequena que eu era, que eu tava crescendo ainda eu culpava sabe, era muito revoltada com ela, mas depois eu fui vendo que ela não tinha culpa do que ela fazia, ela num tinha consciência do que ela fazia então não poderia cobrar dela uma coisa que ela num tinha consciência, certo? (...) ela botou eu e as minhas irmã pra fora de casa por causa de um homem (...) Esse homem estrupo minha irmã caçula. (...) Aí eu fiquei, aí eu fiquei com ódio dela de novo. Então eu num queria nem falar com ela,né? Aí porque eu brigava, eu brigava mais por causa das minhas irmã, eu num conformava porque ela num via. É, os cachaceiro é pobre já sabe como é que é, num tem raciocínio muito sei lá, não todos, né? Mas a maioria é que é um povo criado leigo, né? Sem estrutura, sem concepção geralmente, né? Alguns, cê vê eles falar coisas que num tem lógica mesmo, acho que já é do pobre. (...) Ela (mãe) falou que ela (irmã) deveria, num falou nessas, nas mesmas palavras, que ela deveria ter insinuado pra ele (...) Ela num tem, ela num tem noção do que ela fala (...) Eu gosto muito dela tadinha! Ela me ajuda pra caramba, mas ela num raciocina com lógica, né? Mas tem muito isso, né? Isso não é só no meio do povo (...) mas conheço muita gente também, classe média e num tem responsabilidade.

Zulmira – (...) Quando eu nasci eu fiquei com a minha mãe. Minha vó falava. Aí meu pai me tomou e ficou com os meus irmãos e eu (...) Eu tenho catorze madrastas (...) o meu pai largou da minha mãe por causa de putaria, o pouco que eu sei foi minha vó que tinha me contado isso dele. Quando eu tava na rua, antes dela morrer (...) E o sem-vergonha era ele(...) Ele largou da minha mãe, desquitado da minha mãe aí arrumava uma, num dava certo, porque ele era pingaiada, bebia muito, aí largava, arrumava outra, daí num se tratava com outra, a última até era cunhada minha. Eu casei com esse irmão da outra madrasta obrigada, né?(...) Eu conheci a minha mãe quando eu fui presa, depois que eu tava presa, com 20 anos. Eu vi ela duas vezes na porta da cadeia, porque eu num conhecia (...). Num sei nem o que é ter uma mãe (...)

Julia – Num posso te dizer assim quanto tempo (viveu com a mãe) porque a minha infância eu fui me crescendo como se eu fosse um entulho, uma coisa que incomoda as pessoas (...) O que eu queria da minha ela num foi (...) Eu queria da minha mãe que ela me desse carinho, atenção, conversasse sobre as minhas confusão (...) Mesmo que ela não pudesse dar solução pra eles, mas me ouvisse, me desse atenção, falasse que me amava, quando eu olhava pra ela pedindo um abraço um beijo que ela se tocasse e fizesse aquilo, né?(...) Não que ela tinha que (...) Ela nunca precisou falar pra mim abraçar ela e nem faz um ato de carinho pra ela. Sempre fiz mesmo ela xingando: “Aí que melação! Me larga! Me solta!” Naquela ignorância, falava: “A senhora é um bicho mesmo,né? Fria e calculista nem a gente fazendo carinho a senhora deixa!” E ela olhava assim... Aí eu saía andando, ratiando, brigando, discutindo, mas no respeito nunca desrespeitei ela. Às vezes, a gente discutia assim ela falava: “Preferia ter tido uma AIDS do que ter posto você no mundo! Um câncer! Eu num queria você! Nunca quis eu odeio seu pai, tenho

nojo de você!” (...) Ela me criou meio obrigado porque me pôs no mundo, mas me criou e eu acho que eu tenho que retribuir isso. Eu num vou sossegar enquanto eu num der uma casa pra ela nem que eu cabe de dar a casa e morra durinha, mas eu vou dar um teto pra ela passar a velhice dela. Jamais eu vou permitir que minha mãe vá pra um asilo ou que ela seja incômodo na vida dos meus irmãos. Eu devo isso a ela ou então chegou. Eu acho que vai chegar minha hora um dia também de fazer o mesmo por ela. É obrigação, ela é minha mãe. A mãe pode ser uma puta uma vadia uma vagabunda, ela pode ser o for, mas ela num deixa de ser mãe.

Telma – A minha mãe era muito brava, ela brigava muito com o meu pai e, quando eles brigava se separava, até hoje eles são separados. (contando do nascimento dos filhos) (...) o Joaquim, depois que veio a Marcia aí, cheguei na casa da minha mãe já não tinha mais condições, porque a casa da minha mãe é tudo a vida do crime. Então, ela teve que por eu pra roubar também, pra mim poder sustentar meus filhos. Aí fui roubando, fui roubando até que eu fui presa. (...) Minha mãe pegou e deu, vendeu, a minha filha pra uma outra família, que eu não conheço essa família até hoje. Só que a menina tá registrada no meu nome. Não sei como é que eles passaram pro nome deles porque eu não assinei papel, eu não fiz nada, quem foi responsável foi a avó. (...) Minha mãe é muito, sei lá, parece que ela não é mãe, entendeu? ? Eu acho que uma mãe que coloca todos filhos na vida do crime, isso não é uma mãe, eu num perdôo a minha mãe, de tudo o que ela fez com nós, por mais que ela é minha mãe, eu num perdôo.

Helena – Cá minha mãe eu vivi até quinze anos lá em casa, eu tinha quatorze ia fazer quinze anos. (a relação com ela) (...) Num era das melhor, mas também num foi das pior, sempre trabalhando cuidei deles trabalhava pra ajudar dentro de casa. Não era das pior porque eles nunca deixaram eu passar fome nem nada a gente, eu trabalhava e eles bebiam, eles brigavam, eles lutavam e eu tava sempre ali do lado dela(...) É, meu pai batia muito nela, ne mim. Eu tive uma infância muito de violência, muito de violência, muita violência na minha casa minha mãe e meu pai, mas eu segurei até depois que eu casei mesmo continuei segurando (...) Eu tenho disritmia na cabeça porque o meu pai me dava muita pancada por ele beber, mas as vez que eu passo pela psicóloga, pela terapeuta ele fala pra mim esquecer do meu pai,né? Porque ele foi muito violento assim. Eu digo que eu não consigo porque ele é meu pai.

Arlete – Eu vivi com a minha mãe até os 13 anos (...) Eu queria viver a minha vida. Eu gosto de ser independente, eu nunca gostei de ficar em barra de saia de mãe. Tá certo, tudo o que ela fazia e faz até hoje é pro nosso bem, mas...eu num consigo (...) Saí de casa e fui viver pela rua (...) A relação com a minha mãe...a gente, bem dizer, num tinha nem muita convivência, porque ela trabalhava à noite, de dia ela dormia, então, coitadinha, acordava, já fazia almoço pra nós, dava comida, já dormia de novo, seis horas ela acordava da noite e já ia trabalhar, tomava banho (...) A fase melhor nossa que nós era pequeno, ela num podia dar toda a atenção pra nós, porque ela tinha que trabalhar pra sustentar.

Flávia – Eu não vivi com a minha mãe porque ela tem problema de cabeça, ela nunca teve condições de criar. Ela teve cinco filhos e cada um foi criado com famílias diferentes. Somos filhos de pais diferentes, eu tenho um, minha irmã tem outro, outro tem outro. E isso, acho que mexeu muito com a minha cabeça. Então, tudo o que eu num tive da minha mãe, eu passei pros meus filhos. O que eu queria que fizessem por mim eu fiz por eles e continuo fazendo (...) Eu queria que a minha mãe me chamasse de filha, que me pegasse no colo...muita coisa que, a gente vai crescendo e procura num tocar no assunto, mas....perturba um pouco.

Celeste – A minha mãe quase não tinha tempo pra nós porque ela trabalhava, a parte da responsabilidade da casa ficava pra mim e pros meus irmãos. Eu tenho três irmãos mais velhos do que eu. Eu era a mais velha das mulheres e ficava toda a responsabilidade com a gente, então não era uma vida fácil. Minha mãe tinha que trabalhar pra poder manter a casa, meu pai, ele bebia muito, ele bebia muito e toda vez que ele bebia a gente tinha medo porque ele era agressivo. Ele agredia a minha mãe, agredia até nós mesmos(...) Olha, a minha vida com a minha mãe é bem diferente do que eu vejo como ela é com a minha irmã, entendeu? A minha

mãe me cobrava muito, ela fazia muita cobrança comigo, tudo era em cima de mim (...) Sempre eu era culpada.

8.2 – O sonho – desejo de ser mãe

Para algumas mulheres o sonho de ser mãe já estava presente na infância e estava associado às brincadeiras com bonecas e ao carinho por crianças.

Celeste – Ah! Sonhava, sonhava muito, sempre adorei criança; tanto que minha mãe falava pra mim: “Você vai estudar, você vai trabalhar, você vai ter uma proteção.” Eu falava: “Não, eu vou ser babá” (rindo) eu queira era mexer com criança. Outra hora eu falava que eu ia ser professora de primário porque eu teria contato com criança; então eu sempre gostei muito de criança.

Paula – Sonhava muito, eu brincava com muito bonecas, pra mim qualquer pedaço de pano era motivo de fazer vestidinhos, sabe as espigas de milho? Vem cabelinho, então aquilo pra mim era tudo, que nós morava no interior, então era de família pobre. (...) Perguntava muito pra minha mãe: “Senhora acha que eu vou ter muitos filhos?” (rindo) Aí minha mãe respondia: “Ah! Vai ter o mesmo tanto do que eu.”

Ana – Eu sonhava ser mãe sempre gostei de criança, eu tenho sangue muito doce pra criança. (...) Não imaginava ter tantos (...) Porque eu achava bonito sabe, a mesa cheia.

Sonia – Sonhava, eu pensava de um dia ter um filho, mas...isso foi bem novinha. Com 13 anos, pensar eu pensava, né? Eu brincava de casinha, né? Aí pegava as bonequinha, aí ficava brincando falava que era meu filho. Eu minhas amiga. Aí eu falava quem sabe um dia vou ser uma mãe, mas nunca esperava de ser mãe nova assim. Eu sempre falava assim: “Eu quero ter um filho quando eu tiver uns 20, 23 anos, por aí..” Mas não, de repente aconteceu cedo com 13 anos de idade.

Kátia – Sonhava, eu queria muito ter um filho, só um, mas os outros vieram assim...sabe esses acidentes biológicos...Mas eu sempre sonhei, porque eu sempre adorei criança, principalmente nenê. Mas...pensei em ser mãe assim, mas não de tantos filhos...vieram a ter conseqüências. Mas eu num tenho o que reclamar dos meus filhos, eles são lindos e maravilhosos.

Patrícia – Olha, vou ser bem sincera, eu gostaria de ser mãe, eu acho que toda moça pensa assim, mas...só que foi, pra mim foi uma frustração porque eu vim a descobrir que eu tava grávida (...) Mas, foi muito difícil porque as condições de vida era precária, falar logo assim (...) Eu tinha 19 anos (...) Mas depois já tava feito mesmo, num dava mais pra voltar atrás. Daí eu tive ela.

Arlete – Pensava, sonhava, toda mulher acho que sonha em ser mãe, né? Sonhava, sonhava bastante, mas não sonhava tão cedo assim, né? Mas aconteceu fazê o quê? Eu não queria assim, me atrapalhou um pouco né?

Isabel – Sonhei e fui mãe muito nova, muito criança... Desde que eu tinha essas brincadeiras com boneca, né? É comadre daqui e meu filho dali... Então, imaginava ser mãe, claro e fui mãe muito nova, com 14 anos e isso não foi muito bom.

Sandra – Ah! Eu sonhava ser mãe, achava lindo, né? Achava lindo ser mãe, ver aquelas mães cuidando dos filhos, eu achava lindo. Daí eu casei, tinha minha casa, o marido com 16 anos, grávida dele já... Aí eu fiquei muito feliz, mas depois deu tudo errado, uma tristeza. Hoje eu nem acredito que eles têm essa idade, num vejo a hora de ir embora pra ver eles.

Paula —Sonhava muito, eu brincava com muito bonecas (quando a filha nasceu) (...) Eu ia fazer 15 anos, eu era muito novinha ainda, eu perdi esse nenem e, quase em seguida, tipo assim, depois de quatro meses eu já me engravidei dela. Foi uma gravidez de risco também, que ela girou atravessada e eu tive ela de sete meses também. Eu fiz operação pra ter ela; eu sofri muito, muito, muito.

Para outras esse sonho aparece como decorrência de um sonho anterior de encontrar um parceiro e constituir uma família.

Joana – Quando eu era pequena eu sonhava em crescer e casar logo e ser mãe. Acho que eu num agüentava aquela vida que eu levava de ficar pra lá e pra cá vendendo rosa, andando, eu acho que eu não agüentava. Então, eu queria crescer, casar, ser mãe e ter filho e dar carinho pros meus filhos. Só que, infelizmente, meu sonho num foi bem realizado, porque eu tive filho, num fiquei muito tempo e vim presa.

Vivian – Assim, eu queria ter assim, construir minha família, sabe? Me relacionar muito bem. Eu tinha sonho em ter dois filhos, um menino e uma menina. Desde pequenininha. Eu falava que eu queria um casal e não queria mais filhos. Então, pra mim foi uma alegria muito grande. Eu concretizei um sonho meu, mesmo num lugar desse; foi doído, mas eu concretizei (os dois filhos nasceram na prisão).

Fátima – Eu tinha outros sonhos antes. Eu sonhava sim de casar com um homem rico, meu primeiro namorado foi muito rico. Eu sonhava em casar com um homem rico, ter uma casa bem grande. Não ter empregada, porque eu também não gosto, ter uma casa bem grande pra mim cuidar, ter um gato, um cachorro e um papagaio na minha casa e ter três filhos só. Três bichinhos de estimação e três filhos, o meu sonho era esse: casar e ter filhos, mas três só! Não ter esse monte de filho! Eu falo, o sonho da gente, às vezes inverte, falam que inverte e é verdade porque inverteu o meu. Meu sonho era casar com um homem rico e ter três filhos. Casei com um pobre e enchi de filhos, mas o meu sonho era esse: casar, ter um homem rico, uma casa bem grande, não ter empregada, ter três bichinhos de estimação, três filhos e trabalhar, trabalhar em casa, manicure, ser cabeleireira. Meu sonho toda a vida foi ser cabeleireira. Eu já tô com 40 anos e eu não consegui ainda, mas quando eu sair daqui eu vou conseguir.

Flávia – Eu pensava assim em primeiro lugar ter uma família depois os filhos. O meu objetivo sempre foi ter uma família...irmãos, juntos, sei lá...uma coisa muito estranha. Família pra mim representa muita coisa...num sei explicar.

O sonho da maternidade pode não ter existido. As recordações da infância mostram que as expectativas relacionavam-se a conquistas fora do âmbito doméstico.

Ângela – Ah! A gente, pelo menos eu, quando eu era pequena eu não pensava em ser mãe (...) Eu pensava em outras coisas...pensava em ser alguém...Eu tinha sonhos, né? (...) Eu sonhava muito em ser aeromoça. Eu sempre achei bonito aquelas moças...sabe? (...) Eu...sonhava em ter uma vida melhor do que eu tinha, às vezes até uma família, sei lá! Depois eu pensava em ter uma casa...com meu marido, meu filho, entendeu? Aí, só ficou só no pensamento.

Carla – Bom, eu num tive assim...tempo muito de sonhar, mas mãe, eu acho que eu num sonhava em ser mãe, não. Eu sonhava grande quando eu era pequena. Eu queria ser professora, viajar e eu não pensava em ser mãe, não (...) Porque um filho prende a gente (...) Até quando meu pai era vivo, eu num pensava em casar, não. Foi depois que meu pai morreu que eu falei que ia cuidar da minha vida. Engraçado, né? A senhora perguntou um negócio agora que me deixou assim... Eu nunca pensei nisso...nunca pensei em ser mãe e fui mãe de sete, cruel, né? O sonho que eu sonhei não se realizou, mas o que eu não sonhei virou verdade.

Vera – Nunca, nunca, eu nunca sonhei ter filhos. Nunca fui muito de brincar com boneca. Eu praticamente fui criada na praia e a, era muito moleque, bicicleta, raquete, nadar, piscina, num tinha paciência pra brincar com as minhas amiguinhas de “Susy” (nome da boneca), cheguei a ter algumas, mas era estritamente pra brincar com alguma amiguinha, mas não sozinha isso não me envolvia. A única, o lado afetivo assim que eu lembro era uma boneca a tal da soneca que eu andava com ela e aí um dia os meninos começaram a gozar de mim aquilo já me rebelou e eu já num queria mais andar de neném no colo. Eu sonhava outras coisas, ter uma profissão, trabalhar, essas coisas de casa e filhos eu nem pensava isso.

A vida numa família pobre implicava a experiência precoce da condição de mãe. A saída da infância e a entrada na vida adulta se fizeram dolorosamente. Essas mulheres não sonharam ser mães.

Telma – (...) Não sonhei não (...) Eu não tive infância, porque eu trabalhava na roça então, eu num tive infância. Minha mãe batia muito em mim, quando eu chegava, ela chegava assim em casa, eu tinha que lavar roupa, eu tinha que limpar a casa, eu tinha que cuidar dos meus irmãos, porque eu sou a mais velha. (...) E assim foi a minha vida, eu não tive. Agora, a minha infância eu queria dar pros meus filhos e eu não tive essa oportunidade.

Patrícia – Pra falar a verdade, não sonhava ser mãe não. Eu pensava assim, em algumas coisas, porque eu via a minha mãe, né? Assim, tendo os meus irmãos, inclusive eu sou a mais velha e eu sempre, eu fui como mãe deles, eu defendia eles até no último (chorando) assim, sabe? Todos eles, minhas irmãs, meus irmãos. Eu era criança, mas eu procurava fazer a mamadeira deles, dá banho, cuidar, né? (chorando) Eu creio que eu fazia o que podia, porque...minha mãe no hospital, meu pai no mundo, a gente dentro de casa sozinho, alguém tinha que fazer alguma coisa (...) Então, eu achava que, num tinha assim, num planejava nada, mas eu sabia que um dia eu também ia passar por aquilo, né? Ser mãe né... Eu sempre amei muito a minha família, assim, em todos os sentidos.

Márcia – Não (sonhava em ser mãe) Eu sempre gostei de criança, né? Porque a senhora sabe gente pobre é... uns cresce olhando os outros, né? Cuidando do outro. Então eu já cuidava das minhas irmã, mas eu era mais de sair e trabalhar fora pra mim ajudar. Eu gostava mais de trabalhar fora pra mim ajudar com dinheiro em casa. Com sete ano, eu olhava uma menina que era do meu tamanho, mas num, era só brincar com ela, mas pra mim era mais satisfatório. Eu gostava mais de trabalhar e ajudar pra mim num vê minhas irmã, faltar as coisa pra eles, né?

Letícia – Eu num tive adolescência, porque eu muito cedo eu tinha que cuidar da minha casa pra minha mãe poder trabalhar e cuidar dos meus irmão. Então eu num tinha tempo de brincar. (...) Desde meus 6 anos (...) Eu fui a mais velha. Minha mãe saia pra trabalhar e deixava eu pra cuidar da casa e deles, só tinha eu. Então eu num tive esse negócio pra brincar de casinha essas coisas não. (...) Quando minha mãe saia, ela vai sair pra trabalhar e ela ganhava. Tanto que a minha irmã a mais caçula ela vem aqui nós fica conversando sobre isso, né? A minha mãe ainda fala que eles obedece mais eu do que ela, porque ela também num tinha tempo, né? Tinha que trabalhar pra por o que comer dentro de casa. (...) Num tinha um domingo que ela podia passar com nós, num tinha, ela sempre tinha que tá trabalhando, nunca teve.

Cristina – É mais ou menos, não era bem um sonho, eu pensava porque minha mãe se separou eu era muito pequena, eu tinha 5 anos e ficamos com meu pai até eu fazer 9 anos. Eu criei meus três irmãos que é esse que tá preso. Esse que é pai hoje e a minha irmã, somos em duas mulheres e eles me têm como mãe. Se eu falar é isso, isso é aquilo pronto e acabou.

Arlete – Minha mãe trabalhava à noite, então nós ficava em casa sozinho de noite (...) Ela trancava a porta e levava a chave, nós ficava sozinho...foi assim que a gente foi vivendo. Eu era a mais velha, quando os meus irmãos era bem pequenininho, quem começou a cuidar fui eu, desde pequenininho (...) Acho que desde que eu tinha uns 5, 6 anos (...) Eu que tomava conta pra minha mãe trabalhar (...) Cuidei até um certo tempo.

8.3 –Representações sobre o amor materno

As mães presas vêem o amor materno como único e atemporal.

Ângela – O amor que eu sinto por ela é mais forte do que dois, três anos. Então, eu vou levando do jeito que dá, vou acumulando o amor que eu tenho pra dar pra ela lá fora, quando chegar lá fora é bastante, vai irradiar ela....encher ela.

Arlete – Bom eu tive convivência só com um dos meus filhos, com o outro não. O que mudou entre nós foi a distância, mas o meu amor continua o mesmo, esse não muda nunca.

Rosimeire – Sempre, lado a lado, sempre com meu filho. Eu nunca deixei, até que eu vim pra cadeia aí já separou, mas eu sou feliz, eu sou feliz porque eu sou mãe (...) Os primeiros passos fui eu que ensinei a ele dar. Então, eu tenho que continuar, jamais eu posso deixar (...) Eu amo tanto o meu filho, nada vai mudar isso, nem o tempo aqui dentro. O amor, de mãe é uma coisa linda e não acaba de jeito nenhum.

Sandra – Eu amo muito meus filhos isso é muito forte, mas eu deveria ter dado mais amor mais carinho pra eles, eu dei muito pouco.

Simone – O amor que eu tenho pelos meus filhos é infinito, ele não vai acabar nunca, nem esse tempo aqui apagou isso, nunca vai mudar.

O amor materno dá sustentação para que a mulher presa suporte a prisão

Cristina – Duro, duro, num tem como explicar. É a vida, talvez se eu não tivesse eles e o amor que tenho por eles num taria mais seguindo mais isso, suportando tudo isso todos esses ano aqui dentro. Eu vivo por eles tento dar o máximo de mim possível quando vem eu tento dar o máximo de mim, a atenção, meu amor.

Flávia – Eu acho que filho é um amor assim, um sentimento que num dá pra explicar...é bom demais saber que você trouxe uma vida ao mundo (...) Eles me ajudam a suportar as dor de viver aqui.

Joana – Minha vida com meus filhos é feita de amor, feita de bastante amor essa união...é isso o que eu transmito pra elas e que elas transmite pra mim também, é a união que nós temos. Quando eu penso em desanimar assim, falo: “Ah! A mãe tá quase desanimando” Elas fala assim: “Não mãe, não desanima mãe, o pior você já passou.” Então o amor que eu tenho por elas me ajuda aqui dentro e eu sou muito feliz por ter elas, mesmo distante aqui, elas lá e eu aqui, eu sou feliz.

Patrícia – Eu daria tudo neste mundo pra tá junto com eles, nós poderíamos estar passando até necessidade, assim, mas eu queria tá junto com eles, queria tá assim morando debaixo de uma ponte, um viaduto, mas eu queria tá junto com elas. Eu acho que o amor de uma mãe pra um filho é uma coisa inexplicável, é uma coisa muito forte, esse amor me ajuda muito aqui.

Algumas mães presas são radicais em suas apreciações sobre o amor materno: além de único, ele é indivisível. Não importa quantos filhos uma mãe tenha, seu amor irá ser distribuído igualmente entre todos.

Vivian – Eu amo tanto um como o outro, por igual. (...) É um carinho assim, mais do que um carinho, sabe aquela...quando você precisa de alguém e aquilo lá te faz falta? E você...é um amor assim, mais do que uma mãe,...sabe? É amiga, é...é...mais ou menos assim, é amiga.

Rosimeire – A minha mãe mesmo teve nove filhos, ela deu carinho igual pra todos, nunca ela amou um, não, ela amava todos iguais. Se era um pão ela repartia com os nove e foi o que ela passou pra mim. Então, isso jamais eu vou esquecer e é uma coisa que vem de mim ser assim. (...) Tem aquele velho dizer, as pessoas falam: “Uma mãe é pra cem filhos e cem filhos não é pra uma mãe”

Fátima – Então, eu sempre cuidei dos meus filhos assim: se eu comprar um tênis, eu compro pra todos; aniversário. Até hoje eles não aceita. Se um tá fazendo aniversário e eu comprar presente só pra ele, eles não aceitam, tem que comprar pra todos, nem que o do que faz aniversário seja melhor, tem que comprar pra todos. Tem coisas que mudam na vida da gente também porque você tendo dois filhos, é muito melhor você cuidar de dois do que cuidar de nove, né? Então, muita coisa que muda é assim: na hora de você comprar as coisas, na hora da alimentação, é o que muda. Carinho eu dou pra todos, tem mãe pra todos.

Helena – (...) Eu comento assim, a mãe é pra vinte, quinze filho e um filho num é por uma mãe, eu fico imaginando isso aí.

Tânia – A mãe ama igual os filhos, tem que amar dividir o amor, eu amo os quatro igual. Tem pessoas que fala que não, mas é, o amor que eu tenho pelos quatro são iguais. Num tem diferença (...) Não tem diferença nem um, nem outro. A minha filha tem ciúmes desse que vem aqui, ela fala: “Ah! Faz pouco tempo que a senhora conhece ele, a senhora vai dar mais amor pra ele do que pra nós?” E eu falo: “Não, o amor vai ser o mesmo, entendeu?” O amor tem que ser iguais pros quatro, não tratar um bem o outro com diferença. O amor tem que ser iguais pros quatro.

Carla – Eu num queria que eles sentissem o que eu sentia: a rejeição. Então eu passei a, depois que eu casei, que eu tive meus filhos, eu passei a me dedicar a eles, sem diferença! Nenhum dos sete tem diferença, eu amo os sete iguais. As mães fala assim: “Ah! Mas, a gente tem um que gosta mais!” Eu falo: “Eu não, eu amo meus sete filhos iguais.”

Flávia – Ah! Eu acho que não deve ter diferença de amor deve ser igual. O meu filho mais velho, ele é assim, é tudo pra mim, mas...os outros dois também são. Quando vêm os três eu procuro não fazer diferença.

Nádia – Mãe ama igual (...) Se eu comprar uma bala pro Gustavo tem que comprar uma bala pro Felipe, se não tem pra comprar pro Felipe num compra pro Gustavo (...) Eu gosto, eu amo eles. A mesma coisa, num modifica em nada porque a dor foi uma só, né? (...) Filho pra mim a partir do momento que a gente ta levando eles nove mês dentro da barriga da gente é filho, pode ter mil filho, mas todos tavam aqui dentro então a dor é uma só (...) Num pode ter diferença gostar mais de um mais de outro sendo que os dois foi carregado nove meses dentro da barriga da gente, né? Os dois nem um nasceu primeiro nem o outro, igual totalmente igual.

Outras mães flexibilizam suas colocações sobre o amor indivisível e introduzem a idéia de que a relação entre elas e seus filhos pode conferir um colorido diferente ao mesmo amor. Algumas admitem explicitamente que o amor é mesmo diferente.

Simone – É difícil falar... O amor é o mesmo, é igual, num tem diferença nenhuma um amor com o outro. A diferença é a relação entre o filho e a mãe. Porque um sempre é mais apegado à mãe, por mais que o amor seja igual dos filhos, da mãe pros filhos. Eu acho que a diferença é a relação entre as crianças com a gente, porque uma é mais apegada, a outra já é mais afastada, mas o amor é a mesma coisa.

Arlete – Eu acho que ama todos, mas tem o que mais que você ama, num sei, que se gosta ou ama, que você é mais apegada. Eu mesmo sou mais apegada com ele, porque a gente conviveu mais junto. Eu amo os dois, mas o que eu convivi mais foi ele (o primeiro filho). Mas, o amar, eu acho que nós ama os dois, o amor é o mesmo.

Joana – As duas pra mim é igual, mas o que muda é elas comigo. A mais apegada ne mim é a caçula, a caçula é a mais apegada, mais apegada e mais ciumenta, ela fala assim: “Não, a mãe é minha” e a outra fala: “Não, a mãe é minha.” Até nas cartas que elas escrevem, elas falam: “Ah! Mãe!” A mais velha fala assim – que as duas escreve junto – a mais velha fala: “Mãe, a Lucia tá brigando comigo por causa da senhora, falou que a senhora é só dela.” Então a mais nova que fala que eu sou só dela. E é a que é mais inteligente, escreve mais. Eu fico pensando que eu gosto mais da pequena, acho que tem diferença mesmo, mas eu não demonstro isso não.

Celeste – Não, a gente fala que ama igual, mas num ama não. A gente fala pra não contrariá-los. Amar, a mãe sempre ama os filhos, eu acredito que todas mães amam seus filhos de uma forma ou de outra, mas com cada filho as coisas são de jeitos diferentes e comigo assim lá em casa. Cada um deles é de um jeito e eu sou diferente.

8.4-As transformações advindas da maternidade: de mulher à mãe.

A mulher e a procriação – os diferentes significados e as contradições.

Maria – Principalmente do Pedro, eu tive medo porque eu tinha engravidado do primeiro e tinha perdido, tinha engravidado do segundo e tinha perdido, então, na gravidez, eu fazia tudo pra esperar só ele, sabia que era molequinho e tudo. (...) Eu não queria só um. Quem tem um não tem nenhum. Eu queria garantia que eu ia ter, que eu ia poder ser mãe de verdade (...) Eu tinha loucura por ter um filho. Todas as minhas irmãs tinham, menos eu. Eu achava que eu nunca ia conseguir. Era uma coisa que eu precisava conseguir pra provar pra mim mesma que eu era mulher. Porque eu num me sentia, eu tinha vergonha de mim. Aí quando ele nasceu acabou aquela agonia que eu sentia. Aí eu fiquei muito feliz.

Flávia – Eu acho que a única coisa que eu consegui fazer direito é ser mãe. Ah! É muito bom...muito cuidado. Eu sempre tive muito cuidado com meus filhos em relação à vacina, alimentação, médico. Eu sou, acho que eu só consegui ser mãe mesmo, como mulher eu me sentia anulada, só me senti melhor depois de ser mãe (...) Eu num consigo ter um sentimento... assim por um homem. Eu acho que o meu amor eu consigo dedicar só aos meus filhos (...) Num sei, gostaria de mudar isso, mas eles me retornam da mesma forma. Então, eu continuo cada vez mais mãe e menos mulher.

Simone – Foi muito bonita a gravidez da Clara, teve muitas brigas, muitas desavenças, por causa da vó dela dizer que num era filha do pai dela (...) Mas sofri bastante, não nego, durante a gravidez da Clara, apanhei muito, apanhei bastante dele, não por causa dele, por ele, mas sim pela família dele que jogava muito...dizendo que eu num prestava pra ele, que eu num era mulher pra ele, que eu era mãe solteira, antes de eu engravidar da Clara. E o que é que ela (sogra) falava? Falava que o filho num era dele, então colocava muita coisa na cabeça dele (...) Eu com seis meses de gravidez quase morri, hoje, graças a Deus! Eu num quero mais saber dele. Mas do contrário foi muito bom.

Letícia – Eu tinha 16 anos. Era muito cedo pra acontecer. Era pra mim ter acho que mais velha como agora, tô com 26 anos. Tava namorando aconteceu de eu ficar grávida minha mãe num queria que eu casasse. Aí aconteceu que eu tive que casar ,né? Porque tava grávida, daí pra lá minha vida começou a virar esse inferno (...) Ele é muito autoritário, ele quer andar na vida do crime, entendeu? Eu sai de casa senão eu apanhava, ia fazendo isso tinha que de vez em quando ir com ele, uma vida bem complicada a minha.

Julia – (...) Lá eu conheci o pai da Nadir. Ele sempre pagava uns pãozinho, oferecia um sorvete, me dava uma carona de moto até a escola, ele tinha 38 anos e eu tinha 11 pra 12, e eu deixei ele abusar de mim porque ele me prometeu que ia me por numa casa, que eu ia mandar na casa e que eu não ia precisar mais da minha família. Ele era um traficante de cocaína e dono de clube de jogo onde jogava policias, político, delegado. Eu num tinha ninguém que eu pudesse reclamar dele que ele não conhecesse, e ali ele me espancava quando ele bem entendia, me violentava, dava horário pra mim ver a minha família (...) Às vezes me deixava trancada semanas e semanas que nem um bicho dentro de casa, me drogando de cocaína pra suportar ele quando chegasse.

Ana – Meu primeiro filho eu tava com 18 anos (...) Nessa época eu tava com casamento, tinha acabado de casar, me casei em janeiro ou fevereiro ela nasceu em dezembro. Tava num péssimo casamento e vim pra longe das minha família, né? Ele me trouxe pra São Paulo, me tirou de

Minas e me trouxe pra São Paulo. Eu grávida me espancava, me judiava muito e a gente morava em barracão de pião no meio de um bananal, aí eu tinha que carpi banana, carregar banana, desbastar banana com a barriga enorme de grande aí consegui ganhar ele.

Joana – Meu marido, ele sustentava a gente, mas depois da amante começou as brigas, discussão. E ele batia ne mim...só que elas (as crianças) nunca via, né? Porque eu nunca deixava elas verem ele bater ne mim perto delas, porque eu, mesmo com três anos, eu acho que a criança já fica marcada.

A mudança de tutela: do cuidado ao cuidar

Maria – (Quando o filho veio) Eu tava casada, tinha minha casa, tinha minha dependência que, num precisava trabalhar, tinha um marido pra cuidar, eu tinha meu tempo mais era com ele (filho) era cuidar dele, eu vivia pra ele! Eu num pensava em outras coisa de... eu tenho que sair, tenho que ir em festa, não. Eu tinha que ficar com meu filho (...) Eu queria demais (o filho) porque eu num tinha. Os dois primeiros eu tinha perdido e, o que eu mais esperava era ter uma criança, o que eu mais queria ter. Cada um deles foi planejado.

Vera – Foi bom, eu nunca pensei em ter filho cedo, né? Então quer dizer eu já tava com vinte e cinco anos, resolvi, tava com um parceiro bom que eu já tinha sido casada. Mas num tinha dado certo e aí eu acabei me casando novamente e veio o Alex. Foi esperado, a gente tava estável, a gente sabia bem o que a gente queria. Foi uma alegria, mas eu era bem marinheira de primeira viagem, porque o primeiro nenê que eu segurei foi ele.

Paula – (...) Quando eu me perdi, com ele (...) Na época eu tinha 14 anos (...) Com a minha mãe eu vivi com ela até na idade de 14 anos, depois de 14 anos ele já tomou posse de mim, aí já era tudo com ele. (...) Eu tinha muito sonho alto assim com casa, com limpeza de casa, com arrumação, do jeito que eu gosto de fazer. Eu sou muito organizada nas coisas, entendeu?

Helena – Quando ela nasceu eu num achei ruim por causa, foi uma chegada muito linda, né?, no casamento. Meu marido era mais velho de que eu doze anos. Eu uma criança tudo que eu aprendi foi através dele foi uma chegada muito linda foi bem, bem recebida. (...) Ele era mais velho que eu doze anos, eu tinha quinze ele tava com vinte oito quando eu me casei com ele. Foi ele que me ensinou tomar conta de uma casa porque eu fui criada na roça, né? Não entendia nada de casa fui criada na roça, e ela nasceu aqui em Sorocaba já nasceu na cidade.

Quando uma mulher tem um filho atinge a maioridade.

Márcia – Eu fiquei responsável, né? Que eu tinha, eu sabia que eu tinha que criar eles, na minha concepção eu fiquei responsável. Eu sou mãe agora e tenho que criar meu filho, né?

Rosimeire – Depois que eu tive o Pedro eu amadureci, eu cresci, eu fui uma mulher completa, uma mulher realizada em tudo, em tudo. Porque eu já tinha aquela vontade de ter. Ele...preencheu um vaziazinho que tava... preencheu, como eu falei, comentei com a senhora, eu sou feliz, eu sou feliz. Eu estou aqui, mas, aliás, eu estou presa e não sou presa porque minha

mente vai pertinho dele todo dia, todo momento. (...) Eu acho que quem não gosta de ser mãe não gosta de si própria.

Letícia – (a chegada dos filhos) Ah! Mudou muito, que já passou a ser uma responsabilidade, né? Tinha que viver só pra eles (...) Eu achava que era bom, antes de eu ter eles. Eu gostava de me divertir, coisa... Depois não aí tive de procurar a melhora só pra eles, pra dar sempre uma educação bem, vestir eles bem, tudo só pra eles. Mas agora que aconteceu isso... agora nem eu sei como vou poder explicar pra elas pras mães velha, né? Porque os outros é pequeno ainda.

Ângela – Ela é tudo, ela veio pra mim mudar de vida, numa parte...sabe...pra mudar um pouco o meu pensamento, pra fazer que eu amadureça mais... (...) Ela é a única pessoa que eu tenho...Eu num tenho mais ninguém. Então ela é tudo pra mim. Tudo eu penso na minha filha. Então ela fez eu crescer, ela fez eu amadurecer mais...Ela fez... Me modificou bastante a mente que eu tinha. Ah! Vou sair, vou, vou curtir. Hoje em dia eu penso: vou sair, vou pegar minha filha, vou passear com ela...porque ela merece o que eu num tive! entendeu? Eu quero tentar dar um pouco pra ela....alguma família...amor. Eu num tive, eu quero ser o espelho dela. É isso o que eu quero ser pra ela: o espelho.

Celeste – Depois dos filhos foi mudando que eu comecei a amadurecer, a ter mais responsabilidade, coisa que eu num tinha, muitas vezes coisas que eu num queria saber de nada eu comecei a me importar, entendeu?

Cibele – Eu me casei muito nova, casei com 17 anos (...) Eu era uma pessoa muito jovem, inexperiente (...) Com a Cristina já foi mais fácil, eu já tinha experiência e com o Carlos o terceiro filho é que eu curti mesmo, aquilo de ser mãe. Não que eu não era uma mãe, mas ainda a imaturidade não me deixava ver coisas que eu vi depois, com a idade. Eu acho que eu curti mais a gravidez dele do que a dos outros. (...) No começo, foi muito difícil.

8.5 –Imagens maternas: como os filhos podem ser representados pelas mães presas.

Os filhos são vistos como algo precioso que deve ser tratado com carinho, são dons de Deus.

Vivian – Acho que uma criança, um filho é uma jóia, sabe? Você tem que cuidar muito, dar muito carinho, muita atenção.

Patrícia – Porque eu acho que um filho é uma coisa muito importante, é um fruto, né? Existem pessoas que têm vontade de ter um filho e não consegue e Deus me deu esse Dom – porque eu creio que seja um dom do Senhor.

Rosimeire – (ter o filho) Foi uma coisa que Deus me deu e não é qualquer um que tem esse privilégio, porque tem senhoras que faz tratamento pra ter um filho e sofre porque não pode ter, como diz o ditado: é uma árvore seca, e não é o meu caso.

Ana – É uns filho que pra mim foi ... as coisas mais preciosas que Deus me deu...São bem educados, apesar de eu ser pobre eu eduquei eles bem educados.

Tânia – (...) Eu sou uma mãe que, eu amo muito eles, amo demais assim; eles são o meu tudo. Porque eu só tenho eles também, lá fora eu num tenho mãe, num tenho pai, então eles são o meu tudo. São o meu pai, são a minha mãe, eles são tudo meu, sabe? São minhas jóias preciosas.

Joana – Filho é uma coisa que saiu da gente, uma coisa que Deus deu pra gente, uma coisa abençoada... Coisa abençoada por Deus.

Flávia – Eu acho que filho é um amor assim, um sentimento que num dá pra explicar... É bom demais saber que você trouxe uma vida ao mundo e hoje quando eu olho os meus filhos, um tem 1,80m, outro tem 1,79, homens lindos é... gratificante.

Os filhos podem ser considerados a razão da vida da mãe

Rosimeire – O Pedro é minha vida é tudo o que eu tenho, meu oxigênio, tudo o que eu quero fazer é por ele, porque é a coisa muito linda que Deus me deu. Então, jamais eu vou deixar ele sem a minha atenção como mãe (...) Eu amo muito ele, eu amo. Ele me deu, uma luz, uma vida, um oxigênio. (...) meus pensamentos é pensando nele, pensando no meu filho.

Helena – (...) Eu só vivo hoje, num vô falar pra senhora que eu já pensei em tirar minha vida, só vivo por causo deles. Meus quatro filho é tudo que eu tenho, eu saindo daqui eu sei que tudo vai mudar, tudo, tudo, tudo.

Ana – Pelos meus filho, eu vou até o inferno porque são tudo que eu tenho, são tudo, tudo, tudo.

Arlete – Eu já fiquei doente, fiquei magra, magra, muito magra, entrei em depressão e tudo; num agüento ficar sem ver eles... Quer me matar é arrancar ele de mim.

Ângela – Ah! Que nem eu tava falando da minha filha, ela é meu tudo. Ela é o que me dá forças pra mim encarar cada dia aqui dentro... pra mim conseguir lutar, pra mim conseguir chegar lá fora. Num importa se eu tenho que tirar mais dois anos, mais três anos. O amor que eu sinto por ela é mais forte do que dois três anos.

Carla – Porque a gente, mãe, a gente sempre se cobra, né? Quando a gente ama os filhos, porque têm muitos que nem ligam. Eu não, eu sempre vivi pra eles, sempre, e até aqui dentro eu vivo pra eles (...) Eu num penso em mim, penso neles. Eles em primeiro lugar, o filho, eu acho, que os filhos sempre em primeiro lugar. Os meus filhos tando bem, eu tô bem também.

Kátia – Meus filhos eu amo, adoro todos eles... são minha vida hoje, eu morro, mato, faço qualquer coisa por eles.

8.6 – A construção do amor materno

Algumas mães tiveram uma convivência mais próxima e por maior tempo junto aos filhos.

Cibele – (eu gostava) Estar com os meus filhos, conversando, brincando, sempre que meu marido estava era uma hora em que nós parávamos tudo o que a gente estava fazendo, pra sempre tentar, aqueles poucos minutos que a gente estava junto, conversar sobre os problemas, discutir, né? Debater os problemas que tinha da adolescência, de crise de adolescente (...) Passear com eles, eu adorava ficar com eles, passear. (...) Nós ouvíamos muitas músicas, então

nós ficávamos sempre, nos plantões, eles pequenos, nós três, antes da vinda do Carlos, nós inventávamos muita música e eles gostavam.

Fátima – Passear, adorava. Eles pegava as bicicleta, os patins, ou skate, aí a gente ia pra avenida e eu olhava (...) Ah! Eu adorava, final de tarde, até dez horas da noite, ficar com eles ali, comprar salgadinho, sorvete, um refrigerante e eles ali brincando. Adoro, ficar com eles. Agora, a parte que eu gostava muito, que ontem eu tava falando, que eu adoro. Quando eu sair pra rua eu vou fazer de novo com eles, apesar de tá tudo grande: é dar mamadeira e chupeta (...) Batia bastante leite Ninho, bem forte, mexia na panela, deixava esfriar e punha nas mamadeira, até meu marido mamava. Aquilo pra mim era lindo! (...) Toda a vida, toda a minha vida eu vivi com eles, só o tempo que eu tô aqui que eu tô sem eles.

Ana – Ah! O que eu mais gostava de fazer era cuidar deles, vê eles sempre limpo sempre. Às vezes as meninas passava, tava dez, onze hora na beira do tanque elas perguntava: “Ana cê num cansa de lavar roupa? E aquela alegria correr, brincar com eles, porque a minha infância com eles num acabou. Eles cresceram e continuamos mãe e filho brincando, um correndo atrás do outro, um jogando a bola no outro, entendeu?”

Isabel – Nossa! Muita coisa... Sempre quando... a gente tava em casa... Sempre eu ensinava como fazer uma casa, arrumar uma casa, sempre eu tinha um fogãozinho pra elas de barro... Lá num tem fogão a gás, lá o fogão da gente é de barro... “O fogão é assim, fia!” Fazia partilera, “É assim que cê toma conta duma casa, é assim que cê vai lavar uma roupa.” Sempre... ensinei desde criancinha, sabe?

Flávia – Quando eles eram pequenos eu empinava pipa com eles, eu faltava no serviço, eu empinava pipa com eles, levava eles pro morro que tinha perto de casa: “Hoje a mãe num vai trabalhar, hoje a mãe vai empinar pipa.” Nós empinava pipa, jogava bola, peão. O do meio era fissurado por peão, aprendi a jogar peão com ele, bolinha de gude fiz de tudo com eles. Pra dizer a verdade, eu acho que terminei de crescer com eles porque eu casei muito nova, muito nova mesmo. Eu fazia de tudo, a gente comia doce, roubava doce deles. Assim, como se a gente fosse irmãos. Mas, sempre só eu e eles, sem participação de marido, mesmo que o meu marido tivesse em casa, era como se não existisse (...) Eu vivi com eles até eu vim presa. Isso tem oito anos e quatro meses. (..) O mais velho tinha 16 pra 17.

Algumas mães viveram menos tempo com seus filhos, porque tinham que trabalhar fora. Eles foram criados com a ajuda de outras pessoas.

Carla – Eu tenho sete filhos. Os menores vivem hoje com as minhas filhas casadas, tem quatro casados. Quando os maiores eram pequenos eles ficavam com minha irmã (...) Então eu saía pra trabalhar e ela ficava comigo e ela cuidava dos meus filhos. Ela foi uma segunda mãe... Ela que tinha tempo, porque eu num tinha tempo, ou trabalhava ou cuidava deles, mas fora isso, eu vivi muito tempo com eles. Faz quatro anos que eu tô separada deles, nunca separei deles pra nada foi só esse, esse percurso aí de quatro anos que estamos distantes.

Cristina – (...) Eu trabalhava fora, né? Quando eu chegava e eles vinha correndo então sempre tinha que ter alguma coisa pra eles. Então às vezes eu vinha de a pé do serviço porque aquele dinheiro da condução era, eu trazia sempre um chocolate pros dois, então sentava. Eu pra mim, podia ter louça pra lavar, podia ter casa pra limpar, praticamente num importava. Então sentava no chão a gente começava brincar fazia cosquinha, né? Um cosquinha no outro. Eu brincava de pega-pega, eles escondia (...) Gostava muito de passear com eles, pra passear com eles assim ia pra casa da minha mãe, levava eles pra andar de bicicleta, mesmo porque num dava num tinha assim condições de levar assim pra viajar essas coisas.

Helena – Com meus filhos eu gostava de brincar, eu brincava muito com eles, passeava (...) Brincava de esconde-esconde era quatro criança dentro de casa brincando e já, era assim que eu ia levava eles no Quinzinho (...) É, levava eles no sábado, quer dizer quando eu podia também, né? Porque eu trabalhava (...) Se chama Quinzinho de barro, né? É, que é onde tem os bicho (...) Eu levava eles sempre lá pra eles vê, o único passeio que eu levava eles. Pro centro do Playcenter uma vez foi um sonho que a minha filha que tinha realizei esse sonho dela graças a Deus.

Outras mães viveram pouco tempo com os filhos, porque foram presas quando eles eram ainda pequenos.

Rosimeire – Eu gostava de passear com ele, era bom, passeava muito com ele. Eu gostava de brincar, ensinar as coisas pra ele, às vezes. Eu brincava com ele, colocava os brinquedos na sala e brincava, ensinava as coisinhas pra ele. (...) Nesses seis anos que eu estou na cadeia eu o vi uma vez só, com oito anos agora, deixei com três e vi com oito. Ele cresceu, ele tá enorme, quase do meu tamanho.

Paula – Eu fiquei com ela até 4 anos, não; eu convivi com ela mesmo até 4 anos foi quando eu me lembro que deu essa primeira doença nela e nós corremos muito com ela, entendeu? (...) Logo em seguida, eu entrei presa também e aí tô tirando cadeia de lá pra cá e eu perdi a minha filha aqui, nessa cadeia aqui. Eu recebi por carta também num fiquei, num fui ver ela também. (...) Eu gostava muito assim de, de comprar as roupas bonita pra ela, vestidinho, eu enfeitava ela mais do que eu podia, saía com ela na rua. Era uma pessoa que era amada por todo mundo, todo mundo se encantava com ela. Porque era muito bonita, era morena, cabelo cacheado os olhos verdes. Então, todo mundo se encantava com ela e eu tinha muito ciúmes, eu num gostava que quase ninguém chegava perto dela. Depois que eu vim presa ela foi criada por um rapaz que era assim um travesti.

Zulmira – Eu me lembro quando era ela pequena, que eu cuidava dela, ficava um mês comigo, um mês com ele. Depois que nós se separou, porque eu tinha ganhado a demanda dela, aí ficava comigo, um tempo comigo, mas eu não era egoísta, eu deixava também com ele (...) Ah! Eu dava banho nela, eu ponhava roupa bonitinha nela, eu levava ela no restaurante comigo, pra comer comigo, ponhava ela sentada na cadeirinha, comprava bastante coisinha pra ela. Eu fiquei com ela até ela completar 3 anos.

Sonia – Ah! Os meus dois filhos estudam. Eles tão cá minha mãe desde pequeno. Eu fiquei mais com meu filho de 7 anos porque eu me envolvi com um rapaz aí fui morar com ele. Aí depois comecei me envolver de novo na vida do crime porque antes eu tava assim, roubando traficano assim (...) Fui morar na rua, dormia lá no banco da Praça da Sé junto, com ele. Então qué dizer eu num tive assim muita convivência com meus filhos, entendeu? (...) Eu fiquei mais na vida da perdição né? E na rua sofri muito, entendeu? Eu ia lá na minha casa às vezes assim via meu filho via minha mãe, mas minha mãe pedia ia me buscar muitas vezes na Praça da Sé e eu ficava dois dias em casa depois voltava (...) Meu primeiro filho, eu tive dentro da Febem. Quando ficava com eles gostava de passear com eles, pegar eles, andar com eles na rua, apresentar pros meus amigos, meus amigos que não conhecia meu filho, falar deles entendeu? Brincar com eles (...) Joga bola, é, eu fazia tudo assim que, sabe, me agradava do lado do meus filho.

Telma – (...) Apesar de eu não ter criado eles porque eu vivi mais na cadeia (...) Ficar do lado deles, brincando com eles, eu adorava brincar com meus filhos! Eu nunca levantei um tapa pros meus filhos, nunca! Nunca, nunca, nunca, e não gosto que bate em criança. Eu acho que isso

daí é muito errado as pessoas que fazem isso, espancar uma criança porque revolta (...) Porque eu apanhei da minha mãe, até hoje eu lembro, entendeu?

Tânia – Meus filhos tão com meus irmãos, até hoje estão com meus irmãos, no momento que eu estou na cadeia. A minha filha de 7 anos está com a minha madrasta, que é do lado da casa do meu irmão. A minha filha que tem 13 anos tá na casa do meu irmão que é PM. Esse que tá na Febem e meu outro menino com meu outro irmão...Meus filhos tá assim, desde pequeno, na casa de um, na casa de outro, por causa de quê? Por causa de zoeira, de eu não ter pensado.

Arlete – (...) Fiquei todo o tempo até eu vim presa (...) Ele tinha um aninho quando eu vim presa (...) Ah! Eu gostava de arrumar ele muito bonito, passear com ele, muito, muito, muito, toda a atenção era pra ele! Só quando eu saía, eu deixava ele lá com a minha mãe ou com a minha madrinha e saía, mas, fora isso, eu tando em casa, vinte e quatro horas comigo. Já acordava com ele do meu lado, dormia do meu lado, na minha cama. Eu amo ele, muito, os dois (...) Com o menor já num tive nem ele comigo. Hoje ele nem me chama de mãe também. Só quando a gente fala: “Sou o que sua?” Aí ele fala: “Minha mãe Arlete!” Porque ele chama a avó de mãe...Então ele já num tem aquele amor por mim, porque eu num cuidei, né? Então ele num tem aquele amor por mim...Porque a gente num conviveu junto.

Joana – Com a mais nova eu vivi um ano e oito meses. Ela tava com um e oito, outra tava com três anos...Então, num teve assim, aquele contato de mãe, assim que cuida do filho...Num teve, porque eu vim presa.

Sandra – Eu me separei (...) Eu via meus meninos de fim de semana. A mãe do meu ex-marido é que cuidava deles, as tias deles. Quando eu vim presa eles já tava grandinho... Eu sou tão esquecida senhora. Depois eu num vi mais eles. Quando a minha irmã mandou uma foto pra mim, fiquei boba de ver tudo grande! Tudo grandão!

Simone – A Ana já foi mais perto da minha família, minha mãe, minhas irmãs. Porque quando eu fui morar com o pai da Clara só era eu, a Clara e o pai dela e a Ana só vinha de final de semana. A convivência maior foi mais com a Clara do que com a Ana. A Clara ficou um ano e quatro meses e depois o pai levou embora e fiquei cinco anos sem saber onde ela tava. Eu só descobri onde ela tava quando ele foi preso de novo. E ela ficou cinco anos sem mim, ela me conhece como mãe tem cinco anos. Ele foi embora com outra mulher, me roubou ela, ficou cinco anos longe de mim, agora que ela voltou e ela morre de medo do pai sair da cadeia e arrumar outra mulher e querer levar ela embora.

Para algumas, a relação com os filhos foi construída nos intervalos entre as entradas e saídas da prisão.

Vera – É, pra falar verdade é a minha terceira cadeia. Então quer dizer, indiretamente eles sempre conviveram com isso só eles eram pequenos e eu ficava muito pouco tempo. Então a primeira vez eu fiquei um ano na segunda vez alguns meses. Então eles eram muito pequenos eles não tinham como assimilar isso, porque por mais que eu convivesse com isso eu não trazia pra dentro de casa. Então eles não tinham a menor noção do que tava acontecendo. Eles eram completamente alienados ao crime que eu cometia, num tinham o menor envolvimento, não sabiam: “Ó minha mãe faz isso” “Ó tô entrando dentro de uma cadeia”. Só que dessa vez foi um pouco mais difícil, né?. Quando estava na rua, a minha vida é dentro de casa. Então tudo que era pro lar era pra casa era pros meus filhos, o divertimento, as viagens, a minha preocupação era familiar Tudo que envolvia a minha vida no crime, o lucro e tudo que esperava era pra compensar eles. A gente construiu uma casa e assim fomos levando nossa vida nós logo saímos de São Paulo fomos morar em Cotia, isso logo quando o Alex nasceu já

querendo um outro tipo, querendo dar uma compensação pra eles e foi uma, foi uma boa solução porque ali eles tinham espaço, tinham a terra, tinham mais liberdade, coisas que a gente não poderia proporcionar aqui dentro da cidade grande, né?

Ana – Então, isso mexe muito comigo...Eu nunca fiquei longe dos meus filhos, o que separa eu deles é o presídio agora, sabe? Eu fui aquela amiga pra eles, pra tudo. Se hoje eu tô aqui dentro eu num, num culpo os meus filhos também, porque quando mataram o meu marido eu tava aqui presa. Na outra entrada e quando eu saí eu num tinha como (...) Quando mataram o meu marido eu tentei esconder a realidade por trás da droga. Pra mim encarar meus filhos eu tinha que tá louca de droga. Então, careta eu num via eles. (...) Eu fui uma pessoa que fui dependente da droga, mas meus filhos nunca me viu usando. Se eu falar que meus filhos já me viu usando é mentira minha. Então, eu esperava eles dormir pra mim poder usar minha droga, pra mim poder sair desse mundo aqui (...) Ia pedir ajuda pra família, num quis me ajudar, pedi ajuda pra outro, não quis me ajudar. Então, a única forma que eu achei de ajudar meus filhos foi roubando ou traficando e é uma coisa que eu não precisava. Então, hoje eu tô aqui dentro, mas não culpo os meus filhos, não. Porque eles nem pediram pra vir ao mundo. Então, tem hora que minha filha que tem 13 anos..."Ah! Mãe! Eu quero isso!" E eu num ter da onde tirar? A única forma que eu fiz foi essa: Eu vou traficar pra mim poder dar.

Enuice – Ah! Muita coisa, nossa! A minha vida é chorar pelos meus filhos, muito. Eu era muito apegada com os meus filhos. Num gosto de ficar lembrando...sofreram muito, desde pequenininho. Larguei meus filhos tudo jogado na mão dos outros...Por isso que eu num criei meus filhos, deixei com quatro aninhos. A minha filha, a caçula com dois aninhos, a caçula com dois aninhos...Eu vim presa e meus filhos ficou lá...Num tive participação com eles, com os dois. Com os dois menores, num tive. Minha vida era trabalhar, era trabalhar, trabalhar, chegar em casa de noite, fazia janta, tomava banho, levantava às cinco horas da manhã, tomava banho de novo. Arrumava eles, levava pra casa da mulher; minha vida era essa. Depois...foi aonde que eu entrei nessa...Duas vezes que eu fui nessas fita aí, fazer esses roubos com os caras e deu um desacerto aí. Mas, eu num tive participação com eles, foi mais criado na mão dos outros, desde pequenininho.

Patrícia – Eu cuidava delas, dava banho, apesar que eu não tinha muito tempo de ficar com elas assim, como eu já falei pra senhora (...) Ficavam com a minha mãe, com as minhas irmãs, mas eu num deixava faltar as coisas pra elas, né? Elas também sofreram muito (chorando) Eu sei que elas sofreram. Quer dizer, duas crianças, ser criadas só com a mãe, não é fácil (...) Eu vivi, olha... é minha segunda vez que eu estou passando por aqui, todos esses tempos eu sempre estive com elas, agora. Eu fiquei dois anos e cinco meses presa em 91, saí em 93. Agora depois de quatro anos e oito meses eu voltei de novo pra cadeia. Eu não fico assim longe, quando eu tô assim na rua, fico com elas, né? Procuro participar de algumas coisas. Agora as mais velhas já são mães, já têm a vida delas, mas mesmo assim eu sempre tô todos os dias com elas. A minha menina mais nova, eu fiquei grávida dela, eu quis, foi uma coisa que, sei lá, eu fiz também de tudo pra ficar com ela (...) A Sandra está com a vó, quando eu vim presa a vó ficou (...) Assim que eu sair eu vou pegar ela, cuidar dela. Peço a Deus que me ajude, que eu possa fazer algo, pra que eu não venha mais pra cadeia e vou ficar com ela, nossa!

Maria – Vivi com eles até oito anos atrás. Porque a primeira vez que eu fui presa eu num me afastei diretamente dos meus filhos, não. Fui presa em 90, fiquei presa até 93. A nenê eu levei comigo, que era bebezinho eu só amamentava no peito, aí o juiz autorizou. Agora voltei de novo (...) O que eu mais gostava de fazer com os meus filhos? A gente acordava de manhã – isso antes deles num tá na escola. Porque a escola pra mim foi um problema, ter que deixar lá e buscar lá no horário, foi um problema enorme. Quando eles num tinha idade de ir pra escola ainda a gente mora no interior,né? Lugar livre de andar. Lá pras nove e meia, dez horas da manhã a gente se arrumava, colocava um no carrinho e outro no colo, andar na beira do rio, nos pastos, sentava debaixo de uma árvore, arrumava as coisas no chão, tipo um piquenique,né? E lá eu passava o dia com eles, só eu e eles (...) Conservava o quadro do quintal pra jogar bola e ficava lá, uma hora jogando beti, outra hora chutando.

Vivian – (os filhos nasceram enquanto cumpria pena) A primeira filha minha eu fui ver numa U.T.I., tava em aparelho e isso me chocou muito, quer dizer eu não acompanhei a Ana de nenezinha. Eu só fiquei dois dias no hospital e eu vi ela esses dois dias na U.T.I. Depois de um mês que eu voltei a vê-la, mas pra mim, foi uma felicidade a hora que eu vi ela, ela tava muito linda, parecia um bebezão da Estrela, muito linda ela tava, tinha o olho azul sabe?(...) Eu vi aquela nenezinha desse tamanho que o médico falou que tinha pouca chance de vida. (...) Então eu fui me apegando com ela assim, era minha força, nossa! Do jeito que eu vi ela! Ela sobreviveu! Então, eu vou lutar agora porque eu tenho uma filha lá fora. Agora com o Sérgio foi assim, eu sai do hospital com ele, eu tive mais força ainda com o Sérgio. Eu sai do hospital com ele, voltei pra cadeia com ele, voltei com ele nos meus braços. Pra mim foi uma felicidade, pelo menos um filho eu voltei nos meus braços. Aí fiquei sete dias e sete noites. Eu quase não dormi, eu tava com hérnia, né?. Ele chorou muito o Sérgio, mas eu curti cada minuto ali com ele. Primeiro banhinho dele. Fui eu que dei, a primeira mamadeira, foi muito lindo ficar com ele.

Arlete – Eu tinha 17 anos quando nasceu meu primeiro filho (...) Já tava envolvida no meio do crime, né? Porque eu também, eu tava na Febem na época, quando...Eu nem sabia que eu tava grávida, fui pra Febem, lá que eu descobri que eu tava grávida. Fui vendo eu engordando, inchando, barriga crescendo, eu falei, tá acontecendo alguma coisa...Tava grávida. Aí, eu fiquei um mês e quinze dias na Febem. Eu saí, aí eu ganhei ele na rua...Ganhei ele na rua. Aí eu fiquei com ele até um ano, um ano e pouco de idade, aí depois eu vim presa, fui presa em 99. Já vim grávida de novo do outro que nasceu na cadeia.

Ângela – A minha filha chama Rita. Ela...ai, num sei nem como falar...Porque...Eu praticamente num tive nem um pouco de experiência com ela, apenas quatro meses...Eu tive ela dentro da cadeia e pude só ficar com ela pouco período, que é os quatro meses que a justiça dá pra gente poder ficar com a nossa criança. Mas, a minha filha pra mim ela é tudo, né?

Tânia – Minha filha pequena? Ela tava com um mês, quase dois meses. Ela nem me conhece como mãe. Porque logo quando mataram meu marido, como eu falei pra senhora, eu tava aqui e eu tive ela no presídio. Então, ela ficou pouco tempo comigo e foi embora e hoje ela não me tem como mãe (...) Ela me conhece assim, por foto, pela fita, mas dela, sabe assim, ter um contato comigo, é bem difícil. Então, quando ela chega perto de mim, ela me estranha.

8.7 – A maternidade na prisão: o confronto com as mudanças.

A mãe presa resiste à passagem do tempo, ainda vê os filhos como os deixou e crê que seu amor é capaz de manter a relação.

Maria – Eu adoro os meus filhos, Nossa Senhora! O que eu mais quero é tá com eles, só que a única diferença que eu sinto agora é que agora já tão adolescente né? Vai ser um pouco estranho pra mim, porque eles pra mim sempre é bebê. (...) Agora o meu medo aumentou porque já tão ficando hominho, o André já tá namorando, já tem a namorada dele. Eu vou perder o meu filho, num tem jeito (silêncio) Às vezes, eu num acredito que já tenho o Pedro, 17 anos, completa agora, mês de fevereiro, nem o André, vai fazer 16 anos. Pra mim o tempo num passou. (falando baixo) o tempo num passa de jeito nenhum, com eles não. Eles vão continuar sendo os meus bebês.

Helena – Cê espera que eles continue o mesmo bebe que eu deixei, pra mim eles nunca cresceram. Quando eu falo assim dos meu filho: "Meus bebê!", elas falam; "Mas que nada mãe já támo grande!". Mas continua aquelas criançinha que eu deixei.

Ana – (...) Pra mim eles num cresceram. Que nem esses dias escrevi pro meu filho, ele falou: "Mãe já tô um homem a senhora me chamou de minha criança mas eu tô um homem." Aí eu tornei a escrever outra carta dizendo assim: "Filho pra mim você num cresce, nenhum de vocês pra mim nunca vai crescer." Pra mim eles continuam as mesmas criança. Que nem esses dias, eu trabalho com uma menina no papelão, né? Eu falava: "Meus filho, minhas criança, aí ela falou: "Ana quanto anos tem seus filhos?" Aí eu comecei a falar: "Não é que você fala assim de uma forma parece que são todos pequenos." Eu falei: "Não, num são pequenos, mas pra mim eles num cresce, pra mim eles num cresce, pra mim eles continua as mesmas criança." É tudo que eu tenho, entendeu?

Cristina – A única coisa que me dói é eu saber que eu vim parar nesse lugar assim e que eu tive essa distância e eu perder a criação deles, o crescimento deles, né? Que nem eu vejo minha filha hoje ela tem peitinho, pôxa! Num pude dar o primeiro sutiã dela, né? (...) Disso que eu sinto falta assim, queria ter participado disso, mas enquanto eu tive do lado deles o que eu pude dar pra eles eu dei. Acho que é por isso que eles num tem tanta num tem aquela revolta, né? E eles sabem do amor que eu tenho por eles e sempre quando eu tenho vontade eu sempre falo: "Você são tudo pra mim, pra mim, tudo. A mãe vévi por vocês e a gente vai ser muito feliz!."

Ana – Olha, mudar assim quando eu fui presa num mudou nada. Eu fiquei sendo a mesma pessoa. Eles também as mesmas. Eles continua sendo os mesmos e eles me dá muito apoio sabe?(...) Só a única coisa que muda é a distancia, a saudade que é demais, isso aí muda muito.

Celeste – Bom, pelo menos eles continuam sendo as mesmas crianças aberta comigo, né? Tudo o que acontece, eles me contam. Eles tentaram, assim que eu fui presa, uma época, me esconder o que tava acontecendo pra num querer me causar problema, num querer que eu ficasse chateada...Mas agora a gente entramos em acordo de eles voltar a me contar tudo.

O que faltou na relação com os filhos.

Paula – Eu acho que tudo, mais carinho, mais amor, mais atenção. Na hora dos estudos, eu pegasse, mesmo que se ela perguntasse alguma coisa pra mim que eu não soubesse, mas eu ia tentar explicar pra ela. Cuidar da roupa, assim, da menstruação porque, quando veio a menstruação pra ela, ela perguntou pra mim como era a minha menstruação eu expliquei pra ela.

Maria – Pelos meus filhos o que eu não fiz? É estar com eles, a única coisa que eu não fiz foi isso porque...carinho eu nunca deixei de dar, nunca faltou, cuidado eu sempre tive com eles. Do lado deles, enquanto eu tive na rua. Eu nunca saí...A única coisa era tá com eles

Vera – Acho, eu fiz tudo errado, né? No fim a única coisa que a gente precisa dar o que que é? É estar, né? Então quer dizer, eu tirei a única condição que eu deveria, entendeu? Estar presente (...) Isso é o que pesa não é? É a dificuldade, mas a gente tem que levar tem que tocar e por isso que eu continuo assim como eu disse, num sou hipócrita. Eu tento me manter da melhor maneira possível, estar bem (...) Pra no mínimo mostrar pra eles que a gente tem condição de passar por coisas difíceis, Ah! E continuar sendo a mesma pessoa, a mesma

peessoa, né? Mas quer dizer, meio ilusório, mas não consegui nada pra eles, nada, nada, muito pelo contrario, tirei, né? Que é a minha presença.

Tânia – Eu poderia ter feito muitas coisas...Hoje, é como que o meu filho...Eu comentei com meu filho: “Vocês podem ter tudo, mas o suficiente vocês num têm, que é o meu amor.”

Isabel – Sei lá, parece que...Eu penso assim: quando eu sair daqui eu quero dar assim muito carinho, aquilo que eu num dei antes, sabe? Sei parece que eu quero...Eu quero dar em dobro! Assim, num falo em matéria, assim coisas material que eu num tenho, eu num posso, mas o que eu tiver de bom de mim, eu quero dar pras minhas filhas. Ponho elas num bom caminho, graças a Deus, tá todas estudando, que o que me deixa contente, que eu num tenho leitura.

Joana – Eu joguei tudo pro alto...Agora, assim, tá sendo bom, que elas manda carta, mas num é igual você tá ali com o seu filho, todo dia, dando carinho, dando amor pro seu filho. Você acordar perto do seu filho, poder conversar com o seu filho...Então, não é quase igual. E esse era o meu sonho: dar bastante carinho pro meu filho. O carinho que eu num tive quando eu era pequena, eu queria dar pro meu filho e eu não dei esse carinho; eu vou dar agora quando eu sair, num vai ser aquele carinho...Mas eu vou dar.

Kátia – Ah! Tanta coisa, mas não tem como ficar lamentando hoje. Eu acho que deveria ter estado mais presente talvez, sei lá, acho que é isso.

Sandra – Ter feito pra eles...Dá amor, carinho pra eles...Que eu dei muito pouco, dá amor, carinho, eu dei muito pouco. Essa separação que a gente teve, então num fiquei muito com os meus filhos.

Na avaliação de sua participação na vida dos filhos, as mães sentem culpa, vergonha e medo.

Letícia – (...) Mas o que mais pesa na cadeia é os filho lá fora, se num sabe como tá cê num sabe se tá doente, cê num sabe se tá bem se tá sendo bem cuidado (...) Falar a verdade pra senhora tem tempo que eu paro e penso que eu num deveria ter feito. Um cachorro acho que uma cadela da mais valor ao filho do que a gente, pelo menos do que eu. Porque eu acho que eu num fui mãe, eu só pus no mundo e larguei por eu tá aqui dentro e num ter o poder cuidar deles, me sinto muito mal. Me sinto muito culpada.

Julia – Eu sou um fracasso como mãe. Eu achava que roubar, levar roupa, dar dinheiro pra minha mãe no fim do mês ou toda sexta-feira eu tava sendo uma boa mãe, mas num era isso que eles queriam. E hoje eles chamam minha mãe de mãe (...) Escrevem só quando é pra pedir alguma coisa que eles quer. Normalmente, meu filho caçula me escreve alguma coisa quem mais me escreve é meu filho do meio, a minha filha Nadir não me escreve (...) Mãe, eu devia ter sido mãe como todas as mulheres é pro filho, participado da vida deles nas horas que eles mais precisam de mim. Eu acho que isso que eu deveria ter sido. Eu num tenho nem o que dizer pra senhora de me sentir como mãe porque eu nunca fui. Quando uma pessoa nunca foi mãe ela num tem assim, particularmente na minha cabeça eu tenho tipo assim, aluguei minha barriga pra minha mãe (...) porque eu tenho os filho ela que cria, eles conhece ela com mãe (...)

Ângela – Como é que eu me sinto? Ah! Eu me sinto...Às vezes eu me sinto um lixo (riso) porque o meu lugar, num era pra eu tá aqui. Era pra mim tá lá fora. É, como eu falei, era pra mim tá convivendo com ela, sofrendo, chorando, mas era pra ela tá do meu lado e eu do lado dela. Então, às vezes, eu me sinto um lixo, porque eu sofro na distância. Porque, às vezes, nossa! Eu escrevo direto pra minha casa, aí eu peço: “Ah! Traz ela, traz ela!” Aí, vem a resposta, aí a minha madrastra: “Ah!” Eu num vou levar ela porque ela é muito pequenininha e aí num é bom

pra criança.” Aí eu paro e penso...é verdade....mas a saudade é muita, né? É verdade assim, da boca pra fora, louca pra chegar um dia assim, ver ela, ver como que ela tá.

Ana – A única coisa que eu sinto foi do pai deles num me ajudar a criar eles. Eu sozinha criei, eu sozinha eduquei e, e agora eu mesmo através de tudo isso que me aconteceu longe deles eles abandonado de mim. Eu me sinto culpada por tudo isso. Talvez se eu num tivesse envolvido com esse rapaz talvez não teria acontecido isso.

Tânia – Porque tem hora que eu paro aqui dentro eu começo a lembrar das coisas que eu já fiz, que meus filhos hoje tão passando por causa de mim (...) Então, tem hora que eu me sinto culpada disso tudo, deles tá sofrendo lá fora, de eu tá ausente. Então, isso tudo mexe comigo aqui dentro, tem hora que eu me sinto culpada.

Joana – (...) Quando eu sair daqui eu quero dar o que eu num curti com elas eu quero curtir em dobro...Aproveitar... Num vai ser igual era porque eu queria dar carinho assim de mãe, quando era pequena, crescesse junto. E eu sinto um pouco também de remorso por isso. Eu sinto assim, tipo assim, culpada de elas tá lá com a minha sogra, num tá comigo, eu cuidando...Eu me sinto culpada, mas elas me perdoaram...Mandeí carta: “Tudo o que a mãe fez, a mãe tá pedindo perdão pra você.” Ela falou assim: “Não, mãe, nós perdoamos a senhora de tudo o que a senhora fez”. Eu me sinto um pouco culpada.

Maria – (...) Como que meu filho vai se sentir? Ele vai ter vergonha, ele vai ter vergonha da mãe dele. Num dá pra comparar o jeito que eu saí de casa com o jeito que eu tô agora. Por que todo mundo consegue receber a visita dos filhos? Por que eu precisei vim pra cadeia longe, pra mim me sentir um pouco com menas vergonha de ter meus filhos ali? Por que que eu sou assim?(...) Eu num sei, porque eu tenho vergonha, eu só sei que eu tenho vergonha, eu num consigo encarar meus filhos. Eu sou mãe, adoro os meus filhos, quero o bem deles, mas eles lá e eu com eles lá. Aqui dentro, eu nem me sinto mãe deles, por quê? Que condições tenho eu? Que moral? Pra falar alguma coisa pro meu filho? Falar o que pra ele? Falar uma coisa que eu não posso cuidar? (...) Quando eu saio pra ir pra cadeia, então, pros meus filhos eu tô viajando, tô fazendo alguma coisa, mas nunca a verdade pra eles. Eles escreve pra mim, eu escrevo pra eles – eles pensam que eu tô num hospital (...) Se alguém já contou, esse alguém vai morrer porque eu vou matar. Pra que botar uma coisa dessas na cabeça dos meus filhos. Meus filhos num pode saber dessas coisas, se eles souber, eles não vão gostar de mim nunca mais, a senhora entendeu? Eles vão me odiar, saber que a mãe era traficante. Como a senhora imagina que eu ia me sentir se eu soubesse que minha mãe era uma traficante?

Rosimeire – Eu tenho muito medo, eu tenho muito medo de, não acabar o amor dele por mim, mas vamos supor, não sei se é egoísmo meu, mas ele chamar uma pessoa de mãe, uma outra pessoa de mãe, eu acho que jamais eu vou aceitar. Eu não vou aceitar isso, eu acho não. Eu tenho certeza, não vou aceitar. Vou procurar sempre esclarecer pra ele, que não é mãe, que é uma pessoa (...) É uma pessoa que ele tem que ter um carinho realmente especial. É uma pessoa que cuidou, não chegar ao ponto de chamar de mãe. Não é isso que vem acontecendo e jamais vai acontecer, mas se caso acontecer eu quero explicar pra ele que mãe é uma só, mãe é só uma. Eu, errada ou não, eu sou mãe dele, num tem porque ele chamar uma outra pessoa de mãe, tem que ter sim respeito, uma auto-estima porque, pôxa, ali, todo dia, lado a lado, vendo o que tá acontecendo, acompanhando o crescimento, mas não chegar ao ponto de chamar de mãe.

Os sentimentos e incentivos dos filhos têm importante papel na vida da mãe presa.

Sonia – Eu vi meu filho de 13 anos falar pra mim pra quando eu saísse dessa vez pra mim pelo menos dar mais valor neles. Meu próprio filho falar isso pra mim. Porque independente de tudo que eu passei que eu seja mãe deles. Que ele me ama, né? Que era pra mim da mais valor pra ele. Então é uma coisa que agora eu quero sair quero cuidar deles, entendeu? Poder

compartilhar e passar as coisas, não passar as coisas ruins pro meu filho que eu vivi, mas só das coisas boas. Porque graças a Deus! Meus filhos tá cá minha mãe meus filhos estuda. Meu filho de 13 anos tá trabalhando já com meu pai, entendeu? Então não quero que meus filho segue a mesma vida que eu segui, por isso que eu não quero mais essa vida, quero mais dedicar a eles.

Joana – Quando eu penso em desanimar assim, falo: “Ah! mãe tá quase desanimando” Elas fala assim: “Não mãe, não desanima mãe, o pior você já passou” Então elas, elas que me ajuda aqui dentro...E eu sou muito feliz por ter elas, mesmo distante aqui, elas lá e eu aqui, eu sou feliz.

Kátia – O meu filho escreve e fala: “Calma, mãe, o seu tempo vai passar logo, logo o tempo vai passar e a gente vai tá junto, tenha muita paciência. Ele escreve, sempre que meu pai vem, ele manda cartinha: “Eu tô morrendo de saudade de você brigar comigo! Às vezes sinto saudade de deitar perto de você e ficar te ouvindo roncar!”. Escreve cada coisa assim...que me conforta e me dá saudades ao mesmo tempo. Aí, ele escreve e fala assim: “Mãe, sinto saudade da sua comida”

Sandra – Eu acho que não mudou nada entre meus filhos e eu, viu senhora? Porque assim eu tiro pelas cartas que ele manda pra mim. Como eu falei pra senhora, que eles fala que me ama, que num vê a hora de eu sair e até antes de eles saber aonde que eu tava. Aí todo dia eles ia na casa da minha irmã...pra saber na onde que eu tava e, até daí, uma vez, minha irmã deu o endereço daqui da cadeia pra eles, daí eles escreveram pra mim. Até hoje eu recebo cartinha dele.

8.8 – Relação mãe filho na prisão: formas possíveis.

As mães, geralmente, se encontram com seus filhos nas visitas dominicais, embora estas tenham uma frequência irregular. As visitas servem para renovar a relação ou construí-la.

Patrícia – Vai fazer dois meses que eu não vejo a minha filha mais velha – que é ela que vem mais vezes – e a Fernanda tem nove meses e a Sandra também, desde abril que eu não vejo elas. É difícil sem visita, mas as duas mais velhas têm filho pequeno, um neto meu tem 5anos, o outro tem 4anos, o da mais velha e agora tá grávida de novo. Também as condições de vida, financeira é difícil pra ela. Então, não é sempre que eu tenho visita, de vez em quando só. O que a gente pode fazer pra vida da gente mudar pra uma coisa melhor? (chorando) Muitas vezes eu fico pensando, será que a minha vida inteira vai ser assim? (chora mais) Eu já pedi pra Deus me tirar do mundo.... (chora muito) Mas eu num quero ser uma covarde, eu quero que Deus me ajude que eu possa superar esse tipo de dificuldade.

Cibele – Ah! Sim, de vez em quando vem, mas quando ela vem eu procuro não deixá-la vir, porque quando ela vem ela fica muito deprimida, já não quer estudar, quer parar tudo, perde o gosto, ela não agüenta (...) Isso chocou muito ela, ela não consegue me ver aqui dentro e ela sofre muito com isso.

Cristina – (...) A minha mãe ela vem me visitar sempre quase todo domingo, cada quinze dias mais certo e traz minha filha, meu filho vem menos porque mora longe né? Quando ela num vem aí vem meu irmão, né?

Arlete – Com ele (o mais novo) eu não tive muita convivência com ele, ganhei na cadeia, fiquei só quinze dias, depois eu fiquei um ano sem ver ele – porque quando eu fui transferida pra

Penitenciária de Tremembé, fica muito longe, no interior (...) Eu nunca vi meu filho lá (...) O meu outro filho eu num vi um ano, fiquei lá um ano sofrendo, não conversava, vivia que nem bicho, desse jeito: num tinha amiga, não conversava com ninguém, só chorava e pedia minha transferência pra diretora. Minha vida era essa até chegar aqui, até chegar aqui em São Paulo, na hora que eu cheguei, aí mudou. Agora eles vêm direto, toda semana, vem me ver, sofri muito. Se tem alguém que sofreu nessa vida fui eu...é...bastante...bastante mesmo.

Carla – Eles vêm sempre me ver, escrevem, sempre tenho notícias. Minha filha vem me ver, quando num é uma vem a outra. Só os dois meninos que não, os dois meninos é difícil vim...porque eles, eles achavam que eu tinha que deixar eles assumir, eles queriam tomar a frente, eu falei: “Imagina! – 18,19 anos, deixar entrar num lugar desses aqui? falei: “Não, deixa que eu seguro.” Porque eles também eram inocentes, eu ia deixar eles vim pra cadeia pra quê?

Flávia – Sim, mas o Igor e o Ivan eles trabalham de domingo a domingo, eles folgam dois domingos por mês, então. Um domingo, eles vêm aqui e outro domingo eles ficam com a família em casa. E a Inês também, pelo fato de ela ter que vim com o neném e sacola, precisa de vim quando o marido tá em casa. Mas, um domingo de cada um é sagrado. Eu fico só um ou dois domingo sem visita. Eles mandam carta sempre. São oito anos! Cansa, todo domingo a mesma coisa. Quem tá presa sou eu, eles precisam viver um pouco.

Vivian – A Ana é, uma criança assim, ela é mais dura...Ela tenta...Quando ela vem na visita eu percebo assim: ela olha pra mim, ela sabe que eu sou a mãe dela, só que ela tem medo de falar “mamãe” por causa da minha cunhada, eu sinto isso. Sabe quando uma criança fica assim, deprimida assim, de medo de magoar, com medo de magoar a minha cunhada. Eu percebo, ela sabe que eu sou mãe dela. Ela mais me chama de mãe quando o Sérgio está junto, o Sérgio é mais apegado comigo, eu fiquei sete dias com ele na cadeia, os sete primeiros dias dele. Mesmo assim ele recorda, é mais apegado, mas a Ana é mais distante, mas quando ela vê ela já se apegou comigo. Ele é mais carinhoso, mais meigo, ela já é mais dura. Eu acho que ela ressentiu mais.

Arlete – Ai! Muitas saudades deles, aí, num agüento nem falar e agora vai dificultar, porque um vive com a minha mãe –o mais velho –e o outro vive com a minha ex-sogra. E agora com esse negócio de rol de visita, disse que sogra num entra mais, então...complicou (...) É uma lei que saiu nova agora, diz que num vai entrar mais amigo, num vai entrar mais cunhada, sogra, só parente mesmo, de primeiro grau. Então, agora vai ficar um pouco difícil pra mim, porque o caçula vive com a minha sogra, aí ela vai ver se pede uma autorização pro juiz, pra ela continuar vindo, porque fica ruim pra minha mãe trazer os dois e eu num agüento ficar sem ver eles. Esse que é o problema, sem ver eu fico até doente.

Celeste – Eu recebo visitas a cada três meses, às vezes, dois meses. O Bruno demora mais por ele morar em Mato Grosso, demora bem mais, a passagem é muito cara, é. Agora a Rosa e a Renata, de dois em dois meses, o máximo que demora é dois meses. Tem hora que até eu fico brava, fico com o coração apertado de saudades, morrendo de saudades, até choro de saudades deles! Aí, de repente, eles aparecem.

Não receber visitas também é uma realidade. As causas podem ser desde o abandono afetivo até a impossibilidade material de deslocamento.

Zulmira – Dez anos tirando sozinha, não quero nem carta, nem visita. Eu recebi duas cartas só dele e da minha irmã uma vez que ela me escreveu porque tinha um dinheiro no banco (...) Eu escrevi uma carta pra eles, quer ver (...) Faz uns três meses, quatro meses que eu escrevi uma carta, mas eu sei que eles num responde, porque eu já escrevi muito. Eu escrevo, escrevo, escrevo, mas nunca ninguém responde, então eu já nem num escrevo mais (...) Porque pra eles eu tando e num tando é a mesma coisa. Porque eu num fui criada com eles, eles me deram na mão de um, na mão de outro. Então num sou...bem dizer, eu acho que eu devo ser até filha adotada qualquer coisa deles porque eu num sei da verdade.

Ana – Tem quatro meses que eu num vejo eles. Eu vim dia seis de julho A ultima vez que eu vi ela foi na quarta-feira dia de visita, foi dia quatro. Dia seis eu vim de bonde pareceu que nós tava despedindo (...) A primeira vez que fui presa eu num fiquei longe porque eles ia toda semana me vê, né? (...) Eles ia nas quarta às vezes ia no domingo aí eu fui trabalhar portariada (...) Assim fora, aí passei ter mais acesso,né? Então eles vinha quase todos os dias eles vinha no domingo, eu fazia almoço eles vinham almoçar comigo (...) Eles moram em Sorocaba, mas a cadeia onde eu tava é perto tem distância pouca coisa \$0,50 centavos a passagem. (...) É aqui já ficou difícil eles quase num vem me vê porque a família é pobre, humilde num tem como eles vim, num tem. (...) Eles me da muita força, me da muita coragem, eles me escreve muito: “Mãe seja forte que isso vai acabar mãe quando der nós vamos tá junto!”

Ângela – Não recebo visitas. Porque o meu pai há pouco tempo, tá com seis meses atrás, ele teve derrame. Minha madrasta ela já tá com a minha filha e ela trabalha, então, num tem como ela vim pra cá. Ainda que a visita aqui é nos domingos, mas ela trabalha de segunda a sábado, porque ela é cozinheira. Então, chega no domingo é dia do descanso dela. Então, eu mesma já falei pra ela que num precisava ela vim; agora, ela falou pra mim que, quando desse, ela trazia a minha filha pra mim ver assim, um dia que pudesse, de três em três meses, no Natal, um Ano Novo...aí ela trizeria...mas eu ainda não tive nenhuma visita.

Joana – Ah! Faz muito tempo que eu tô presa, então é pouco contato que eu tenho, porque elas tá no nordeste. Então, elas só escreve carta, fala que me ama, sente saudades...É o contato que nós tem...Só de carta...E as carta que elas manda pra mim, dá, tipo assim, dá uma esperança em viver mais nesse lugar e agüentar.

Sandra – Ah! Senhora! Quando eu vim presa – faz tempo que eu num vejo eles – porque quando eu vim presa eles eram pequenos e faz tempo que eu num vejo eles, porque eu moro longe, sou do interior, faz tempo que eu num vejo eles. Eu sou de Amparo, é, e daí eu tenho carta deles, eles me mandam carta, eles estão bem.

Eunice – Minha filha vem me ver...meu filho também. O mais velho vem, só o único que num vem é o meu caçulinha porque ele mora no interior e é ruim, num tem condições de ficar vindo. Então minha mãe vem de ano em ano, Natal, assim, ela vem trazer meu caçula.

Para algumas mães, a prisão é um lugar inadequado para seus filhos e elas preferem que eles não as visitem.

Maria – (...) No início da cadeia foi difícil, mas eles vinham me ver toda semana. Depois começaram a crescer, começaram a entender o que é cadeia; foi aonde eu vim pra São Paulo e tô longe deles faz três anos. (...) Três anos sem ver, mas é melhor assim pelo menos eles num conhece isso aqui, porque eu num quero que meus filhos conhece isso aqui, por mais coisas

erradas que eu fiz, eles nunca ficam sabendo, sabem que eu tô presa, mas num sabe porque (...) Escrevo pros meus filhos, recebo uma carta dele hoje, recebo outra daqui três dias ou daqui quatro dias, eu tô recebendo. Aí eles escreve: "Mãe, você num sente saudade da gente, por que você num vem ver a gente, pelo menos ver?" Aí eu escrevo: "Não, eu sinto saudade, mas eu num posso, mas eu aprendi a conviver com a saudade também." O dia que eu escrevi isso pro meu filho, ele escreveu uma carta pra mim: "Mas que conversa mais besta é essa que você põe na carta que você aprendeu a conviver com a saudade, que lugar estranho que você tá? Por que você num volta?."

Telma – (...) eles num vem me ver quase, entendeu? A Karina (a filha mais nova) já não vinha muito, agora eu já, depois que eu tô aqui – dois anos vai fazer agora, dia 5 faz dois anos que eu tô aqui – ela nunca me veio aqui (...) Eu num quero que ela venha nesses lugar assim",entendeu? Porque agora ela já tá mais crescidinha, ela vai saber que a mãe dela tá presa, e isso fica mal, pega muito traumatização na cabeça e eu não quero que ela fica sabendo. Posso ser que um dia eu explico tudo pra ela, quando ela tiver moça, ou que ela possa me perdoar também...(chora)...Eu sei que ela tá bem...A família gosta muito dela, adora ela...tá estudando...muito inteligente.

Julia – Minha mãe acha que aqui num é local de trazer uma criança. Eu também concordo com ela, pra num ficar na cabeça deles ou amanhã ou depois eles vão jogar na minha cara que se eu estava aqui porque eles não,né? (...) eles quase num me escreve, quem mais me escreve é minha mãe dando noticia deles,né? Noticia não, ela põe sempre num trecho no final da carta as crianças estão bem. Sobre a vida deles ela não me comunica quase nada. Ela me comunica mais sobre a Nadir. Quando tava morando com ela os erros que ela cometia, e dizia que ela era o bebe de Rosemary, o monstro, fora isso.

Celeste – Eles não vêm com frequência porque eu num quero que meus filhos fiquem muito vindo aqui. Eu sinto muita falta deles, muita mesmo, mas eu prefiro que eles não venha porque num é um ambiente bom pra criança ficar vindo. Então quando eles sentem muita saudade o Fabiano traz, eles ficam muito: "Tô com saudades da minha mãe, saudades da minha mãe!" Aí o Fabiano traz as duas. Às vezes elas querem vir, mas aí eu falo: "Procura num trazer agora porque vieram há pouco tempo" Eu sempre vou adiando...Por mais que eu sinta falta delas. Porque quando elas vêm é uma festa, a gente brinca, a gente come (rindo) a gente conversa, elas tenta me enrolar, mas elas falam: "Eu não consigo enrolar minha mãe, então deixa ela falar"

A comunicação por meio de cartas é muito freqüente. É um meio substituto às visitas esporádicas ou àquelas que não podem ocorrer.

Fátima – Não, eles não tão vindo, a última vez que eles vieram foi no domingo...é...primeiro domingo de agosto, depois não vieram mais então, tem dois meses, nós estamos em outubro, mas eles me escreve, os pequeninhos me escreve, fala que tão com saudades, que num vê a hora de ir embora, que eles pede pro papai do céu.

Telma – (o que mudou na relação com os filhos?) Olha, eu num posso responder isso porque eles num vem me ver quase, entendeu? (...) Eu recebo carta da minha filha.

Letícia – A minha filha mais caçula num me chama de mãe. A minhas duas mais velha ainda num vejo, não sei como tá. Só o meu filho que continua apegado, né? Ele chega ele fala que num precisa ir embora logo pra cuidar dele, mas as outras três eu num tenho, mudou tudo. Eu queria ver elas, eu tenho ainda bastante tempinho pra ficar aqui (...) Se mandar carta eles num entrega já mandei um monte de vezes não chegou na mão delas, porque eu pedi pra minha mãe ir lá vê minha mãe falou que elas não receberam. (...)

Helena – Não, eles não avisa quando vem me visita. Eles me pega de surpresa, e na carta agora meu filho falou que vai poder vim de um só porque (...) Ele ajuda em casa, as duas tá desempregada, veio na cartinha que ela. Recebi a ultima cartinha agora e quando recebi chorei muito agora. Recebi a cartinha ela passou muita dificuldade, mas ela disse que apareceu muita gente que ajudou eles, né? Eles mudaram de casa tão bem, mas eu não acredito. Sabe que gente quando que num vê eu não consigo acreditar porque a minha filha ela esconde muitas coisa pra num vê eu sofrer (...) Assim é, por mais que ela teje passando dificuldade ela num vai falar pra mim pra num fazer eu sofrer.

Isabel – Não recebo visitas, é muito difícil. Esse meu sobrinho, que eu falo pra senhora que vez em quando ele vem pra São Paulo e ele vem visitar eu, aí ele trouxe, mas já tem o que...Já tem uns dois anos já que ele trouxe ela aqui. Tenho notícia às vezes, assim, elas escreve todo mês, elas escreve. Essa de 14 anos me escreve todo mês, duas cartinhas por mês.

Outras não têm notícias dos filhos há muito tempo. Sem cartas e sem visitas, as mães minimizam a falta por meio das lembranças e das fotos.

Zulmira – (...) Eu penso assim, penso em sair, num vejo a hora, às vezes eu chego até sonhar, eu vivo sonhando com ele e com a minha filha, só que eu vejo ela só pequena, grande não (...) Agora, de grande eu tenho duas (fotos) que ele (pai) me mandou, depois de 8 anos (...) Tem um ano que recebi notícia (...) Ela tá até perto de uma vaca, porque ela lida com gado...Só vejo por ali, mas num consigo imaginar ela ali, porque eu deixei pequena, eu sonho com ela pequena, grande não. E eu nem sei qual seria a minha emoção, ele disse numa carta que ela tem loucura pra poder...Tem loucura pra ver como que eu sou, que ela imagina, mas ela não consegue me ver como eu sou. Aí eu mandei uma foto (...) ele fala dela que ela é igual, entendeu? Tem a mesma personalidade, e olhar nela e olhar em mim é a mesma coisa...Eu queria tanto ver, nossa!

Sonia – (...) agora nem noticia deles eu tenho, três anos, três não, dois anos e três meses que eu num sei dos meus filhos, desde quando eu vim pra cá, não sei como eles tão. Não recebo carta nem da minha mãe nem do meu pai, aqui né? Não recebo carta nem dele nem um nem de outro, de ninguém da minha família nem do meu ex-marido to recebendo carta.

Carla – Vira e mexe, minha filha manda foto, pra mim ver...Então tá bom...tô vendo ali que tá tudo bem, aniversário, Natal. Então, eu tô sempre acompanhando eles lá fora. Ou por carta, ou pessoalmente, ou por foto...Elas mandam e depois eu devolvo...Passa uns dias eu mando de volta...Tem foto de todos eles na minha cela...Pra poder agüentar

Os telefonemas poderiam ser uma opção de contato entre as mães e seus filhos porém, são raros. A instituição prisional não facilita sua utilização.

Cibele – Ah! Sim, de vez em quando vem, mas quando ela vem eu procuro não deixá-la vir, porque quando ela vem ela fica muito deprimida (...) Fábio por ser...um pouco mais fechado, ele manda vários recados pra mim, já conversei com ele duas ou três vezes, por telefone.

Joana – O único contato que elas podia fazer comigo é eles ligando pra lá e fazendo eu entrar em contato com elas. Nunca nem consegui falar no telefone, aqui dentro da penitenciária, pra falar com as minhas filhas (...) Eles falam que a ligação é cara eu nem fico muito em cima, não. Eu acho que podia eles fazer isso...Que a família que...por exemplo, os filhos tá longe assim, tá no nordeste, tá em algum lugar assim...Pra mãe ter mais contato com o filho, pelo menos falar por telefone, pra ouvir pelo menos a voz do filho, eles podia fazer isso pra ajudar (...) Ia dá mais força, dá mais ânimo pra pessoa aqui dentro, conversando com o filho, dando um conselho pro filho num fazer coisa errada lá fora, num se misturar com coisa errada. A pessoa mesmo tá ali falando é a mesma coisa que tá perto da pessoa, né? Acho que seria melhor se tivesse isso aqui dentro, lá no Butantã tem, as pessoas falam com a família.

Letícia – (...) Se mandar carta eles num entrega já mandei um monte de vezes não chegou na mão delas, porque eu pedi pra minha mãe ir lá vê, minha mãe falou que elas não receberam. (...) Não tem jeito de falar por telefone porque eu num tenho o telefone delas e também num dá, né? A assistente social não permite a gente.

8.9 – A prisão: experiências de mulheres.

A mulher que tem filhos na prisão pode sentir essa experiência como algo extremamente traumático.

Vivian – (referindo-se aos filhos que nasceram durante o aprisionamento) (...) Eu não curti meus filhos. Tive eles, fui forte, mas eu não curti. Tava com costela quebrada quando tive a Ana (teria apanhado muito quando da prisão) Porque a gravidez inteira, ficar sentada. Eu não conseguia nem respirar, foi horrível pra mim. Tava em estado de choque, não tinha caído na realidade ainda. Na época umas PMs foram muito estúpidas comigo no hospital, quando eu tive ela. Eu acordei, os médicos me trataram que nem ser humano mesmo. Eu trabalhei dentro do hospital então, foram muito carinhosos comigo. Mas sabe, você acordar de um parto, você nunca teve um filho, algemada numa cama, foi difícil. Então, é horrível. Desculpa tá?... (chora, fica um bom tempo em silêncio) É difícil lembrar de uma coisa tão dura! (continua chorando)7

Na prisão, a pessoa pode ser esquecida no meio de muitos

Fátima – (referindo-se ao período em que estava presa num distrito) (...) Eu tinha machucado o meu dedo na época, esse aqui, num sarava meu dedo, num sarava e eu já com medo de pegar alguma contaminação...Trinta e quatro mulher. Imagina isso aqui com trinta e quatro mulher! Tudo dormindo no chão, tudo ali, cabeça com cabeça, pé com pé...Eu achava que eu ia morrer (...) É terrível esse lugar...E eu suportei muita coisa aqui, viu? Apesar que nunca ninguém falou em dar na minha cara porque eu nunca briguei. Eu falo sempre: “Gente, eu não sei brigar, mas sei me defender muito bem..” Então, foi horrível pra mim quando eu caí aqui, eu achava que eu ia morrer, mas graças a Deus já tô no fim, tô indo embora.

O sofrimento faz com que o confinamento absoluto na cela seja a garantia de sobrevivência.

Zulmira – A senhora pensa que aqui a gente num sofre? Aqui só num sofre quem tem visita, quem tem amigo, quem tem alguma coisa. Quem num tem nada a gente sofre, elas tira a gente pra caramba. Eu já apanhei muito, já sofri muito na cadeia. Eu me seguro, porque eu tenho medo, porque se for pra mim fazer alguma coisa vou arrumar mais cadeia pra mim. Porque eu num vou saber sair na mão igual elas dá. Porque a gente num tem nervo de aço, né? Tantos anos sofrendo, chega uma hora que a gente num güenta. Quando for ver já fez alguma burrada, aí pronto, aí pega mais cadeia e aí? Num tem nem estrutura mais eu tiro a cadeia. Eu tiro que nem bicho dentro da cela, eu num saio nem da cela, só saio pra tomar banho e lavar roupa (...) Só Deus que sabe o que passa dentro da gente e num adianta nem eu falar pra senhora porque a senhora num vai saber.

Na prisão, a confiança é algo quase impossível, um lugar onde a pessoa pode se sentir morta.

Patrícia – (...) Eu não consigo ter uma confiança nas pessoas, devido o lugar (...) Aqui é um lugar que a gente não tem assim amigos, a gente pode se dizer não tem colegas porque você nunca conhece o temperamento de ninguém, né? Eu acho que elas estão de um jeito e depois elas já se encontram de outro, então fica difícil você, eu não consigo a me soltar (...) os meus segredos, a minha vida particular assim, só pra Deus mesmo (chorando). Acho que ele que é o verdadeiro. Num lugar desses longe das pessoas que a gente mais ama, que a gente quer ter perto da gente, é como se fosse, é como se eu tivesse morrido e eles taria ainda no mundo e eu taria embaixo da terra, porque aqui a vida da gente é, a gente vegeta, a gente não vive, só isso.

Na prisão, a necessidade de controle é extrema e Deus, o único amigo.

Cristina – Então é a única coisa que eu espero é isso de ir embora logo daqui esquecer isso aqui, esse mundo porque aqui num é fácil viver aqui dentro muitas pessoas tem muitos problemas e a gente vê tantas pessoas sofrer a gente num pode ajudar (...) Sou uma pessoa que tinha uma família e que trabalhava, tinha uma vida totalmente diferente de vim parar num lugar desse. É muito difícil conviver aqui e se você não tiver uma cabeça assim forte e tenha algum objetivo na vida você aprende coisas ou sai daqui numa revolta, muita maldade! (...) De repente, eu acredito assim que Deus ele, às vezes, ele permite de passar por certas coisas pra gente poder aprender e também ensinar as pessoas (...) Então quer dizer, tudo isso eu guardo só pra mim eu num passo pra ninguém essas coisa eu tento mostrar que eu sou a forte eu sempre to em pé à noite eu posso chorar eu boto o joelho no chão eu oro tudo peço, desabafo com Deus, mas no outro dia eu boto minha maquiagem boto meu batonzinho e saio de cabeça erguida porque se você for se deixar cair à senhora vai viver do quê? Esperança! Cê tem todos os dias que vai acontecer algo maravilhoso, milagre sei lá. Ah! Mas é assim que a gente vive, que eu vivo aqui dentro.

Carla – Porque aqui dentro é um submundo, aqui é um submundo, onde a gente num vale nada. Aqui a gente tem que ter muita força de vontade pra viver. Pra você num cair em tentação de fazer coisas erradas. Aqui a gente tem que saber até o que fala. Num lugar desse a gente acostumada a falar, a ser autêntica não pode ser o que você é, (...) Mas eu tenho muita fé em Deus que eu vou sair daqui logo....Esperança...Esperança é a última que morre

Na prisão, a humilhação é uma constante e a depressão algo previsível.

Cristina – O ruim é viver aqui dentro, você, você é humilhada, a família é humilhada. Sua família tem que tirar a roupa pra outras pessoas você tem, você num pode ter nada, entendeu? O pouco que você tem quando eles entram eles tiram de você. Cê num pode ter uma calça diferente, mesmo se eu tiver essa calça uma cor for mais escura que essa num tenho direito de ter, entendeu? Às vezes você quer uma blusa diferente cê num pode ter é um mundo diferente, você tá fora do mundo cê conhece o mundo porque cê vê na televisão. Às vezes cê tá dormindo de repente eles podem entrar lá dentro bagunça suas coisas quebram, sabe? E você num tem, às vezes que nem na rebelião: Poxa! Lutei tanto, sofri tanto pra comprar um rádio, eles quebraram tudo! Meu rádio destruíram roupa da gente (...) No dia da batida tiraram minha calça de mim simplesmente porque a calça é de estreme. Que que tem a ver uma coisa dessa? Eu queria pra mim passar o Natal querendo ou não é bom você tá arrumadinha no dia de Natal todo mundo quer por uma calça melhorzinha, uma camiseta nova,né? Cê vai tá reunida cá sua família. Então é muita coisa assim e isso me deixa muito entristecida. Eu me sinto muito triste por isso porque é através disso que eu vejo que por isso que as meninas se revolta, entendeu? Tem muita coisa errada. O que num pode ter tem. O que poderia, uma coisa tão banal, uma coisa tão boba eles num deixa, tiram de você uma coisa que num tem nada a ver.

Tânia – (...) Quando eu tô nesse lugar aqui, tem hora que eu caio em depressão aqui...Esse lugar aqui é muito...Ah! Sei lá! Num sei nem explicar o que que é isso daqui, entendeu? É um lugar que eu mesmo num queria tá, isso aqui é uma podridão. Aqui é um lugar muito sujo. Então aqui, é como que eu falo pras meninas: “Aqui a gente entra com um artigo e a gente sai com outro.” Porque aqui é a escola da vida, não é? Porque o tempo que eu tô aqui eu já aprendi coisas que eu nunca aprendi na rua. Então a gente aprendi muitas coisas aqui. Até como matam lá fora, a gente aprendi tudo aqui. (...) Esse é lugar que num é pra mim, porque esse mundo aqui num é meu (...) A cadeia hoje...Eu num desejo nem pro meu inimigo, porque é só podridão. A gente num sabe nem quem é quem no presídio. A pessoa é sua amiga aqui, depois ela tá te afinando ali (...) Eu num ganhei nada, eu tô perdendo minha...o resto da minha idade (...) A gente vive com estupro aqui dentro, com homicídio. Então, a gente tem uma convivência muito grande aqui dentro. Tem hora que eu olho assim pro lado e eu até choro, eu entro em desespero aqui dentro, de tá num lugar desse aqui. Eu num poder tá do lado dos meus filhos, nem Natal, Ano Novo, festas, aniversário deles e eu num posso tá do lado deles, porque eu tô aqui dentro (Na prisão) A gente tá com as asas quebradas, a gente num tem pra onde voar e nem pra onde ir, a gente tem que viver só naquele espaço.

9 – Análise dos Dados

As mulheres presas relatam diferentes experiências com suas mães. Algumas afirmam uma maior proximidade e uma relação em que o amor e as trocas afetivas foram possíveis. Outras, pelos mais diferentes motivos, relatam uma experiência de dor e abandono por parte de suas mães, permeada de conflitos com outras figuras – pais, padrastos e irmãos – deixando transparecer em suas falas que essa falta foi algo marcante em suas vidas.

No entanto, para além da experiência concreta manifesta nos cuidados dispensados na infância e na continuidade do desenvolvimento – ou mesmo na ausência deles – é possível constatar em seus relatos a presença de uma *entidade Mãe* que transcende a experiência real com uma mãe encarnada e humana.

Por mais que os adjetivos qualificativos da mãe real sejam descritivos de sua atuação – mãe amiga, mãe maravilhosa, mãe paciente, mãe ausente etc – as mulheres presas falam de uma mãe imaterial e atemporal, que paira sobre a experiência concreta de qualquer tipo de maternidade.

Essa mãe idealizada, ou *Mãe arquetípica* é um modelo de referência simbólico presente no imaginário de todas as entrevistadas e, de certa forma, compartilhado por todas.

Sua presença pode ser notada nas falas de Rosimeire e de Tânia quando mencionam a “*mãe inesquecível*” ou a “*mãe que permanece viva*” referindo-se claramente a uma qualidade imortal dessa *Mãe arquetípica*.

Nas falas de Cristina, quando se refere à “*melhor mãe do mundo*” ou quando Cibele menciona a “*mãe doadora de força*” não estão falando de outra mãe, senão aquela que aparece desde tempos imemoriais nas mais diferentes culturas e sociedades, por meio dos mitos e contos e que ainda hoje em alguns momentos como “o dia das Mães” é celebrada.

Essa mãe culturalmente idealizada, modelo referencial de comparação com uma mãe encarnada, está presente tanto nas descrições de uma relação favorável com a mãe pessoal como naquelas que não puderam construí-la.

Telma refere uma experiência dolorosa com sua mãe, fala de sua dor e sofrimento, porém ao fazer um julgamento de suas atitudes, claramente, afirma que “*parece que ela não é mãe.*” A que mãe estaria ela se referindo a não ser aquela que tem uma qualidade maternal que paira acima e para além das mães mortais?

Essa *Mãe* com a qual se tem uma ligação para além da mãe real e com a qual cada filho estabelece uma unidade coesa é a mãe modelar em que cada humano deposita suas expectativas relativas à maternidade, uma mãe doadora de vida, que por ter concedido a luz a cada um dos

humanos vivos, tem-se para com ela uma relação de eterna gratidão e um compromisso incondicional de retribuição.

Essa unidade mãe-filho pode ser claramente percebida em relatos contundentes como o de Júlia, filha de uma mãe que teria preferido ter um câncer ou Aids do que tê-la permitido nascer. Julia fala que mesmo tendo sentido que a mãe a criou apenas por obrigação "*tem que retribuir isso.*" Mesmo que a mãe encarnada seja "*uma puta, uma vadia, uma vagabunda*" seja lá o que for "*ela não deixa de ser mãe.*"

A força contida no arquétipo *Mãe* é perceptível nas falas de Júlia independentemente das contingências históricas que envolveram a relação concreta entre ela e sua mãe. Ao manifestar algum tipo de gratidão à sua mãe é de fato à projeção da *Mãe arquetípica* na mãe pessoal que ela agradece.

Uma outra qualidade dessa *Mãe* universal é que ela pode servir de guia mesmo quando não se tem uma relação amorosa com a mãe pessoal. Nesses casos, a evocação dessa imagem ideal pode permitir que mães como Flávia afirmem: "*tudo o que eu num tive da minha mãe, eu passei pros meus filhos.*"

Se a qualidade do amor que uma mãe pode experimentar na relação com seu filho depende, em grande medida, da qualidade de amor que, enquanto filha, experimentou com sua própria mãe, fica claro que "aquilo" que Flávia afirma ter passado aos filhos teve origem em outras referências distintas da relação concreta com a sua mãe, podendo, pois, em parte, ter sido fruto de suas idealizações sobre o que a mãe deve ser.

Para além dos condicionantes de gênero sofridos pelas mulheres, quer sejam livres ou encarceradas, condicionantes estes que acabaram, em grande medida, por fixar lugares e práticas específicas para elas é necessário reconhecer que as mães desempenham papel fundamental na constituição da capacidade de criar e manter relações amorosas.

Fica evidente no relato da maioria das mães entrevistadas que a experiência com a mãe pessoal se caracterizou pelo abandono e a exigência precoce do exercício da maternidade. Elas, concretamente, não se sentiram como partícipes de uma relação amorosa com suas mães e acabaram, de alguma forma, reproduzindo essa experiência com seus próprios filhos.

Que alternativa teriam ao descrever os atributos da mãe – que não tiveram, mas que almejam ser – se não recorrer àqueles característicos da *Mãe arquetípica*? Essa mãe idealizada da cultura certamente orienta-as em seu discurso sobre a maternidade.

As assertivas até aqui colocadas permitem supor que, no grupo estudado, a construção da relação mãe-filho, independente de suas qualidades, foi influenciada por um modelo cultural, o

arquétipo *Mãe*, que matizou, em maior ou menor intensidade, a construção de uma relação concreta entre a mãe e seu filho e envolveu as mais contraditórias emoções e sentimentos.

A construção do lugar da mãe inicia-se ainda na infância e oscila, continuamente, de um extremo a outro, entre a possibilidade de sonhar com esse lugar a ser ocupado e a experiência do não-sonho expressa pelo exercício precoce da maternidade.

O sonho da maternidade apareceu muito cedo na vida de boa parte das mães presas e seu conteúdo, carregado de expectativas sociais relativas ao gênero feminino, manifesta-se – como em quase todas as mulheres – pelas brincadeiras de *casinha* ou de *bonecas* que encaminham a menina ao desempenho do papel de mãe.

Ao brincar de *casinha* e de *bonecas*, a menina, identificada com a mãe, transfere, por imitação, a essas atividades e objetos o afeto recebido. A *boneca-filho* nem precisava ter, de fato, uma aparência humana, até mesmo uma espiga de milho, como referido por Paula, permite que esse sonho possa ser vivenciado.

Nesse processo iniciático, essas *crianças-mãe* experimentam-se no lugar que poderão vir a ocupar. O futuro antecipa-se e é possível exercitar o amor que recebem ou mesmo aquele que gostariam de receber. A criança, símbolo do filho que virá no futuro, é inserido no sonho da *criança-mãe* independente de ser dela mesma, como afirmava Sonia, ou de outra como falava Celeste, e implicará, necessariamente, na transferência do amor idealizado.

A rememoração desse sonho pelas mulheres presas evidencia como os sentidos e os significados do lugar da mulher foram a elas transmitidos. As respostas de suas mães às suas indagações sobre a maternidade imprimiram em suas vidas a marca do destino: "*Você será mãe como eu*", "*Você amará seus filhos como eu*", "*Seus filhos serão para você o que você é para mim*." As mães transferem para suas filhas, como afirmava Naouri (2002), um elo com a eternidade.

A transferência dessa verdade, de mãe para filha, permite a elas atribuírem um sentido às suas vidas ligado ao desempenho do papel de mãe. Para aquela que sonha ter um filho, conseguir efetivamente tê-lo é realizar um projeto de vida, um projeto que nem chegou a questionar se seria verdadeiramente seu, mas que de qualquer forma, lhe possibilitou permitiu adequar-se às expectativas sociais.

O sonho da maternidade, de outro lado, quando se materializa intensamente, por exemplo, na forma de muitos filhos, evidencia sua contradição. Os filhos podem ser percebidos como "*acidentes biológicos*", como afirmava Kátia, e colocam o sonhador diante da experiência frustrante daqueles que cumprem projetos inconscientes.

O sonho da maternidade pode também aparecer inserido em um sonho anterior, que revela, por suas características, um matiz de inteligibilidade diferente. Ele traduz outras

expectativas sociais inculcadas na mulher desde a infância. A chegada de um filho é precedida do sonho do amor romântico, ou seja, encontrar um parceiro, com ele se casar e aí sim construir uma família.

O ideal familiar burguês aparece nas histórias de Joana, Vívian e Fátima como uma possibilidade de libertação de uma condição de privação e dor mesmo que ao final o tão esperado príncipe encantado não tenha cumprido sua parte e a relação, resultado num fracasso.

Algumas mulheres presas admitem francamente não terem sonhado com a maternidade. Suas aspirações iam para além do espaço doméstico e incluíam, especialmente, fantasias relacionadas a obter algo para si mesmas, por exemplo, em termos profissionais ou de ascensão social.

Ir na contra-mão dos discursos sociais que valorizam a maternidade como destino da mulher e sonhar "*Ser alguém*", como afirmou Ângela é uma clara expressão do desejo de ser reconhecida pelo que é em sua singularidade ou potencialidade, isto é, um desejo de "*Ser alguém*" para si mesma e não para outro.

No entanto, há-se de perceber que a afirmativa de não sonharem com o fato de serem mães é falsa. Falsa, na medida em que a afirmação negativa não impediu que a questão da maternidade ocupasse um espaço nas suas reflexões e sentimentos.

É como se elas afirmassem seu vínculo com o exercício maternal através da negação da existência desse desejo. É certo que, para algumas das entrevistadas, a contingência de ser mãe não foi a questão primordial dentre suas preocupações e desejos, mas, mesmo sendo secundária ela não deixou de existir.

Fica claro assim, no caso dessas mulheres, que a força das determinantes sociais no que se refere ao lugar da mulher atuaram com uma maior intensidade do que aquilo que ela foi capaz de projetar para si mesma. Para Ângela, "*ficou só no pensamento*"; para Carla "*o sonho que eu sonhei não se realizou, mas o que eu não sonhei virou verdade*."

Entre as entrevistadas não foi pouco freqüente a ocorrência concreta ou prática da maternidade vinda através de uma imposição familiar. Algumas foram, ainda crianças, colocadas por suas mães para cuidarem dos seus irmãos menores e, forçadas a exercerem todas as funções maternas, logo passaram a ser mães, sem o direito de escolherem não sê-lo.

Essas mulheres não tiveram tempo para sonhar. A experiência precoce no trabalho em casa – ou por vezes na rua – roubou-lhes a infância. *Brincar de casinha* não era apenas um jogo, havia o compromisso real de cuidar dos irmãos menores e dar a eles o amor que, certamente, ainda precisavam receber.

As descrições do amor materno no discurso das entrevistadas apresentam, basicamente, dois componentes. O primeiro deles aparece vinculado às características da *Mãe arquetípica* e o segundo está relacionado às experiências concretas de construção do amor entre a mãe e seu(s) filho(s).

O amor materno é visto como atemporal e onipresente transcende a experiência humana do aprisionamento e resiste ao afastamento. Nada é capaz de impedir o fluir constante desse amor.

Esse amor, por ser onipotente, é "*forte*", como afirmavam Ângela e Sandra e se não pode ser depositado, regularmente, em seu objeto de amor, fica armazenado para, num futuro "*irradiar*" e vivificar os filhos.

Por ser infinito, a chama desse amor não se "*apagou*." Esse amor é imutável e imenso. A mãe humana que ama dessa forma denota, assim, uma particular vinculação ao divino. Esse amor é perfeito, maravilhoso e sublime e, portanto, acima do entendimento humano.

A relação que se estabelece, na unidade mágico-arquetípica do amor materno, entre a mãe e seus filhos é, a mesma descrita anteriormente entre as mães presas e suas mães.

Nada, absolutamente nada, seria capaz de romper ou quebrar essa unidade a qual tem força não só de dar sustentação para a relação mãe-filho(s), no caso de uma ausência prolongada, mas também de renovar as energias da mãe ajudando-a a "*suportar a dor*" e não "*pensar em desanimar*."

A experiência da unidade permite à mãe sentir-se indispensável e indubitavelmente importante para seu filho. Ela se sente poderosa e acredita manter o amor materno intocado pela experiência da prisão.

Esse amor, identificado com o divino, apresenta, para algumas delas, um atributo particular: é indivisível. Independentemente do número de filhos que uma mãe possa vir a ter, o carinho, a atenção e os recursos são igualmente distribuídos.

"*Uma mãe é para cem filhos e cem filhos não é para uma mãe*", como afirmava Rosimeire, não se refere à qualidade da união entre eles, mas sim da infinita e onipotente capacidade "divina" da mãe de distribuir-se igualmente entre seus filhos. Amar igualmente os filhos seguiria assim o princípio divino da justiça. A mãe, que é *Mãe* não faz "*diferença de amor*" como afirmaram Flávia e Nádia e, portanto não permite que seus filhos experimentem a dolorosa "*rejeição*" sentida por Carla.

No entanto, algumas mães apresentam uma concepção intermediária do amor materno. Ainda que deixem transparecer sua vinculação ao modelo idealizado e afirmem a existência de um

amor materno indiviso, essas mães introduzem na unidade mãe-filho a contraditória experiência humana da construção do amor.

"O amor é o mesmo, é igual, num tem diferença nenhuma (...) A diferença é a relação entre o filho e a mãe.", como afirmou Simone, ou *"(...) o que muda é elas comigo."* como disse Joana, são exemplos da inclusão do outro na construção do amor. Essas mães deixam evidente que, para além das referências ideais, o amor materno é também uma experiência construída. Uma construção que adquire matizes de inteligibilidade específicos para cada mãe, mas que, em alguns casos, pode ser semelhante.

Em outras mães, o amor idealizado é evocado mais como uma convenção moral do que como modelo de referência e a construção da relação amorosa fica bem mais evidente. Assim, para Celeste no que diz respeito ao amor materno *"(...) a gente fala que ama igual, mas não ama não. A gente fala pra não contrariá-los (...) cada um deles é de um jeito e eu sou diferente."* Já Joana assume claramente a preferência *" (...) a caçula é a mais apegada (...) eu gosto mais da pequena, acho que tem diferença mesmo, mas eu não demonstro isso."*

A construção da relação amorosa entre a mãe e seu filho inaugura-se no momento em que a criança nasce, mas a mulher que se torna mãe pode atribuir a essa chegada qualidades que transcendem a existência do filho. Essas qualidades atribuídas à maternidade, enquanto matizes de inteligibilidade revelam a força e o poder das relações sociais de gênero.

É sabido que a atividade sexual esteve por muitos séculos – e quiçá ainda hoje – relacionada à procriação. Submetidas à razão masculina, as mulheres atendiam ao desejo do macho, gestavam, pariam e cuidavam da prole.

A função social básica da mulher era ser mãe e seu reconhecimento social advinha do fato de poder gerar filhos. Maria ilustra bem essa inteligibilidade do gênero feminino quando fala: *"(...) eu precisava conseguir provar pra mim mesma que eu era mulher (...) eu tinha vergonha de mim, aí quando ele nasceu acabou aquela agonia que eu sentia, aí eu fiquei muito feliz."* Não ter filhos é não existir plenamente.

A subjugação feminina ao poder masculino, embora em muitos sentidos ultrapassada na atualidade, pode ainda ser observada claramente nos discursos das mulheres presas. Flávia evidencia que a sexualidade esteve sempre dissociada do prazer. Como mulher *"(...) se sentia anulada."* Ela não conseguia *"(...) ter um sentimento assim... por um homem"* e a satisfação veio *"(...)depois de ser mãe."* Mesmo que admita que gostaria de mudar essa situação *"(...) continua cada vez mais mãe e menos mulher."*

As idéias de Flávia nos mostram o quanto as construções sociais de gênero relativas à maternidade colocaram a mãe como alguém quase assexuado, por isso mesmo sublime e quase

santificado. Porém, a cópula procriadora e o prazer que nela pode ser experimentado minimizam a força e a divindade da *Mãe arquetípica*, felizmente!

Outros discursos evidenciam que o padrão dominante da relação de gênero entre as mulheres presas pode se manifestar pela violência física praticada pelo parceiro. Simone, Letícia, Júlia, Ana e Joana são exemplos de como a mulher pode vir, contraditoriamente, a ocupar o lugar de mãe numa relação de subjugação e violência.

Esse padrão que tem como assertivas a fragilidade e inferioridade da mulher fazem com que aquelas submetidas à violência – por vezes física, por vezes psicológica – experimentem a profunda dor da vergonha e da humilhação além de uma, nem sempre admitida, “vontade de vingança”.

Tendo em vista o aspecto relacional implicado na categoria gênero, pode-se admitir que esse padrão dominante de inteligibilidade – a violência contra o inimigo – não é exclusivo dos homens e pode também aparecer nas práticas e discursos femininos. As falas de Kátia são exemplos desse padrão.

Na gramática social que se caracteriza por uma relação de gênero assimétrica entre homens e mulheres, a posição da mulher pode variar de sujeito para objeto no que diz respeito ao exercício passivo ou ativo do ato tutelar. Enquanto vivendo sob os cuidados dos pais ou do parceiro, ela é um objeto de cuidado. Quando no exercício da maternidade, ela exerce o “dever” de cuidar, logo é um sujeito. Note-se que num complexo familiar, a mulher pode ser, ao mesmo tempo, objeto e sujeito da tutela.

Essa dupla condição de objeto de tutela e sujeito tutelador fica clara nas falas de Maria “*Eu tava casada, tinha minha casa, tinha minha dependência (...) meu tempo mais era com ele (filho) era cuidar dele, eu vivia pra ele*”. Paula, a partir de sua experiência, mostra que o objeto de tutela pode também ser um objeto de posse afirmando que (...) *Quando eu me perdi com ele (...) ele já tomou posse de mim*.

Pode-se inferir que um outro aspecto relativo à transformação da mulher em mãe evidente no discurso de várias entrevistadas é que a chegada do filho é um símbolo da passagem a uma condição de maioridade, independentemente da idade cronológica da mãe.

O filho funciona na estrutura evolutiva da vida dessas mulheres como um portal cuja ultrapassagem significa o começar a dar as costas para a infância – deixar o lugar de filha – e, conseqüentemente, apontar o olhar e objetivos de ação para o horizonte da maturidade. Ao parir acontece um duplo nascimento: o de uma criança e o de uma mãe.

Esse momento da mulher que se transforma e da mãe que nasce, aparece como sinônimo de ser “*responsável*”, “*realizada*” e “*completa*” ou pode ainda ser representado pela

metáfora do "*espelho*" apresentada por Ângela: a mulher que antes mirava-se no espelho da própria mãe transforma-se com a maternidade no espelho no qual a filha pode se mirar.

Para as mães que estão presas, os filhos têm um valor significativamente grande. Eles são representados como "*um dom de Deus*." Receber o dom é uma graça que diferencia a mulher agraciada de outras que podem ser apontadas como uma "*árvore seca*." Não produzir um "*fruto*", possivelmente, afasta a mulher do contato com o divino e transcendente.

Se o filho pode ser representado para uma mulher como uma vitória contra a morte, como afirmava Naouri (2002), a mulher que tem filhos é onipotente e pode se eternizar.

Dessa forma, o *filho-dom* pode ser, inconscientemente para a mãe encarcerada, a ponte que permite a ela transitar do mundo real – mundo de dores, humilhação, carências afetivas e de aprisionamento – para o mundo em que ela espera viver uma experiência de plenitude e felicidade, um mundo sem sofrimento.

O filho entendido como dom, devolve a mãe ao *domus*. Ela, de alguma forma sabe que ele a permitirá, novamente resgatar o lugar de *domina* e *dominatrix*. Ela será, por intermédio de seu filho, reconduzida a sua casa e a sua família, será, novamente, não só a dona da casa, mas também senhora de seu próprio destino.

Como é possível perceber, o filho é uma razão de sobrevivência e possibilidade de transformação para a mulher presa. Penso ficar claro os significados ocultos nas afirmações de Rosimeire, Helena, Ana e Ângela de que seus filhos são "*tudo*." Para elas, esse tudo deve ser, necessariamente, entendido como a própria vida, "*uma luz, um oxigênio*".

Tirar ou afastar o filho parece ser, para uma mãe que está presa, a imputação de uma pena adicional, como também, e num sentido mais grave colocá-la diante da morte que ele, filho, tem o dom de afastar. Isso fica expresso na afirmação de Arlete "(...) *quer me matar é arrancar ele de mim*." Uma mãe, privada de seu filho, de sua possibilidade de renovar a esperança de (sobre)vida, "*morre e mata*", como disse Kátia evidenciando uma semelhança do modelo mítico de Deméter.

Ao afastar-se desse mundo sonhado e idealizado pelas mães encarceradas, nos deparamos, a partir da leitura de suas históricas, com o mundo real das relações amorosas que elas puderam construir com seus filhos.

Entende-se que o amor materno, enquanto atitude e sentimento humanos é construído, isso se dá numa relação concreta, diária e contínua. Um processo que se desenrola ao longo da vida entre a mãe e seu(s) filho(s).

Esse processo implica uma adaptação e ajuste ao novo, no aprendizado e enfrentamento de limites, na superação das frustrações. O amor materno é resultante de uma convivência talhada nos revezes e nas alegrias do cotidiano.

A construção do amor materno, embora, por imposição social, possa fazer uma referência ao ideal materno arquetípico, só se materializa através da prática de atitudes que expressem responsabilidade, atenção, presença, cuidado, permanência e participação. Dessa forma, a construção e, sobretudo, a manutenção do amor materno concreto, real e verdadeiro, jamais prescinde da presença do filho e, principalmente, se retro-alimenta dessa presença.

As experiências das mães encarceradas, resguardadas suas singularidades, podem ser entendidas como sendo basicamente de três tipos: as que viveram com seus filhos um maior período de tempo antes da prisão, as que mesmo antes da prisão ou devido a repetidas prisões contaram com a ajuda de terceiros para cuidarem deles e as que tiveram filhos nascidos na prisão e que, portanto, praticamente, não conviveram com eles.

Os relatos das experiências das mães dos dois primeiros grupos, independentemente do tempo de convivência com o(s) filho(s), evidenciam que o contato maternal foi descrito como tendo acontecido predominantemente pela via do lúdico. Os verbos mais utilizados para descrever as ações maternas foram "*brincar*" e "*passear*." Algumas deixam evidente que por meio dos filhos terminaram de crescer. Para Ana, correr e brincar com os filhos era uma alegria "*porque minha infância com eles num acabou*."

Muitas mães presas, além de não terem vivido a experiência do cuidado e atenção por parte de suas próprias mães, tiveram filhos ainda muito jovens. O filho aparece então mais como um parceiro com quem se divide alegrias e prazeres não vividos, do que alguém que exige um compromisso duradouro e uma atitude responsável.

A prática do cuidado para com os filhos, quando mencionada, referiu-se às atitudes mais elementares da atividade materna: dar banho, trocar de roupa e dar alimento. Em virtude de estarem inseridas no mundo do trabalho ou por terem sido presas, a responsabilidade implicada na ação materna e expressa, por exemplo, no estabelecimento de limites e regras, foi, na maioria dos casos, delegada a terceiros.

As mães que efetivamente viveram mais tempo ao lado de seus filhos, possivelmente experimentaram situações onde se fazia necessária a interposição de um limite ou regra de conduta, mas é interessante notar que ao rememorar suas relações com eles, esses aspectos do cotidiano são praticamente esquecidos merecendo destaque apenas as situações prazerosas.

Podemos hipotetizar que a situação de dor experimentada na prisão faz minimizar, ou mesmo esquecer, as possíveis dores vividas ao lado dos filhos e as alegrias e prazeres vividos com eles se tornam super-valorizados.

Tanto as mães que viveram pouco tempo com seus filhos, porque eles foram criados por outras pessoas como aquelas que os tiveram na prisão, ressentem-se de um mesmo e correspondente fato: mal conhecem seus filhos e eles, por sua vez, não as reconhecem como mães, logo, não existe um vínculo materno concreto, pois não houve o aprendizado do amor .

Toda a multiplicidade de experiências que caracteriza o grupo estudado, no que se refere ao amor materno, leva-nos a supor que as mães presas que viveram pouco ou que nunca viveram com seus filhos – provavelmente mais do que aquelas que tiveram um período de prática amorosa ao lado deles – constroem para com eles um amor idealizado que tem como referência as qualidades amorosas da *Mãe arquetípica*.

A experiência na prisão suscita nas mães presas uma série de conflitos com respeito ao exercício da maternidade. Suas avaliações sobre as mudanças sofridas, após o aprisionamento, configuram um leque de múltiplas experiências, algumas compartilhadas por várias mães, outras únicas, mas todas certamente reveladoras do prejuízo que suas escolhas trouxeram para a relação com seus filhos.

Não só ao que diz respeito ao amor materno, contudo ao global da experiência de vida, os anos de internação penal fazem com que essas mulheres permaneçam como que hibernadas para as experiências concretas do mundo exterior e as relativas à maternidade. É como se elas imaginassem o mundo exterior aos muros clausurais as esperando como o deixara quando fora presa.

No que diz respeito aos filhos essa "estranha realidade" das presidiárias manifesta-se através da enorme dificuldade que elas têm de perceberem o efeito do passar do tempo no crescimento e evolução deles, que continuam sendo as crianças que eram quando os vira pela última vez em liberdade.

A experiência do aprisionamento faz com que elas vivam um tempo estagnado como se pretendessem “fazer de conta” que nada aconteceu na relação com seus filhos e que o vínculo de amor entre eles não foi deteriorado ou, pelo menos, seriamente modificado na sua qualidade e intensidade.

Essa negação do tempo que passa aparece nas falas de Ana como uma dificuldade de ver os filhos como homens, e nas de Helena e Ana que ainda se referem a eles como crianças.

Por mais que seja possível perceber, nas lacunas dos discursos dessas mães, que muitas delas pressentem que a distância de seus filhos pode vir a se transformar num risco para a relação,

quase todas manifestam uma miopia que as impede de enxergar o que, de fato, está acontecendo: uma concreta interrupção na relação e nas trocas afetivas o que implica numa mudança qualitativa no vínculo mãe e filho, mesmo que ambas as partes continuem fazendo o "teatrinho" de que nada de errado está acontecendo.

Para Ana, por exemplo, "(...) *quando eu fui presa num mudou nada. Eu fiquei sendo a mesma pessoa e eles também as mesmas.*" Essa situação em que ambas as partes representam e negam-se a perceber o real, possivelmente se sustenta da força do amor idealizado e mantém a relação amorosa "em suspenso", num mundo de fantasias onde ela não possa ser atacada.

Se por vezes essas mães afirmam que nada mudou entre elas e seus filhos e que o amor sustenta a relação, em outras, quando questionadas sobre o que poderiam ter feito por eles, é exatamente para a qualidade da expressão amorosa concreta que suas avaliações se encaminham.

Paula, Joana e Isabel admitem que deveriam ter dado "*mais carinho*" aos filhos; Maria, Kátia e Vera lamentam não terem estado mais "*presente*" ao lado dos filhos, mas Tânia e Sandra textualmente admitem que a prisão as impediu de dar a eles o suficiente, o "*amor*" delas por eles.

Quando a ilusória e conflitiva realidade criada defensivamente pelas mães presas ancora-se no real seus relatos evidenciam um profundo lamento. Neles, elas mostram não só a culpa e a vergonha, mas também algum nível de consciência dos efeitos objetivos e subjetivos que o aprisionamento causou na vida de seus filhos.

Letícia, dramaticamente, sente-se inferior a um animal "(...) *eu acho que não fui mãe, eu só pus no mundo e larguei (...) me sinto culpada.*" Júlia experimentando uma dor semelhante afirma ser "(...) *um fracasso como mãe.*" Ângela, comparando-se a algo absolutamente descartável, afirma-se um "*lixo.*"

Admitir a culpa, mais do que um valor expiatório parece ter significado para essas mães, no momento de suas falas, uma oportunidade de expressão da consciência atingida, não só no que diz respeito às consequências do erro social, especialmente no que se refere aos danos causados aos seus filhos.

Joana, a única no grupo, vai mais além e manifesta um claro movimento de reparação: "(...) *mandei carta: 'Tudo o que a mãe fez a mãe tá pedindo perdão para você. Ela falou assim: 'Mãe, nós perdoamos a senhora de tudo o que a senhora fez.'*" Mais que o perdão social, Joana manifesta querer o perdão dos filhos. Pedir perdão e ser perdoada pode permitir à mãe presa e seus filhos restabelecer uma relação de mútua doação, uma relação amorosa.

São oportunas nesse ponto algumas considerações sobre as experiências de culpa vivenciadas pelas mães presas. Ainda que ao falar genericamente de culpa esteja me referindo a uma culpa subjetiva, ou seja, uma experiência que a mãe se percebe como agente causador de um

mal ou sofrimento a alguém, não me escapa o fato de que sua ação pode, em múltiplos sentidos ser o resultado de uma significativa pressão social.

As mães, de um modo gera, apreendem dos discursos e práticas sociais relativas ao gênero feminino quais os atributos da “boa mãe”. O mesmo pode ser dito com relação às características daquela que pode ser afirmada como uma “mãe má”. Quando uma mãe tem uma atitude que foi socialmente codificada como má, sabe que o julgamento social para com ela não será algo simples de enfrentar.

As mães presas sofrem um duplo julgamento social: pelo crime praticado e, como decorrência, pelo abandono dos filhos. Algumas passam anos na prisão e evitam a aproximação do que pode-se entender como “culpa por suas ações”. Outras atingem algum nível de consciência, como no caso de Joana, e buscam a reparação junto aos filhos.

No entanto, essa ação não deve ser entendida como genuína ou autônoma. Penso que qualquer intensidade de culpa sentida por uma mãe – quer seja livre ou encarcerada – em decorrência de uma ação que tenha causado dano ao seu filho ou à relação que mantém com ele é sobremaneira influenciado pelos determinantes de gênero relativos à maternidade. A pressão desses determinantes sobre as mães é intensa e afeta, significativamente, seu sentimento de adequação social.

Porém, no caso específico das mães presas há ainda que se levar em conta que, para chegarem a infringir a lei e serem presas, um longo processo envolvendo agentes como miséria, marginalização, violência e tantos outros fatores sociais, agiram e influíram para que o resultado fosse uma mulher delinqüente e que é dentro desse universo contraditório que elas tentam exercer praticamente seu conceito ideal de maternidade.

Além da experiência da culpa e da vergonha, a maioria das mães presas permanece aprisionada a um tipo especial de medo. O medo de perderem o lugar de mãe na vida dos filhos.

Maria, identificada com seus filhos no sentimento de vergonha, prefere ocultar deles onde está *"Como a senhora imagina que eu ia me sentir se eu soubesse que minha mãe era uma traficante? (...) Meus filhos num pode saber dessas coisas, se eles souber, eles não vão gostar de mim nunca mais"*. Rosimeire, admitindo ser egoísta, tem medo que seu filho nomeie outra mulher como mãe. Para ela *"(...) mãe é uma só (...) errada ou não, eu sou mãe dele."* Ao ser chamada mãe afirma-se em sua maternidade.

O lugar da mãe, como já afirmei é um lugar de poder. Um poder que deve ser entendido em toda sua extensão, ou seja, energia criativa e transformadora e não apenas em seu sentido mais restrito de domínio.

Manter-se nesse lugar e ser reconhecida como “senhora” nele significa garantir em sua vida a possibilidade de orientar, sugerir e até mesmo influir na vida dos filhos. No entanto, a condição de encarceramento efetivamente subtrai às mães o exercício desse poder. Mais que o medo de perder seus filhos, penso que as mães presas são acometidas do medo de perder o poder mais genuíno que experimentam que é o “poder de ser mãe”.

A manutenção da relação entre a mãe presa e seus filhos, mesmo que, magicamente, indissociável na unidade do amor arquetípico, necessita não só dos movimentos da mãe na direção de seus filhos como desses em relação às mães.

Do lado das mães, admitir a culpa por seus atos e buscar a reparação, certamente pode contribuir na reaproximação dos filhos. Do lado dos filhos, seus sentimentos e incentivos são determinantes para que a mãe enfrente e supere as dificuldades do aprisionamento. No entanto, a (re)construção da relação amorosa e a manifestação concreta do amor materno estão submetidas às injunções institucionais.

As prisões seguem uma lógica androcêntrica. Os espaços foram esquadrihados e as rotinas estabelecidas a partir da consideração das necessidades masculinas. As mulheres presas, enquanto mães, apresentam as mesmas necessidades que qualquer mãe livre e elas transcendem os limites estabelecidos pela prisão.

As mães têm necessidade de contato com seus filhos. Para elas, estarem próximas de seus filhos, tocá-los, expressar-lhes seus sentimentos e julgamentos, trocar experiências é exercitar a maternidade, é exercitar seu poder.

A prisão impõe às internas uma programação restritiva ao exercício da maternidade: os contatos face-a-face podem ocorrer uma vez na semana com duração média de cinco a seis horas. A necessidade absoluta de controle imprime o determinismo na relação da mãe com seus filhos, deixando pouco espaço para a espontaneidade.

A visita se torna um momento de por em dia o trivial. Não há espaço para se vivenciar o íntimo e o singular tendo em vista que os encontros se dão no espaço público da instituição, os pátios.

O que se tem como dado observado neste estudo é que embora as mães presas recebam visitas de seus filhos, essas são caracterizadas pela irregularidade.

As justificativas para a irregularidade – o visitante reside em outra cidade, falta de recursos para deslocamento, o filho não tem acompanhante, a mãe prefere que os filhos não venham etc – apresentadas pelas entrevistadas, embora aparentemente racionais, parecem ocultar um sentimento mais profundo que a experiência do aprisionamento promove e com o qual, aparentemente, ela tem dificuldade de entrar em contato: a dor do isolamento.

Algumas mães presas, quando falam sobre as visitas, abordam menos seus sentimentos detendo-se mais no relato de sua periodicidade ou na formulação de desculpas para a ausência dos visitantes. Os relatos de Cibele, Cristina, Carla, Flávia, Ana, Sandra, Angela e Eunice são bons exemplos desse distanciamento afetivo, que, possivelmente, é necessário para elas e tem a função de defesa contra a dor.

Outras mães como Arlete e Patrícia, num movimento contrário às anteriores, tocam mais de perto suas dores e manifestam que a experiência de isolamento é algo difícil de ser superado por quem está na prisão. O tempo que ficou sem ver o filho representou para Arlete uma experiência próxima a de um animal enjaulado: "(...) *fiquei lá um ano sofrendo, não conversava, vivia que nem bicho, desse jeito: num tinha amiga, não conversava com ninguém, só chorava e pedia minha transferência.*"

Já Patrícia, aprofundando ainda mais a descrição de seu sofrimento, mostra como a experiência do tempo na prisão pode fazer dele algo próximo do eterno e quando de lá se verá obrigada a viver "Em busca do tempo perdido" (obrigado Proust!). Para ela: "*É difícil sem visita (...) O que a gente pode fazer pra vida da gente mudar pra uma coisa melhor? (...) será que a minha vida inteira vai ser assim?.*"

As visitas, no que se refere exclusivamente à prática do amor materno, oferecem, para algumas mães, por meio da presença física dos filhos, a possibilidade, mesmo que transitória, de superação da dor. Joana admite que as visitas a ajudam a não pensar em "*desanimar*", enquanto Kátia, sente-se confortada.

Não receber visitas é também algo muito freqüente entre as mães presas. Algumas porque foram absolutamente esquecidas como é o caso de Zulmira, que afirma: "*Dez anos tirando sozinha, não quero nem carta, nem visita.*" Do universo temporal de sua pena, a cada dia, Zulmira retira vinte e quatro horas de sua dolorosa solidão, solidão que não se importa mais ter que viver.

Entre as entrevistadas existem ainda mães que escolhem não ver seus filhos. Elas não querem que seus filhos entrem em contato com "*isso*", ou seja, com a realidade de sua experiência de encarcerada. Enquanto Maria prefere que os filhos nunca fiquem sabendo que ela está presa, portanto os mantêm no mundo da fantasia e enganados, Telma se preocupa que o mundo prisional possa causar "*traumatização na cabeça*" deles.

Pelo que se pode perceber as visitas geram as mais distintas reações nas mães encarceradas. O que, num primeiro momento, somos levados a indicar como absolutamente necessário à manutenção do amor materno, aparece num exame mais aprofundado como uma inquietante contradição. Se a possibilidade de construção do amor materno, como suponho, requer a

presença do outro do qual esse amor se retro-alimenta, como encontrar soluções plausíveis para a experiência das mães encarceradas?

Da mesma forma que os seres sociais (família, tribo, clã, ..., nação) existem e se desenvolvem através de processos dialéticos, portanto eivados de contradições, os seres individuais (as pessoas) também têm nas contradições as molas propulsoras do seu crescimento pessoal e social.

No caso das mulheres encarceradas que são mães, uma das contradições, geralmente, presente é a que se estabelece entre um conceito abstrato e indeterminado do que é ser mãe e a realidade concreta e objetiva das relações estabelecidas entre essas mães e seus filhos.

A concretude da vida dessas mulheres é, no mínimo, a suspensão factual do exercício da maternidade durante o encarceramento. Isso faz com que, para a maioria delas, esse vazio que lhes é imposto funcione como uma pena adicional àquela que lhes foi imputada pela justiça.

Dada a violência e crueldade contidas no cerceamento da liberdade, qualquer que seja a razão que o tenha gerado, o sofrimento é suficientemente intenso para que essas mulheres fiquem, praticamente, impossibilitadas de digerirem a pena adicional da perda concreta do exercício da maternidade.

Em função do contexto apenas descrito é quase "natural" que essas presidiárias, "nutrindo-se" dos atributos do arquétipo maternal, criem um mundo fantasioso acerca do exercício da maternidade.

A força desse imaginário é tão intensa e ele ganha tal foro de verdade, que para elas acontecerá tal e qual o pensam, sendo que esse imaginário, por sua vez, é um nutriente indispensável para que elas continuem a ter força para enfrentar e suportar o encarceramento e o distanciamento de seu objeto de amor.

Na ausência do contato visual, das trocas afetivas presenciais, as cartas se tornam paliativos à dor do afastamento e amenizam as saudades. Muitas mães fizeram referência à utilização desse meio de comunicação com os filhos, no entanto, algumas como Letícia referem que os filhos podem nunca tê-las lido “(...) *Se mandar carta eles num entrega já mandei um monte de vezes não chegou na mão delas, porque eu pedi pra minha mãe ir lá vê minha mãe falou que elas não receberam.*”

As cartas enviadas da e recebidas na prisão passam por uma censura. Esse dispositivo de segurança, formalmente justificado como necessário, é mais um daqueles que a prisão se utiliza para subtrair ao interno a sua privacidade. É provável que em meio a tantas cartas enviadas e recebidas que algumas, simplesmente, desapareçam? Penso que sim. Afinal não se pode afirmar que não ocorram “falhas humanas” no serviço de correspondência prisional.

Para algumas mães, a aquisição do selo de postagem é adiada frente a outras necessidades mais básicas: comprar alimentos ou artigos de higiene pessoal. Outras ainda se ressentem do fato de serem analfabetas e terem que contar com a disponibilidade de uma parceira para escrever por ela.

As mães presas demonstram que as cartas talvez sejam o elemento mais freqüente de contato com seus filhos. Por meio delas manifestam seus sentimentos e opiniões e recebem as notícias mais recentes da família. A memória visual dos serem que se ama, algumas vezes, é atualizada pelas fotos que chegam. Elas enchem os olhos de alegria, contudo inundam o coração de saudades, pois remetem as mães presas às experiências da qual não fizeram parte.

As mães presas anseiam por um contato com seus filhos. Se a visita se inviabiliza e as cartas nem sempre podem ser escritas, restaria o telefone como opção. Por mais que seja um dos meios mais rápidos de contato, em tempo real, entre pessoas é, certamente, o que gera a mais polêmica discussão entre as autoridades do sistema prisional.

A utilização dos telefones celulares nas prisões pelo crime organizado, com certeza restringiu ao mínimo a possibilidade de comunicação entre mães e filhos por esse meio. À época das entrevistas poucas mães referiram a utilização do telefone da unidade, sendo que, somente Joana apontou as vantagens: “(...) *os filhos tá longe assim, tá no nordeste, tá em algum lugar assim...Pra mãe ter mais contato com o filho, pelo menos falar por telefone, pra ouvir pelo menos a voz do filho, eles podia fazer isso pra ajudar.*”

A solução para as necessidades reais das mães presas e seus filhos não deve ser buscada em outro lugar senão na própria prisão. No entanto, essa não parece ser uma tarefa fácil e, em virtude das características da instituição prisional, tampouco possível de ser empreendida em um curto espaço de tempo.

O que ainda hoje pode ser sentido por quem está preso é assimilado por Fátima quando afirma: “*É terrível esse lugar...E eu suportei muita coisa aqui, viu?*” e ainda por Zulmira: “*Eu já apanhei muito, já sofri muito na cadeia. Eu me seguro, porque eu tenho medo, porque se for pra mim fazer alguma coisa vou arrumar mais cadeia pra mim*” Ambas as falas evidenciam que ainda deve estar longe o tempo – se é que ele vai chegar – em que a prisão se torne algo suportável.

O processo de institucionalização sofrido por qualquer pessoa encarcerada – seja homem, seja mulher – tira dela, logo em seu ingresso, a possibilidade do exercício de sua individualidade. Todos os internos passam por um processo que poderia ser descrito como homogeneização do diferente.

Ao entrar na prisão, cada encarcerado, despe-se de sua singularidade, passa a ser um número e usa um uniforme. A disciplina torna os presidiários parceiros no jogo da submissão e vigilância, transforma-os em objetos permanentemente controlados, contraditoriamente esquecidos.

Goffman (1961) discutiu extensamente como as prisões, dia após dia, promovem uma mutilação do eu, manifesta numa série de rupturas, quase que absolutas, com papéis desempenhados anteriormente e com as ligações afetivas mantidas por tantos anos, enfim, com o passado.

No relato de Fátima, a referência aos corpos amontoados no chão da cela lembra as tristes imagens dos campos de extermínio alemães; no lugar da pessoa, apenas um corpo. Já o relato de Patrícia remete ao fato de que lá as pessoas se sentem como se já tivessem morrido para a vida humana “(...) *porque aqui a vida da gente é, a gente vejeta, a gente não vive, só isso.*”

Como se pode notar, a perspectiva é a de um presente conflitivo e angustiante: o desejo de que o tempo parasse para que a dor do “tempo que passa” não fosse sentida contrapõe-se à ânsia de que as horas transcorram rapidamente levando para o abismo profundo da memória as marcas desse tempo dolorosamente vivido.

O futuro está logo ali, mas demora muito a chegar, há que se viver todas as longas horas de solidão, raiva, inveja, ciúme, saudades, abandono, desamor e tristeza. Para muitas como Zulmira, “(...) *Só Deus que sabe o que passa dentro da gente e num adianta nem eu falar pra senhora porque a senhora num vai saber.*”

A prisão é, paradoxalmente, um espaço público de reclusão. Nesses grandes espaços os condenados são obrigados a compartilhar o que antes era um direito individual – a privacidade.

A convivência íntima com pessoas desconhecidas faz parte da pena de reclusão imposta pela sociedade. As celas, geralmente coletivas, garantem de um lado, que o enlouquecimento pela solidão não se instale – embora em alguns casos isso seja inevitável – de outro, forcem um ajuste ao diferente, de forma violenta e maciça.

O período de prova e isolamento inicial, a que todas as condenadas são submetidas quando chegam à prisão, tem a função de fazê-las conhecidas para os agentes institucionais, mas não serve como período de adaptação ao novo para aquela que está sendo presa, não há tempo para isso. Após esse período é imposta à condenada a convivência com pessoas que, na maioria das vezes, nunca viu antes.

É novamente Patrícia que descreve essa experiência de modo contundente: (...) *Eu não consigo ter uma confiança nas pessoas, devido o lugar (...) Aqui é um lugar que a gente não tem assim amigos, a gente pode se dizer não tem colegas porque você nunca conhece o temperamento de ninguém, né?*”

É possível imaginar com que dificuldade esse processo é vivido e quanto deve exigir, em termos de ajustamento psíquico até que a mulher possa chegar a um nível de convivência, no mínimo, amigável. Em alguns casos – e não são poucos – as mudanças de cela ao longo do tempo são inevitáveis uma vez que as diferenças pessoais são insuportáveis. Em outros, menos frequentes, as presidiárias, após alguns anos, cheguem a tratar suas companheiras de cela como pessoas da família.

No espaço das prisões, o binômio público–privado sofre um redimensionamento. Lá ocorre um predomínio absoluto das atividades públicas, coletivas, e aquilo que entendemos como privado ou íntimo fica quase restrito à cela, e mesmo nela, diante da companheira desconhecida, há que se produzir um recuo da espontaneidade. O que é singular, íntimo e particular a cada uma fica adstrito à sua cama, ao seu sono ou, nos piores casos, a uma realidade particular e ilusória, construída como defesa. Nas prisões observei um esmagamento do que se entende por âmbito privado.

Como num caleidoscópio são produzidas novas formas de impressões, sensações e relações. Numa realidade de exclusão pública ou de privacidade compartilhada as referências anteriores são rapidamente substituídas, quando não abandonadas. Cria-se um novo mundo real, de experiências concretas, regras definidas e espaços demarcados.

Sempre pensando na especificidade do feminino, a falta de sensibilidade é extrema. O nascimento de uma criança, comumente celebrado como algo quase sagrado, torna-se, na prisão, uma inadmissível versão da crueldade carcerária. Vivian descreve de forma lancinante a experiência de ter um filho na condição de encarcerada "(...) *sabe, você acordar de um parto, você nunca teve um filho, algemada numa cama? Foi difícil (...) É difícil lembrar de uma coisa tão dura.*"

Mas a crueza da prisão não se dá somente nesses momentos mais dramáticos. Ela, a cada dia, acrescenta à condenada uma parcela de humilhação e mortificação.

A prisão, um outro mundo, além de promover o afastamento dos seres amados e forçar uma experiência afetiva de tipo idealizado, dificulta o desenvolvimento de laços de confiança entre as internas. Tudo lembra, o tempo todo, que ali não é um espaço para amizades e que não se deve buscar apoio a não ser em si mesmo.

Embora ao longo de cinco, dez ou quinze anos essa verdade vá se fragilizando e os contatos com as parceiras tornem-se mais estreitos, essa aproximação não deve ser confundida com intimidade e nem engloba a idéia de permanência. A transitoriedade dos vínculos relacionais é a marca registrada das "amizades" que nascem e se desenvolvem nos limites dos muros prisionais.

Os muros de uma prisão são mais do que fatos físicos que isolam um espaço exterior de um espaço clausal. Metaforicamente, as sombras desses muros projetam-se nos interiores das pessoas que lá vivem e isolam ilhas potenciais de amor e amizade.

Em meio a todas essas misérias, a tendência dominante é esperança virar sinônimo de Deus. Deus passa a ser mais do que um ser metafísico que transcende tudo e que é material e temporal. Deus, para essas mulheres, não é imaterial e atemporal, é o futuro concreto que lhes permite admitir a materialização de suas esperanças. Em outras palavras, Deus é o passaporte para a felicidade.

Conclusão

Nossa atitude frente ao novo tende muitas vezes a ser preconceituosa e fundada em estereótipos. É com alguma dificuldade que me despeço dessa roupagem e assim me desabrocho, com simpatia, para os fenômenos da vida.

A prisão é, de fato, um mundo diferente. Um fenômeno ímpar e um desafio para qualquer um que adentre seus muros e se lance ao projeto de (re) conhecê-la. Não é fácil ver as prisões com alguma simpatia.

Muitos autores já escreveram sobre as prisões e seus trabalhos revelaram, sobremaneira, a capacidade que elas têm de desorganizar, desorientar e, por vezes, até mesmo destruir – física e psicologicamente – aqueles que nelas são internados.

As prisões femininas brasileiras ainda não foram suficientemente estudadas, especialmente no que se refere aos danos psicológicos que elas podem causar para as internas e seus filhos em virtude do isolamento que promovem.

Minha reaproximação das prisões nesta pesquisa se deu pelo interesse em estudar um sentimento, que para os humanos, e as mulheres especialmente, têm uma repercussão psicológica e social fundamental, o amor materno. Passei algum tempo em companhia de mães encarceradas buscando conhecer suas manifestações amorosas por seus filhos e verificar *se* e *como* esse amor sobrevivia à tão dolorosa experiência da reclusão.

O contato com elas me permitiu saber de suas dores, medos, arrependimentos, alegrias e esperanças e admitir que não é justo afirmar que essas mães não sintam algum amor por seus filhos. Esse amor se apresentou com qualidades singulares isso lá é verdade, afinal, para elas o amor, como dizia Pascal, pode *ter razões que a própria razão desconhece*.

Os achados desta pesquisa permitem afirmar que o amor materno em mães que se encontram em situação de encarceramento é uma realidade socialmente construída a partir de relações de gênero específicas, que encerram múltiplas contradições.

As descrições sobre o amor materno, observadas no grupo, referem-se a dois tipos de construção social de gênero que, embora relativamente distintos na aparência, atuam na relação mãe-filho, como complementares.

O primeiro tipo, relativo a construções mais arcaicas sobre a maternidade e presentes em quase todas as culturas, configura o que denominei de *Mãe arquetípica*, entidade de características sublimes e imortais, às quais penso podem ser atribuídas as manifestações amorosas de caráter idealizado observadas nos relatos das mães presas.

Essas idealizações que apresentam o amor materno como sobre-humano, presentes, de uma forma ou outra, nos discursos de todas as mães entrevistadas, mostram-se significativamente mais intensas naquelas mães que não puderam construir uma relação amorosa, quer com suas próprias mães quer com seus filhos. Nessas relações, a presença física, o cuidado, a atenção, o carinho, a devoção, a responsabilidade dentre outros atributos maternos estiveram praticamente ausentes.

O segundo tipo, relativo a construções de caráter mais recente na cultura, especialmente a ocidental a partir dos séculos XVIII e XIX, permite ver, de modo mais claro, a influência de valores típicos de uma racionalidade androcêntrica.

Esses valores aparecem nos relatos das mães presas quando abordam suas expectativas sobre o sonho da maternidade, do amor romântico, do casamento e da formação da família, mas também nos momentos em que falam sobre a humilhação, a subordinação, a violência e a subjugação ao poder masculino sofrida por elas.

Algumas dessas construções deixam clara a contraditória experiência dessas mulheres em uma relação social assimétrica, em que se evidenciam lugares e atribuições específicas para homens e mulheres.

Chamo essa experiência de contraditória porque elas, concretamente, romperam com alguns matizes de inteligibilidade estabelecidos para mulheres e mães no momento em que cometeram delitos e é no restrito espaço da prisão, afastadas de seus filhos, que vão desenvolver seu conceito ideal de maternidade.

É claro que na experiência diária de encarceramento, essa maternidade ideal se torna apenas uma maternidade possível cujos efeitos são, em muitas das mães, produtores de culpa e vergonha. Como num circuito fechado, o alívio dessas dores é buscado nas idealizações, nas lembranças do passado e nas projeções e sonhos relativos ao futuro.

A dor maior é permanecer no presente, na realidade intransponível do afastamento e da humilhação. As visitas são pouco frequentes, as cartas podem não chegar ao seu destino e os telefonemas uma raridade. Num espaço onde a confiança é quase impraticável, as mães presas buscam sobreviver ilesas, para um dia, novamente *irradiar* amor para seus filhos.

Os filhos são particularmente vistos como uma dádiva divina, um *dom* que permite às mães alcançarem uma condição de reconhecimento social, além de serem um alento e esperança de um futuro melhor. É nos filhos que elas projetam as possibilidades de reconquistar o direito de voltarem a ser senhoras de seu destino.

As instituições prisionais, dispositivos sociais de exclusão, idealizadas e construídas a partir de uma lógica essencialmente masculina, não têm garantido às mulheres a possibilidade de exercerem sua maternidade de forma apropriada.

Os impedimentos que a prisão produz na relação das mães presas com seus filhos evidenciam a presença, no imaginário institucional, de representações sociais, ao menos em parte, vinculadas aos atributos destrutivos da *Mãe arquetípica*.

Essas representações, raramente capturadas pela consciência, se apresentam nas mais variadas formas de estereótipos e julgamentos preconceituosos sobre as atitudes dessas mães durante o período de encarceramento e acabam por introduzir, às penas de reclusão aplicadas, a pena adicional de afastamento de seus filhos.

As mães que têm filhos na prisão são consideradas irresponsáveis, as que os tiveram foram da prisão, abandonadoras e as que não querem vê-los cruéis. Percebe-se que o direito a exercer a sexualidade, ter filhos e poder escolher, ou não, construir uma relação amorosa com eles é, para essas mulheres, objeto de contestação.

No imaginário institucional, essas mães são vistas, e tratadas, como “naturalmente” más, desatentas, descuidadas e incapazes de amarem seus filhos.

A naturalização da maldade nas mães presas é uma das mais contundentes construções de gênero. Seu poder e influência na determinação das relações sociais pode ser identificado para além do espaço das prisões, mas é sobremaneira nesses espaços que sua reedição tem servido de justificativa para a manutenção do precário atendimento dispensado a essas mulheres e seus filhos.

As construções de gênero relativas à mãe boa e ao amor materno incondicional também são valorizadas e reeditadas socialmente tanto por mulheres como por homens. A mulher que se torna mãe e responde com adequação às expectativas desse lugar adquire um reconhecimento social impar que, em algumas circunstâncias, chega a ser invejável.

Esse reconhecimento é percebido por todas as mulheres em variados graus de consciência e cada uma, a sua maneira, o assimila ao longo de sua vida. No grupo de mães presas entrevistadas, a necessidade de ser vista como mãe que é capaz de amar aparece inclusive nos casos em que a mãe praticamente não viveu com seus filhos. Mesmo não tendo construído com eles uma relação de amor, nenhuma delas admitiu que não os amava. O amor ao filho aparece como um dever de qualquer mãe.

Embora seja adequado estabelecer uma crítica a essa construção determinista da maternidade, uma vez que as mães podem não amar seus filhos da forma socialmente estabelecida, penso que, qualquer mudança na condução do atendimento às mães presas requer que possamos vê-las como pessoas capazes de amar seus filhos.

Essa mudança tem repercussões importantes se pensarmos em termos das condições psicológicas que favoreçam a saúde mental dessas mulheres em seu processo de reinserção social. Mulheres que cometeram delitos devem cumprir suas penas, no entanto, não podem ser tratadas como mães desprovidas de qualidades maternas.

Tendo em vista a importância que os filhos têm para as mães que se encontram presas, a política prisional deveria caminhar no sentido de incentivar e promover os contatos entre elas e seus filhos. Se os filhos são apontados pelas mães presas como fator de *vida* para elas, porque haveríamos de duvidar dessa afirmação? Práticas e discursos que desvalorizam o contato entre mães presas e seus filhos são preconceituosos e deveriam ser repudiados.

A desatenção para com as necessidades das mulheres presas e das mães em particular não ocorre apenas no Brasil. Essa triste realidade, guardada as especificidades de cada país, tem sido apontada por vários estudiosos.

Suas pesquisas evidenciam, a partir de diferentes ângulos, que as prisões femininas têm sido consideradas como unidades prisionais de “segunda linha”, ou seja, claramente reproduzem o lugar de submissão e descaso que as mulheres ainda ocupam em vários setores da sociedade. (FARRELL, 1998; SCHRAM, 1999; BECKERMAN, 1994; BLOOM, 1995; JOHNSTON, 1995; BROWNE, 1989)

Schram (1999) realizou um estudo exploratório com o objetivo de verificar os efeitos dos preconceitos e estereótipos sobre o grupo de mães presas. Conduzido em unidades de segurança máxima da Califórnia, o estudo incluiu sujeitos do grupo de internas, de oficiais correcionais, de conselheiros e de membros do staff prisional. A autora admite que os estereótipos são formas de controle social que se manifestam, em cada grupo específico, de forma particular tendo em vista que cada grupo apresenta astúcias e procedimentos distintos.

Segundo Schram (1999), os prisioneiros em geral, assim como as mulheres presas, tendem a ser infantilizados e vistos como pessoas pouco responsáveis. Nas prisões femininas, as atitudes das mães presas contrapõem-se ao estereótipo de mãe ideal, fazendo com que o sistema correcional conceda um apoio insuficiente para a manutenção do vínculo entre elas e seus filhos.

Suas conclusões apontam que as atitudes machistas para com as mulheres, o ideal de maternidade e os estereótipos relativos a mães que estão na prisão, embora se manifestando de modo distinto nos diferentes grupos estudados, resultam em suas múltiplas correlações, na formação de atitudes negativas para com as mães encarceradas. Um aspecto interessante do estudo é que ele mostra que essas atitudes negativas são observadas inclusive entre as mulheres que cumprem pena revelando, portanto, um padrão dominante de relação de gênero.

Se bem que o presente estudo não trate, especificamente, de estereótipos relativos às mães presas, fica evidente a partir dos relatos das mães entrevistadas que a forma de atendimento prestada a elas está fundada em um processo de estereotipia, derivado de específicas relações de gênero, que tornou as práticas prisionais insensíveis e desatentas às reais necessidades dessas mulheres.

A ausência de programas de incentivo e sustentação das visitas de filhos e familiares, da correspondência por cartas ou mesmo do contato telefônico, denuncia o descaso para com essas mulheres e traduz a concepção de que essas mães, por serem “desqualificadas para a atividade materna”, não são merecedoras de atenção. Sair dessa situação requer como afirma Bosi (2003, p.116) “(...) *um alto grau de tomada de consciência da vida em si que começa na recusa do estabelecido, na suspensão da validade mundana.*”

Esse não é um processo fácil tendo em vista que os estereótipos que traduzem concepções machistas não são compartilhados apenas por aqueles que “vivem” e trabalham nas prisões; mas, lamentavelmente, em outros setores da sociedade, inclusive naqueles responsáveis pelo delineamento de estratégias de atendimento para o sistema prisional.

Farrell (1998) apresenta os resultados de um estudo desenvolvido com mulheres internas em unidades correcionais da Austrália que objetivava examinar os impactos do aprisionamento das mães em seus filhos.

O estudo, que incluiu as mães, os tutores das crianças e agentes das prisões, demonstra que a sustentação do laço familiar é de extrema importância, não só no que se refere ao aspecto da reabilitação como também para o bem estar dos filhos – quer estivessem ainda com elas na situação de custódia, ou já vivendo com familiares.

Segundo Farrell (1998), uma vez que as práticas prisionais freqüentemente obstruem o vínculo familiar, são necessárias correções no sistema carcerário a fim de minimizar o distanciamento entre as mães presas e sua família. As autoridades precisam reconhecer que as visitas familiares são mecanismos de apoio, além de ser um direito da prisioneira e necessidade dos filhos e de suas famílias.

Farrell (1998) destaca que é indispensável desenvolver uma política de apoio aos tutores das crianças e criada uma assistência financeira para que os filhos mantenham as visitas e os contatos telefônicos com suas mães. Além disso, as unidades devem contar com recursos que facilitem a interação física e emocional entre mães e filhos, recursos esses não só de ordem material como humano, ou seja, a equipe de custódia deve ser treinada para esse fim. Para Farrell (1998, p.118) “(...) *Tais estratégias afirmam a dignidade humana das mães detentas como mulheres e mães.*”

Os fatos relatados por Farrell (1998) nos remetem àqueles encontrados no presente estudo, ou seja, a importância da proximidade entre mãe e filho na preservação do vínculo amoroso, as visitas como direito e mecanismos de apoio às mães em seu processo de reabilitação e, o fato mais grave, que as instituições prisionais criam impedimentos na aproximação entre mães e filhos.

A sistemática de atendimento observada na unidade prisional feminina do Tatuapé, que em muitos sentidos pode ser entendida como similar às outras do estado e quem sabe até do país, não pode ser considerada como a adequada às mães presas e seus filhos. Diante da situação identificada nessa unidade, é preciso reconhecer que o atendimento prestado às mães presas deve ser modificado em virtude de sua inquestionável estagnação. Como isso pode ser realizado em instituições tão rigidamente estruturadas como as prisões?

Produzir mudanças pode significar a introdução de novos sentidos e práticas em uma realidade qualquer. Se entendermos essa realidade como dinâmica, seu processo de mudança é iniciado pelo reconhecimento da necessidade do novo, mantido na criação e operacionalização de propostas e finalizado ao se atingir um novo estágio, o qual suscitará novos questionamentos e proposições.

Penso que os estudos realizados no âmbito das prisões femininas, ainda que insuficientes na realidade brasileira, têm sido um alerta para que as autoridades do setor reconheçam a necessidade de mudar. No entanto, em virtude de uma lógica que privilegia os problemas relativos ao encarceramento de homens, estatisticamente mais expressivo, as questões referentes às mulheres que se encontram nas mesmas condições têm sido relegadas a um segundo plano.

Não é possível admitir como suficiente as discussões em torno da problemática das prisões femininas. Isso, porém, não deve intimidar aqueles que se empenham em buscar alternativas para as necessidades das mulheres que estão presas. Admitindo a urgência do novo nesses espaços apresento a seguir algumas propostas que penso possam ser colocadas em prática.

Ressalto, inicialmente, que as justificativas apresentadas pelo o sistema prisional referentes à carência de recursos para propor e manter programas junto a essas mulheres, embora, em alguns casos, aceitáveis, deveriam ser revistas uma vez que inúmeros setores da comunidade manifestam interesse em colaborar para uma mudança no atendimento à população prisional.

Mesmo reconhecendo que as necessidades de uma unidade prisional feminina envolvam outras questões além do atendimento às mães presas, atendo-me, em minhas propostas, a essa particular realidade.

Considerando as especificidades e graus de dificuldade que cada proposta requer, tanto em termos do poder decisório como do necessário ajuste institucional ao novo, penso que as

mudanças no tipo e qualidade do atendimento às mães presas poderiam ocorrer em curto, médio e longo prazo.

Em curto prazo as unidades prisionais poderiam buscar parcerias junto às universidades e criar um programa de incentivo às correspondências por carta com o objetivo de sensibilizar e estimular as mães a manter, de forma contínua, esse contato com seus filhos.

Nessa parceria, que requer o compartilhamento de recursos humanos e materiais, as universidades, disponibilizariam alunos em programas de estágio supervisionado em diferentes áreas – pedagogia, psicologia, serviço social dentre outras – os quais, através de atividades de grupo ou atendimentos individuais realizariam o acompanhamento das mães interessadas no programa.

As unidades prisionais, por sua vez, garantiriam o suporte técnico necessário ao desenvolvimento dessas atividades. Os recursos materiais necessários, ou seja, papéis de carta, canetas, envelopes e postagem, além do transporte e alimentação dos estagiários, poderiam ser partilhados entre a universidade e a instituição prisional.

Esse programa seria importante tanto para as mães que já mantêm esse tipo de contato, mas que, por vezes, vacilam e deixam de escrever, como também para aquelas que, por serem analfabetas nunca se utilizam dessa forma de comunicação. Os estagiários nesses casos poderiam ser “a mão amiga” que facilita o intercâmbio entre a mãe presa e seu filho.

Ainda, em curto prazo, poderiam ser desenvolvidas estratégias institucionais que favorecessem o contato telefônico entre mães e filhos que, em virtude de se situarem em localidades distantes, não se vêem regularmente nas visitas. O risco implicado no uso dos telefones pode ser minimizado uma vez estabelecido um rol de critérios de utilização para o grupo de mães e criado um sistema de monitoramento das ligações.

Em médio e longo prazo, penso que as unidades femininas deveriam estabelecer programas institucionais de apoio e suporte às visitas dos filhos e familiares, que iniciando com propostas mais simples iriam, gradativamente, atingindo um maior grau de complexidade. Trabalhos publicados por estudiosos do exterior mencionam a existência de programas específicos destinados à monitoração de visitas em unidades prisionais femininas (FARRELL, 1998 e SCHRAM, 1999)

Embora nesses artigos não seja apresentado um extenso detalhamento dos programas de visitação, há indicações de que, nesses momentos, são desenvolvidas atividades recreativas, esportivas e artísticas, nas mais diferentes modalidades, em que mães e filhos participam cooperativamente.

Existem referências de que essas atividades monitoradas podem produzir uma mudança qualitativa na relação mãe-filho, uma vez que fortalecem o vínculo entre eles, e ser, portanto, um fator importante no processo de reinserção social da mãe presa.

A implantação de tais programas requer, que o sistema prisional invista em treinamento e desenvolvimento do corpo técnico e de segurança das unidades femininas, já que eles devem ser os responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades. O suporte para tais atividades, no estado de São Paulo, pode ser buscado no próprio sistema prisional junto à Escola Penitenciária ou ainda junto às Organizações Não-Governamentais – ONGS e universidades.

Pensar as visitas como uma oportunidade de construção da relação amorosa entre mães presas e seus filhos, é admitir que esses contatos possam ser mais do que o momento em que as notícias familiares são atualizadas, os favores são solicitados, as queixas são apresentadas e a culpa pelo abandono, reproduzida. É de suma importância reconhecer que os contatos entre mãe e filho, quando adequadamente planejados, são uma possibilidade de produção de saúde mental tanto dos filhos como de suas mães.

Retornando à questão inicial, ou seja, *se e como* o amor materno sobrevive por trás das grades, penso estar claro que essa sobrevivência tem se dado, sobremaneira, às custas de uma significativa idealização, dos recursos da memória e da capacidade de sonhar, e, muito pouco, através da experiência concreta desse amor: presença física, carinho, aconchego, objetivos compartilhados e realizações conjuntas.

Talvez coubesse uma última pergunta, feita em nome dos filhos de mulheres que estão presas e dirigida àqueles que têm sido os responsáveis pela manutenção dos inúmeros contrastes sociais que (re)produzem a criminalidade: *Que tipo de amor os filhos de mães presas têm direito de receber?*

ANEXOS

ANEXO A
PESQUISA DE CARACTERIZAÇÃO DAS UNIDADES
PRISIONAIS DO ESTADO DE SÃO PAULO

A. 1 – QUESTIONÁRIO - CARACTERIZAÇÃO

Esta é uma pesquisa sobre mães que estão cumprindo pena nas prisões de São Paulo. Sua participação é importante. Meu nome é Rosalice Lopes, sou psicóloga e realizo esse estudo. Agradeço a sua participação.

Responda as seguintes perguntas:

1. Você tem filhos?

☐ sim

☐ não

Caso não tenha filhos, por favor, devolva o questionário respondendo apenas a questão número 1. Se tiver filhos, continue respondendo.

2. Quantos filhos você tem? _____

3. Quantos anos você tinha na primeira gravidez? _____

4. Algum de seus filhos nasceu enquanto você cumpre pena?

☐ não

☐ sim. Quantos _____

5. Você recebe visitas de seus filhos?

☐ sim

☐ não. Se você não recebe visitas do(s) filho(s) pule para a questão 7.

6. Você recebe visitas dos seus filhos com que frequência?

☐ toda semana

☐ a cada 15 dias

☐ uma vez por mês

☐ a cada dois meses

☐ duas vezes por ano

☐ outra _____

7. Você recebe cartas de seus filhos e as responde?

☐ sim, sempre que recebo

☐ quando recebo, às vezes respondo, às vezes não

☐ recebo, mas não respondo

☐ não recebo cartas

8. Você fala com seus filhos, por telefone, pelo menos uma vez por semana?

☐ sim

☐ não, só de vez em quando

☐ não, nunca falo com meus filhos por telefone

9. Você já esteve presa mais de uma vez?

☐ sim

☐ não

10. Quantos anos você tinha quando foi presa a primeira vez? _____

11. Ao todo, quantos anos de pena você já cumpriu? _____

Quantos anos você tem? _____

A. 2 – TABELAS

CONSIDERAÇÕES SOBRE OS DADOS

Descrição das variáveis

Cada pergunta do questionário corresponde a uma variável (Apêndice A):

- Ocorrência de filhos;
- Número de filhos;
- Idade de cada filho;
- Idade da mãe na primeira gravidez;
- Nascimento de filho(s) durante a pena;
- Recebimento de visitas de seus filhos;
- Frequência de visitas recebidas;
- Recebimento de cartas de seus filhos (e eventuais respostas);
- Contato telefônico;
- Reincidência de prisão;
- Idade da mãe na primeira prisão;
- Tempo (em meses) de pena cumprida.

Análise Descritiva

Foi feita inicialmente a consistência das planilhas de dados, sendo detectados os seguintes problemas:

- Na questão 4, existem respostas inválidas (código 2) em todas as planilhas, exceto na Penitenciária do Tremembé;
- Na questão 8, aparecem os códigos 0 e 4, que também são inválidos, nos dados do Tatuapé e do Butantã;
- Idade inferior a 18 anos para a primeira prisão (questão 10). A formulação da questão não deixa claro que se tinha interesse em saber a primeira prisão após a maioridade. As mulheres que responderam idades inferiores, provavelmente registram passagens por instituições como a Febem.
- Na planilha da Penitenciária da Capital, 98 casos foram excluídos da análise pois estavam deslocados (possuem uma coluna a mais que os demais).

Nos três primeiros casos, as respostas inválidas foram consideradas como dados faltantes. As tabelas foram construídas contendo medidas resumo. (BUSSAB E MORETTIN, 1987).

Tabela A.2.1 Medidas descritivas para as variáveis número de filhos na Penitenciária Feminina do Butantã (Regime Semi-Aberto)

Penitenciária do Butantã (Regime Fechado)

Característica	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de Filhos	145	3	3	2	1	8
Idade	145	32	31	9	18	64
Idade na 1ª Gravidez	132	18	17	4	13	31
Idade na 1ª Prisão	135	27	23	9	18	61
Meses de Pena Cumpridos	138	38	27	32	3	140

Tabela A.2.2 Medidas descritivas para as variáveis número de filhos na Penitenciária do Butantã (Regime Fechado).

Penitenciária do Butantã (Regime Fechado)

Característica	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de Filhos	114	3	2	2	1	10
Idade	117	32	30	9	19	55
Idade na 1ª Gravidez	106	18	17	4	13	39
Idade na 1ª Prisão	110	28	24	10	18	53
Meses de Pena Cumpridos	113	34	26	27	3	240

Tabela A.2.3. Medidas descritivas para as variáveis número de filhos na Penitenciária do Tatuapé.

Penitenciária Feminina do Tatuapé

Característica	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de Filhos	252	3	2	2	1	11
Idade	252	34	33	9	20	59
Idade na 1ª Gravidez	247	18	17	4	12	40
Idade na 1ª Prisão	237	28	26	9	18	57
Meses de Pena Cumpridos	251	55	43	42	1	228

Tabela A.2.4. Medidas descritivas para as variáveis número de filhos na Penitenciária do Tremembé.

Penitenciária de Tremembé

Característica	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de Filhos	91	3	3	2	1	11
Idade	90	35	34	10	20	63
Idade na 1ª Gravidez	88	19	18	4	12	34
Idade na 1ª Prisão	87	30	26	10	18	61
Meses de Pena Cumpridos	89	38	27	32	3	156

Tabela A.2.5. Medidas descritivas para as variáveis número de filhos na Penitenciária da Capital.

Penitenciária Feminina da Capital

Característica	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Número de Filhos	241	3	2	2	1	1-
Idade	242	32	31	9	19	67
Idade na 1ª Gravidez	235	18	17	4	11	38
Idade na 1ª Prisão	234	26	24	8	18	54
Meses de Pena Cumpridos	232	47	36	38	2	240

Tabela A.2.6. Distribuição de frequências da idade da sentenciada quando foi presa a primeira vez (Penitenciária do Butantã – Regime Semi-Aberto).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	54	37,2%
22 a 30 anos	44	30,3%
31 a 40 anos	25	17,2%
41 a 50 anos	9	6,2%
Mais que 50 anos	3	2,1%
Inválidos	10	6,9%
Total	145	100,0%

Tabela A.2.7. Distribuição de frequências da idade da sentenciada quando foi presa a primeira vez (Penitenciária do Butantã – Regime Fechado).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	34	29,1%
22 a 30 anos	42	35,9%
31 a 40 anos	18	15,4%
41 a 50 anos	13	11,1%
Mais que 50 anos	3	2,6%
Inválidos	7	6%
Total	117	100,0%

Tabela A.2.8. Distribuição de frequências da idade da sentenciada quando foi presa a primeira vez (Penitenciária do Tatuapé).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	78	31,0%
22 a 30 anos	72	28,6%
31 a 40 anos	56	22,2%
41 a 50 anos	27	10,7%
Mais que 50 anos	4	1,6%
Inválidos	15	6,0%
Total	252	100,0%

Tabela A.2.9. Distribuição de frequências da idade da sentenciada quando foi presa a primeira vez (Penitenciária do Tremembé).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	21	23,1%
22 a 30 anos	31	34,1%
31 a 40 anos	21	23,1%
41 a 50 anos	9	9,9%
Mais que 50 anos	5	5,5%
Inválidos	4	4,4%
Total	91	100,0%

Tabela A.2.10. Distribuição de frequências da idade da sentenciada quando foi presa a primeira vez (Penitenciária da Capital).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	84	34,7%
22 a 30 anos	91	37,6%
31 a 40 anos	43	17,8%
41 a 50 anos	14	5,8%
Mais que 50 anos	2	0,8%
Inválidos	8	3,3%
Total	242	100,0%

Tabela A.2.11. Distribuição de frequências do tempo de pena já cumprida (Penitenciária do Butantã – Regime Semi-Aberto).

Meses de Pena Cumpridos	Total de Casos	Proporção
Até 12	30	20,7%
13 a 24	31	21,4%
25 a 60	52	35,9%
Acima de 60	25	17,2%
Inválidos	7	4,8%
Total	145	100,0%

Tabela A.2.12. Distribuição de frequências do tempo de pena já cumprida (Penitenciária do Butantã – Regime Fechado).

Meses de Pena Cumpridos	Total de Casos	Proporção
Até 12	30	20,7%
13 a 24	31	21,4%
25 a 60	52	35,9%
Acima de 60	25	17,2%
Inválidos	7	4,8%
Total	145	100,0%

Tabela A.2.13. Distribuição de frequências do tempo de pena já cumprida (Penitenciária do Tatuapé).

Meses de Pena Cumpridos	Total de Casos	Proporção
Até 12	23	9,1%
13 a 24	43	17,1%
25 a 60	103	40,9%
Acima de 60	82	32,5%
Inválidos	1	0,4%
Total	252	100,0%

Tabela A.2.14. Distribuição de frequências do tempo de pena já cumprida (Penitenciária do Tremembé).

Meses de Pena Cumpridos	Total de Casos	Proporção
Até 12	4	4,4%
13 a 24	25	27,5%
25 a 60	46	50,5%
Acima de 60	14	15,4%
Inválidos	2	2,2%
Total	91	100,0%

Tabela A.2.15. Distribuição de frequências do tempo de pena já cumprida (Penitenciária da Capital).

Meses de Pena Cumpridos	Total de Casos	Proporção
Até 12	24	9,9%
13 a 24	57	23,6%
25 a 60	91	37,6%
Acima de 60	60	24,8%
Inválidos	10	4,1%
Total	242	100,0%

Tabela A.2.16. Distribuição de frequências da idade da sentenciada (Penitenciária do Butantã – Regime Semi-Aberto).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	13	9,0%
22 a 30 anos	58	40,7%
31 a 40 anos	41	28,3%
41 a 50 anos	26	17,9%
Mais que 50 anos	6	4,1%
Total	145	100,0%

Tabela A.2.17. Distribuição de frequências da idade da sentenciada (Penitenciária do Butantã – Regime Fechado).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	13	9,0%
22 a 30 anos	58	40,7%
31 a 40 anos	41	28,3%
41 a 50 anos	26	17,9%
Mais que 50 anos	6	4,1%
Total	145	100,0%

Tabela A.2.18. Distribuição de frequências da idade da sentenciada (Penitenciária do Tatuapé).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	10	4,0%
22 a 30 anos	97	38,5%
31 a 40 anos	77	30,6%
41 a 50 anos	56	22,2%
Mais que 50 anos	12	4,8%
Total	252	100,0%

Tabela A.19. Distribuição de frequências da idade da sentenciada (Penitenciária do Tremembé).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	4	4,45
22 a 30 anos	36	39,6%
31 a 40 anos	24	26,4%
41 a 50 anos	18	19,9%
Mais que 50 anos	8	8,8%
Inválidos	1	1,1%
Total	91	100,0%

Tabela A.20. Distribuição de frequências da idade da sentenciada (Penitenciária da Capital).

Idade	N	Proporção
18 a 21 anos	9	3,7%
22 a 30 anos	111	45,9%
31 a 40 anos	87	36,0%
41 a 50 anos	25	10,3%
Mais que 50 anos	10	4,1%
Total	242	100,0%

A.3 – GRÁFICOS

Gráfico A.1. Gráfico de setores para a variável ocorrência de filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.2. Gráfico de setores para a variável ocorrência de filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.3. Gráfico de setores para a variável ocorrência de filhos (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.4. Gráfico de setores para a variável ocorrência de filhos (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.5. Gráfico de setores para a variável ocorrência de filhos (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.6. Distribuição do número de filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.7. Distribuição do número de filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado). **Gráfico A.8.** Distribuição do número de filhos (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.9. Distribuição do número de filhos (Penitenciária do Tremembé). **Gráfico A.10.** Distribuição do número de filhos (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.11. Distribuição da idade na primeira gravidez (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.12. Distribuição da idade na primeira gravidez (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.13. Distribuição da idade na primeira gravidez (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.14. Distribuição da idade na primeira gravidez (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.15. Distribuição da idade na primeira gravidez (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.16. Gráfico de setores para a variável nascimento de filhos durante a pena (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.17. Gráfico de setores para a variável nascimento de filhos durante a pena (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.18. Gráfico de setores para a variável nascimento de filhos durante a pena (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.19. Gráfico de setores para a variável nascimento de filhos durante a pena (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.20. Gráfico de setores para a variável nascimento de filhos durante a pena (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.21. Gráfico de setores da variável recebimento de visitas de seus filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.22. Gráfico de setores da variável recebimento de visitas de seus filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.23. Gráfico de setores da variável recebimento de visitas de seus filhos (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.24. Gráfico de setores da variável recebimento de visitas de seus filhos (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.25. Gráfico de setores da variável recebimento de visitas de seus filhos (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto). (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.26. Gráfico de setores da variável frequência das visitas recebidas (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.27. Gráfico de setores da variável frequência das visitas recebidas (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.28. Gráfico de setores da variável frequência das visitas recebidas (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.29. Gráfico de setores da variável frequência das visitas recebidas (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.30. Gráfico de setores da variável frequência das visitas recebidas (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.31. Gráfico de setores da variável recebimento de cartas de seus filhos e eventuais respostas (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.32. Gráfico de setores da variável recebimento de cartas de seus filhos e eventuais respostas (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.33. Gráfico de setores da variável recebimento de cartas de seus filhos e eventuais respostas (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.34. Gráfico de setores da variável recebimento de cartas de seus filhos e eventuais respostas (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.35. Gráfico de setores da variável recebimento de cartas de seus filhos e eventuais respostas (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.36. Gráfico de setores da variável contato telefônico (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.37. Gráfico de setores da variável contato telefônico (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.38. Gráfico de setores da variável contato telefônico (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.39. Gráfico de setores da variável contato telefônico (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.40. Gráfico de setores da variável contato telefônico (Penitenciária da Capital).

Gráfico A.41. Gráfico de setores para a variável reincidência de prisão (Penitenciária do Butantã - Regime Semi-Aberto).

Gráfico A.42. Gráfico de setores para a variável reincidência de prisão (Penitenciária do Butantã - Regime Fechado).

Gráfico A.43. Gráfico de setores para a variável reincidência de prisão (Penitenciária do Tatuapé).

Gráfico A.44. Gráfico de setores para a variável reincidência de prisão (Penitenciária do Tremembé).

Gráfico A.45. Gráfico de setores para a variável reincidência de prisão (Penitenciária da Capital).

ANEXO B

ROTEIRO BÁSICO DAS ENTREVISTAS INDIVIDUAIS

Roteiro Básico usado com as mães presas

- 1) Quantos filhos você têm?
- 2) Fale um pouco sobre ele/ ou cada um deles
- 3) Quando o “A” nasceu quantos anos você tinha?
- 4) Como estava sua vida naquela época?
- 5) Quando o “A” nasceu você queria que ele viesse?
- 6) Sua vida ficou diferente depois que o “A” nasceu?
- 7) O que você mais gostava de fazer quando estava com ele(s)?
- 8) Quando você era pequena você já sonhava em ser mãe?
- 9) Do quê você gostava de brincar?
- 10) Quanto tempo você viveu com sua mãe? Como era sua relação com ela?
- 11) Quanto tempo você viveu com seu (s) filho (s) até ser presa?
- 12) Desde que você está presa no que mudou sua relação com seu (s) filho (s)?
- 13) Você acha que você podia ter feito pelo seu filho que não deu para você fazer?

Observação: “A” designa o nome do(s) filho(s).

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, N. *Dicionário de Filosofia*. Tradução coordenada e revista por Alfredo Bosi. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

ACHÁ, G.R.M. Características de las mujeres encarceladas en Bolivia. In: OLMO, R. del (org.). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998. p. 117-137.

ANZIEU, A. *A mulher sem qualidade* – Estudo Psicanalítico da Feminilidade. Tradução de Joaquim Pereira Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. 134p.

ARENDT, H. *A Condição Humana*. Tradução de Roberto Raposo. 8.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997. p.15-88.

ARNANZ, E. *Cultura y Prisión*: Una experiencia y un proyecto de acción sociocultural penitenciaria. Madrid: Editorial Popular, [1994?]. 128p.

ARÚS, F. La mujer y el sistema penitenciario español. *Poder Judicial*, Madrid, n.39, sept.1995. p. 65-97.

AULETE, C. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 5 ed. Rio de Janeiro: Delta, 1968.

AUSSON, P.L. *Freud e a Mulher*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 182p.

AYA, R. L. La reclusa como madre : estudio exploratorio en una cárcel venezolana. In OLMO, R. del (org.). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas : Editorial Nueva Sociedad, 1998.p.103-116.

BADINTHER, E. *Um amor conquistado* – O mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. São Paulo: Nova Fronteira, 1985. 370p.

_____. *XY – Sobre a Identidade Masculina*. Tradução de Maria Ignez Duque Estrada. São Paulo: Nova Fronteira, 1993. 266p.

BALILA, D. *Memórias e Sonhos de Encarcerados – estudo realizado à partir da idéia de servidão em Espinosa*. 2000. 306 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social e do Trabalho) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

BEAUVOIR, S. *O Segundo Sexo* – 1. Fatos e Mitos. Tradução de Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949. 309p.

BECKERMAN, A. Mothers in prison: meeting the prerequisite conditions for pregnancy planning. *Social Work*, EUA, v.39, p.9-14, 1994.

BIERRENBACH, M. I. Sistema Penitenciário - A mulher presa. *Revista do Ilanud*, São Paulo, n.12, p. 71- 82, 1998.

BLACKBURN, S. *Dicionário Oxford de Filosofia*. Tradução de Desidério Murcho et al. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BLOOM, B. Public policy and the children of incarcerated parents. In Gabel, K. e Johnston, D. *Children of incarcerated parents*. New York, EUA: Lexington Books, 1995, p.132-150.

BOSI, A. Fenomenologia do olhar. In: Novaes, A. (Org). *O Olhar*. São Paulo: Cia das Letras, 1988. p. 65-87.

BOSI, E. *Memória e Sociedade – Lembranças de Velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

_____. *O Tempo Vivo da Memória – Ensaio de Psicologia Social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. 219p.

_____. A pesquisa em memória social. *Psicologia USP*, São Paulo, v.4, n. 1/1, 1993.

_____. (Org.) *Simone Weil – A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 411- 468.

_____. *Cultura de massa e cultura popular – Leituras de Operárias*. Petrópolis: Vozes, 1981. p.13-62.

_____. Cultura e Desenraizamento. In: BOSI, A. *Cultura Brasileira: Temas e Situações*. São Paulo: Ática, 1987. p.16-41.

BOUDIN, K. Lessons from a mother's program in prison: A psychosocial approach supports women and their children. *Women-and-Therapy*. [S.l]: Haworth Press Inc, v.21(1), p.103-125, 1998.

BRASIL. Regras Mínimas para o Tratamento do Preso no Brasil. *Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária*. Brasília: Imprensa Nacional, 1995. 31p.

BRASIL. Lei nº7210, de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. 9.ed. São Paulo: Saraiva, 1996.111p.

BRASIL. Constituição Federal.(Coord) Maurício Antonio Ribeiro. 5.ed. rev. e atual. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000. 266p.

BROWNE, D.C.H. Incarcerated mother and parenting. [S.l]: *Journal of Family Violence*, p. 211-221, 1989.

BUSSAB, W.O., MORETTIN, P.A. *Estatística Básica*. 4. ed. São Paulo: Atual, 1987, 321p.

CARVALHO, G.S. As mulheres nos Distritos Policiais de São Paulo. *Boletim IBCCRIM*. São Paulo, n.19, p. 08, ago, 1994.

CHODOROW, N. *Psicanálise da Maternidade* – Uma crítica a Freud a partir da mulher. Tradução de Nathanael C. Caixeiro. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1990. 319p.

_____. Estrutura Familiar e Personalidade Feminina. In: ROSALDO, M.Z.; LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p.65-94.

COLL, C. G.; SURREY, J. et al. Mothering against the odds: Diverse voices of contemporary mothers. New York: The Guilford Press, p. 255-274, 1998.

COSTA, J.F. *Ordem Médica e Norma Familiar*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1999. 281p.

_____. *História da Psiquiatria no Brasil* – um corte ideológico. 4.ed.rev. e amp. Rio de Janeiro: Xenon, 1989.181p.

COUTINHO, M.L.R. *Tecendo por trás dos Panos* - A mulher brasileira nas relações familiares. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.249p.

CUNHA, A.G. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 1ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

DEPEN – Departamento Penitenciário Nacional – Dados Consolidados do Sistema Penitenciário Nacional. Disponível em: < <http://www.mj.gov.br/depen/> > Acesso em: 22/07/2003.

DOLTO, F. *Sexualidade Feminina*: libido, erotismo, frigidez. Tradução de Roberto cortes de Lacerda. 3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996. p.9-108.

DONZELOT, J. *A Polícia das Famílias*. Tradução de M.T. da Costa Albuquerque. 2.ed.Rio de Janeiro: Graal, 1986. 209 p.

ESPINOZA, O. A prisão feminina desde um olhar da Criminologia Feminista. *Revista Transdisciplinar de Ciências Penitenciárias*, Pelotas, v1,n1, p. 35-59. jan-dez 2002.

FACIO, A.; CAMACHO,R. Em Busca das Mulheres Perdidas – ou uma aproximação crítica à Criminologia. In: SEMINÁRIO REGIONAL “NORMATIVIDADE PENAL E MULHER NA AMÉRICA LATINA E CARIBE”, 1992, São Paulo. *Anais...* São Paulo: KMK Gráfica e Ed. Ltda, 1995. p. 39-74.

FALCKE, D.; WAGNER, A. Mães e Madrastras: mitos sociais e autoconceito. *Estudos de Psicologia*, Rio Grande do Norte, v.5, n.2, p. 421-441, jul/dez.2000.

FARRELL, A. Policies for Incarcerated Mothers and their families in Australian Corretions. *Australian and New Zealand Journal of Criminology*. Queensland, Australia, n.31, p.101-117,1998.

FERNÁNDEZ, G.T. Mujer, Cárcel y Derechos Humanos. *Capítulo Criminológico*, Maracaibo, Venezuela, v.23, n.1, p.337-358, enero/junio,1995.

FISCHER, R.M. *Poder e Cultura em Organizações Penitenciárias*. 1989. 216 f. Tese (Livre docência) Faculdade de Economia e Administração, Universidade de São Paulo.1989.

FORNA, A. *Mãe de todos os Mitos* – Como a sociedade modela e reprime as mães. Rio de Janeiro: Ediouro, 1999. 317p.

FOUCAULT, M. *Vigiar e Punir* – Nascimento da Prisão. Tradução de Ligia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977. 275p.

_____. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984. 295p.

_____. *História da Sexualidade I* : a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J.A.Guilhon Albuquerque. 11 ed. Rio de Janeiro: Graal , 1988.152p.

_____. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Tradução de Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Moraes. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996. 160p.

FRANCIA, L. Problemas que enfrenta la mujer en el proceso de criminalización. In OLMO, R. del (Org.). *Criminalidad y criminalización de la mujer en la región andina*. Caracas : Editorial Nueva Sociedad, 1998. p. 49-62.

FREUD, S. (1914) *Sobre o Narcisismo: Uma Introdução*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.14). p. 89-119.

_____. (1924) *A Organização Genital Infantil (Uma Interpolação na Teoria da Sexualidade)*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19). p. 179-184.

_____. (1924) *A dissolução do complexo de Édipo*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19). p.215-224.

_____. (1924) *O Problema Econômico do Masoquismo*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19). p.199-212.

_____. (1925) *Algumas Consequências Psíquicas da Distinção Anatômica entre os Sexos*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.19). p.309-320.

_____. (1931) *A sexualidade feminina*. Trad. Sob a direção geral de Jaime Salomão. Rio de Janeiro, Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.21). p.257-279.

_____. (1933) *Feminilidade*. Trad. Sob a direção geral de Jayme Salomão. Rio de Janeiro: Imago, 1976. (Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, v.22). p.139-165.

FROMM, E. *A Arte de Amar*. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2000.165p.

GARCIA, C.A. Mujer y cárcel: el rol genérico en la ejecución de la pena. In: OLMO, R. (Coord). *Criminalidad y Criminalización de la mujer em la región andina*. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998. p.63-73.

GILES, T.R. *Dicionário de Filosofia*: Termos e filósofos. São Paulo: E.P.U.,1993

GOFFMAN, E. *Estigma*: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.158p.

_____. *Manicômios, Prisões e Conventos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Perspectiva, 1961.315p.

GOLDMANN, L. A . Reificação. In: _____. *Dialética e Cultura*. Tradução de Luiz Fernando Cardoso, Carlos Nelson Coutinho e Giseh Vianna Konder. São Paulo: Paz e Terra, 1979. p.107-152.

GONÇALVES FILHO, J.M. *Passagem para a Vila Joanisa – Uma introdução ao problema da humilhação social*.1995. 170 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia social) – Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. Humilhação Social: Um problema político em Psicologia. *Psicologia USP*, São Paulo, v.9, n 2, p. 11-67, 1998.

GRAZIOSI, M. Infirmas sexus : la mujer en el imaginario penal. *Nueva Doctrina Penal*, Buenos Aires, p. 55-95, 1999.

GREENE, S.; HANEY, C.; HURTADO, A. Cycles of pain: Risk factors in the lives of incarcerated mothers and their children, *Prison-Journal*, [S.l.], v.80(1), p.3-23, mar.2000.

HILFERDING, M; PINHEIRO,T.; VIANNA, H.B. *As Bases do Amor Materno*, tradução Teresa Pinheiro, São Paulo: Escuta, 1991. 134p.

HUFTON, O. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, G., PERROT, M. (Org.). *Historia das Mulheres no Ocidente – Do Renascimento à Idade Moderna*. Porto:Afrontamento,1991. v.3. p.25-69.

HUMAN RIGHTS WATCH. *Relatório: O Brasil atrás das grades*, Rio de Janeiro: [s.n.], 1998.

HUNT, L. Revolução Francesa. In: PERROT, M. et.al. *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 21-51.

HRDY, S.B. *Mãe Natureza – Uma visão feminina da evolução: Maternidade, filhos e seleção natural*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Campus. 2001.695p.

INSTITUTO TERRA, TRABALHO E CIDADANIA. *Manual dos Direitos da Presas*. São Paulo: Papyrus Assessoria Gráfica, 2001.24p.

IZUMINO, W.P. *Justiça e violência contra a Mulher – O Papel do Sistema Judiciário na solução de conflitos de Gênero*. São Paulo: FAPESP- AnnaBlume, 1998. 277p.

JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário Básico de Filosofia*.3 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JODELET, D. Refletindo sobre a Noção de Exclusão. In: SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão – Análise psicossocial e ética da desigualdade social*. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 53-65.

JOHNSTON, D. Jailed mothers. In: Gabel, K e Johnston, D. (ed.) *Children of incarcerated parents*. New York: Lexington Books, 1995. 252p.

KAHN, T. Sistema Penitenciário: Mudanças de Perfil dos anos 50 aos 90. *Revista do ILANUD*, São Paulo, n.6, 1997. 30p.

LASCH, C. *A Mulher e a vida cotidiana: Amor, casamento e feminismo*. Tradução de Heloísa Martins Costa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. p. 139-153.

LAQUEUR, T. *Inventando o Sexo – Corpo e Gênero dos Gregos a Freud*. Tradução de Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001. 313p.

LA TAILLE, Y. *Vergonha, a ferida moral*. Petrópolis: Vozes, 2002. 280p.

LEMGRUBER, J. *Cemitério dos vivos – Análise sociológica de uma prisão de mulheres*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999. 170p.

LAVINAS, L. Gênero, cidadania e adolescência. In: MADEIRA,F.R.(Org.) *Quem Mandou Nascer Mulher?: Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997. p.11-43.

LOPES, R. *Atualidades do Discurso Disciplinar* – A representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária. 1998. 207 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

LOPES,R;MOREIRA,A.D.;SALVADOR,E.;IJUIM,F.;FREITAS,L.S.;RODRIGUES,SR.;LAZARINI,S.A.;LIMA,D.B.; A mulher Presa e o Programa de Visita Íntima da Penitenciária Feminina do Tatuapé, In: I Congresso Brasileiro Psicologia: Ciência e Profissão, 09, 2001, São Paulo. *Anais...* São Paulo: Conselho Federal de Psicologia, 2002, 1 CD-ROM.

MADEIRA,F.R. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou reclusão. In: MADEIRA, F.R.(Org.) *Quem Mandou Nascer Mulher?*: Estudos sobre crianças e adolescentes pobres no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.49 -133.

MAIA, M.W. *As Máscaras d'A Mulher*: a feminilidade em Freud e Lacan. Rio de Janeiro: Rios Ambiciosos, 1999. p. 7-30.

MALUF,M; MOTT, M.L. Recônditos do mundo feminino. In: NOVAIS, A. *História da Vida Privada no Brasil* – República: da Belle Époque à Era do Rádio. São Paulo, Cia das Letras, 1998. p.367- 421.

MARX, K. O Processo de Produção Capitalista – Livro 1. In: _____. *O Capital*: Crítica da Economia Política. 2.ed. Tradução de Reginaldo de Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.p.41-93.

MEAD, M. *Sexo e Temperamento*. Tradução de Rosa Krausz. 4ª ed., São Paulo: Perspectiva, 2000. 316p.

MENEZES, M. Da academia da razão à academia do corpo. In: TIBURI,M; MENEZES, M.; EGGERT, E. *As Mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. p. 13-22.

MILLAN, M.P.B. *Tempo e Subjetividade no Mundo contemporâneo*: Ressonâncias na Clínica Psicanalítica. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. 137p.

MILLER, S. L. Crime control and women: Feminist implications of criminal justice policy, *Sage Publications, Inc*; Thousand Oaks, CA, US, v.24, p.130-150,1998.

MONTAGU, A. *Tocar*: O significado Humano da Pele. Tradução de Maria Sílvia Mourão Netto. 6ª ed. São Paulo: Summus, 1988. p.13-228.

MORENO, M.H. Mujeres y prision. *Cuadernos de Política Criminal*, Madrid, n.49, p.339-354, 1993.

MOTTA, M.A.P. *Mães abandonadas*: a entrega de um filho em adoção. São Paulo: Cortez, 2001. 287p.

MURARO, R. M. *Sexualidade da mulher brasileira : Corpo e classe social no Brasil*. 5.ed. Rio de Janeiro: Record, 1996.501p.

MURARO, R. M.; BOFF, L. *Feminino e Masculino: uma nova consciência para o encontro das diferenças*. Rio de Janeiro: Sextante, 2002.287p.

NAOURI, A. *As Filhas e suas Mães*. Tradução de Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002. 267p.

OLIVEIRA, O.M. *Prisão: Um paradoxo social*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1984. p.1-86.

PARENT, Colette. La protection chevaleresque ou les représentations masculines du traitement des femmes dans la justice pénale. *Déviance et Société*, Liège, v.10, n.2, p. 147-175, 1986.

PERROT, M. Outrora em outro lugar. In: PERROT, M.et.al. *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991.p.17-21.

_____. A Família Triunfante. In: PERROT, M.et.al. *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.93-103.

_____. Funções da Família. In: PERROT, M.et.al. *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p.105-119.

_____. Figuras e Papéis. In: PERROT, M.et.al. *História da Vida Privada 4: Da Revolução Francesa à Primeira Guerra*. Tradução de Denise Bottman e Bernardo Joffily. São Paulo: Cia das Letras, 1991. p. 121-185.

_____. *Os Excluídos da História: Operários, Mulheres e Prisioneiros*. Tradução de Denise Bottmann. 2.ed.Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. p.167-332.

RAMÍREZ, L.A. La reclusa como madre: estudio exploratorio en una cárcel venezolana. In: OLMO, R. (Coord). *Criminalidad y Criminalización de la mujer en la región andina*.Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1998. p.104-116.

RIO DE JANEIRO (Estado) Relatório do Human Rights Watch. *O Brasil atrás das Grades*. Rio de Janeiro: (s.n.),1998. p.137-149.

ROCHA-COUTINHO,M.L. *Tecendo por Trás dos Panos – A mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco.1994. 249p.

ROCHA, L.C. *A Prisão dos Pobres*. 1994. 279 f. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

RODRÍGUEZ, P. M. Consecuencia de la sanción de privación de libertad em la mujer. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, v.5, n.18, p. 45-52, abr./jun. 1997.

ROSALDO, M.Z.; LAMPHERE, L. Introdução. In: ROSALDO, M.Z ; LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p.17-32.

ROSALDO, M.Z. A Mulher, a Cultura e a Sociedade: Uma Revisão Teórica. In: ROSALDO, M.Z ; LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Tradução de Cila Ankier e Rachel Gorenstein. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1979. p.33-64.

ROUDINESCO, E. *A Família em Desordem*. Tradução André Teles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003. p.147-179.

ROUSSEAU, J. J. *Emílio: ou da Educação*. Tradução Roberto Leal Ferreira. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.491-680.

SAFFIOTI, H.I.B. Rearticulando Gênero e Classe Social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-251.

SAFFIOTI, H.I.B.; MUÑOZ-VARGAS, M. *Mulher Brasileira é Assim*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, NIPAS, Brasília: UNICEF, 1994.283p.

SALLA, F. *As Prisões em São Paulo: 1822 – 1940*. São Paulo: AnnaBlume, 1999. 371p.

SARDENBERG, C.M.B.; COSTA, A.A.A. Feminismos, feministas e movimentos sociais. In: BRANDÃO, M.L.R.; BINGEMER, M.C.L. (Org.). *Mulher e relações de gênero*. São Paulo: Loyola, 1994. p. 81-115.

SCHRAM, P.J. Na Exploratory Study: Stereotypes about mothers in Prison. *Journal of Criminal Justice*. San Bernardino, Califórnia, v27, n.5, p.411- 426, 1999.

SCHWARCZ, L.M. *O Espetáculo das Raças: Cientistas, Instituições e questão Racial no Brasil – 1870 -1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993. 287p.

SERRURIER, C. *Elogio às mães más*. Tradução de Sonia Goldfeder. São Paulo: Summus, 1993. 140p.

SMAUS, G. Teoría del conocimiento feminista y criminología de la mujer. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano7, n.27, p. 235-249, jul./set. 1999.

_____. Il diritto penale e la criminalità femminile. *Dei Delitti e delle Pene*, Torino, n.1, p. 75-94, mar. 1992.

SNYDER, Z.K.; CARLO, J.T. Parenting Through Prison Walls: Incarcerated Mothers and Children's Visitation Programs. *Crime Control and Women*, [S.l.:s.d.] p.130-148, [1998?].

SNYDERS, G. *Não é Fácil Amar os Nossos Filhos*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1984.339p.

STELLA, C. As implicações do aprisionamento materno na vida dos(as)filhos(as). *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, São Paulo, ano 9, n.34, p. 237-264, abril./jun. 2001.

STERN, D. N. *A constelação da Maternidade* – O panorama da psicoterapia pais/ bebê. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997. p.161-204.

STREY, M.N. Gênero. In: STREY, M.N. et.al. *Psicologia Social Contemporânea*. Petrópolis:Vozes, 1998. p.181-198.

TABAK,F.; VERUCCI, F. (Org.) *A difícil igualdade*: os direitos da mulher como direitos humanos. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 181p.

TIBURI, M. “Toda beleza é difícil.” Esboço de crítica sobre as relações entre metafísica, estética e mulheres na filosofia. In: TIBURI,M; MENEZES, M.; EGGERT, E. *As Mulheres e a Filosofia*. São Leopoldo: UNISINOS, 2002. p. 23-46.

TUBERT, S. *Mulheres sem Sombra*: Maternidade e Novas Tecnologias Reprodutivas. Tradução Graciela Rodriguez. Rio de Janeiro: Record; Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1999. p. 71-122.

VERUCCI, F. Mulher e família na Constituição Brasileira. In TABAK, F; FERUCCI, F.(orgs.). *A Difícil Igualdade*. Rio de janeiro: Relume Delumare, 1994.

WANDERLEY, M.B. Refletindo sobre a Noção de Exclusão. In. SAWAIA, B. *As Artimanhas da Exclusão* – Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999. p. 16-26.

WARNER, M. *Da fera à loira* – sobre contos de fadas e seus narradores. Tradução de Thelma Médici Nóbrega. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. 536p.

WINNICOTT, D. W. *O ambiente e os processo de maturação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

_____. *A família e o desenvolvimento individual*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1993.p.3-41 e 193-212.

_____. *Privação e Delinquência*. Tradução de Álvaro Cabral. 2.ed.São Paulo: Martins Fontes, 1994.

_____. *Tudo começa em casa*.Tradução de Paulo Sandler.3.ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.115-136.

_____. *Os Bebês e suas Mães*. Tradução de Jefferson Luiz de Camargo. 2.ed.São Paulo: Martins Fontes, 1999. p.1-42.

ZAFFARONI, E.R. A Mulher e o Poder Punitivo. In: SEMINÁRIO REGIONAL “NORMATIVIDADE PENAL E MULHER NA AMÉRICA LATINA E CARIBE”, 1992. São Paulo. *Anais...* São Paulo: KMK Gráfica e Ed. Ltda, 1995. p.23-38.

ZALUAR, A. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan; Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1994.278p.

APÊNDICES

APÊNDICE A

FOLHETO CONVITE DISTRIBUÍDO ÀS MÃES PRESAS

Desenvolvo um projeto sobre maternidade. Se você é mãe e tem interesse em conversar sobre isso é só se inscrever. Na primeira fase estarei conversando, individualmente, com cada interessada em participar. Solicito que você preencha esta ficha e devolva à pessoa responsável. Agradeço sua participação.

Rosalice Lopes, psicóloga.

Nome: _____

- ☐ Tenho interesse em participar do projeto
- ☐ Não tenho interesse em participar do projeto

Observação: a identificação pelo nome na ficha de inscrição tinha a única função de localizar a interessada na unidade e facilitar sua convocação para a entrevista.

APÊNDICE B
EXEMPLARES DE CARTAS

Observação: As três cartas apresentadas a seguir foram gentilmente cedidas pelas entrevistadas Ana e Vera. As duas primeiras são de uma das filhas de Ana. A terceira é do filho de Vera. Os nomes originais foram apagados das cartas.

Agosto de 2001

Olá mãe !!!

Em primeiro lugar te desejo toda a paz e saúde do mundo espero que esteja muito bem por que ~~o~~ quanto a nós daqui estamos bem com muita saudade.

Mãe veremos na carta ficamos felizes por saber que está bem espero que não seja mentira por saber que quer que escreva a verdade mais como falar sobre que a mãe está agitada de ai então não está fazendo e nem pensando bobagem não é

Ah mãe diz que está trabalhando ai o que está fazendo? é coisa boa ou ruim?

Mãe não entendi o que a pessoa perguntava na carta sobre pra que eu já te disse fare esquecer isto. Ah mãe eu ir embora para antes de ir gueto.

A mãe pergunta como está aqui em casa está indo como sempre. Amanã quando passar na casa de vovô agora voltei fazer lá de novo pra que não a lugar melhor do que a casa da gente. ~~15~~ vai ir aqui no fim de 15 de agosto. Mas não sei a hora mais vai

João

Eu nasci pra te amar

delestar. É aí como é melhor
do que ~~que~~ não estar
querendo dizer que é bom por que
está lugar nunca é bom mais
os amigos os parentes não
vão igual a aqui por que
aqui não todos fofoguemos e
mentimos e não vamos goste-
rem de viver. Também quem
não gosta não sabe o que
está. Preferindo por que é
viver e se perder mais mais-
vilosa que já conheci de todos
os mais e amigos.

Mãe, agora está excitando
a minha dor travando. Vou
te procurar até quando no
você. Não de não paulo gozito.
está e especial mente fare a
viver. Vou até te escrever
um livro dele.

"Vou te procurar a onde for
e acabar de vez com me
por no fim do ano ir lá"
está todo faz do novo amor
a melhor gostar?

Ah vou te contar o que fiz
hoje acordei com um paquenho
de que quis mais deixar fazer
val mais e vender a grande
fartura pra que está com esta
tão rica que a melhor nem
queria imaginar então farti

zusti

no' te amar namice.

minha tarde inteira limpando
mais ~~em~~ enfim deca do jeito
que eu gosto e quanto mais
o meu trabalho mais saçar
depois terminei e fui assistir
marchas depois tomei café
e quase agora arabei de
faltar e puxei em te escrever
hoje eu fiz ~~todo~~ tudo isso não
não erra o que vai fazer a me-
nhor por que ainda não está
programado!

Não foi tão ~~nao~~ não fizemos
 um pequeno avião e todo
 segundo nós ~~estamos~~ escrevemos
 tudo que nós fizemos na
 semana anterior lá em cima
 na escola e que a senhora pegue
 a senhora escreva o que eu fiz.
 e senhora topa?

Mãe a senhora e lembra de-
quela vez que eu fui te visitar
e perguntei se eu era bonito.
Então agora eu tenho certeza
por que pra dia eu estute emo
eu quase todo que falam comigo
principalmente os homens. mais
votando o assunto por que a
senhora não arranja daí um
emprego na TV fare num brincadeira
há, há, há, há, há, há

Ok porque pense que esqueceros
pel aniversário não mere em.

Done

Feliz Aniversário Mamãe
Parabéns pra você nesta data
querida muitos anos de vida
muitas felicidades. Parabéns pra
você ~~na~~ em 10-11-12 pra comem
o presente que bom exclusi de
traz. O.ozai i. 10-11-12 seu code
ano que porra vai ficar mais
velha.

Mãe expus que a minha
clere. muito mesmo por que
sem a minha não ~~com~~ nada
me perdoe pela atroz mais
o que vale é a intenção não
é.

Mãe estou chegando no fim
desta simples carta mais não
se esquece e do fundo do meu
coração a minha resposta sim.

Com você ficando por aqui
com muita saudade não se
eu como todos daqui fique
com Deus.

Mil beijos

Mil abraços

Tudo de bom pra a minha

desta sua filha que te
ame e sempre te amare

→ acabar

03, outubro de 2001

boa noite querida mãe

Em primeiro lugar espero que lhe
encarte na profeta faz e saúde e
seu bem. mais aqui estamos
bem graças a Deus.

Mãe vivi na corte estão está
respondendo me sempre pelo de-
more a sempre seguinte dos
meninos estão bem bem tã de
quinhado e tenogelo mais como
a sempre sabe já está fazendo
novamente ali mesmo com
alguma coisa quinhado não para
quinto sempre com
seu cavalos ali também que
está trabalhando numa boate
no não sei do que está moven-
do na casa de novo mais também
está legal brigado como sempre com
você continue no grupo
do seu bogo. não aqui em
casa na segunda-feira está legal
também continue no grupo e
vendi a sempre sabe como sempre
satis de me e do seu
filho mais está movendo com
você também e enfim eu estou
aquí em casa com muita saudade
de sempre como eu li dire no-
marche mais não se esqueça estar
me cuidando mais não sei

não mãe não sei acho que não goste
deu valor não consigo gostar de
homem nenhum não sei se eu que
sou a complicada e se não eles.
me estou com ele porque ~~estou~~
estou me sentindo muito sozinho
valor continuo me sentindo sozinho
não tenho ninguém para conversar
estou o que sinto tem dia que
faro o dia inteiro dormindo para
ver se o mundo que mais rápido
que que nunca avança nada diferente
tanto dormindo tenho sonhos lindos
se que nunca ia desistir mais nada
é ~~impossível~~ impossível nada nada.
mas como não tenha nada em
nada nesta vida o jeito é dormir
para ver a vida passar meu
namorado é legal mais acho
que ele não me morde para me
deixar chata sem graça ele não
faz tudo que posso mais eu
acho que não posso fazer este nego-
cio de namoro, casamento pois
eu gosto de curtir a vida sozinho
basta alguém sem compromisso não
eu curto ficar sozinho sem ter
ninguém para ter que dar satisfação
também. minha infância inteira fiquei
sozinho que sei por isso mais o pior
de tudo isso é que ele gosta de
mim de verdade e eu tenho pena
muito de magoar o alguém pois
não gosto de magoar pessoas.

aonde mais ele que é tão cari-
noso amigo. Mãe tem tanta
poderes de sempre queie tanto
que estivesse aqui como mãe
aqui está tão difícil as coisas
queria que a ~~se~~ senhora estivesse
aqui para conversar para me
ajudar nas coisas que não entendo
para me jogar de forte mais não
está aguentando mais por isso o
dia inteiro rezando dentro desta
casa sem ninguém mãe como daí
aqui dentro a senhora nem imagi-
na como daí eu passo todo dia
toda hora todo segundo deus
~~tem~~ tudo mais mãe para mim
po fazer mais coisa que nem de
me sente mãe me perdoa não
queria te escrever isto tudo a ~~da~~
senhora ficar preocupada mais é
que preciso chorar de não
acho que não estou mais não
se precisa fazer eu bem não
fique preocupada mais sem
mudar de assunto e a senhora
como está me conte o que anda
fazendo aí. Juntos escrever para
mais assim que terminar sua
carta vou escrever para ele
e a senhora já receber notícia
dele? e ~~como~~ como está e
mãe dele me disse que vai visitá-lo
e que ele está muito saudades me
disse que a senhora também está

~~10/11/11~~
mãe por favor tome cuidado em si
que é comida e envelhece mais como
por mim por favor.

Mãe a senhora escreveu na carta
que depositar 100 reais na conta
de crédito diz ele que ainda não
reuni dinheiro no banco ainda
e também me disse que não
poderia depositar nenhum no mês
não mãe não quero mais que
deposite dinheiro na conta dele
foi com uma coisa mais ele
e de confiança ele tem conta no
banco brasileiro ele deveria deposi-
tar o dinheiro na conta dele se
a senhora concordar me escreva
responderes.

Mãe até o final deste mês eu
e ~~meu irmão~~ iremos te visitar disse
chamou não seja a hora de vê-lo
mãe por estar morando de saudade
mais se puder ajudar eu sei
até lá.

Mãe vou ficando por aqui com
muita saudade tua e um forte
abraço e milhões de beijos.

! Fiquem com Deus se tudo
vier vossa ~~saúde~~ me responde
você.

Espero que você que te amo
muito e sempre irei te
amar do jeito que eu amo

~~Eu amo~~
Eu amo.

Sim.

MAMÃE

Mãe como vai VC? Por que eu vou muito bem. Sabe que eu te amo muito, muito.

Tamara que VC ~~tenha~~ goste do papel que eu fiz pro VC, eu achei muito legal porisso estou escrevendo nele.

Nossa como essa semana ta chata sem nada pra fazer resumindo ta um saco. E a sua semana tambem ta chata? Imagino que tambem esteja. Eu estou com muita saudade de voce. Eu não vou poder te ver domingo por que vou fazer aquela prova pra me ajudar na nota da faculdade, torce para eu tirar a melhor nota da sala, e olha que eu tiro em (crisos)!

Eu estou demorando para fazer certas coisas pra VC, mas não é por falta de vontade e que eu não estou conseguindo mesmo. Mas amanhã mesmo quero fazer tudo o que tenho que fazer pra me livrar logo disso.

Gosto tanto de VC e não vejo a hora de te ver aqui no meu lado. Nessa eu não vou desgrudar um minuto sequer da minha mamãe linda, nós vamos passar, fazer compras com dinheiro sem cheque NE, e vamos nos divertir muito.

Ja ta acabando esse ano e eu to perdido no tempo, não sei o que fazer depois que acabar as aulas, faculdade eu só vou entrar se for proa, e quem vai pagar? Eu sinto que quando VC voltar, a nossa familia vai levantar com tudo, não vamos mais passar necessidades só falta VC sair pro isso acontecer. VC não senti isso?

Esses dias eu estava aqui deitado pensando, acho que vou escrever um livro daqui uns anos, a minha vida daria um ótimo livro, com historias engraçadas, tristes, um pouco de ação, e ate romantismo, fala se não ia ser um livro bom. Apesar de ter acontecido tantas coisas ruins na minha vida, eu não tenho o que reclamar por que tambem ja aconteceram tantas coisas boas ai eu vou pra escola e as pessoas perguntam como eu consigo estar alegre todos os dias e eu não sei a resposta, as vezes eu falo que deixo meus problemas no meu quarto mas eu não sei se e essa a resposta certa. Nessa escrever carta faz ~~passar~~ o tempo ~~passar~~ passar quando eu ja vou me despedindo por que eu tenho que me vestir para ir pra escola espero que tenha gostado da minha carta. Te amo.

Te amo

Muito

Linda

Gostosa

OBS.

Force para
eu tirar uma
nota boa
na prova
domingo.

APÊNDICE C

FOTOS DA PENITENCIÁRIA FEMININA DO TATUAPÉ

1- Vista da Rua Ulisses Cruz. Em frente à Penitenciária Feminina do Tatuapé, familiares aguardam num dia de visita.

2 – entrada da Penitenciária. Estacionamento de carros dos funcionários.

3- Setor de Revista nos dias de visita.

4- Rampa de acesso ao Prédio da Administração.

5- Corredor do Prédio da Administração. A decoração é relativa à festa de Natal.

6- Corredor Principal de acesso aos Pavilhões, conhecido como “Rua Direita”.

7- Corredor principal de acesso aos Pavilhões, conhecido como “Rua Direita”.

8 – Portões de acesso aos pavilhões de moradia.

9- Vista frontal de um dos pavilhões de moradia.

10- Vista Frontal de um dos pavilhões de moradia.

11- Pátio interno de um dos pavilhões de moradia, local onde são recebidas as visitas.

12- Pátio externo de um dos pavilhões de moradia.

13- Portão de entrada de uma oficina de trabalho.

14- Trabalhadoras presas em uma oficina de papelão.

15- Vista de uma escada de acesso ao pavilhão de moradia.

16- Corredor das celas em um pavilhão de moradia.

17- vista das “pedras” – camas – no interior de uma cela.

18 - Armário de papelão confeccionado pelas presas.

19- cortina artesanal confeccionada pelas presas.

20 – Vista da parte superior de uma cela onde se percebe as “janelas” por onde entram parte do ar e da luz natural.